

José Martinho Rodrigues Remedi

**PALAVRAS DE HONRA:**

UM ESTUDO ACERCA DA HONORABILIDADE NA SOCIEDADE  
SUL-RIO-GRANDENSE DO SÉCULO XIX, A PARTIR DOS ROMANCES DE CALDRE  
E FIÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como requisito parcial e final para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira

São Leopoldo - RS

2011

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R286p Remedi, José Martinho Rodrigues

Palavras de honra : um estudo acerca da honorabilidade na sociedade sul-riograndense do século XIX, a partir dos romances de Caldre Fião / José Martinho Rodrigues Remedi. – São Leopoldo, RS, 2011.

307 f.

Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História. Área de Concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos.

Orientação: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.

1. História e Literatura. 2. História – Rio Grande do Sul – Século XIX.  
3. Literatura Rio-Grandense – História e Crítica. 4. Romances Rio-Grandenses – História e Crítica. 5. Honra. 6. Caldre e Fião, José Antônio do Vale – Crítica e Interpretação. I. Moreira, Paulo Roberto Staudt. II. Título.

CDD 981.65

**Bibliotecária Responsável: Dênira Remedi – CRB 10/1779**

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS  
UNIDADE DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL DE DOUTORADO

**Palavras de Honra:**

**Um estudo acerca da honorabilidade na sociedade  
sul-rio-grandense do século XIX, a partir dos romances de Caldre e Fião**

Tese arguida e aprovada em 14/ 01/ 2011.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – Orientador

---

Profa. Dra. Eloísa Capovilla da Luz Ramos - UNISINOS

---

Profa. Dra. Eunice Terezinha Piazza Gai – UNISC

---

Prof. Dr. José Iran Ribeiro – UFSM

---

Profa. Dra. Marília Conforto – UCS

*A Mônica e Guilherme,  
que ressignificam minha história e  
me tornam honrado.*

## **Agradecimentos**

Ao começar a escrever estes agradecimentos, me vem a sensação de que esses quatro anos foram ao mesmo tempo, tão longos e tão breves. Intensos, sem dúvida. Experiência acadêmica temporã – fui colega de meus ex-alunos e ex-bolsistas de pesquisa – e desgastante – ao acumular aulas, leitura e pesquisa com uma multiplicidade de tarefas profissionais docentes e de gestão. O sentimento de brevidade fica no desejo de aproveitar, ainda mais um pouco, o estimulante convívio intelectual propiciado por professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos. Deles carregarei ótimas recordações e amizade. Para não correr o risco de esquecer alguém, professor ou colega, nacional ou estrangeiro, meu agradecimento a todos. Também, gostaria de agradecer, ao Prof. Dr. Karl Martin Monsma, meu orientador na fase inicial da pesquisa, pela seriedade e estímulo demonstrados.

Registro um agradecimento especial à infraestrutura da Unisinos e ao seu corpo técnico-administrativo, sempre funcionando com perfeição. E, é claro, tudo isso personificado na gentileza, simpatia e, sobretudo, eficiência da Janaína Vencato Trescastro, a boa alma que nos conduz com tranquilidade na selva da burocracia acadêmica.

Agradeço à Banca da Qualificação de Tese, professores Karl Martin Monsma, Paulo Roberto Staudt Moreira e Eloísa Capovilla da Luz Ramos com suas observações e críticas contribuíram para que esse projeto viesse a termo.

Agradeço à Bolsa CAPES/ PROSUP que foi de fundamental importância para a permanência no Programa, sem ela, provavelmente, essa etapa da minha formação ficasse impossibilitada.

Aos meus queridos colegas e amigos da Universidade de Caxias do Sul: Cristine, Daysi, Katani, Maria Beatriz, Najara, Natália, Paula, Paulo, Roberto, Marília, a todos vocês fico devedor pelas substituições, pelo incentivo, pela confiança, por acreditar e torcer. *Gracias* pela parceria.

Aos colegas da UNISC: Olgário, Mozart, Nadir e Roberto, agradeço a compreensão pelos ocasionais afastamentos de nossa renhida luta pela manutenção do curso de História. Estou de volta! As responsáveis secretárias Diana, Adália e Veruskha que assumiram grande parte da burocracia da gestão do Departamento, muito obrigado pela força.

Agradeço ao generoso e contínuo diálogo histórico-historiográfico, a disponibilização de dicas e fontes, o bom humor e a amizade dos historiadores Iran Ribeiro, Daniela Vallandro, Artur Barcelos, Adriana Fraga da Silva e Rejane Barreto Jardim.

Sou muitíssimo grato a uma gurizada especial pelo convívio e aprendizagem: Enildo de Moura Carvalho, Ianko Bett, Iran Pas, João Paulo Reis Costa, José Eckert, Mateus Skolaude, Melina Perussatto, Miguel Ângelo Silva da Costa, gente que constrói com seriedade, generosidade, agudeza de pensamento, inteligência e humanidade a profissão de historiador, me orgulho de ser colega de vocês.

Aos meus alunos de Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul, fica um agradecimento pela inspiração cotidiana do “que é e para que serve” a história e um pedido de desculpas pelas aulas atabalhoadas, as notas atrasadas e falta de disponibilidade dos últimos tempos.

Ao Prof. Dr. Tony Saad, que teve a gentileza de verter para o idioma bretão o resumo. A minha revisora técnica Dênira Remedi, muito obrigado pelo trabalho de última hora e desculpe pela correria. E, por favor, não se aborreça se eu modifiquei algumas notas e referências depois da “última” revisão. Faremos uma versão atualizada em breve.

*Last but not least*, o suporte mais importante de todos, o afeto e a torcida de meus pais, irmãs, sogra, cunhados e compadre. A todos vocês meu sincero e comovido muito obrigado!

## **Agradecimento Especial**

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira que generosamente, o que não é novidade para os que o conhecem, aceitou uma orientação em fase terminal e com determinação e paciência, qual um vaqueano acadêmico, orientou-me para achar os passos melhor vadeáveis e os caminhos mais seguros. E teve a gentileza de, apesar da muitas vezes tensa relação orientador-orientando, continuar me honrando com uma já velha amizade da qual muito me orgulho.

### *Ao Leitor*

*Ei-la. A inocente filha do meu coração vai viver vida de peregrina, aqui e ali esmolando uma atençãozinha. Lede-a, se quiserdes; e nela encontrareis o retrato de minha alma plácida como a linfa prateada de um lago acantonado num vale baixo e soidoso [saudoso]; o tufão não a perturba, – só a branda aragem ciciando de flor em flor vai lá lenir suas fadigas aproveitando-se do dormir da tarde.*

*Como seu pai, Sozinha neste mundo, sabe resignar-se com a dor e diminuir os quilates do prazer. Gozar é a partilha do Céu – sofrer é a existência da terra.*

*Coitadinha! Como é doloroso este apartar! Ela vai para o mundo: – ser de todos vista e de todos notada a sua imperfeição.*

*Sede indulgentes, até que eu forrando cabedais de inteligência a revista e paramente e a torne mais bela, se for possível.*

*Ei-la. À vossa guarda.<sup>1</sup>*

José Antônio do Vale Caldre e Fião, 1847.

---

<sup>1</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992. Ao Leitor, p. 21.

## Resumo

Este é um estudo da representação da honra na sociedade sul-rio-grandense do século XIX a partir de obra romanesca. Analisa os romances de José Antônio do Vale Caldre e Fião: *A Divina Pastora*, de 1847, e *O Corsário*, de 1849. A análise das obras foi orientada pelos aportes teóricos da antropologia cultural, para o conceito de honra, e da nova história cultural, para a conceituação das representações sociais. Foram selecionados episódios das narrativas romanescas em que a honra estava em foco: honra masculina, honra feminina e defesa violenta da honra. Por meio desse processo investigativo pretendeu-se explicitar uma visão construída pela literatura sobre a sociedade sul-rio-grandense na qual a honra e sua defesa são fundamentais para a sua compreensão da identidade cultural dos homens do século XIX.

Palavras-chave:

Honra – Romance sul-rio-grandense – Caldre e Fião – Sociedade sul-rio-grandense

## Abstract

This is a study on representation of honor in Rio Grande do Sul's Nineteenth Century society based on two novels. It analyzes José Antônio do Vale Caldre Fião's novels *A Divina Pastora* (1847) and *O Corsário* (1849). That analysis was guided by cultural anthropology's theoretical constructs concerning the concept of honor, as well as those of the new cultural History, also concerning the conceptualization of social representations. Episodes of the novels mentioned above have been selected in which the focus is on honor - both male and female honor as well as violent defense of one's honor. By this investigative process, one aims to render explicit a particular view developed by literature of Rio Grande do Sul's society, in which honor and its defense are fundamental to a proper understanding of cultural identity as it relates to men in the Nineteen Century.

### Key Words/Phrases

Honor; Rio Grande do Sul's novel; Caldre e Fião; Rio Grande do Sul's society.

## Sumário

<b>Agradecimentos</b> .....	<b>iv</b>
<b>Agradecimento especial</b> .....	<b>vi</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>viii</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>ix</b>
<b>Preâmbulo</b> .....	<b>1</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>7</b>
Historiografia e honra: tema tão quente como recente .....	11
Honra: algumas conceituações .....	21
História e literatura .....	30
<b>Capítulo 1 – O romance e a construção de uma sociedade honrada</b> .....	<b>45</b>

---

O romance e a modernidade burguesa .....	46
O folhetim e os primeiros romances nacionais .....	54
A honra e a moral nas narrativas romanescas .....	70
<b>Capítulo 2 – Caldre e Fião entre homens de honra.....</b>	<b>89</b>
O Círculo dos Literatos e a sociedade de honra.....	97
Na capital do Império: da Província mais longínqua ao centro da vida literária do Brasil ...	105
Filantropia e a construção da honorabilidade .....	119
Caldre e Fião e <i>O Philantropo</i> .....	126
O confronto com o “traficante de carne humana” e o sumiço de <i>A Divina Pastora</i> .....	141
<b>Capítulo 3 – Lições de honra em <i>A Divina Pastora</i> e em <i>O Corsário</i> .....</b>	<b>158</b>
Desde o primeiro momento na defesa da família e da honra sul-rio-grandense .....	160
Pais ditosos, filhos virtuosos: o patrimônio da honra familiar .....	171
Os desonrados vilões e seu assédio as doces donzelas .....	183
Um ato extremado em defesa da honra: o filicídio.....	192
Estrangeiros e sul-rio-grandenses: diferentes concepções de honra.....	206
Duelos: a honra masculina em questão.....	219
Um duelo em <i>O Corsário</i> .....	227
<b>Considerações finais .....</b>	<b>241</b>

---

<b>Referências.....</b>	<b>249</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>278</b>
Anexo 1 – Cronologia de José Antônio do Vale Caldre e Fião (adendada com os romances precursores no Brasil e no Rio Grande do Sul) .....	279
Anexo 2 – Bibliografia de José Antônio do Vale Caldre e Fião .....	291
Anexo 3 – Frontispício d' <i>A Divina Pastora</i> , Tomo I, 1ª edição .....	296
Anexo 4 – Frontispício d' <i>A Divina Pastora</i> , Tomo II, 1ª edição .....	297
Anexo 5 – Frontispício d' <i>O Corsário</i> , 1ª edição.....	298
Anexo 6 – Dedicatórias d' <i>O Corsário</i> , 1ª edição .....	299
Anexo 7 – Retrato de José Antônio do Vale Caldre e Fião .....	300
Anexo 8 – O Rio Grande do Sul de 1850 nas aquarelas de Herrmann Rudolf Wendroth .....	301

## Preâmbulo

Este é mais um processo  
Daqueles de dano moral  
O autor se diz ofendido  
Na Câmara e no jornal.

Tem até CD nos autos  
Que ouvi bem devagar  
E não encontrei a calúnia  
Nas palavras do Wilmar.

Numa festa sem fronteiras  
Teve início a brigantina  
Tudo porque não dançou  
O Rincão da Carolina.

Já tinha visto falar  
Do Grupo da Pitangueira  
Dançam chula com a lança  
Ou até cobra cruzeira.

Houve ato de repúdio  
E o réu falou sem rabisco  
Criticando da tribuna  
O jeitão do Rui Francisco

Que o autor não presta conta  
Nunca disse o demandado  
Errou feio o jornalista  
Ao inventar o fraseado.

Julgar briga de patrão  
É coisa que não me apraza

O que me preocupa, isso sim  
São as bombas lá em Gaza.

Ausente a prova do fato  
Reformo a sentença guerreada  
Rogando aos nobres colegas  
Que me acompanhem na estrada.

Sem culpa no proceder  
Não condeno um inocente  
Pois todo o mal que se faz  
Um dia volta pra gente.

E fica aqui um pedido  
Lançado nos estertores  
Que a paz volte ao seu trilho  
Na terra do velho Flores.<sup>2</sup>

Encetar um trabalho com uma longa citação em verso, para além do gosto que poderia ser considerado duvidoso, é pelo inusitado de tratar-se de uma sentença judicial que veio a público em jornal estadual justo por ser em verso. Assim, o inusitado nos leva ao conhecimento de uma demanda jurídica por dano moral, pleiteada por um cidadão se achar ofendido em sua honra pessoal, que provavelmente só seria assunto de historiadores daqui algumas décadas quando fizesse parte de algum fundo documental. Pois bem, o dito litígio não é, pelo menos simbolicamente, uma questão quaisquer entre pessoas banais. Trata-se de confusão armada na região berço de nossas míticas origens – Sant’Ana do Livramento, coração da Campanha gaúcha –, travada a disputa entre tradicionalistas, ditos herdeiros e defensores dos legítimos gaúchos de antanho – os famosos monarcas das coxilhas –, que são patrões de CTG; ou seja, é briga que outrora se chamaria de grande. Em outros tempos se desembainhariam adagas, se sentiria o cheiro de pólvora no ar. E, logo na terra de Flores da Cunha que, na impossibilidade de chamar ao duelo meio mundo político, exigiu a implantação de conturbado Tribunal de Honra após a Revolução de 1932, para

---

<sup>2</sup> WESCHENFELDER, Josiane. Uma sentença gaudéria contra patrão de CTG. **Zero Hora.com** <online>, nº 15858, 24 jan. 2009. Acessado em 15 mar. 2009.

julgar as acusações de traidor que lhe eram imputadas. Em pleno século XX, esteve em questão se ele realmente tinha desrespeitado os ditames da honorabilidade na sua participação (ou falta de) na Revolução de 1932<sup>3</sup>. No entanto, o que se vê são demandas na Justiça com pedidos de indenizações monetárias<sup>4</sup> como compensatórias da honra enodada.

---

<sup>3</sup> O dito tribunal foi formado, entre outros eminentes cidadãos, pelo Bispo metropolitano de Porto Alegre, pelo diretor da Faculdade de Medicina, pelo presidente do Tribunal de Justiça de RGS, ver mais em: BECKER, D. J.; ROCHA, M. A. da; COSTA JR; MARTINS, J. de A.; DIAS, Heitor A. **Decisão do Tribunal de Honra**. Porto Alegre: [s.n.], 1934, 106 p.

<sup>4</sup> Na área jurídica não são pacíficas as mudanças no campo da honra. Entre outras, existe a discussão das implicações da transformação da noção de honra em dignidade na modernidade, e o desenvolvimento da ideologia individualista no ocidente; assim como, as relações jurídicas daí decorrentes, tais como, a implementação do processo de institucionalização da cidadania articulado de maneira cada vez mais unida com demandas por direitos por reconhecimento de identidades. E fica a grande questão: os direitos a cidadania, por natureza universalizantes, comportam o multiculturalismo? Afinal, o eixo da demanda por reconhecimento, como um direito ou condição para o exercício pleno da cidadania nestes casos, gira em torno das dificuldades encontradas na formulação de um discurso legitimador para a institucionalização de direitos não universalizáveis, que visam contemplar a situação singular de grupos específicos — minorias étnicas ou nacionais — cujo valor ou mérito é reivindicado como característica intrínseca de suas identidades enquanto tais. De outro ângulo, a dificuldade também está presente no esforço em dar visibilidade ao insulto ou ato de desconsideração — decorrente da falta de reconhecimento — como uma agressão objetiva, merecedora de reparação. Ou seja, a percepção de desonra ou de indignação experimentada pelo ator que vê sua identidade negada, diminuída, ou insultada não encontra instrumentos institucionalizados adequados para viabilizar a definição do evento como uma agressão socialmente reprovável, nem mecanismos que permitam a reestruturação da integridade moral dos concernidos. Ver mais em BERGER, P. On the Obsolescence of the Concept of Honor, in: Hauerwas, S.; MacIntire, A. (orgs.). **Revisions: Changing Perspectives in Moral Philosophy**. Indiana: University of Notre Dame Press, 1983; CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** n° 38, vol. 13, 1998, p. 5-37; GUTMANN, A. (org.). **Multiculturalism: examining the politics of recognition**. New Jersey: Princeton University Press, 1994; PEIRANO, M. **O Dito e o Feito: Ensaios de Antropologia dos Rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002; ROCHER, G.; MARCOTTE, B. Politiques linguistiques et identité nationale comparées au Québec et en Catalogne, in: BOUCHARD, G.; LAMONDE, Y. (orgs.). **La nation dans tous ses états: Le Québec en comparaison**. Montreal: Harmattan, 1997, p. 251-267; SAHLINS, M. On the Sociology of Primitive Exchange, in: BANTON, M. (org.). **The Relevance of Models for Social Anthropology**. Londres/ Nova York: Tavistock, 1965, p. 139-236; TAYLOR, C. The Politics of Recognition, in: GUTMANN, A. (org.). **Multiculturalism and "The Politics of Recognition"**. New Jersey: Princeton University Press, 1994, p. 25- 73.

De um outro lado, temos um famoso e “glamourizado” romance e, logo após, tornado série televisiva,<sup>5</sup> nos quais os preceitos básicos da verossimilhança no campo das questões de honra são flagrantemente infringidos<sup>6</sup>. Só para exemplificar, temos moça estancieira deflorada à força por peão, e filho bastardo e agressor (futuro marido) são perdoados, acolhidos e aceitos no seio da família latifundiária. Para não falar de outras passagens que ruborizariam, para dizer a mais simples das reações, o mais desavisado cidadão dos 1800 sul-rio-grandenses. Mas, no entanto, a recepção dos leitores gaúchos nossos contemporâneos e a audiência televisiva não apontou nenhum estranhamento mais geral. Pelo menos não nesse tocante específico, a honra.

Já o relato seguinte pode parecer mais radical, violento, sem sentido para a sociedade em que vivemos. Um pai confrontado com situação em que seu filho é acusado de ladrão. Acusação feita por um seu amigo de confiança, que fora roubado por um salteador disfarçado, e que em nome da amizade e da honra vai avisar ao pai, antes que às autoridades. Imediatamente o pai, acompanhado do amigo, inicia imediata e rápida investigação. Verifica que a denúncia é verdadeira: as provas estão no quarto do jovem. Eis o que se sucede (na narração do pai):

O meu amigo abaixou os olhos e não me respondeu nada.  
– E ele dorme!... exclamei tremendo de raiva em uma convulsão espantosa; e pode um ladrão dormir assim tranquilo!... Um ladrão!... Um salteador!... E lançando arrebataadamente mão de uma das pistolas, engatilhei-a e, antes que meu amigo pudesse estorvar-me, descarreguei-a contra a cabeça de meu filho e a fiz em pedaços.<sup>7</sup>

Certamente, esta brutal cena não é comum em nossos dias. Muito menos por esse motivo. Afinal, o amor aos filhos é um valor quase absoluto, o filicídio

---

<sup>5</sup> Trata-se de WIERZCHOWSKI, Leticia. **A casa das sete mulheres**. Rio de Janeiro: Record, 2002. 511 p.; e MONJARDIM, Jayme; SCHECHTMAN, Marcos. **A casa das sete mulheres**. [S.l.]: Globo Filmes, 2003. 5 DVDs.

<sup>6</sup> Para uma análise crítica das questões de anacronismo histórico, ver MAESTRI, Mário. As Sete Mulheres e as Negras sem Rosto: Ficção, História e Trivialidade. **Cadernos IHU Ideias**, Unisinos, Ano 2, nº17, 2004. ISSN 1679-0316.

<sup>7</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 101-102. (1ª edição, Typographia Brasiliense, Rio de Janeiro, 1847).

está entre os crimes considerados hediondos. Que valor levaria o pai a matar o filho, no lugar de entregá-lo às autoridades? Para o autor do romance, é a honra.

Antes que entremos na discussão da natureza da fonte e das intenções do autor. É inegável que existe um longo caminho de transformação do conceito e dos usos da honra e da honorabilidade entre os 1847 de Caldre e Fião e os inícios do século XXI. Já foi dito que o que causa estranheza, opacidade e inadequação quando nos confrontamos com o passado é lá que devemos nos ater para ver o que mudou, o que se transformou. Pois bem, acredito que esse é um desses fatos que nos confrontam com a possibilidade de uma investigação histórica, ou, no mínimo, com uma boa discussão.

A honra, enquanto conceito analítico para a historiografia, é válido? Como podemos torná-lo operacional para os historiadores? Como podemos nos acercar do tema da honra? O que ele pode nos revelar para a compreensão das sociedades passadas? O Rio Grande de São Pedro nos legou preceitos de honorabilidade? Quais os caminhos da honra gaúcha?

Mais que responder a essas indagações nos propomos tentar, no melhor dos cenários, melhor formulá-las. Esse é o desafio.

## Introdução

*Je ne sais ce que c'est de méditer régulièrement sur une chose: je prends le change fort aisément; je m'écarte très-souvent de mon sujet; je saute dans des lieux dont on auroit bien de la peine à deviner les chemins, et je suis fort prope à faire perdre patience à un Docteur que veut de la méthode e de régularité partout.<sup>8</sup>*

Pierre Bayle, filósofo francês.

*Merced a sus numerosas acepciones el honor há provocado más muertes que la peste, más controversias que la gracia y más riñas que el dinero.<sup>9</sup>*

Julian Pitt-Rivers, antropólogo inglês.

*...la literatura, como quiera que se la mire, bien sea desde un punto de vista artístico, bien desde la trinchera mesológica de Taine, bien desde el mirador de Brunetière, bien desde la dialéctica marxista, la literatura es el resultado, elaboración, producto de un largo proceso en el que actúan conjuntamente todas las fuerzas de la naturaleza y del hombre, flor de la historia de un pueblo, espuma de su dolor y su alegría.<sup>10</sup>*

Luis Alberto Sanchez, crítico literário peruano.

Paradoxalmente, em tempos em que os assuntos afetos à honra parecem estar *démodé* – pelo menos entre grande parte de nossas personalidades públicas –, propomos a análise dos conceitos de honorabilidade dos homens sul-

---

<sup>8</sup> “Não sei meditar ordenadamente sobre uma coisa: passo de uma a outra com facilidade; muitas vezes desvio de meu assunto; salto para onde mal se adivinha um caminho, e sou muito inclinado a fazer perder a paciência a um Doutor que exija método e regularidade em toda parte”; BAYLE, Pierre. **Pensées sur la comète**. Paris: Nizet, 1984. (1ª edição: 1683, com o título: *Pensées diverses écrites à un docteur de Sorbonne à l'occasion de la Comète qui parut au mois de décembre 1680.*)

<sup>9</sup> “Através de seus muitos significados a honra causou mais mortes que a peste, mais controvérsias que a graça e mais brigas que o dinheiro”; PITT-RIVERS, Julian. *La enfermedad del honor*. **Anuario IEHS**, nº 14, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 1999, p. 235.

<sup>10</sup> “...a literatura, como quer que a olhemos, seja do ponto de vista artístico, seja da trincheira mesológica de Taine, quer do ponto de vista de Brunetière, quer a partir da dialética marxista, a literatura é o resultado, elaboração, produto de um longo processo no qual atuam conjuntamente todas as forças da natureza e do homem, flor da história de um povo, espuma de sua dor e sua alegria”; SANCHEZ, Luis Alberto. **La Literatura del Perú**. Buenos Aires: Imprenta de La Universidad - Instituto de Cultura Latino-Americana, 1939, p.13.

rio-grandenses da segunda metade do século XIX através da literatura. Isso porque acreditamos que esse estudo apontará na necessidade de melhor compreender o significado e o alcance do conceito honra que acreditamos sempre esteve presente no processo histórico de formação e diferenciação da sociedade gaúcha. Assim como reconhecemos a literatura como uma importante fonte na construção da identidade gaúcha e possível fonte para acessarmos concepções de honorabilidade da sociedade sul-rio-grandense do século XIX.

Acreditamos nos estudos que buscam capturar o diálogo profícuo entre história e literatura em suas múltiplas possibilidades. Desde a recepção do texto vista na relação entre história e leitura. Ou seja,

fundamentalmente, trata-se de pensar a literatura e o gesto que a significa não como uma “fonte a mais”, um documento capaz de ilustrar uma interpretação assentada em fontes mais “científicas” e, por isso, “confiáveis”. Mas de assumir, desde a escolha do objeto, o desafio de empreender uma leitura de experiências passadas tomando como fonte privilegiada o discurso literário e as maneiras pelas quais a literatura foi apreendida em diferentes contextos espaciais e temporais.<sup>11</sup>

Como é que uma representação, como classifica-se comumente a literatura, pode contribuir com o campo da história? Podemos dizer que o historiador, ao vasculhar as páginas de um romance ou de um livro de poemas, tem acesso a uma leitura cultural do social e pode reconhecer “como determinados atores sociais, localizados em um tempo e espaço, investem de sentido suas práticas e discursos”.<sup>12</sup>

Desta forma, esta pesquisa propôs-se reler e interpretar a obra romanesca e, na medida do possível, a experiência de um letrado sul-rio-grandense que pretendeu integrar modos de representar uma identidade singular para sua província com modelos de história e literatura nacionais e internacionais no

---

<sup>11</sup> DeNIPOTI, Cláudio; GRUNER, Clóvis. **Nas tramas da ficção: história, literatura e leitura**. Curitiba: Ateliê Editorial, 2009, p. 17.

<sup>12</sup> DeNIPOTI, Cláudio; GRUNER, Clóvis. **Nas tramas da ficção: história, literatura e leitura**. Curitiba: Ateliê Editorial, 2009, p. 19.

século XIX, na qual a honra era uma das características visíveis. Assim, pretende-se mostrar também como estas ideias tiveram, potencialmente, na produção literária uma forma de divulgação político-pedagógica para a formação do ideal de “honorabilidade” entre as elites rio-grandenses. Discute-se ainda o uso das narrativas e símbolos identitários nos conflitos pela honra, assim como as ambiguidades que contribuíram para a consolidação das noções de identidade “gaúcha” como tradição e de identidade “regional” como modo de pertencimento à “nação” brasileira.

A tradição de defesa da honra quer pelo derramamento de sangue quer pela via judicial, evidentemente, assentava-se sobre um complexo sistema de valores. Cabe analisar em que medida esse sistema de valores vincula-se à necessidade de distinguir “civilização” de “barbárie”, define o pertencimento a determinado grupo ou classe social, organiza sociabilidades e configura identidades culturais.

Afinal, as chamadas formas de violências rituais, de “violência elegante” – como no caso dos duelos –, e os assassinatos consentidos são atos sociais em que regras bastante rigorosas eram seguidas e praticadas socialmente, e que podem ser entendidos como formas de evitar males maiores: como a desonra e a vergonha. Já a via judicial poderia ser encarada como uma forma de fugir das responsabilidades individuais e intransferíveis da reparação da honorabilidade. Mas o que mais interessa é verificar quem eram e que posição social ocupavam os indivíduos autorizados para as práticas reparatorias da honra – tanto violentas como judiciais –, e quais as razões da alternância de atitude do Estado (entre a omissão e a punição), diante deste fenômeno social. De fato, entender porque este valor social, a honra, era um dos fundamentos do conceito de homem/cidadão de bem, digno do convívio na comunidade, ou seja, era um marco simbólico estruturador da sociedade.

**Historiografia e honra: tema tão quente como recente**

Apesar da longa tradição de estudos na área da filosofia e da moral, o tema da honra somente em período recente começou a atrair os historiadores. Em 1997, Spierenburg ao resenhar uma obra alemã sobre honra, já apontava o seguinte:

Honra tornou-se recentemente um tema quente entre historiadores. Medievalistas, com certeza, tem familiaridade com o objeto há tempos, ele é um tema recorrente na história do comportamento cavaleiresco e da cavalaria. Cada vez mais, reconhece-se que a noção de honra não é restrita das elites. Honra é igualmente importante para pessoas dos baixos escalões da sociedade. Os registros dos tribunais são uma importante fonte a esse respeito e a pesquisa em arquivos judiciais tem estimulado historiadores interessados na honra das classes populares. Em casos judiciais, tanto os infratores como os demandantes podiam ser motivadas por honra: enquanto alguns crimes foram experimentados pela vítima como um ataque a sua honra, outros crimes foram uma maneira pela qual o réu tinha procurado reivindicar a sua honra. Quando lemos com atenção, muitas vezes entre as linhas, em tais casos, podemos aprender muito sobre a mentalidade e visão de mundo dos atores envolvidos. Entre os pioneiros neste tipo de abordagem estão os historiadores norte-americanos que pesquisavam a Europa (Natalie Davis, James Farr, Elizabeth e Thomas Cohen) e historiadores como os franceses Robert Muchembled e Gauvard Claude. Na Alemanha, os representantes da velha tradição de *gerechtlliche Volkskunde* (Estudos judiciais de folclore), já prestavam atenção às concepções populares de honra.<sup>13</sup>

A historiadora argentina Sandra Gayol também reconhece um novo impulso nos estudos sobre a honra na América Latina – poderíamos dizer que o foco recai, especialmente, na América Hispânica – onde por um longo período o tema não era tratado com o devido respeito e seriedade merecidos. Vai além e diz que devemos negar um olhar que vê a honra como “un accesorio o como un vestígio incongruente, colocándolo como un valor que preocupa seriamente las personas”

---

<sup>13</sup> SPIERENBURG, Pieter. Resenha de SCHREINER, Klaus; SCHWERHOFF, Gerd (Eds.). Verletzte Ehre. Ehrkonflikte in Gesellschaften des Mittelalters und der frühen Neuzeit. In: **Crime, Histoire & Sociétés** [on line], Vol. 1, n°1, 1997. <<http://chs.revues.org/index1036.html>> Acessado em 15 nov. 2009.

e que deveríamos “convertir el honor em uma de las categorías de análisis fundamentales para el estudio de la sociedad y la cultura”.<sup>14</sup>

Em se tratando de análises dos conflitos interpessoais utilizando-se do conceito de honra, o que temos para a historiografia brasileira é relativamente reduzido. Entretanto, para a sociedade latino-americana eles são bastante mais generosos especialmente para o mundo colonial hispânico e os primórdios das repúblicas, períodos nos quais, ao que parece, a honra tinha uma importância fundamental na cultura. Ou melhor, a historiografia tem se utilizado do arcabouço teórico conceitual da honra/ vergonha; a partir de variados enfoques, tais como, a honra e os papéis sexuais femininos; as estratégias de reparação ou encobrimento da desonra; a honra e a negociação matrimonial; a honra e as apropriações políticas; as distinções dos códigos de honra conforme o gênero; os conflitos violentos em defesa da honra; as tensões entre as práticas sociais e as normas da honorabilidade; a ritualização e o simbolismo das disputas de honra.<sup>15</sup> Fica claro que existia um extenso rol de humilhações e um, também extenso, repertório de mecanismos reparatórios.

---

<sup>14</sup> GAYOL, Sandra. Introducción al Dossier Pluralidad del honor y diversidad de los honores. **Anuario IEHS**, nº 14, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 1999, p. 233.

<sup>15</sup> É considerável a bibliografia, entre outros trabalhos fundamentais, ver AIZPURU, P. (org.). **Familias Novohispanas, Siglos XVI al XIX**. México: El Colegio de México, 1991; CAULFIELD, Sueann; CHAMBERS, Sarah C.; PUTNAM, Lara (eds). **Honor, Status, and Law in Modern Latin America**. Durham: Duke University Press, 2005. 344p.; CHAMBERS, Sarah C. **From Subjects to Citizens: Honor, Gender, and Politics in Arequipa, Peru, 1780-1854**. University Park: Penn State University Press, 1999. 256p.; GAYOL, S. **La sexualité des femmes à Buenos Aires: honneur et enjeu masculins (1860-1900)**. Revue HSAL, n. 5, Paris, mars 1997; JOHNSON, Lyman L. (ed.). **The Problem of Order in Changing Societies: Essays on Crime and Policing in Argentina and Uruguay, 1750-1940**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1990; JOHNSON, Lyman L.; LIPSETT-RIVERA, Sonya (eds.). **The Faces of Honor: Sex, Shame, and Violence in Colonial Latin America**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998. 240p.; LAVRIN, Asunción (org.). **Sexualidad y matrimonio en la América hispánica, siglos XVI-XVIII**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes/ Grijalbo, 1989; PARKER, D. S. L., Honor, and Impunity in Spanish America: The Debate over Dueling, 1870–1920. **Law And History Review**, v. 19, n. 2, Summer 2001; SEED, Patricia. **To Love, Honor, and Obey in Colonial Mexico: Conflicts over Marriage Choice, 1574-1821**. Stanford: Stanford University Press, 1988. 332p.; TWINAM, Ann. **Public Lives, Private Secrets: Gender, Honor, Sexuality, and Illegitimacy in Colonial Spanish America**. Stanford: Stanford University Press, 1999. 464p; GAYOL, Sandra. **Honor y duelo en la Argentina Moderna**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008. 284 p.

A maioria dos trabalhos sinaliza na direção de um duplo significado, diferentes e complementares, para a definição social da honra, de um lado o *status* familiar, sendo este ligado a fatores de precedência, categorias sociais, posição socioeconômica, e por outro a virtude. Para a conquista e manutenção da honorabilidade seria necessária uma série de requisitos, tais como a pureza de sangue, a legitimidade, os níveis de poder econômico, poder político e influência social. Por outro lado estes requisitos estavam ligados fortemente à conduta moral, sendo que homens e mulheres deveriam ter comportamentos adequados ao seu gênero. Os papéis femininos estavam expressos de forma negativa, para uma adequada moral sexual, e conseqüente manutenção da honra familiar, deveriam guardar a virgindade, a fidelidade e a castidade. Ou seja, para ter honra a mulher não deve fazer/ ter condutas inapropriadas. Estes eram os eixos centrais da honra feminina e o não cumprimento de qualquer deles não somente desonrariam as mulheres envolvidas como todo o grupo familiar e, especialmente, os homens aos quais elas estavam ligadas. Já os homens tem um papel positivo, devem demonstrar suas virtudes masculinas desempenhando práticas relacionadas com a lealdade, a valentia, a coragem, a capacidade de controlar as mulheres sob sua responsabilidade.<sup>16</sup>

Reconhecível também nas análises focadas no espaço latino-americano é a necessidade da publicidade, do coletivo, para que exista o reconhecimento da honra de qualquer sujeito. É impossível a autopromoção da honorabilidade. Um sujeito só é honrado quando sua reputação é confirmada pelo veredito público. Por outro lado esse veredito não era eterno, a honra deveria ser reafirmada e defendida constantemente, pois poderia a qualquer momento ser colocada em risco com insultos, comentários maldosos, declarações ofensivas e humilhantes, assim que, o sujeito honrado é aquele que se defende e impõe-se aos desafios, tentativas de máculas e questionamentos à sua conduta. Por outro lado, grande parte das máculas à honra podiam ser sanadas, reparadas; e a

---

<sup>16</sup> FERNÁNDEZ, María Alejandra. Entre La ley Del más fuerte y La fuerza de La Ley. Las distintas respuestas frente a los insultos, Buenos Aires 1750-1810. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; GAYOL, Sandra (orgs.). **Sociabilidades, justiça e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 148.

honra restituída por uma série de práticas e negociações, que de maneira privada e, em geral, secretas, solucionavam as decorrências das atitudes desonrosas sem afetar à honra pública.<sup>17</sup>

De outro lado temos a crença das elites que a honra era um bem exclusivo, o restante da sociedade excluía-se dos detentores de honorabilidade, por motivos que iam da origem racial impura, ilegitimidade de origens, maus hábitos; fica evidente que devemos levar em conta as clivagens de classe, gênero e raça para entendermos a cultura da honra.

Contrariando as crenças das elites dos séculos XVIII e XIX, o cuidado e a defesa da honorabilidade, da reputação, era de suma importância para os setores médios e populares, indígenas, castas e negros. Especialmente para os pobres a honra era a forma de arranjar formas alternativas de hierarquias, vinculadas ao proceder, ao bom nome e ao respeito.<sup>18</sup> A relação entre a honra e a violência, conforme relatam pesquisas para a América colonial está presente nos setores populares, nos quais a defesa da honra assumiria formas próprias, espontâneas e diretas.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> Ver TWINAM, Ann. The negotiation of honor. Elites, sexuality and illegitimacy in Eighteenth-Century Spanish America. In: JOHNSON, Lyman L.; LIPSETT-RIVERA, Sonya (eds.). **The Faces of Honor: Sex, Shame, and Violence in Colonial Latin America**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998, p. 68-102; NAZZARI, M. An urgent need to Conceal. In: JOHNSON, Lyman L.; LIPSETT-RIVERA, Sonya (eds.). **The Faces of Honor: Sex, Shame, and Violence in Colonial Latin America**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998, p. 103-126; e, também, TWINAM, Ann. **Public Lives, Private Secrets: Gender, Honor, Sexuality, and Illegitimacy in Colonial Spanish America**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

<sup>18</sup> FERNÁNDEZ, María Alejandra. Entre La ley Del más fuerte y La fuerza de La Ley. Las distintas respuestas frente a los insultos, Buenos Aires 1750-1810. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; GAYOL, Sandra (orgs.). **Sociabilidades, justiça e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 149.

<sup>19</sup> Ver mais em JOHNSON, Lyman L.; LIPSETT-RIVERA, Sonya (eds.). **The Faces of Honor: Sex, Shame, and Violence in Colonial Latin America**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998. Em especial, os seguintes capítulos: BOYER, Richard. Honor among Plebeians: Mala Sangre And Social Reputation; JOHNSON, Lyman L. Dangerous Words, Provocative Gestures, and Violent Acts: The Disputed Hierarchies of Plebeian Life in Colonial Buenos Aires. Também Sarah Chambers analisa os efeitos das mudanças políticas sobre os conceitos de honra dos setores populares em

Apesar da multiplicidade de análises do período colonial hispânico, a produção historiográfica sobre o tema da honra avança no período republicano. Em geral, as elites que, depois da Independência, vieram a ocupar todos os poderes das flamantes repúblicas criolas são de maneira evidente de raiz hispânica, e esta se constituía em seu modelo declarado. No entanto, também é certo que manifestavam desde tempos atrás atos distintivos, originais se compararmos com as normas culturais hispânicas de corte aristocrático. Frédérique Langue analisa, desde os enfoques da história das mentalidades e/ou das representações, os fenômenos de integração da elite venezuelana com “a multidão promíscua”, isto no mundo dos mestiços, da “pardocracia”. As práticas discursivas desta, sua cultura, remetiam ao essencial dos modelos da elite, que por sua vez não podia fazer caso omissos desses outros componentes do disputado leque social venezuelano. Com o passar do tempo, a pressão demográfica e a aparição de novos setores sociais, “los de abajo” se converteram em atores. Multiplicaram-se as consequências. De um lado as elites cobraram suas características distintivas próprias, inclusive numa leitura latino-americana, com estratégias para conservar sua estirpe e sua honra. Por outro lado, o grupo majoritário, o dos pardos, recuperou de maneira perversa o modelo inicial de defesa da honorabilidade, longe de recusá-lo ou invertê-lo, perpetuou-o por caminhos distintos, restituindo a plena vigência do discurso aristocrático, o que recordava em muito um alegado esplendor originário. Nascia uma das bases culturais da ainda incipiente (ou futura) classe média, a defesa da honra baseada em um imaginário fortemente impregnado de elementos aristocráticos.<sup>20</sup>

Cabe aqui uma atenção específica ao caso da região platina, quer pela proximidade geográfica quer pelas inter-relações culturais, que tem, no mínimo, três grandes linhas de análise histórica acerca do tema da honra, da violência e

---

Arequipa, Peru, examina a cultura política da região durante a transição entre o fim do período colonial e a independência, seu argumento é que a independência ampliou o desenvolvimento do conceito de honra, e suas consequentes disputas, entre os setores populares, em CHAMBERS, Sarah C. **From Subjects to Citizens: Honor, Gender, and Politics in Arequipa, Peru, 1780-1854**. Pittsburgh: Pennsylvania State University Press, 1999.

<sup>20</sup> LANGUE, Frédérique. **Aristócratas, honor y subversión en la Venezuela del siglo XVIII**. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de Historia, 2000.

da justiça com as suas imbricações. De início, temos as análises que se utilizam das documentações judiciais, através delas investigam a resolução dos conflitos, a razão originária das reclamações por injúria e difamação, as formas mais frequentes de difamação, os grupos sociais envolvidos, as respostas e caminhos judiciais; as investigações vislumbram responder qual era o conteúdo dos códigos de honra e como era manejado pelos ofendidos.<sup>21</sup> Em segundo lugar, poderíamos situar os estudos que entrecruzam honra, violência e gênero, situados no campo das investigações sobre a violência contra mulheres, particularmente os de motivação sexual, secundados pela violência doméstica.<sup>22</sup> Por último, estão os trabalhos que se centram na análise das resoluções privadas e diretas dos conflitos envolvendo a honra, protagonizados por homens e utilizando-se dos casos criminais de homicídios, lesão corporal e brigas.<sup>23</sup> Essa

<sup>21</sup> MALLO, S. Hombres, mujeres y honor: Injurias, calumnias y difamación en Buenos Aires (1770-1840). *Estudios de Historia Colonial*, nº 13, 1993, p. 9-27; FERNÁNDEZ, M. A. Familias en conflicto: entre el honor y la deshonra. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, nº 20, 1999, p. 7-43; CICERCHIA, Ricardo. De mujeres, varones y juices: Familia popular y justicia en la ciudad de Buenos Aires (1776-1850). In: PERRIN, Michel; PERRUCHON, Marie (comp.). *Complementariedad entre Hombre y Mujer. Relaciones de Genero desde la Perspectiva Amerindia*. Quito: Abya-yala, 1997; FERNÁNDEZ, María Alejandra. El honor: una cuestión de género. *Arenal*, Universidade de Granada, vol. 7, nº 2, jul/dez, 2000, p. 361-381.

<sup>22</sup> SOCOLOW, Susan M. Acceptable Partners: Marriage Choice in Argentina, 1778-1810. In: LAVRIN, Asunción (ed.). *Sexuality and Marriage in Colonial Latin America*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1989; RUGGIERO, Kristin. Wives on "Deposit": Internment and the Preservation of Husband's Honor in Nineteenth-Century Buenos Aires. *Journal of Family History*, nº 17, 1992; BARRENECHE, Osvaldo. "Esos Torpes Dezeos": Delitos y desviaciones sexuales en Buenos Aires 1760-1810. *Estudios de Historia Colonial*, nº 13, La Plata: Universidad Nacional de La Plata, p. 29-45; 1993; MALLO, Silvia. Justicia, divorcio, alimentos y malos tratos en el Río de la Plata - 1766-1857. *Investigaciones y ensayos*, nº 42, Buenos Aires: Academia Nacional de História, 1992, p. 373-400; e GAYOL, S. La sexualité des femmes à Buenos Aires: honneur et enjeu masculins (1860-1900). *Revue HSAL*, n. 5, Paris, mars 1997..

<sup>23</sup> Ver JOHNSON, Lyman L. Dangerous Words, Provocative Gestures, and Violent Acts: The Disputed Hierarchies of Plebeian Life in Colonial Buenos Aires. In: JOHNSON, Lyman L.; LIPSETT-RIVERA, Sonya (eds.). *The Faces of Honor: Sex, Shame, and Violence in Colonial Latin America*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998; BARRENECHE, Osvaldo. A solo quitarte la vida vengo. Homicidio y Administración de Justicia en Buenos Aires. 1784-1810. In: MAYO, Carlos A. (coord.). *Estudios de Historia Colonial Rioplatense*. La Plata: Editorial de la UNLP, 1995, p. 7-39. Em especial os alentados estudos de Sandra Gayol sobre honra na Argentina, entre eles ver GAYOL, Sandra. Honor moderno: the Significance of Honor in Fin-de-Siècle

breve incursão pelos estudos platinos centrados na honra, levanta a possibilidade/necessidade de investigarmos parte da cultura sul-rio-grandense dos séculos XVIII, XIX e inícios do XX sob o aspecto da honra.

Apesar de ser apontada como tema quente, a historiografia brasileira ainda não explorou suficientemente nem a extensão do tema nem temos variedade significativa de abordagens teóricas. Talvez a honrosa exceção, tanto na concentração e como na qualidade, sejam os trabalhos acerca da honra feminina. Os estudos dos conceitos e usos da honra, embora escassos, tem concentração nas análises de gênero em que se investigam as relações entre a defesa da honra feminina, as posições de subalternidade feminina, as lutas emancipatórias e as ressemantizações do conceito de honra.<sup>24</sup> Contudo, os aportes da antropologia social, que produziram um número bastante significativo de trabalhos acerca da honra, da vergonha, do *status*, trazem novas possibilidades de interpretação histórica dos fenômenos sociais ligados a esse tema.<sup>25</sup>

---

Argentina. **Hispanic American Historical Review**, 84.3 (2004); GAYOL, Sandra. Duelos, honores, leyes y derechos: Argentina, 1887-1923. **Anuario IEHS**, Tandil, Argentina, n° 14, 1999; GAYOL, Sandra. Elogio, deslegitimación y estéticas de las violencias urbanas: Buenos Aires, 1870-1920. In: GAYOL, Sandra; Kessler, G. (eds.). **Violencias, delitos y justicias en la Argentina**. Buenos Aires: Manantial/Universidad Nacional de General Sarmiento, 2002, p. 41-64; GAYOL, Sandra. **Sociabilidad en Buenos Aires, hombres, honor y cafés, 1862-1910**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2000.

<sup>24</sup> Ver, entre outros autores, as seguintes: ESTEVES, M. A. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; CAULFIELD, S.; ESTEVES, M. A. 50 anos de virgindade no Rio de Janeiro da Belle Époque: as políticas da sexualidade no discurso jurídico e popular, 1890-1940. **Caderno Espaço Feminino**, 1, 1996, p. 15-52; CAULFIELD, S. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. São Paulo: UNICAMP, 2000, 393 p. (Coleção Várias Histórias); AREND, S. F. **Casar ou amasiar? A família popular em Porto Alegre no final do século XIX**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 96 p. (Coleção Academia).

<sup>25</sup> Só para citar alguns trabalhos da área da antropologia: ARAGÃO, Luiz Tarlei de. Em Nome da Mãe. In: FRANCHETTO, B. et al. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. Vol. 3; CORRÊA, Mariza. **Os Crimes da Paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981; DA MATTA, Roberto. **A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense,

Correndo em uma raia particular, sem contatos com as abordagens antropológicas e respaldado em copioso material empírico, temos a notável pesquisa de Evaldo Cabral de Mello<sup>26</sup> que desvenda a intrincada documentação genealógica da linhagem de uma rica família do Pernambuco colonial, que tinha as máculas da origem sefardita. Para que os membros da família Sá e Albuquerque pudessem acessar aos cargos públicos, à carreira eclesiástica e às honrarias e mercês dispensadas pela Coroa, deveriam provar que não descendiam de judeus, africanos, índios e mouros. Essa era a prática vigente os séculos XVI a XVIII em Portugal, Espanha e em seus territórios ultramar; sendo assim, a honra do súdito e de sua parentela estava atrelada à “pureza” de sangue. Cabral de Mello, de forma atraente, aponta um sistema de fraude montada para apagar as origens que pudessem comprometer os poderosos pernambucanos que já pertenciam à nobreza ou desejam integrá-la.

Assim, estudar os usos dos conceitos de honra representa compreender um conjunto de normas que, muitas vezes justificadas pelo seu suposto caráter natural, sustentam a lógica da manutenção de relações desiguais de poder nas esferas públicas e privadas. Tanto a análise de casos particulares como da sociedade analisada no seu conjunto, desvelam os usos dos conceitos de honra para consolidar posições hierárquicas baseadas em relações de raça, classe e gênero. Partindo-se da noção de que os padrões de desigualdade entre indivíduos de uma mesma sociedade não se estabelecem por leis naturais,

---

1985; DÓRIA, Carlos Alberto. A Tradição Honrada. **Pagu**, nº 2, Campinas: Unicamp/ Núcleo de Estudos de Gênero, 1994, p. 47-111; DUARTE, Luiz Fernando Dias. Muita Vergonha, Pouca Vergonha: sexo e moralidade entre classes trabalhadoras urbanas. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: UFRJ/PROED, 1987; FONSECA, Claudia. **Família, Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: UFRGS, 2000; MACHADO, Lia Zanotta. Honra, Família e Individualismo. Anuário Antropológico, nº 85. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p. 138-151; ROHDEN, Fabíola. Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, nº 48, Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, 1999, p. 69-89.

<sup>26</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

necessita-se examinar como se dá a construção das regras de honra a partir de processos históricos dinâmicos e contínuos.

### Honra: algumas conceituações

Parece ser impossível datar as origens da prática dos confrontos violentos em defesa da honra. Entretanto, é plausível afirmar que encontramos relatos de disputas pela honra já nas primeiras narrativas da civilização ocidental que temos notícia. O lendário poeta grego Homero, nas fundadoras *Ilíada* e *Odisseia*, apresenta uma diversidade de confrontos e duelos memoráveis nos quais se envolvem seus personagens<sup>27</sup>. Também entre os historiadores da Antiguidade temos referências ao assunto. Ao que parece, o duelo é a mais forte expressão da disputa pela honra. Por exemplo, Posidônio “gostava de descrever aqueles banquetes rigorosamente hierárquicos dos celtas em que as pessoas se desafiavam para duelos mortais a respeito de sutis questões de honra, tal como o melhor pedaço de carne”.<sup>28</sup> Entretanto, parece que foram os germanos que, na sua tradição guerreira, aperfeiçoaram o duelo e, em suas conquistas, estenderam sua prática ao resto da Europa. Já no antigo Direito Germânico, “o que caracterizava uma ação penal era sempre uma espécie de duelo, de oposição direta entre indivíduos, entre famílias, ou grupos. Não havia intervenção de nenhum representante da autoridade. Tratava-se de uma reclamação feita por um indivíduo a outro, só havendo intervenção destes dois personagens: aquele que se defende e aquele que acusa”.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> Ver ADKINS, A.W.H. Honor and Punishment in the Homeric Poems. In: **Bulletin – Institute of Classical Studies**, University of London, n.7, 1960, p. 23-32.

<sup>28</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. **Os limites da helenização**. A interação das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 66-67.

<sup>29</sup> FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2002, p. 55-56.

O estudo da honra apresenta um dos aspectos mais difíceis da investigação histórica, ou seja, tratar com a natureza fluída das categorias em análise. A própria noção de honra é uma categoria que por vezes parece ser tão ampla que impossibilitaria apreendermos seus significados, restando a impressão de que honra pode conter o todo cultural, a base do desvendamento da sociabilidade, logo, o que tudo contém está vazio. Somente para chamar atenção para o problema conceitual e historiográfico, no século XIX, por exemplo, pode haver distâncias enormes, até mesmo contradições, entre a noção de honra legislada e empregada pelo Estado e nos embates dos juristas, a sua prática cotidiana entre cidadãos das diversas classes e origens – o que por si já implicaria em diferentes concepções de honra –, e as defesas da honra nos debates pelo modelo correto para a construção da nação. Assim que, existe uma longa distância entre a honra ofendida de um homem, a honra de uma moça deflorada e a honra da nação.<sup>30</sup>

Já apontou Fabíola Rohden,

O conceito de honra – ou os núcleos simbólicos comumente a ele associados – pode ser reconhecido como um dos conceitos clássicos da teoria social, básico para a compreensão de determinados sistemas sociais e, muito frequentemente, tomado mais como um pressuposto que como objeto de estudos.<sup>31</sup>

Aponta ainda que as problemáticas associadas à honra são ricas de potencialidades e conexões analíticas e diz, ao esmiuçar as referências sobre o conceito, que

é possível perceber que os estudos que têm tratado do tema mantêm-se girando em torno de um conjunto de referências comuns, centradas

---

<sup>30</sup> ROHDEN, Fabíola. Honra no Brasil: da moral sexual à imagem da nação. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Dez 2001, vol. 8, nº 3, p. 773.

<sup>31</sup> ROHDEN, Fabíola. Para que Serve o Conceito de Honra, ainda hoje? **Campos - Revista de Antropologia Social**, vol. 7, nº 2, 2006, p. 101.

nas pesquisas que envolveram a chamada “área cultural mediterrânea” e as suas críticas.<sup>32</sup>

No artigo *La enfermedad del honor*, Pitt-Rivers<sup>33</sup> discute a universalidade e a atualidade do conceito de honra. Trafega entre a valorização dos estudos originais que identificaram a honra mediterrânea e a relativização de sua adequação mesmo naquela “área cultural”. Fazendo uma avaliação do quadro já no final do século XX e respondendo à pergunta sobre a honra estar obsoleta, sugere que foi expurgada da língua, mas não do sistema simbólico.

Mesmo que com meio século de distância do aparecimento de “Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas”, a coletânea seminal organizada pelos antropólogos J. G. Peristiany e J. Pitt-Rivers, durante a década de 1960, podemos nos escudar em um dos fundadores dos estudos do par honra/vergonha da “área cultural mediterrânica”, conforme o antropólogo Julian Pitt-Rivers, a noção de honra não está apenas ligada à necessidade de aprovação ou reprovação social. Possui uma estrutura geral que se revela nas instituições e juízos de valor tradicionais de cada cultura. Ratifica-se por um apelo aos fatos – aos quais impõe a sua própria interpretação – e envolve-se, portanto, em contradições que se refletem nos conflitos da estrutura social. O que se entende por “pessoa honrada”, bem como o que venha a ser a própria honra tem variado de uma época para outra, de uma região para outras, entre diferentes culturas, e, principalmente, de uma classe para outra.<sup>34</sup>

Ainda na “Introdução” da mesma obra, Peristiany explica que a dupla opositora/complementar honra/vergonha faz parte do sistema de regras de conduta ou de regulamentos sociais comuns a todas as sociedades. A

---

<sup>32</sup> ROHDEN, Fabíola. Para que Serve o Conceito de Honra, ainda hoje? **Campos - Revista de Antropologia Social**, vol. 7, nº 2, 2006, p. 102.

<sup>33</sup> PITT-RIVERS, Julian. *La enfermedad del honor*. **Anuario IEHS**, nº 14, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 1999, p. 235.

<sup>34</sup> PITT-RIVERS, J. **Honra e posição social**. PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. p. 13-14.

hierarquização social dos indivíduos dependeria dos dois polos opostos de valorização/desvalorização: honra e vergonha. Seriam, pois, universais, todas as sociedades teriam suas formas de honra e vergonha. Porém, Peristiany esclarece que existem diferenças na maneira das sociedades se referirem a estas formas de valorização, umas mais constantes que outras, em destaque estariam às sociedades da chamada “área cultural mediterrânea” (em alguns momentos também se referem à área ibérica), que teriam certas continuidades ou persistências na forma de pensar, especialmente quando se considera a relação homem-mulher e os diferentes papéis atribuídos aos sexos.<sup>35</sup>

Para melhor compreendermos o sistema ideal de valores de honra e as distorções que esse sistema sofre na sua aplicação prática, alguns fatores precisariam ser levados em conta. Os valores da honra são particularistas, individualistas, e, não raro, egoístas. Em geral, a proteção dos interesses da esfera privada, e, nesse âmbito, os da família, é fundamental. Esses valores se revelam mais intensos em comunidades menores. Dois principais fatores parecem exemplificar essas constatações: a) a inalienável obrigação de um homem ou de uma mulher para com os deveres familiares, acima de quaisquer outros; e b) a estratificação social bem definida, com o poder político e econômico nas mãos de uma pequena minoria, o que exclui a grande maioria, fadada a competir pelo recebimento de favores.<sup>36</sup>

No sistema ideal, cabe ao homem a responsabilidade sobre uma família. Deve ser corajoso sem ser temerário, firme sem ser teimoso e dotado de bom senso e sabedoria de vida para estabelecer compromissos sem sacrificar a independência. O acesso a essa condição, aos direitos e aos deveres da hombridade, se dá pelo casamento. O homem solteiro permanece na condição de “rapaz” e o seu *status* social será sempre inferior ao de um homem casado.

---

<sup>35</sup> PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. Introdução.

<sup>36</sup> PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. XVII.

O *status* de qualquer família depende de fatores morais e de fatores materiais. Idealmente, a divisão dos sexos é objetiva: cabe ao homem assegurar a sobrevivência material e, se possível, a prosperidade da família; cabe à mulher garantir que permaneça intacta a sua integridade moral. A falência do marido e o adultério da mulher são situações limites que podem levar uma família à derrocada. Cada família real procura aproximar-se deste modelo ideal, mas, evidentemente, a tarefa é menos árdua para as famílias mais prósperas.<sup>37</sup> Assim, enquanto o sistema de valores ideal parece ser o mesmo para todos os grupos da sociedade, as possibilidades de viver de acordo com ele variam substancialmente segundo a posição de cada família na estratificação social.

Por outro lado, em uma revisão mais recente são os mesmos Peristiany e Pitt-Rivers que delineiam o conceito de honra de uma forma bem mais flexível, chamando atenção para os contextos sociais e temporais em jogo e para as manipulações performadas pelos grupos sociais. Uma diversidade de aspectos de práticas e instituições do mundo mediterrâneo estaria envolvida pela honra. O conceito de honra importaria não só numa diversidade de personalidades sociais existentes em dada sociedade, mas também diferentes e contraditórios valores de grupos em conflito, como linhagens, clãs, classes ou corporações, que dariam primazia, no seu conceito de honra, a características que beneficiem a sua promoção social.<sup>38</sup>

Podemos, ainda, apontar em Peristiany e Pitt-Rivers dois temas importantes. Em primeiro lugar, o reconhecimento de uma dimensão mais abrangente que o conceito ganha na dinâmica social. Aconselham não trabalhar-se com o conceito de honra como único e constante. E sim devemos utilizar a noção de campo conceitual, através do qual as pessoas encontrariam meios

---

<sup>37</sup> PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. XVIII-XIX.

<sup>38</sup> PERISTIANY J. G.; PITT-RIVERS, J. (eds.). **Honor and Grace in Anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. Introduction.

para expressar sua estima por si mesmas ou pelos outros. Em sua concepção de cultura o que estaria suposto, ao contrário de um conjunto de regras de conduta que garantem a organização da sociedade, seria uma estrutura de premissas conflitantes a partir das quais a luta por domínio tem lugar. Em segundo lugar, a honra deveria deixar de ser conceituada só em termos de manifestação de precedência ou poder e passa a ser considerado o fato de que o domínio de sua definição, de seu conceito, é também um meio de obtê-la e mantê-la. Exemplificariam essas suas práticas, a disputa entre a Igreja e a nobreza sobre a sua definição em termos de dádiva divina ou conquista pelo uso corajoso das armas, ou as distinções entre os tradicionais detentores de posição social e os novos ricos. A disputa se daria pela instituição por cada classe ou grupo de sua própria noção/conceito de honra e pelo poder de se avaliar e aos outros nestes termos.<sup>39</sup>

Os críticos das análises antropológicas da honra afirmam que, nesses estudos, a honra se referia apenas à distribuição de poder e riqueza. Em sua defesa, Peristiany e Pitt-Rivers, alegam que os argumentos são reducionistas e materialistas e não dando conta do componente paradoxal do conceito de honra.

Enfatizam que é necessário levar em conta o componente paradoxal do conceito de honra, na medida em que esta representa tanto uma questão de consciência moral e um sentimento quanto um fato de reputação ou precedência (ligada à virtude do nascimento, poder, riqueza, santidade, prestígio etc.). Somente assim entenderíamos que os estudos não podem ser reduzir ou tratar a honra como um epifenômeno de algum outro fato. Mas sim levar em conta que a honra obedece a uma lógica própria.<sup>40</sup>

Portanto, um sistema de valores nunca é um código homogêneo de princípios abstratos a que obedecem todos os participantes de uma dada cultura

---

<sup>39</sup> PERISTIANY J. G.; PITT-RIVERS, J. (eds.). **Honor and Grace in Anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. Introduction.

<sup>40</sup> PERISTIANY J. G.; PITT-RIVERS, J. (eds.). **Honor and Grace in Anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. Introduction.

e que pode ser extraído de um manual com o auxílio de perguntas hipotéticas, mas uma coleção de conceitos inter-relacionados e utilizados de maneira distinta pelos vários grupos sociais definidos por sexo, idade, classe, ocupação, em contextos que lhes conferem diferentes significados.<sup>41</sup>

## História e literatura

Desde que Lawrence Stone nos finais da década de 1970 trouxe a público seu polêmico texto sobre o retorno da narrativa,<sup>42</sup> no qual entre outras coisas, apontava algumas tendências da escrita da história, principalmente, a sua proximidade – uma quase igualdade formal – com estilos literários de narração, o debate entre historiadores com relação à literatura parece ter estagnado em um impasse metodológico que parece oferecer somente duas saídas: a primeira, que busca ver a literatura como fonte para a escrita da história, principalmente a partir da ruptura da dicotomia entre fato e ficção oferecida pela epistemologia da história cultural;<sup>43</sup> e, a segunda, que procura na narratividade literária uma forma de expressão discursiva, cujas “oposições ontológicas e epistemológicas

---

<sup>41</sup> PERISTIANY J. G.; PITT-RIVERS, J. (eds.). **Honor and Grace in Anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. Introduction.

<sup>42</sup> STONE, Lawrence. The revival of narrative: reflections on a new old history. **Past & Present**, Oxford, v.85, n.1, p.3-24, 1979.

<sup>43</sup> CHARTIER, Roger. Writing the practices. **French Historical Studies**, v. 21, n.2, p.255-264, 1998; e CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro : DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

conduzem a determinadas posturas ideológicas e também especificamente políticas”.<sup>44</sup>

Se a primeira opção tem, como é apontado pelos críticos, dificuldades em compreender os aspectos comunicativos da literatura, em particular as práticas derivadas da leitura; a segunda encara a literatura somente como a protocolos linguísticos, sem considerar as delimitações sociais, temporal e geograficamente construídas, que regem a produção de qualquer tipo de conhecimento.<sup>45</sup>

A proposta aqui apresentada entende como possível trabalhos de pesquisa histórica voltados à percepção da realidade “através” de obras literárias – ou seja, que buscam na literatura formas de estruturação discursiva de processos sociais historicamente construídos. Acredita-se que as narrativas literárias podem e devem ser consideradas fontes para a realização de estudos hermenêuticos, sem necessariamente se prender ao debate linguístico por si só. Trata-se de uma análise histórica que busca incluir os tropos literários em processos culturais mais amplos.

Assim que a literatura, sob a ótica da história cultural, é uma representação social que nos ajuda a compreender como se dão as competições e concorrências estabelecidas na construção e legitimação das diferentes concepções de mundo em cada sociedade<sup>46</sup>. Como diz Chartier,

---

<sup>44</sup> VILLAVICENCIO, Herminio Nuñez. Narración histórica y narrativa literaria, una cuestión posmoderna. **Ciencia Ergo Sum**, Toluca, v.14, n.1, 2007, p.85.

<sup>45</sup> CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988, p.257.

<sup>46</sup> Ver mais sobre o conceito de representação social em BOURDIEU, Pierre. A Força da Representação. In: BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas Linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996; BOURDIEU, Pierre. La force de la représentation. In: BOURDIEU, Pierre. **Ce que parler veut dire**. Paris: Fayard, 1981; CHARTIER, Roger. **A História Cultural - Entre Práticas e Representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990; CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, USP, n. 5, v. 11, Jan-abr. 1991; GINZBURG, Carlo. **El juez y el historiador. Acotaciones al margen del caso Sofri**. Madrid: Anaya & Mario Muchnik, 1993; GINZBURG, Carlo. **Representação: a palavra, a idéia, a coisa**. In: GINZBURG, Carlo. Olhos de Madeira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: UFMG, 1999; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Construção da Diferença: cidadania e exclusão**. Porto Alegre:

as representações do mundo social são construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, pelas determinações dos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. Por isso a investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social. Muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais.<sup>47</sup>

Ainda, segundo Chartier, a história cultural tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, dada a ler:

uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e apreciação do real. Variáveis consoantes as classes sociais ou os meios intelectuais são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço decifrado.<sup>48</sup>

Podemos, portanto, pensar em uma história cultural que tome por objeto a compreensão das *representações* do mundo social pelos indivíduos que o vêem, da maneira como o fazem. Antes, porém, cabem algumas considerações a

---

UFRGS, 1998; e, PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1999.

<sup>47</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro : DIFEL/Bertrand Brasil, 1990, pág. 17-18.

<sup>48</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990, pág. 17.

respeito desse conceito. Ginzburg recorre ao auxílio de um dicionário para levar a cabo esta empresa:

abramos agora o *Petit Robert*. O artigo “representação” é dividido em duas rubricas: a primeira começa por: “ação de colocar diante dos olhos ou diante do espírito de alguém”, definição seguida por uma lista de significações particulares como, por exemplo, “o fato de tornar sensível (um objeto ausente ou um conceito) através de uma imagem, de uma figura, de um signo, etc...”; a segunda começa por “ação de substituir (alguém), de agir no seu lugar (no exercício de um direito)”, definição seguida por: “ação de representar no estrangeiro”, “ação de representar (o povo, a nação) no exercício do poder”, “ação de firmar contratos pela conta de uma casa de comércio”. As duas rubricas tem, grosso modo, alguma coisa em comum: a idéia de substituição, de “*remplacement*” (que evoca a ausência). Mas o elemento evocador ou mimético (referindo-se à presença, ou ao menos a uma certa presença), que é central na primeira categoria, está ausente na segunda.<sup>49</sup>

De forma bastante simplificada, representação pode ser entendida de duas maneiras: 1. presentificação substitutiva e mimética de um ausente; 2. substituição de um ausente por outro objeto, pressupondo uma diferenciação entre o que se representa e o que é representado. No que interessa ao campo da história, o conceito de representação é importante na medida em que interfere tanto no conceito de real quanto no papel do historiador que, pelas abordagens anteriores, detinha o “super-poder” de garimpar entre verdades e invenções o que lhe parecesse mais autêntico.

A idéia de representação relativiza, não só para a história como para outras tantas disciplinas que se organizaram na ânsia do cientificismo do século XIX, os seus próprios objetos de estudo, e elimina de vez tanto a suposta neutralidade de um observador distante como a possibilidade de se encontrar uma versão única para acontecimentos do passado ou do presente.

---

<sup>49</sup> GINZBURG, Carlo. Représentation: le mot, l’idée, la chose. In: **Annales — Économies, Sociétés, Civilisations**, Paris, nov./dec., 1991, pág. 1221.[Tradução do autor.]

Como uma prova inequívoca de que parte da historiografia contemporânea resiste a abandonar os parâmetros cientificistas, ainda fica óbvia a fratura entre as discussões do campo da história e do campo da literatura. Desde o início do século XIX coube aos historiadores

identificar a verdade com o fato e considerar a ficção o oposto da verdade, portanto um obstáculo ao entendimento da realidade e não um meio de apreendê-la. A história passou a ser contraposta à ficção, e, sobretudo ao romance, como a representação do “real” em contraste com a representação do “possível” ou apenas do “imaginável”.<sup>50</sup>

Atualmente, entretanto, longe de apregoar a equivalência entre as produções históricas e literárias, é possível pensar que, mesmo originárias de planos epistemológicos diferentes, ambas são recortes, aproximações da realidade que se manifestam através de meios narrativos. Assim, o diálogo da historiografia com os estudos literários traz a produção literária propriamente dita para o campo das análises histórico-historiográficas, não só como forma de contribuição sobre a consciência da narrativa histórica, mas como *fonte para a história e fonte de história*.

Especificando melhor a operacionalidade do conceito de representação, Chartier observa que ele permite designar e ligar três realidades maiores: primeiro, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais esses classificam, julgam e agem; segundo, as formas de exibição do ser social ou do poder político tais como as revelam signos e *performances* simbólicas através da imagem, do rito; por último, a “presentificação” em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade. A utilização desses três conceitos permite que os trabalhos históricos se dediquem a períodos em que as sociedades passam a utilizar cada

---

<sup>50</sup> WHITE, Hayden. As ficções da representação factual. In: WHITE, H. **Trópicos do discurso**. São Paulo: UNESP, 1994, p. 139.

vez com maior frequência lutas que tem por objeto as representações, ao invés de batalhas e confrontações diretas. A história cultural caminha para a análise das representações do poder e da construção das identidades sociais ou culturais. Pelas palavras de Chartier:

definiu-se assim uma história das modalidades do fazer-criar e das formas de crença que é antes de tudo uma história das relações de forças simbólicas, uma história da aceitação ou da rejeição pelos dominados dos princípios inculcados, das identidades impostas que visam assegurar e perpetuar sua dominação<sup>51</sup>.

Uma crítica feita às abordagens baseadas na história das representações é que essa se afastaria da “objetividade das estruturas”, logo do real concreto, e iria ao encontro da “subjetividade das representações”, desembocando no imaginário, no irreal e no improvável. A defesa empreendida pela história cultural baseia-se na observação de que estas críticas partem de correntes limitadas às perspectivas materialistas ou idealistas, e que a dicotomia entre o real e o imaginário como partes em oposição necessita ser questionada e afastada das concepções históricas. Assim, pela ótica da história cultural, o que fica claro é uma conseqüente historicização de objetos anteriormente excluídos das análises históricas. Aprovar estas abordagens significa ampliar as possibilidades de decifração e entendimento do real pelo seu conteúdo imaginário, ou seja, pelas suas representações.

Cabe lembrar que mesmo a alegada liberdade de criação literária, de um mundo de ficção, ou seja, irreal, obedece a um complexo processo, como diz Ricoeur,

A questão da liberdade criadora não é simples. A libertação da ficção das coerções da história – coerções resumidas na prova documentária – não constitui a palavra final acerca da liberdade da ficção. Ela constitui apenas o seu momento cartesiano: a livre escolha no reino do imaginário. Mas o serviço da visão do mundo que o autor implicado tem

---

51 CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas.. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7,ano 13, 1994, pág. 108.

a ambição de comunicar ao leitor é para a ficção fonte de coerções mais sutis (...).<sup>52</sup>

Ancorado em outra via tríplice — *representação, prática, apropriação* — Chartier demonstra a pertinência operatória das clivagens da história cultural:

A definição de história cultural pode, nesse contexto, encontrar-se alterada. Por um lado, é preciso pensá-la como a análise do trabalho da representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não o são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como refletindo-o ou dele se desviando.<sup>53</sup>

Finalmente, passando o estudo das representações sociais a ser um dos problemas mais importantes nas análises historiográficas, leva-nos a uma alteração no conceito de *fontes*<sup>54</sup>, já que começam a fazer parte do universo do historiador documentos ou obras que podem estar ligadas a princípios mais próximos a campos que não se movem exclusivamente pela preocupação com a verossimilhança ou exatidão das informações, mas que nem por isso deixam de ser fundamentais na compreensão dos fenômenos culturais. Assim, a literatura, que goza de um *status* de liberdade poética, é colocada lado a lado da história, sua irmã mais sisuda, para servir-lhe, não só como objeto de estudo, mas também como inspiração.

---

<sup>52</sup> RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papirus, 1997, Tomo 3, p.300-301.

<sup>53</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990, pág. 27.

<sup>54</sup> Cabe lembrar que no seu sentido estrito, fontes para a historiografia tradicional são documentos e escritos oficiais dignos de fé.

Estudar a obra produzida por um romancista significa principalmente reconhecer a literatura como forma de expressão das representações sociais e como um recurso legítimo para o estudo das situações históricas. A contraposição fundamental deixa de ser entre verdadeiro e inventado e passa a ser entre *realidades* e *possibilidades*. Isso leva a um aprofundamento das investigações, ligando o caso específico ao seu contexto, entendido aqui como um campo de possibilidades historicamente determinadas.

Na perspectiva aqui adotada, o escritor tem o mesmo direito do historiador de tentar encontrar relações entre os fatos e as estruturas subjacentes de suas representações sociais. Todavia, ainda é soberana a noção de que para que o discurso literário esteja apto a apresentar formas válidas para considerações históricas, é necessário que a análise seja absolutamente *objetiva*, o que por vezes pode levar-nos por caminhos equivocados. Em se tratando de questões literárias e estéticas em geral, no máximo podem-se estabelecer *critérios de objetividade*, a partir da constatação da recorrência de idéias em discursos de tipos diferentes. Assim, pode-se examinar a importância e a pertinência da visão analítica e descritiva da história que os romances contêm.

Literatura e história estão fadadas a não se separarem muito facilmente. Embora poucos sejam os romancistas capazes de manter o equilíbrio entre o histórico e o estético, há que se reconhecer que ambas concepções sempre conviveram nas obras reconhecidas como clássicas e de fundamental importância para o estudo das humanidades. Segundo Freitas,

a análise histórica permite examinar tanto o valor documental do romance quanto a organização estética dos elementos que o constituem. O verdadeiro objetivo não é verificar a realidade, mas analisar a forma pela qual fidelidade ou infração à história organizam esteticamente os textos, e levam ao seu significado profundo.<sup>55</sup>

---

55 FREITAS, Maria Teresa de. **Literatura e história. O romance revolucionário de André Malraux.** Atual Editora, s/l, s/d., pág. 7.

Nota-se que a noção de pluralidade da produção dos textos e seus suportes estabelecem-se como central para a análise da história cultural. Porém, esse conceito necessita de uma ampliação, pois tão plural quanto os textos e seus veículos são as suas apropriações. O conceito de apropriação remete ao sentido social dos usos e interpretações, permitindo reportar às determinações fundamentais e às práticas específicas que sustentam as operações de produção de sentido. Embutida nessa perspectiva encontramos tanto uma crítica quanto uma recusa às velhas concepções de estudo da história das idéias, baseada no pensamento universal e em categorias invariáveis, impossíveis de se manterem frente à descontinuidade das trajetórias históricas.

As fontes literárias, como podemos perceber, sempre exigem uma melhor explicitação conceitual do ponto de vista da sua utilização como fonte de história. A análise histórica da literatura que tematiza o Rio Grande do Sul do século XIX é uma possibilidade fecunda de apreender as peculiaridades de sua formação cultural provocada pelo encontro/ confronto, entre outras, das diferentes culturas platinas e lusitanas, das relações entre a província e o centro do Império brasileiro. Essas culturas literárias são portadoras de tradições e valores que ora se aproximam, ora se distanciam, e que estão reunidas num espaço geográfico e temporal comum. É, também, uma oportunidade singular para discutir-se o papel da literatura na sociedade e na história.<sup>56</sup>

O campo de estudo da chamada *gauchesca* tem produzido abundantes e apaixonados debates entre escritores, críticos literários e historiadores da literatura desde o final do século XIX até a contemporaneidade. Entre os temas debatidos figuram a construção mítica do gaúcho; o debate “civilização” x “barbárie”, os mecanismos de canonização dos textos fundadores das identidades culturais platinas, a invenção/reconstrução do passado como operação ideológica de produção do imaginário social, as diferentes estratégias narrativas para a produção textual “popular”.

---

56 LEENHARDT, Jacques. **A leitura da literatura no cruzamento das histórias culturais**. Porto Alegre: Fundação Cyro Martins, 2000.

Com certeza, podemos apontar como importante fonte para o estudo da honra a literatura romanesca produzida a respeito do gaúcho que, pelo menos até as primeiras décadas do século XX, pontuou a construção de uma imagem heróica do habitante dos pampas. As denominações *monarca das coxilhas* e *centauro dos pampas*, e suas variantes, povoam as obras líricas e romanescas. Esse arquetípico personagem, destemido, corajoso, ético, justo e leal, é o mesmo que na tradição do herói romântico irá se defrontar com vilões, perigos e infortúnios do destino. Diligentemente vencerá todos os obstáculos, e, se lutou com honradez e lealdade, obterá as recompensas amorosas e sociais.

Um dos instrumentos utilizados na carpintaria romanesca para a demonstração dos valores morais, de força e lealdade do herói, são os confrontos pela honra. O confronto equilibrado dentro de regras estabelecidas rigidamente em códigos cavalheirescos esteve presente desde o início do romance moderno — e antes dele nos livros de cavalaria andante, ora apresentado diretamente com todas as praxes do duelo de honra, outras vezes apresentado indiretamente através da encenação dos passos necessários para a produção do confronto equilibrado.

De toda forma, os confrontos pela honra se apresentam como momentos-chave nos quais o herói e/ou o vilão são testados em seus atributos éticos e morais. Muitas vezes, são não só os ápices da ação romanesca como produzem a principal motivação da vida dos personagens. Especificamente, no caso da gauchesca, a defesa da honorabilidade está presente na quase totalidade das obras conhecidas.<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> De maneira breve e fragmentária, é possível citar algumas obras literárias dentro da tradição da gauchesca com descrições de duelos – o episódio mais visível de defesa da honra – passíveis de análise do processo de construção da honradez do gaúcho. Para começar, *A divina pastora*, de Caldre e Fião, de 1847, foi o segundo romance publicado no Brasil e tem como cenário a Porto Alegre no período da Revolução Farroupilha; segue *O gaúcho*, de José de Alencar, de 1870, um dos autores canônicos da geração romântica; o conto *Duelo de Farrapos*, de J. Simões Lopes Neto, de 1912, da obra *Contos Gauchescos*; logo após, *Don Segundo Sombra*, do argentino Ricardo Güiraldes, de 1926, uma das obras consideradas fundadoras da literatura argentina; *Um certo Capitão Rodrigo*, de Érico

Feita este mapeamento sobre a historiografia da honra e demarcadas as posições conceituais sobre honra e as relações entre história e literatura, nos resta fazer uma breve apresentação do texto. O presente trabalho está distribuído em três capítulos. O primeiro intitulado *O romance e a construção de uma sociedade honrada*, trata das relações do gênero literário romance com o surgimento da modernidade, reconhece na forma do romance-folhetim o primeiro meio de divulgação dos romances nacionais precursores, dentre eles as obras de Caldre e Fião, e encerra com a discussão do papel dos romances como obras que propunham e divulgavam propostas de honra e moral para a sociedade. O segundo capítulo, *Caldre e Fião entre homens de honra*, reconstrói parte do contexto de produção das primeiras obras romanescas brasileiras e o universo da cultura na corte imperial, numa tentativa de localizar o autor Caldre e Fião para uma melhor compreensão de suas obras. Ainda neste capítulo aborda-se a relação da filantropia com as lutas abolicionistas com a construção da honorabilidade, especificamente, a experiência de Caldre e Fião como editor do jornal *O Philantropo*. Finalizamos o capítulo com a polêmica de Caldre e Fião e o “traficante de carne humana” e sua relação com o sumiço do romance *A Divina Pastora*. O terceiro capítulo, *Lições de honra em A Divina Pastora e em O Corsário*, principia com uma discussão geral das duas obras e sua relação com os projetos de defesa da honra, em especial da família e dos sul-rio-grandenses, logo após inicia os exercícios de análise dos textos romanescos tendo por fim observar como é representada a honra familiar, honra masculina, as diferentes concepções de honra de imigrantes e sul-rio-grandenses e os episódios violentos em excertos das narrativas romanescas de Caldre e Fião.

Por fim, só me resta agradecer a leitura e solicitar, tal qual Caldre e Fião, que “sedes indulgentes” para que com as contribuições do debate, a tese possa

---

Veríssimo, de 1949, e parte integrante do Tomo *O continente*, de *O Tempo e o Vento*; e, por fim, o magnífico conto *Sur*, entre outros sobre o tema, de Jorge Luis Borges, de 1944, publicado em *Artíficios*.

ser revestida e forrada com “cabedais de inteligência” e se “torne mais bela”. Eila. À vossa guarda.<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992. Ao Leitor, p. 21.

## Capítulo I

### O romance e a construção de uma sociedade honrada

*O aumento da demanda de livros numa sociedade constitui bom sinal de um avanço pronunciado no processo civilizador, porque sempre são consideráveis a transformação e regulação de paixões necessária tanto para escrevê-los quanto para lê-los.*<sup>59</sup>

Norbert Elias, sociólogo alemão.

Ao escrever seu romance inaugural, *A Divina Pastora*, quais teriam sido as intenções mais profundas de José Antônio do Vale, logo em seguida auto alcunhado Caldre e Fião. Inscrever-se no Panteão dos Homens de Letras; revolucionar escrevendo em gênero ainda pouco usual – o romance; promover sua longínqua província: “cantando a virtude na terra natal”,<sup>60</sup> estabelecer um tratado político-moral; fazer um acerto de contas com os rebeldes farrapos recém dominados; promover a luta abolicionista; defender a necessidade do cristianismo como base da família; integralizar dividendos para seu nascente capital social na capital imperial; ou tudo isso e muito mais, difícil saber a *verdade verdadeira*. Ainda bem que os historiadores têm por obrigação primeira

---

<sup>59</sup> ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizatório**. Volume 2 - Formação do estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p. 229.

<sup>60</sup> No frontispício da edição de 1847, aparece o verso: “Cantando a virtude/ Na terra natal,/ Sorri-me o prazer,/ De mim fuge o mal”. Reprodução fac-símile, In: CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 19. Ver reprodução em Anexos 3 e 4.

interpretar, e, para esse fim, nos parece, que os escritos de Caldre e Fião são muito férteis. Se é que podemos, passado para mais de século, desejar conhecer as intencionalidades ocultas ou não de quaisquer documentos ou testemunhos do passado. O que nos fica é sempre, é tão somente, a interpretação. Se for verdade que podemos interpretar e reinterpretar *ad nauseam* uma fonte histórica, vamos propor mais uma possibilidade: ler em sua produção romanesca a proposição de um projeto moral baseado na honra.

Para tanto, retrocedamos um pouco, e vejamos se o romance se presta para tanto e qual os caminhos que transitou, enquanto gênero e prática literária, até apresentar-se ao nosso escritor Caldre e Fião.

## **O romance e a modernidade burguesa**

Desde o século XVIII, na sociedade ocidental, houve certamente um aumento significativo do consumo de "luxos cotidianos", como tecidos, relógios, móveis, café etc. Entre esses luxos houve, também, um aumento no consumo de livros, e de romances. Geralmente os historiadores literários buscam uma explicação para esse aumento de vendas de livros na própria estrutura dos romances – que seriam mais bem escritos, mais realistas, mais interessantes para os leitores, e por aí vai. Já Moretti diz ter procurado

uma explicação alternativa para o fato de, de repente, os romances venderem mais. Defendi que a razão deve ser semelhante àquela que levou, no mesmo período, a uma produção e a um consumo maior de

relógios, por exemplo. Um desenvolvimento geral de bem-estar material e de riqueza, provocando um modo diferente de se relacionar com os romances, que passam a ser objeto de um tipo de leitura mais distraída.<sup>61</sup>

De fato, em um momento decisivo na história da literatura e da cultura, o do gênero romance se firmou como acontecimento cultural de amplitude planetária. O romance passa a ser a grande *mimesis* e o instrumento cognitivo do mundo moderno, a sua variedade de suas formas e os desafios da representação realista serão objeto de estudos por várias áreas das humanidades.<sup>62</sup>

É a partir das produções recentes do campo de estudo da teoria do romance que partem interessantes indagações para o estudo do gênero. Como as que seguem,

---

<sup>61</sup> MORETTI, Franco (org.). **O romance: A cultura do romance**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

<sup>62</sup> O romance, enquanto gênero literário típico da modernidade, é largamente estudado e gerou profundos debates interpretativos, entre os clássicos representantes dessa discussão temos: ADORNO, Theodor. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: ADORNO, Theodor. **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades/ Ed. 34, 2003; AUERBACH, Erich. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 1987; BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec, 1990; BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987; COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006; COSTA LIMA, Luiz. **O controle do imaginário & a afirmação do romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; FEHÉR, Ferenc. Es problemática la novela? Una contribución a la teoría de la novela. In: FEHÉR, Ferenc et alli. **Dialéctica de las formas: el pensamiento de la Escuela de Budapest**. Barcelona: Península, 1987; JAMESON, Fredric. **O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico**. São Paulo: Ática, 1992; LUKÀCS, Georg. **A teoria do romance**. São Paulo: Duas Cidades/ Ed. 34, 2000; MCKEON, Michael (ed.). **Theory of the novel. A historical approach**. Baltimore/ Londres: The Johns Hopkins University Press, 2000; MORETTI, Franco (org.). **O romance, 1: A cultura do romance**. São Paulo: Cosac Naify, 2009; MORETTI, Franco. The Novel: History and Theory. **New Left Review**, 52, July-August 2008, p. 111-124; WATT, Ian. **A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; e, WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Existem muitas maneiras de falar sobre a teoria do romance, e a minha consistirá em colocar três questões: por que os romances são escritos em prosa; por que tão frequentemente são histórias de aventuras; e por que houve, ao longo do século XVIII, uma ascensão do romance na Europa, e não na China. Por disparatadas que possam parecer, essas questões têm origem em uma mesma ideia, (...) “alongar, alargar e aprofundar o campo literário”, em outras palavras, torná-lo historicamente mais longo, geograficamente mais largo e morfológicamente mais profundo do que aqueles poucos clássicos do realismo europeu ocidental do século XIX que têm dominado a teoria recente do romance.<sup>63</sup>

Neste movimento de compreender o fenômeno do romance, que poderíamos dizer nasce da adaptação em prosa de obras originalmente em verso, ou seja, a prosificação dos romances de cavalaria no século XII. Um momento decisivo em que muda a forma da narratividade saímos do verso que “até certo ponto se basta a si mesmo”, para a prosa que é contínua, uma construção. Para Moretti,

não é à toa que o mito da “inspiração” seja tão raramente evocado no caso da prosa: a inspiração é por demais instantânea para fazer sentido na prosa, semelhante demais a um dom; e a prosa não é um dom, é trabalho.<sup>64</sup>

Como chamou Lukács na Teoria do romance, é a “produtividade do espírito”.<sup>65</sup> A produção romanesca exige capacidade de antecipação, memória, adequação dos meios aos fins, plausibilidade; ela é trabalhosa e deve produzir um novo sentido, uma visão de mundo.

---

<sup>63</sup> MORETTI, Franco. The Novel: History and Theory. *New Left Review*, 52, July-August 2008, p. 111.

<sup>64</sup> MORETTI, Franco. The Novel: History and Theory. *New Left Review*, 52, July-August 2008, p. 113.

<sup>65</sup> LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: Duas Cidades/ Ed. 34, 2000.

Corriqueiramente, as grandes teorias do romance têm sido teorias da modernidade, que explicam o romance como a forma literária difusora dos valores burgueses. No entanto, os primeiros romances parecem ter limitadas defesas da figura do burguês. De fato, são mistos da aventura e dos valores do herói pré-moderno – o honrado cavaleiro – mesclados com um pano de fundo do progresso moderno. Ainda segundo Moretti,

O capitalismo se espalhou por toda parte, sem dúvida, mas os valores que — segundo Marx, Weber, Simmel, Sombart, Freud, Schumpeter... — lhe são supostamente mais congruentes não, e isso me fez olhar para o romance com um olhar diferente: não mais como a forma “natural” da modernidade burguesa, mas como aquela por meio da qual o imaginário pré-moderno continua presente no mundo capitalista. Daí as aventuras. O antípoda do espírito do capitalismo moderno, segundo A ética protestante; um tapa na cara do realismo, como Auerbach viu de forma tão clara em *Mimesis*.<sup>66</sup>

Mas qual seria o papel da aventura e do herói romanescos no mundo moderno? É um contrassenso num mundo moderno que se explica pela defesa do progresso racional, da igualdade entre os cidadãos, da participação política democrática. A aventura e o valor heróico do romance moderno são instrumentos para um capitalismo na ofensiva, planetário, cruzando oceanos. O desprendimento heróico serve para imaginar a guerra. Assim a aventura romanescas

Apaixonada pela força física, à qual fornece justificativa moral na forma da salvação dos fracos de toda forma de abuso, a aventura é a combinação perfeita de poder e dever para acompanhar as expansões do capitalismo. É por isso que o guerreiro cristão de Köhler não apenas sobreviveu em nossa cultura — em romances; filmes; videogames — não apenas sobreviveu, mas sobrepuja qualquer figura burguesa

---

<sup>66</sup> MORETTI, Franco. The Novel: History and Theory. *New Left Review*, 52, July-August 2008, p. 119.

comparável. Schumpeter colocou de forma crua e clara: “A classe burguesa precisa de um senhor”. Precisa de um senhor — para ajudar a exercer a dominação.<sup>67</sup>

Ao procurarmos uma proposta coesa dos valores burgueses centrais nas obras romanescas da modernidade, encontramos muitas distorções, que num primeiro momento parecem estar diluindo a identidade de classe burguesa. Mas, se observarmos de outro ângulo, a coesão e a coerência são completamente irrelevantes, porque a luta por hegemonia capitalista não necessita de pureza – e sim de plasticidade, camuflagem, cumplicidade entre o velho e o novo. Com esse olhar, o romance torna-se essencial para a nossa compreensão da modernidade: “não apesar, mas por causa de seus traços pré-modernos, que não são resíduos arcaicos, mas articulações funcionais de necessidades ideológicas”.<sup>68</sup>

O semiólogo e escritor italiano Umberto Eco narra, em seu romance *Baudolino*, o curioso dilema do bispo medieval Oto de Freising. Certo de que o mundo estivesse envelhecendo e, portanto, destinado à decadência irreversível, o bispo Oto pôs-se a redigir a *Chronica sive Historia de duabus civitatibus*, na qual mostrava como tudo só fizera piorar desde que fora criado por Deus. No entanto, assim que começara a escrever sua *Chronica*, Oto foi convidado para ser o biógrafo oficial do imperador Frederico Barba Ruiva. É claro que o bispo deveria narrar os feitos do Barba Ruiva numa perspectiva positiva, mostrando como o imperador contribuía para a grandeza da humanidade de forma que, nas *Gesta Frederici*, o bispo apresentava um mundo em franco progresso. “Assim,

---

<sup>67</sup> MORETTI, Franco. The Novel: History and Theory. *New Left Review*, 52, July-August 2008, p. 121.

<sup>68</sup> MORETTI, Franco. The Novel: History and Theory. *New Left Review*, 52, July-August 2008, p. 122.

aquele santo homem, por um lado reescrevia a *Chronica*, na qual o mundo ia de mal a pior, e, por outro as *Gesta*, onde o mundo não podia senão melhorar”.<sup>69</sup> O romance moderno vem solucionar o dilema do bispo e da escritura pré-moderna, o bem e o mal convivem. Às vezes combatem; outras simplesmente se espelham em modelos complementares. A apresentação do mundo ideal não é mais possível, nem necessária. O modernismo, podemos até dizer, cnicamente, englobou e relativizou bem e mal – assim como, pré-moderno e moderno – na sua visão de progresso infinito.

O fato é que o romance enquanto gênero, ao longo dos séculos XVIII e XIX, teve uma história de plena ascensão na Europa e, a partir daí, para suas áreas de influência cultural. Mobilizou a escrita de romancistas e críticos, conquistou leitores, exigiu mudanças no mundo editorial – modernizaram-se tipografias, editoras e livrarias. É neste momento, no nascente mercado editorial, que surgem as possibilidades de profissionalização dos homens de letras. Num embate entre, de um lado, os editores na sua busca de ampliar a comercialização de seus produtos literários, através da conquista de novos públicos leitores (ou ouvintes), e, de outro lado, os intelectuais, que lutavam contra a banalização da escrita, uma vez que acreditavam que a proliferação de obras e escritores levava a um inevitável declínio dos padrões de composição estética. Nesta luta o romance era considerado como o mais reconhecido fruto da “fatal revolução que converteu escrever numa profissão mecânica”.<sup>70</sup> De toda forma, foi através deste novo gênero, o romance, que surgiram os primeiros

---

<sup>69</sup> ECO, Umberto. **Baudolino**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 41.

<sup>70</sup> GOLDSMITH, Oliver. The Distresses of an Hired Writer: Addressed to the Authors of the British Magazine. **The British Magazine**, April/ 1761, p. 198-200. Apud: WATT, Ian. **A Ascensão do Romance**: Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 47.

*best-sellers* da época moderna, e, com isso, por primeira vez, a possibilidade de ganhos financeiros consideráveis por seus autores.<sup>71</sup>

Sabe-se da ampla difusão da leitura de romances no final do século XVIII e início do XIX nos países europeus, o que se desconhecia, até há pouco tempo, é que também no Brasil fosse forte o interesse pela prosa de ficção em época tão recuada. O mesmo acontece, guardadas as nossas especificidades, em terras brasileiras. Embora seja menos estudado, o fato é que, assim como ocorreu na Europa, também no Brasil o romance foi progressivamente ocupando lugar de destaque na produção editorial, no comércio livreiro e nas leituras literárias a partir de meados do século XVIII.

Entretanto, podemos entender o romance como um instrumento da modernidade, com todas as suas contradições. Desde seu surgimento foi um instrumento de divulgação de visões de mundo, participou das disputas pelos modelos de sociedade em construção. Pode-se falar de uma gradativa construção da identidade nacional através da literatura que, associada ao contexto histórico, se traduz em uma importante ferramenta para a composição do universo social em cada época e também possui a capacidade de registrar as questões referentes ao modo de viver das sociedades modernas;<sup>72</sup> ainda temos que compreender como esse gênero adentra o circuito nacional das letras e como nele se insere o nosso escritor, o Sr. Caldre e Fião.

---

<sup>71</sup> CHARTIER, Roger. Introdução: A cultura do objeto impresso. In: CHARTIER, Roger (Coord.). **As Utilizações do Objecto Impresso**. Algés [Portugal]: Difel, 1998, p. 9-21.

<sup>72</sup> CANO, Jefferson. **O fardo dos homens de letras: o orbe literário e a construção do império brasileiro**. Campinas, Tese de Doutorado em História/Unicamp, 2001.

## O folhetim e os primeiros romances nacionais

Quando no ano de 1839, o **Jornal do Commercio** do Rio de Janeiro publica *O Aniversário de D. Miguel em 1828* no seu pé de página, inaugura na imprensa brasileira o gênero folhetim ou romance-folhetim<sup>73</sup>. Isso com apenas três anos após o lançamento de *Patrona Calil* de Alphonse Royer, no diário **La Presse**, publicado como novidade pelo editor francês Émile Girardin, com a finalidade de captar assinantes e anunciantes para o jornal, nascia o *roman-feuilleton*. O romance que já começava a angariar popularidade encontrou um dos seus mais eficientes meios de popularização. Pelo caminho do folhetim futuros grandes ícones da literatura iniciaram suas carreiras. Só para constar os principais escritores da Monarquia de Julho (1830-1848), tais como, Honoré de Balzac, Alexandre Dumas, Eugène Sue, Paul Féval, Frédéric Soulié publicaram em

---

<sup>73</sup> Para estudos dos romances-folhetim no Brasil do século XIX, ver SERRA, Tânia Rebelo Costa. **Antologia do romance-folhetim (1839 a 1870)**. Brasília: UNB, 1997; SERRA, Tânia Rebelo Costa. Diacronia e sincronia do romance-folhetim brasileiro do século XIX. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, FAPA, nº 20, 1997; HEINEBERG, Ilana. **La suite au prochain numéro: Formation du roman-feuilleton brésilien à partir des quotidiens Jornal do commercio, Diário do Rio de Janeiro et Correio mercantil (1839-1870)**. Paris: U.F.R. d'Études Ibériques et Latino-Américaines/ Université de La Sorbonne Nouvelle – Paris III, 2004. 400 p. [Thèse de Doctorat Nouveau Régime Études Lusophones (Littérature Brésilienne)]; MEYER, Marlyse. **O Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; CANO, Jefferson. Folhetim: literatura, imprensa e a conformação da esfera pública no Rio de Janeiro do século XIX. **II Seminário de Sociologia da Cultura e da Imagem**. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura/PPGSA/UFRJ, 2005; TINHORÃO, José Ramos. **Os Romances em folhetins no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1994; NADAF, Yasmin Jamil. **Rodapé das miscelâneas**. Rio de Janeiro: Sete letras, 2002; e, para o caso do Rio Grande do Sul, ver HOHLFELDT, Antônio. **Deus escreve direito por linhas tortas: o romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre 1850 e 1900**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

folhetins. Para exemplificar, Alexandre Dumas também teve publicado, no ano inaugural de 1838, seu *Capitaine Paul*, pelo **Le Siècle** de Paris.<sup>74</sup>

No Brasil, os principais escritores, como Machado de Assis, José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo, adentram na literatura por este gênero de publicação, o folhetim. A publicação do primeiro romance brasileiro, oficialmente reconhecido, *A Moreninha* de Joaquim Manuel de Macedo teve grande popularidade junto ao público, justamente pela sua publicação em folhetim. Essa será uma marca dos primeiros romances brasileiros.

Por outro lado, o romance-folhetim trazia potencialmente a possibilidade de uma maior difusão da prática da leitura, em um momento em que era escasso o público letrado, mas que mesmo assim seguiam as tramas folhetinescas, tal é a conclusão de Meyer,

Considerando-se o nível de analfabetismo no Brasil fica uma pergunta: até que ponto as classes populares podiam consumir os romances ditos populares que lhes eram destinados “naturalmente”? É verdade que, neste país formado pelos padrões da oralidade, onde, nos primórdios do folhetim, dominavam as famílias extensas e casas recheadas de serviçais e, mais tarde, as habitações populares coletivas, cortiços e vilas operárias, há de se levar em conta o efeito multiplicador de uma oitiva coletiva durante os serões.<sup>75</sup>

É possível fazer uma analogia com os estudos da leitura na Europa, de acordo com Roger Chartier, nos séculos XVI ao XVIII o tipo de leitura que

---

<sup>74</sup> HEINEBERG, Ilana. **La suite au prochain numéro: Formation du roman-feuilleton brésilien à partir des quotidiens Jornal do commercio, Diário do Rio de Janeiro et Correio mercantil (1839-1870)**. Paris: U.F.R. d'Études Ibériques et Latino-Américaines/ Université de La Sorbonne Nouvelle – Paris III, 2004, p. 2.

<sup>75</sup> MEYER, Marlyse. **O Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 382.

prevalecia era a leitura intensiva,<sup>76</sup> isso devido a escassez de livros e material impresso e o fato da maioria da população não ser alfabetizada, assim a leitura intensiva e compartilhada era a única opção dessas pessoas entrarem em contato com os textos impressos. Assim o que se tinha era, para Chartier, “a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros”,<sup>77</sup> por isso ao ler cada um faz uma relação interna, com seus conhecimentos prévios sobre o assunto, suas expectativas e finalidades da leitura.<sup>78</sup>

Do século XVI ao XVII “subsistem as leituras em voz alta, na taberna ou na carruagem, no salão ou no café, na sociedade selecta ou na reunião

---

<sup>76</sup> Conforme Chartier, em seus clássicos estudos sobre o livro e a leitura na Europa ocidental, podemos classificar as práticas de leitura em duas categorias: leitura intensiva e leitura extensiva. A primeira categoria se refere ao início do século XVIII, quando o leitor se confrontava com um número limitado de textos, que eram lidos, relidos e memorizados. A leitura extensiva passa a ser praticada no final do século XVIII, em oposição à leitura intensiva, o leitor lia variados impressos e raramente retomava a leitura desses textos. Essa diferenciação aparece, entre outros trabalhos do autor, em CHARTIER, Roger. “O romance: da redação à leitura”. In: CHARTIER, Roger. **Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séc. XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002; ver também, CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998, 2 vol.

<sup>77</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 123.

<sup>78</sup> Como escreve o historiador Daniel Fabre sobre os Pirineus languedoquianos no século XIX: “Portanto, uns lêem, os outros escutam ou, ao menos, vêem, mas todos aproximam-se, de perto ou de longe, da escrita, todos percebem-na e experimentam sua presença. Assim, mais que traçar uma separação entre letrados e iletrados, não seria necessário revelar toda uma paleta de posições em relação à escrita, onipresente pela variedade de suas formas e de seus usos; do estandarte ao cartaz, passando pela etiqueta, do manuscrito ao jornal, da folha volante ilustrada ao livro? Essa concepção tem, sem dúvida, o mérito de compreender a relação com a escrita, seja ela lida ou não, em toda a sua diversidade, mas ela mascara um fato capital: nessas sociedades, aquele que vai além do simples reconhecimento dos signos, depois da lenta decifração, torna-se um ‘ledor’, às vezes um possuidor de livros e distingue-se por isso, como se semelhante saber redobrasse ou até mesmo instaurasse a diferença social”. FABRE, Daniel. O Livro e sua Magia. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 202-203.

doméstica”,<sup>79</sup> o porquê desta socialização da leitura? Pela dificuldade de acesso ao suporte material da escrita, os livros, portadores de textos não são escritos, são manufaturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos, e por impressoras e outras máquinas. O texto é produzido pelo autor, a partir daí todo o processo de produção escapa às suas mãos e passa para as editoras o processo de organizar e produzir o portador do texto, ou seja, o livro. É necessário recordar que,

(...) não existe nenhum texto fora do suporte que dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor. Daí a necessária separação de dois tipos de dispositivos: os que decorrem do estabelecimento do texto, das estratégias de escrita, das intenções do “autor”; e os dispositivos que resultam da passagem a livro ou a impresso, produzidos pela decisão editorial ou pelo trabalho da oficina, tendo em vista leitores ou leituras que podem não estar de modo nenhum em conformidade com os preestabelecidos pelo autor.<sup>80</sup>

Não existe texto fora do suporte físico, portanto uma das questões de possibilidade da leitura são as condições de acesso material a esse texto. Até o início do século XX os livros eram poucos, na grande maioria, caros e de difícil acesso, daí um dos motivos da leitura intensiva, primeiro porque eram poucas as pessoas que sabiam ler, segundo pela escassez de material. Para Robert Darnton, entre 1500 a 1750 na Europa ocidental a leitura era intensiva, lia poucas obras: a Bíblia, alguns livros de devoção, o almanaque, a *Bibliothèque bleue*. A leitura era restrita, reiterada e concentrada, feita com frequência em voz alta.<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 124.

<sup>80</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 127.

<sup>81</sup> DARNTON, Robert. A leitura rousseauista e um leitor “comum” no século XVIII. In: CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 164; ver também do mesmo autor,

A Bíblia por ser o livro sagrado; os livros de devoção, uma maneira da igreja pregar o seu dogmatismo e manter a doutrina dos fiéis, incluindo aí os livros das Horas, que é uma espécie de leitura litúrgica para determinados horários do dia, é considerado entre os manuscritos, os mais belos e ricamente ilustrados da Idade Média e contém uma coleção de orações e salmos, acompanhado de ilustração apropriadas para fazer a referência a devoção cristã; os livros de cordel (*Bibliothèque bleue*) “é uma fórmula editorial, inventada pelos Oudot em Troyes, no século XVII que faz circular pelo reino livros e baixo preço, impressos em grande número e divulgados através de venda ambulante”,<sup>82</sup> esses livros eram destinados a um público que, na sua maior parte era popular. Na Inglaterra e na Espanha é também nos séculos XVII e XVIII que se multiplicam os pequenos livros de grande circulação, na Espanha esse livro encontra sua forma clássica, *livros de uma ou duas folhas*.

Logo, levar em consideração as formas de edição e publicação, assim como as estratégias de circulação, para que a obra obtivesse aceitação entre o público desejado ainda são bastante relegadas nas análises da obra de Caldre e Fião. Só para exemplificar a importância de estabelecermos as diferenças entre o romance que foi publicado em folhetim e sua posterior versão em livro, temos o estudo de Mamede Moustafa Jarouche que recuperou a versão original do clássico *Memórias de Um Sargento de Milícias*, publicado originalmente no Correio Mercantil, do Rio de Janeiro. Segundo o autor é possível uma leitura totalmente diferente da obra de Manuel Antônio de Almeida, no qual se recupera suas características política (liberal), cômica e panfletária.<sup>83</sup>

---

DARNTON. Robert. **O Beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, Parte III – A palavra impressa, p. 122-202.

<sup>82</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 153.

<sup>83</sup> JAROUCHE, Mamede Moustafa. **Sob Império da Letra: Imprensa e política no tempo das “Memórias de um Sargento de Milícias”**. São Paulo: FFLCH/ USP, 1997. Tese de doutorado. Como

Mas qual era afinal a novidade do folhetim, esta importação francesa? Esse gênero se prestava a leitura rápida de histórias que se sequenciavam no dia a dia dos jornais diários. Foi grande o sucesso e multiplicaram-se os jornais, na capital e no interior do Império. Seus defensores afirmavam que a leitura dos romances de folhetim ajudava na assimilação dos modelos europeus e, não só isso, os adaptava ao nosso cotidiano tropical. Um novo modelo de estilo de vida e de comportamento estava sendo gestado para incorporar a nossa sempre em formação identidade nacional brasileira. É claro que seus detratores julgavam os escritos romanescos pueris e banalizadores das relações familiares e matrimoniais.

Nesses embates envolviam-se, não só romancistas, mas também dramaturgos, periodistas, resenhadores e jornalistas ocupavam-se em atacar, criticar, defender, explicar ou justificar o romance, fazendo com que os periódicos, os romances, as cartas, os diários se transformassem em arena de um debate que opôs os defensores do novo gênero e seus detratores.

Esses detratores do romance tinham em mente que o contato com as descrições do pecado e as suas interpretações poderia alterar a forma de perceber o mundo e o conjunto dos valores morais pelos quais as pessoas deveriam se pautar, perderiam o controle sobre seus impulsos e emoções. Especialmente as mulheres seriam vulneráveis a estas leituras perigosas – uma vez que eram

seres governados pela imaginação, inclinados ao prazer, e sem ocupações sólidas que os afastassem das desordens do coração. A leitura de romances serviria apenas para aumentar o império dos sentimentos e da imaginação sobre seu espírito.<sup>84</sup>

---

resultado desta pesquisa, o pesquisador organizou uma nova edição do romance: ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

<sup>84</sup> ABREU, Márcia (org.). **Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX**. Campinas: Mercado de Letras/ FAPESP, 2008, p. 173-175.

Também os que se preocupavam com a formação da juventude se opuseram ao romance, seu temor não era apenas pelos aspectos morais. Temiam que a leitura desses enredos tivesse influência negativa sobre os estudos sérios. Sobretudo

Inquietava-os igualmente a possibilidade de que o romance corrompesse outros gêneros de escrita como a História (com a criação de narrativas imaginosas sobre situações do passado) ou a Geografia (com narrativas sobre lugares e povos fantasiosos), fazendo com que os jovens não soubessem mais discernir o verdadeiro e o ficcional. A Epopéia seria também afetada pois, por influência dos romances, passaria a tomar por tema principal o amor, deixando em segundo plano a narrativa de feitos heróicos. Da mesma forma, a Tragédia seria “amolecida” pois também teria de tomar o sentimento amoroso como central. Finalmente, a Eloquência seria prejudicada uma vez que nos romances abundariam as descrições excessivamente detalhadas, os discursos rudes, as conversações grosseiras.<sup>85</sup>

Esse debate tinha lugar no epicentro cultural do país, a cidade das novidades culturais e da ebulição política. No dizer de Alencastro,

Naturalmente, o Rio de Janeiro, a corte da monarquia, o centro cultural, político e econômico do território nacional – desfrutando no século XIX de uma preeminência que nenhuma outra cidade brasileira jamais virá a ter –, (...). É no Rio de Janeiro que se desenrola o “paradoxo fundador” da história nacional brasileira: transferida de Portugal, sede de um governo parlamentar razoavelmente bem organizado para os parâmetros da época, capital de um império que pretendia representar a continuidade das monarquias e da cultura européia na América dominada pelas repúblicas, a corte do Rio de Janeiro apresentava-se como o pólo civilizador da nação. Tal era o motor do centralismo imperial em face das municipalidades e das oligarquias regionais. Tal

---

<sup>85</sup> ABREU, Márcia (org.). **Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX**. Campinas: Mercado de Letras/ FAPESP, 2008, p. 173-175.

era o suporte da legitimidade monárquica diante das repúblicas latino-americanas (...).<sup>86</sup>

Para a legitimação do centro e para divulgação de suas ideias para as periferias do Império, o gênero folhetinesco era um ótimo instrumento. Era versátil por natureza. Podia ter quase infinitas possibilidades de enredo, tratar dos assuntos mais banais e particulares até os fatos dignos da História. Seus autores podiam oferecer ao público o devaneio de múltiplas opções de tramas, todas as cruzeiras da humanidade podiam ser dissecadas pelo romance: as traições, as trocas de identidades, as infidelidades, a violência, o amor, o incesto, a loucura, o desejo, a miséria e as inquietações da alma humana.

Pode-se dizer que o romance, em especial, o folhetim, foram partícipes do surgimento de uma atividade cultural na Corte brasileira. Desde sua chegada ao país, na primeira metade dos oitocentos, repete o fenômeno já observado na Europa: a ampliação do público consumidor do romance. De início leitura caracterizada como feminina, pelo menos era difícil às mulheres terem acesso a outros tipos de literatura, era enfatizado seu caráter didático. Deveria ser uma influência positiva para o público feminino; formar através dos seus enredos e, principalmente, pelo exemplo de seus personagens. Assim é que as atitudes dos heróis, heroínas, vilões serão verdadeiras lançadoras de modos e modas através desta ficção narrativa em prosa publicada aos pedaços no jornal cotidiano. É claro que os valores morais estavam sempre em questão, capitaneando todos eles: a honra.

Não podemos esquecer que um dos instrumentos utilizados na carpintaria romanesca para a demonstração dos valores de dignidade, força e lealdade do herói são as disputas de honra. O duelo, por exemplo, como o confronto equilibrado dentro de regras estabelecidas rigidamente em códigos

---

<sup>86</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e ordem Privada no Império. In: NOVAES, Fernando (org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 10.

cavaliheiros esteve presente desde o início do romance moderno — e antes dele nos livros de cavalaria andante, ora apresentado diretamente com todas as praxes do duelo de honra, outras vezes apresentado indiretamente através da encenação dos passos necessários para a produção do confronto equilibrado.

Se tínhamos autores e debates nacionais, é bem verdade que a pauta quase sempre era dada pela moda parisiense. Segundo Alencastro, o folhetim aporta como um dos itens “ditados” por Paris, neles “desenhava-se a representação de uma sociedade rural francesa que aparecia como um paradigma de civilidade para a sociedade tropical e escravagista dos campos do Império”.<sup>87</sup> Inclusive, os editores parisienses produziam folhetins adequados ao público brasileiro,

Impresso em Paris, e publicado pelo editor francês Garnier, estabelecido no Rio e sócio da editora parisiense, de mesmo nome, o *Jornal das Famílias*, cheio de gravuras coloridas francesas e, frequentemente, de contos de Machado de Assis, combinava os costumes franceses com a cultura local.<sup>88</sup>

A disseminação do gênero foi um sucesso, principalmente, por encontrar nos pioneiros autores brasileiros a colaboração necessária, eles passaram a escrever e dialogar com esse público. Os costumes da época, as modas, os debates culturais, a vida dos leitores brasileiros eram parte dos enredos, criava-se um processo de identificação. E, gradualmente, disseminou-se para além do público feminino, a que teoricamente estava destinado a preencher o ócio das senhoras e senhoritas, e adentrou o universo masculino e as classes mais populares.

---

<sup>87</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida Privada e ordem Privada no Império*. In: NOVAES, Fernando (org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 44.

<sup>88</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida Privada e ordem Privada no Império*. In: NOVAES, Fernando (org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 44-45.

Mas era para o público burguês, ou elitizado, que o romance melhor falava. Não se importava somente a forma literária e as ideias filosóficas. Modificava-se a forma de vestir, agora se precisava seguir as descrições dos modelos parisienses – muito embora veludo não fosse o mais adequado para os trópicos –, o que importava era estar à européia. Talvez, o objeto mais representativo destas influências via literatura, seja o piano. Esse instrumento passou a ser introduzido no seio de todas as famílias de posse da capital e das províncias, como nos diz Alencastro,

(...) Comprando um piano, as famílias introduziam um móvel aristocrático no meio de um mobiliário doméstico incharacterístico e inauguravam – no sobrado urbano ou nas sedes das fazendas - o salão: um espaço privado de sociabilidade que tornará visível, para observadores selecionados, a representação da vida familiar. Saraus, bailes e serões musicais tomavam um novo ritmo (...).<sup>89</sup>

Nascidos quase simultaneamente, romances e jornais se beneficiaram simultaneamente. Fica difícil saber para esses primeiros momentos quem beneficiou quem nesta relação de trocas. O que é certo é que os dois passaram a influenciar de maneira extraordinária no cotidiano e no imaginário de seus leitores. Pode-se dizer que

Para os jornais o arranjo era extremamente vantajoso, já que o número de leitores teve um salto vertiginoso que fez, em determinados momentos, a publicação dos romances-folhetim fracionados diariamente ser o sustentáculo de vendas. Para os autores, apesar das dificuldades iniciais com a novidade na forma de publicar, as estruturas folhetinescas foram pouco a pouco sendo assimiladas como estratégia apelativa a ser usada na construção dos romances. A cada final de capítulo tornava-se inevitável a dúvida: “E agora, o que é que vai acontecer?” Assim, ao aguçar a curiosidade do público leitor, garantia-se a vendagem e aumentava-se o número de assinantes. Dessa forma, sempre que se finalizava um capítulo, o enredo alcançava um momento

---

<sup>89</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e ordem Privada no Império. In: NOVAES, Fernando (org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 47.

culminante, o texto era interrompido propositalmente, a fim de manter o suspense e a expectativa dos próximos acontecimentos. Caso o leitor quisesse saber o desfecho da história, precisava comprar a edição do dia seguinte, quando sairia publicada a continuação.<sup>90</sup>

De fato, as afirmações de que essas estratégias para manter a fidelidade dos leitores funcionavam são difíceis de provar. Por mais que a curiosidade pudesse ser aguçada, existem mais dúvidas que certezas, no entanto, já apontou Marlise Meyer,

Comum a todos [os folhetins], e importantíssimo, era o suspense e o coração na mão, um lencinho não muito longe, o ritmo ágil de escrita que sustentasse uma leitura às vezes, ainda soletrante, e a adequada utilização dos macetes diversos que amarrassem o público e garantissem sua fidelidade ao jornal, ao fascículo e, finalmente ao livro.<sup>91</sup>

É neste cenário em que a imprensa funciona como importante motor do surgimento do romance nacional. Podemos dizer que é no auge da circulação do romance-folhetim que Caldre e Fião publica sua *A Divina Pastora*, no ano de 1847. O gênero que nasceu com *O Aniversario D. Miguel em 1828* (1839) e tem seu percurso até *A Família Agulha* (1870). É, com certeza, renovador da literatura nacional e impregnou com a realidade os principais jornais da Corte. De fato, o romance-folhetim nacional “reúne um grupo de elite de autores e leitores,

---

<sup>90</sup> REIS, Ana Lúcia S.R. de Andrade; BRAGA, Claudia. O Romance de Folhetim no Brasil do Século XIX – Modelos e Inovações. **Anais do X Congresso Internacional da ABRALIC**, Rio de Janeiro, 2006.

<sup>91</sup> MEYER, Marlyse. **O Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 303.

podemos falar de sua incorporação no sistema literário brasileiro em recente formação”.<sup>92</sup>

Se de início podemos entender o romance-folhetim como uma simples técnica de publicação de histórias, em verdade, ele alterou profundamente as características do surgimento do romance como gênero literário, isto tanto para a Europa seu berço de nascimento, como para o Brasil onde se difundiu a pleno. As narrativas passaram a ter uma importância sem precedentes, fatos e acontecimentos públicos e privados, cenas do cotidiano e da história nacional integram e se articulam em cadeias de eventos ficcionais que falam diretamente ao público leitor. Na quase totalidade dos jornais brasileiros, a partir da década de 1840, começa a pulular publicações de romances-folhetim, rapidamente assumidas por autores nacionais, hoje cânones das letras brasileiras, como José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e Machado de Assis. Mas, também participam desse “giro” literário, autores como Caldre e Fião. Todos eles passam a frequentar os rodapés, a parte inferior da paginação dos periódicos onde os folhetins eram impressos. Pode-se dizer que “se instalam ‘no andar térreo’ da folha, criando ali, pela diversidade de temas, uma espécie de universidade popular, em que se ensinava sem pedantismo e se aprendia sem esforço”.<sup>93</sup>

Mesmo com seu surgimento europeu, o romance-folhetim teve uma apropriação total pela literatura nacional, como um gênero literário fundador. Somente a constituição de uma indústria do livro e sua popularização junto aos leitores fará declinar o romance-folhetim. Escrever na imprensa passa a ser opção esporádica. Podemos dizer que o gênero se metamorfoseia nas crônicas

---

<sup>92</sup> HEINEBERG, Ilana. **La suite au prochain numéro: Formation du roman-feuilleton brésilien à partir des quotidiens Jornal do commercio, Diário do Rio de Janeiro et Correio mercantil (1839-1870)**. Paris: U.F.R. d'Études Ibériques et Latino-Américaines/ Université de La Sorbonne Nouvelle – Paris III, 2004, p. 369.

<sup>93</sup> REIS, Ana Lúcia S.R. de Andrade; BRAGA, Claudia. O Romance de Folhetim no Brasil do Século XIX – Modelos e Inovações. **Anais do X Congresso Internacional da ABRALIC**, Rio de Janeiro, 2006.

literárias, mais breves, mas ainda um estilo brasileiro que incorpora ficção e realidade no corpo do trabalho. Indo além, e forçando um pouco as fronteiras canônicas, o conceito do folhetim sobreviveu na cultura brasileira com amplitude popular e com forte poder comunicativo. Podemos vê-lo, em sua estrutura de episódios, nas radionovelas de 1950-1960, logo modernizadas para a mídia televisiva na década de 1970 através de novelas: as famosas telenovelas brasileiras. A chamada “a seguir cenas dos próximos capítulos” ainda cumpre um papel de sedução e fidelização no público popular no Brasil.<sup>94</sup>

Por certo, que o gênero romance era o mais adequado para veículo disseminador de proposições sociais – como o projeto moral de uma sociedade honrada –; se concordarmos com a escolha do gênero literário, por conseguinte, a forma mais eficaz era a do romance-folhetim. Essas são as escolhas de Caldre e Fião.

### A honra e a moral nas narrativas romanescas

Desde o século XIX, os críticos dos romances se preocuparam em acentuar o caráter moral deste gênero da produção literária. O que pretendemos

---

<sup>94</sup> HEINEBERG, Ilana. **La suite au prochain numéro: Formation du roman-feuilleton brésilien à partir des quotidiens Jornal do commercio, Diário do Rio de Janeiro et Correio mercantil (1839-1870)**. Paris: U.F.R. d'Études Ibériques et Latino-Américaines/ Université de La Sorbonne Nouvelle – Paris III, 2004, p. 371.

demonstrar é que a honra era o articulador maior destes projetos morais. A sua espinha dorsal.

Por honra, pode-se entender um conjunto de valores e regras de ação –, ou seja, a constituição de um código ou conjunto de preceitos e, também, o comportamento real das pessoas, sobre as quais esse código pretende ter efeito.<sup>95</sup>

Desta forma, acreditamos que poucos são os analistas a tornarem explícito de que código de honra os romances do século XIX tratam ou mesmo como os personagens se comportam em relação a esse código, ou seja, como é a honorabilidade das suas condutas. Podemos dizer que temos uma imprecisão quanto ao campo de elaboração e prática de um código de honra, isso diz respeito, certamente, à própria natureza literária do texto romanesco. Se há de fato uma defesa da honorabilidade nos romances, ou seja, um código de honra em relação ao qual os personagens adéqua-se em maior ou menor medida, este se encontra disperso ao longo da narrativa e só pode ser apreendido nessa dispersão. Ao contrário dos manuais de honra, catecismos de filosofia moral e livros de conduta<sup>96</sup> que circularam no Brasil do século XIX,<sup>97</sup> podemos dizer que

---

<sup>95</sup> PITT-RIVERS, J. Honor. In: SILLS, David L. (ed.). **International Encyclopedia of the Social Sciences**. New York: Macmillan and Free Press, 1968. p. 503-11.

<sup>96</sup> Sobre esse tema, nos mostra Norbert Elias, no primeiro de seus já clássicos trabalhos **A sociedade de corte**, em que o objeto é o aristocrata da corte, o indivíduo modelado por um conjunto específico de códigos de conduta “civilizados”, tributário de uma multiplicidade de indivíduos interdependentes, sempre tendo a honra e a honradez como eixo do sistema. O desafio perseguido por Elias foi o de integrar esses dados na recomposição do todo, de forma a assegurar aos homens de uma formação social particular, como era o caso da sociedade de corte, “o seu caráter específico, único e diferenciado”, em ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001; o tema da honra e dos códigos de conduta

os valores e padrões de honra presentes nos romances comportam certo grau de intransparência.

Dificilmente os manuais de honra e os livros de filosofia moral trariam histórias a serem contadas, são compostos por normas e preleções de conduta. Mesmo quando a narrativa esta presente, ela é instrumental para exemplificar os preceitos. Por outro lado, o gênero romanesco tem sua centralidade justamente no que é periférico nos manuais, ou seja, a narrativa. A normatização e a defesa da honra tem papel secundário; em primeiro plano está a construção dos personagens, o cenário e a trama.

Então temos que a honra e seus preceitos estão sistematicamente expostos nos manuais e tratados de moral, já na trama romanesca ela encontra-se dispersa ao longo da narrativa; apresenta-se por meio dos diálogos e do comportamento dos personagens, assim como dos comentários que o narrador

---

será recorrente em seus outros trabalhos, em **O processo civilizador**, por exemplo, ao tratar da sociogênese do Estado Absolutista nos apresenta a forma como determinados hábitos mais rudes, os costumes soltos e desinibidos, são “suavizados”, “polidos”, ou seja, “civilizados”, passando do controle social à autodisciplina; e novamente, o caráter honrado tanto do cortesão como de seu opositor burguês era uma das formas de encontrar o reconhecimento social, ver mais em ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990-1993. 2 vols; por fim, em **Os alemães**, em especial na Parte I, mostra como “exigir e dar satisfação” da honra era parte dos mecanismos de filiação à classe dominante imperial alemã, daí uma extensa e complexa hierarquia de regras e sociedade de duelistas, envolvendo aristocratas e burgueses, ver ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

<sup>97</sup> Para rápida exemplificação, alguns títulos presentes nas listas de livros do século XIX, do Real Gabinete Português de Leitura e da Biblioteca Nacional, ambos no Rio de Janeiro: URCULLU, D. José de. **Lições de Boa Moral de Virtude e de Urbanidade**. Rio de Janeiro: A. Freitas Guimarães & C.a., 1848; **Método de ser feliz ou catecismo de moral especialmente para uso da mocidade**. Coimbra, 1787. [Versão do francez para o idioma vulgar por G.E.F.]; **Honra das famílias**. Rio de Janeiro: Typ. Esperança, 1876; MOREIRA, Dr. Nicolao Joaquim. **A moral é a base da verdadeira civilização**, alterações pathologicas provenientes da falta de desenvolvimento do elemento moral. Rio de Janeiro: Academia Imperial de Medicina, 1861; BEAUVOIR, R. de. **Duels et Duellistes**. Paris: Michel Lévy Frères, 1864; BIBLIOTHÉQUE DES CURIOSITÉS. **Le Duel**. Paris: P. Lebigre-Dusquesne Éditeur, 1868; GRISIER, A. **Les Armes et Le Duel**. Paris: Chez E. Dentu, 1864; PORTUGAL. **Ley dos desafios**. Lisboa: s/e, 1612; SOCIÉTÉ DU CONTRE DE QUARTE. Code du Duel. Paris: Paul Ollendorff, 1897.

faz acerca dos mesmos. Talvez, acredita-se, nessa dispersão seja possível perceber a “honra em ação”. Tal tarefa exige, sem dúvida, um trabalho minucioso de desvelamento. A dificuldade em circunscrevê-la talvez explique, pelo menos parcialmente, a forma vaga de tratamento que recebeu, em particular, da historiografia no século XX.

Para o crítico literário Antônio Cândido, a maioria das obras do primeiro momento do romantismo brasileiro seria uma espécie de catecismo moral. Logo após, Cândido equaciona o campo da moral a partir de dois conjuntos de noções opostas: o vício e a virtude, o bem e o mal. Desses dois conjuntos conclui que a moral dos romances consistiria, via de regra, na vitória do bem sobre o mal. Muito embora se aproximando da noção de honra do século XIX, que parece ser entendida como o campo das virtudes e dos vícios, Cândido parece supor que tal campo teria um conteúdo a-histórico, não sendo necessário especificá-lo. Desse modo, não é possível, a partir de tal crítica, compreender em que consistiriam os vícios e as virtudes, assim como o bem e o mal. Neste caso, esbarra-se na problemática da historicidade dos códigos morais. As paixões e os comportamentos considerados viciosos ou virtuosos no século XIX não são, provavelmente, os mesmos do século XX. Nesse sentido, a crítica de Cândido acaba esclarecendo pouco sobre as especificidades históricas do código ou códigos de honra/ moral de que tratam os romances do século XIX.<sup>98</sup>

Também, é necessário mencionar que muito embora a honra se pretenda universal; com validade para todos, em uma mesma sociedade e em uma

---

<sup>98</sup> CÂNDIDO, Antônio. Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos. 5ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, vol II, p. 136-145.

mesma época, certamente pode-se verificar a convivência de variados códigos de honra conformes grupos sociais diferenciados.<sup>99</sup>

Podemos, de certo modo, apontar um traço comum entre a crítica de Wilson Martins e Antônio Cândido: a tentativa de interpretar o caráter moral dos romances se dá, via de regra, pelo estabelecimento de uma relação entre a produção literária e a sociedade do período em que foi elaborada. Os críticos consideram que, de alguma maneira, pode-se encontrar, nos romances, uma espécie de “eco” dos valores que regiam a sociedade naquele momento.<sup>100</sup>

Para aportar mais uma visão do romance do século XIX, temos em um trabalho que analisa o caráter moralizante dos romances de Joaquim Manuel de Macedo, a afirmação de Tânia Serra de que o romancista teria a intenção de prover, por meio de seus romances, um código de ética para a burguesia do Império que se encontrava “desprovida de uma sólida bagagem moral”. A inspiração para, tal código, seriam as concepções do bom selvagem de Rousseau:

Mas o importante para a história da Literatura brasileira é que, tanto na primeira quanto na segunda fase de sua ficção, Macedo tentou formar uma nova mentalidade ética para a burguesia do Império, aparentemente algo desprovida de uma sólida bagagem moral. Buscou a essência da idéia do *bon sauvage*, na qual o homem é puro e bom, só corrompido ao contato com a sociedade. (...) Já na segunda fase de sua ficção, o bom selvagem é vencido pela sociedade, e começa a “daguerreotipá-la” tal como ela é, com seus vícios e depravações

---

<sup>99</sup> PITT-RIVERS, J. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. G. (org.). Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 11-60.

<sup>100</sup> MARTINS, Wilson. **História da Inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix/ EDUSP, 1978, vol. 2, p. 305.

morais, tentando, agora mediante o exemplo do Mal, continuar sua tarefa romântica de edificação ética.<sup>101</sup>

Ao apresentar seu ponto de vista, Serra afasta-se dos outros críticos, a partir do pressuposto segundo o qual o romance é portador de uma ética inexistente na sociedade em que foi gerado, ou seja, ao invés de ecoar os valores dessa sociedade, tenta transmitir outros que lhe são desconhecidos. Mas, a autora, se aproxima dos demais críticos ao adjetivar o código de honra/moral em questão e, logo após, eximir-se de explorá-lo detalhadamente. Aceitando-se que para a manutenção de uma sociedade ou de um determinado grupo social sejam necessárias regras, supõe-se que onde Serra vê ausência, haja, possivelmente, um embate entre diferentes concepções sobre o que seria mais adequado ou desejável para a “sociedade” em termos de valores e padrões de conduta moral/ honrosa. A própria autora, ao que parece, sugere isto, ao afirmar:

Mas o didatismo em nosso romancista transcende o moralismo. Ele pretende estabelecer e dar a seu público uma ética social, introduzindo novos, ou melhor, antigos conceitos morais do bom comportamento social. Introduz a “ética do bom selvagem”, a do homem da *Idade do Ouro*, onde todos são ontologicamente bons. É por isso que os puros, em suas obras da primeira fase sempre são recompensados (o romance bizantino também tem esse tipo de estrutura narrativa), mas curiosamente, os maus não são muito punidos, sobretudo n’ *O Moço Loiro*. Nenhum deles, nessa obra, tem um destino trágico.<sup>102</sup>

Portanto, mesmo que reconheça a existência de um conflito permeando o estabelecimento dos valores morais – conflito entre os “novos” e os “antigos” – e situe os “novos” em referência à ética do bom selvagem, a biógrafa de Joaquim

---

<sup>101</sup> SERRA, Tânia Rebelo Costa. **Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: A Luneta Mágica do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994, p. 33.

<sup>102</sup> SERRA, Tânia Rebelo Costa. **Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: A Luneta Mágica do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994, p. 46-47.

Manuel de Macedo não revela especificamente quais seriam os bons comportamentos sociais que esses valores informariam.

Em síntese, os trabalhos de Martins, Antonio Cândido e Serra, nos apontam que as análises da moral/honra nos romances continuam, na maior parte das vezes, reduzidas a adjetivações que carecem de uma exploração mais minuciosa dos próprios romances. Ao relacionar a moral pregada nos romances com as concepções da “sociedade patriarcal”, Martins não esclarece exatamente que concepções seriam estas. Já Antônio Cândido aponta a moral “burguesa” dos romances, sustentada no princípio de aquisição e acúmulo de propriedade mas não demonstra como isto se dá nos enredos. Por fim, Serra, muito embora se opondo à Candido, vislumbra nos romances dos oitocentos, em especial os macedianos, uma ética rousseauísta destinada à burguesia do Império, mas nos deixa a vagar pelo terreno vago dos conceitos do bem e do mal.

Também é frequente entre os analistas do romance oitocentista brasileiro a aplicação geral do conceito de burguesia, o que podemos em tese aceitar, mas poucos trabalhos ressaltam a contradição da implantação de valores burgueses inspirados na sociedade européia em uma nação que mantém, como base de seu sistema econômico e social, o escravismo. Esse fato por si só, apresenta um presente e insistente paradoxo entre ideais liberais e ideologias escravistas.<sup>103</sup>

---

<sup>103</sup> A discussão sobre a forma como se deu a apropriação/ adaptação do ideário liberal em terras brasileiras é longa. Não entraremos aqui na análise sobre se as *idéias estavam no lugar ou não*, mas remetemos para alguns textos a respeito. Ver: SCHWARTZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social do romance brasileiro. São Paulo: Duas cidades, 1981; FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. **Caderno de debates**, São Paulo, v. 1, 1976, p. 61-65; MALERBA, Jurandir. **Os brancos da lei**: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil. Maringá: EDUEM, 1994.

Talvez aí resida um importante nó interpretativo a ser desatado, para uma melhor compreensão das narrativas romanescas.

Considerações feitas, cabe ressaltar que os comentários críticos acerca da literatura romanesca não deixam dúvida quanto ao fato dos escritores terem concebido o território da moral como importante elemento da narrativa ficcional. Assim que é certo afirmar que os códigos de honra, formais ou informais, são constituintes dos argumentos que discutem a moral nos romances. É recorrente o uso da honra, sua defesa e/ou sua infração, na totalidade das narrativas. Está tão imiscuída sua presença que passa quase naturalizada.

Voltando ao momento de surgimento do romance moderno, os seus críticos contemporâneos também lhe atribuíam um papel moralizador. Isto tanto na Europa, quanto no lançamento dos primeiros romances brasileiros.

Brevemente, podemos acompanhar em duas inaugurais revistas de crítica literária da corte, análises que tratam do romance moderno e debatem acerca do mesmo. O crítico Dutra e Mello publica no **Minerva Brasiliense** - Jornal de Ciências, Letras e Artes, “publicado por huma associação de literatos”, começa seu ensaio sobre o primeiro romance brasileiro *A Moreninha* observando que a narrativa romanesca moderno era uma nova forma literária de sucesso que manifestava, de maneira fecunda, as idéias de seu século. No entanto, suas percepções sobre o gênero romanesco em questão não se limitaram a meros louvores:

O romance, essa nova forma litterária que se reproduz espantosamente, que mana caudal e soberba da França, da Inglaterra e da Allemanha, tem sido a mais fecunda e caprichosa manifestação de ideias do século actual. He incalculável o numero de paginas semivivas,

pálidas e esboçadas, raramente sublimes, consoladoras ou ascéticas, mas com frequência dotadas de hum verniz brilhante, d'um colorido fogo, que a improvisação entusiasmada pela mania de hum mundo de leitores arranca do berço horaciano onde hum novennio de cuidados as aguardava. Flutuando aqui e ali hum publico insaciável as abraça, devora-as com avidez, deixa-as com indiferença, calca rola na poeira e esquece para sempre.<sup>104</sup>

Aparentemente o novo gênero agradava ao crítico Dutra e Mello, afinal chega a chamá-lo de a fecunda manifestação de ideias de seu século, no entanto, tem dúvidas quanto a suas qualidades. Aponta seus vínculos com a imprensa, o surgimento pelo folhetim, que teria proporcionado um desenvolvimento espantoso, mas isto teria obrigado o gênero a satisfazer um gosto duvidoso, que depravava, acabando o próprio romance corrompido,

(...) esqueceu-se de que devia fazer a educação do povo, ou pelo menos de que podia aproveitar o seu prestígio para isso. Penetrando na cabana humilde, na recamara sumptuosa, no leito da indigência, no aposento do fausto, perdeu de vista o fanal que devia guial-o; deslembrou-se de levar a toda a parte a imagem da virtude e consolação mitigadora, a esperança e o horror do vício.<sup>105</sup>

Um dos perigos apontados por Dutra e Mello é que os romances seriam rapidamente esquecidos pelos leitores porque teriam perdido sua função pedagógica-moral. Ou seja, os romances distanciavam-se de seus objetivos – ao contrário dos guias morais e manuais de conduto, ou de outros gêneros moralizantes, como, por exemplo, o teatro –, que deviam nortear o gênero, em suma: educar o povo e ensinar-lhe os caminhos da virtude.

---

<sup>104</sup> MELLO, Dutra e. A Moreninha. In: **Minerva Brasiliense** - Jornal de Ciencias, Letras e Artes, Rio de Janeiro, nº 24, outubro de 1844.

<sup>105</sup> MELLO, Dutra e. A Moreninha. In: **Minerva Brasiliense** - Jornal de Ciencias, Letras e Artes, Rio de Janeiro, nº 24, outubro de 1844.

Muito parecida será a opinião manifestada na crítica de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro ao romance *Vicentina*, do Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo, publicada, em 1855, na revista **Guanabara - revista mensal, artistica, scientifica e litteraria**, que era “redigida por uma Associação de litteratos e dirigida por Manoel de Araújo Porto Alegre, Antônio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo”, que apontava que

O romance é d'origem moderna; veio substituir as novellas e as historias, que tanto deleitavam a nossos paes. É uma leitura agradável, e diríamos quasi um alimento de facil digestão proporcionado a estomagos fracos. Por seu intermedio póde-se moralisar e instruir o povo fazendo-lhe chegar o conhecimento de algumas verdades metaphysicas, que aliás escapariam á sua comprehensão. Si o theatro foi justamente chamado a escola dos costumes, o romance é a moral em acção: o romancista tem ainda mais poder do que o dramaturgo; este só falla a alguns centenares de pessoas, cujas posses e occupações lhes permitem de freqüentar os espectaculos, e aquelle dirige-se á numerosa classe dos que sabem lêr. Penetra no palacio e pousa sobre o esplendido bufete do rico e do nobre, sobre a meza de trabalho do litterato alcatifada de livros, folhetos e jornaes, dando a imagem perfeita do caos, então penetra no alvergue do pobre, do artesão, e vae suavizar-lhe os amargores do trabalho recreando a sua intelligencia, e infiltrando nella os principios de moral e de sãã philosophia, que devem servir-lhe de norma na escabrosa vereda da vida.<sup>106</sup>

Pode-se inferir a existência, em ambas as análises, de uma concordância em torno da necessidade do novo gênero assumir uma função de propagador de modelos morais. Seria um bom romance, para os críticos do período, aquele que tivesse a capacidade de difundir a virtude e combater o vício. Era a função

---

<sup>106</sup> PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Vicentina*, Romance do Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo. **Guanabara**, revista mensal, artistica, scientifica e litteraria redigida por uma Associação de litteratos e dirigida por Manoel de Araujo Porto Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo, Rio de Janeiro, Tomo III, nº 1, março de 1855, p. 17.

pedagógica de construção do cidadão honrado. O crítico da **Guanabara**, vai além, o romance só produziria benesses sociais se obedecesse a regras de composição que levassem em conta não “propagar ideias funestas, que plantam a descrença n’alma, fazendo murchar uma por uma as flores da esperança”<sup>107</sup> e não glorificar os vícios escondidos sob as belezas da virtude.

Apesar de franco pessimismo em relação ao futuro do romance, bastante comum aos críticos nacionais do século XIX, reconhecem que o gênero traz em si uma função pedagógica moralizadora e que ela deveria ser melhor compreendida e fiscalizada. A função nobre de agente moral, para Dutra e Mello, estava perdida, principalmente, pelo seu contágio com a imprensa jornalística; enquanto o crítico de *Vicentina* sugere que se verá uma “rápida decadência da litteratura romântica”.

A avaliação de que os romances são ruins e decadentes, parte da consideração de que eles seriam incapazes de “propagar a virtude e o horror ao vício”. A análise crítica de *A Moreninha* feita por Dutra e Mello remete a necessidade de que a obra veiculasse uma boa concepção moral, mesmo no que tratasse das paixões humanas, e encontra sérias dificuldades para enquadrá-la no padrão romanesco por ele considerado ideal. O que vemos é que a instrumentalidade moral é fundamental para a aceitação do novo padrão estético. Acreditamos que a constituição de um adequado programa moral que produzisse cidadãos honrados era o desafio para a literatura nacional dos oitocentos. Retomando o crítico, ele afirma, inclusive que,

Podesse ou não o autor lançando mão de uma grande verdade moral circundal-a de factos envolvendo-a n’uma acção qualquer e fazel-a sobressahir da luta e sucessão desses factos; ou, inversamente, attentando um facto e as consequências ethologicas nelle englobadas,

---

<sup>107</sup> PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Vicentina*, Romance do sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo. **Guanabara**, revista mensal, artistica, scientifica e litteraria redigida por uma Associação de litteratos e dirigida por Manoel de Araujo Porto Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo, Rio de Janeiro, Tomo III, nº 1, março de 1855, p. 18.

desenvolvê-las no correr d'um plano; podesse ou não tomar uma figura histórica, uma paixão transcendente, ou na escala do amor hum grão de maior vulto dedicação e nobreza, huma abnegação sublime, e trata-la com toda a expansibilidade de talento que possui: isso não nos diz respeito he questão ultra crítica. Devem aceitar sua produção enquanto tal, collocar-nos no ponto de vista que a destinara, e compararmos a ideia que o possuía e a maneira porque nol-o traduzio. Tal he o nosso dever, o gostoso nos he dizer que o autor desempenhou completamente o fim que se propoz.<sup>108</sup>

O grande problema de alguns romances, que alcançavam o sucesso de público, apontado pela crítica do período, era que não abordavam nenhuma grande discussão moral, como eles acreditavam deveriam fazer os grandes escritores. Faltava-lhes o fundo filosófico de discussão moral. Mesmo que Dutra e Mello apontem em sua crítica aspectos positivos, como quando define *A Moreninha*, da seguinte maneira: “língua casta e sevêra, acção viva e seguida, rígida moral, côr apropriada - eis o que nos cumpre.”<sup>109</sup> Mesmo que pareçam contraditórias o que abominava o crítico era a falta de “uma cor filosófica”, a ausência das “grandes paixões” – aqui entendidas como os debates morais –; por outro lado aquiescia que o escritor tinha alcançado uma obra em que “o disforme e o horroroso” são alheios ao plano, em que “reïnham em toda a parte jovialidade, abandono e harmonia”.

Fica claro que o caráter moral da obra romanesca – e, portanto, seu valor – , deriva, conforme Dutra e Mello, no lugar de qualquer tratamento dado às pueris paixões entre personagens mundanos, da apresentação “do quadro edificante da

---

<sup>108</sup> MELLO, Dutra e. *A Moreninha*. In: **Minerva Brasiliense** - Jornal de Sciencias, Letras e Artes, Rio de Janeiro, nº 24, outubro de 1844.

<sup>109</sup> MELLO, Dutra e. *A Moreninha*. In: **Minerva Brasiliense** - Jornal de Sciencias, Letras e Artes, Rio de Janeiro, nº 24, outubro de 1844.

virtude” em vez do “pavoroso aspecto do crime”; somente desta maneira, o romance ganharia força para atrair as pessoas para o caminho da retidão moral.

Mais adiante, no ano de 1869, Joaquim Manuel de Macedo lança **As Victimias-Algozes**,<sup>110</sup> no qual escreve verdadeiro libelo pela emancipação da escravatura, apontando a função político-pedagógica do romance nas disputas sociais. Claramente descreve o papel do romancista,

Pobre escriptor de acanhada intelligencia rude e simples romancista sem arte que somente escreve para o povo não nos animaremos a combinar planos de emancipação nem presumidos de sciencia procuraremos esclarecer o público sobre as altas conveniências econômicas e as santas e irrecusáveis lições philosophicas que condemnão a escravidão.

Como porém é dever de cada um concorrer á seu modo e nas suas condições para o desenlace menos violento desse nó terrível e servir á causa mais melindrosa e arriscada porém indeclinável que actualmente se offerece ao labor e á dedicação do civilismo pagaremos o nosso tributo nas proporções da nossa pobreza escrevendo ligeiros romances.

Trabalhar no sentido de tornar bem manifesta e clara a torpeza da escravidão sua influência malvada suas deformidades moraes e

---

<sup>110</sup> Paulo Roberto Staudt Moreira, a quem devo a indicação deste romance de Macedo, já havia reconhecido a introdução do romance como verdadeiro panfleto pela emancipação gradual dos escravos, na qual Macedo chama a atenção para a importância da propaganda, defendendo que ao governo e a imprensa cabia a tarefa de “iluminar” os senhores. Ainda segundo Moreira, para o autor, dois caminhos opostos levariam ao objetivo do trabalho, ou seja, “à reprovação profunda que deve inspirar a escravidão”. Um deles seria o da descrição dos incalculáveis sofrimentos do escravo, seu inferno perpétuo – “É o quadro do mal que o senhor, ainda sem querer, faz ao escravo”. “O outro mostra a seus lados os vícios ignóbeis, a perversão, os ódios, os ferozes instintos do escravo, inimigo natural e rancoroso do senhor, os miasmas, deixem-nos dizer assim, a sífilis moral da escravidão infeccionando a casa, a fazenda, a família dos senhores, e a sua raiva concentradas, mas sempre em conspiração latente atentando contra a fortuna, a vida e a honra dos seus incôscios opressores. É o quadro do mal que o escravo faz de assentado propósito ou às vezes involuntária e irrefletidamente ao senhor.” Ver mais em MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os Cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano**. Porto Alegre: EST Edições, 2003. Capítulo 2.

congênitas seus instintos ruins, seu horror, seus perigos, sua acção infernal é também contribuir para condenam-na e para fazer mais suave e sympathica a ideia da emancipação que a aniquila.<sup>111</sup>

**As Victimas-Algozes**, obteve recepção positiva entre os intelectuais do Parthenon Litterário, em Porto Alegre, em sua Revista aparece comentário ao livro que reúne três novelas – Simão, o crioulo; Pay Rayol, o feiticeiro; e, Lucinda, a mucama –, que segundo a crítica, compunham “um trabalho original onde o autor, pintando essas cenas que diariamente se dão em nosso lar, revela quão prejudicial é para a sociedade a escravatura”.<sup>112</sup> O que mostra entre outras coisas a rápida circulação de obras entre a Corte e a província. Além, é claro, de revelar a militância abolicionista do Parthenon Litterário.

Convém uma pequena digressão para recuperar um apropriado comentário de Conforto, acerca da relação entre *A Divina Pastora* de Caldre e Fião e o romance *As Victimas-Algozes* de Macedo, diz ela

o romance *A divina pastora*, de Caldre e Fião, de 1847, surgiu como uma obra paradigmática, já que representou uma verdadeira fissura nos discursos dos romances da época. O narrador antecipou-se às discussões sobre a abolição do tráfico, uma vez que naquele momento os senhores estavam mais interessados em burlar as leis inglesas. Seu discurso procurava alertar a sociedade sobre os malefícios da convivência entre senhores e escravos. Essa linha de pensamento foi amplamente defendida por Joaquim Manuel de Macedo, em *Vítimas Algozes*. Quadros da escravidão, 22 anos mais tarde, em 1869.<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. **As Victimas-Algozes**. Quadros da Escravidão. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1869, p. xiii-xiv.

<sup>112</sup> **Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterário**. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Comércio, Vol. 1, nº 9, nov. 1869.

<sup>113</sup> CONFORTO, Marília. **Faces da personagem escrava**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 46.

Macedo, vai mais além em seu libelo emancipacionista, ele nos mostra que a leitura de obras literárias estrangeiras que tratavam dos crimes e episódios da escravidão em outros países – o Buc Jargal, o Toussaint Louverture e o Pai Simão; acabavam por disfarçar a situação brasileira. Ou seja, defende uma literatura nacional para que, de fato, se volte o olhar para a realidade social presente no cotidiano de todos os cidadãos. É claro ao dizer,

Esquecemos o Buc Jargal, o Toussaint Louverture e o Pai Simão; o escravo que vamos expor á vossos olhos é o escravo de nossas casas e de nossas fazendas, o homem que nasceu homem, e que a escravidão tornou peste ou fera. Contar-vos-hemos pois em pequenos e resumidos romances as historias que vós sabeis porque tendes sido delas testemunhas.

Se pensardes bem nestas historias devereis banir a escravidão para que ellas não se reproduzão.

Porque estas historias veracissimas forão de hontem, são de hoje e serão de amanhã, e infinitamente se reproduzirão, emquanto tiverdes escravos.

Lêde e vereis.<sup>114</sup>

O papel da literatura, para Macedo, é político, é moral, chama os cidadãos à consciência humanitária. E, acima de tudo, o romance aparece com a função de meta-testemunho, “contar-vos-hemos pois em pequenos e resumidos romances as historias que vós sabeis porque tendes sido delas testemunhas”. Como se só a escritura tornasse crível e verdadeiro, o cotidiano vivido da escravidão. É ao reinscrever o “real” no cotidiano que a literatura age

como uma forma de "compromisso", de ajuste simbólico possível, de "solução" para os conflitos de uma época. Creio que, de fato, os romances permitem às pessoas se sentirem menos desconfortáveis em

---

<sup>114</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Victimias-Algozes*. Quadros da Escravidão. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1869, p. xv.

meio a esses seus conflitos. Há esta fórmula de Lévi-Strauss para os mitos: soluções imaginárias para contradições reais. Creio que isso explica o que acontece com os romances e o modo como, ao longo do tempo, algumas obras são selecionadas pelos leitores em detrimento de outras. Há contradições (sociais, econômicas) que são mais importantes e soluções (nas obras) que parecem mais plausíveis.<sup>115</sup>

Fazendo um arremate desta discussão, acreditamos que os romances de Caldre e Fião – e, em maior medida, *A Divina Pastora* – flertavam mais com o modelo de romance filosófico do que com a pueril descrição do universo dos costumes mundanos. Apresenta sempre uma pretensão de discutir os aspectos morais e filosóficos, visto suas longas digressões e exemplificações moralizantes. Muito embora, utilize-se como forma de expressão do revolucionário e novidoso gênero literário, o recém-aportado em terras brasileiras: o romance. Parece que era o instrumento que, idealmente, podia ser a catapultador de suas ambições de militância moral e reconhecimento social. Ou seja, de constituir-se, como um cidadão honrado da Corte imperial.

---

<sup>115</sup> MORETTI, Franco. The Novel: History and Theory. *New Left Review*, 52, July-August 2008, p. 119-120.

## Capítulo II

### Caldre e Fião entre homens de honra

*Honrar*, v. at. Declarar por honrado, isto é, nobre, digno de honra, e estimação, louvando com palavras, enobrecendo com emprego, cargo, comissão, que se confia de pessoa de merecimento, e virtude.<sup>116</sup>  
Antônio de Moraes Silva, dicionarista português.

*Na vida dos grandes homens aprende-se a conhecer as aplicações da honra, apreciar a glória e a afrontar os perigos, que muitas vezes são causa de maior glória.*<sup>117</sup>  
Cônego Januário da Cunha Barboza,  
1º secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ao trabalhar-se na fronteira entre história e literatura, já nos adverte Sevcenko, é necessário dar atenção especial ao escritor, já que este é a ligação com o tempo social vivido,

O ponto de intersecção mais sensível entre a história, a literatura e a sociedade está concentrado evidentemente na figura do escritor. Eis porque uma análise que pretenda abranger esses três níveis deve se voltar com maior atenção para a situação particular do literato no

---

<sup>116</sup> MORAES E SILVA, Antônio de. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado. 2ª ed. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813, Vol. II, p. 119. [1ª impressão: 1789]

<sup>117</sup> BARBOZA, Januário da Cunha. “Discurso de Januário da Cunha Barboza, primeiro secretário perpétuo do IHGB”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo I, n. 1, 1839, p. 15.

interior do meio social e para as características que se incorporam no exercício do seu papel em cada período.<sup>118</sup>

Este desafio é aumentado no caso de Caldre e Fião, nosso romancista ainda não teve uma biografia à altura de sua atuação cultural no Rio Grande do Sul. Por ora, nos ateremos em tentar desvendar alguma informação de sua passagem pela corte imperial até o seu retorno a província natal. Lamentamos concordar com Guilhermino Cesar, Carlos Reverbel e Flávio Loureiro Chaves,<sup>119</sup> as fontes até o momento levantadas são escassas e incompletas.

O que podemos afirmar é que a origem social de Caldre e Fião, urbana e humilde, não possibilita enquadrá-lo no perfil social reservado nem com a burguesia incipiente nem às elites de proprietários rurais, os detentores de poder econômico e militar na província do Rio Grande do Sul. José Antonio do Vale Caldre e Fião, que nasceu em Porto Alegre em 15 de outubro de 1821. Foi professor antes do exercício da medicina, tornou-se escritor e jornalista, além de político.

Nas notas biográficas da mais recente edição de *A Divina Pastora*, nas quais Carlos Reverbel<sup>120</sup> apresenta José Antonio do Vale, ainda sem o apodo que acrescentaria ao nome mais tarde – Caldre e Fião –, era órfão de pai. E, aos

---

<sup>118</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 246.

<sup>119</sup> CESAR, Guilhermino. Introdução e Cronologia Biobibliográfica. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário:** romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 5-32; REVERBEL, Carlos. Traços biográficos de Caldre e Fião. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora.** 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 237-259; e CHAVES, Flávio Loureiro. Um texto resgatado. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora.** 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 237-259.

<sup>120</sup> REVERBEL, Carlos. Traços biográficos de Caldre e Fião. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora.** 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 237-259.

13 anos de idade, em 1834, teria começado a trabalhar numa farmácia de Porto Alegre. Em 1837, aos 16 anos,

requereu e foi admitido como “auxiliar de botica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre”. Conforme o regime do estabelecimento, “vencia este empregado unicamente a ração diária, como os demais pensionistas”. Constava a referida ração apenas “de carne e farinha”. Com a chegada de novo boticário do Rio de Janeiro, foi despedido o “praticante José Antônio do Vale”.<sup>121</sup>

Ao escrever seu primeiro romance, *Caldre e Fião* tem a oportunidade de recriar esta passagem de sua vida de uma maneira mais digna e honrada. Ao se referir, no corpo do texto e inserido na narrativa, ao grande filantropo e “amigo da humanidade”, o reverendíssimo padre Francisco Ferreira Leitão, um dos fundadores do estabelecimento hospitalar da capital sul-rio-grandense, abre uma nota de rodapé e diz o seguinte:

(...) foi um dos primeiros e mais assíduos fundadores da Santa Casa de Misericórdia e Caridade da cidade de Porto Alegre. Em 1837 eu fui encarregado, sendo ele Provedor, da administração da Botica deste piedoso estabelecimento e aí conheci seu desinteresse e dedicação constante a favor dos pobres e dos enfermos. A clínica médica e cirúrgica a que eu sempre assistia merecia-lhe particular atenção; não havia um só ramo da administração que ele negligenciasse e que não fiscalizasse com uma miudeza que se não devia esperar de sua já adiantada idade.<sup>122</sup>

Mais do que perscrutar, desvendar o qual a versão mais próxima da verdade, a de *Caldre e Fião* ou das *Atas da Santa Casa*, a de trabalhar pela ração “de carne e farinha” ou ser “encarregado da administração da botica” da

---

<sup>121</sup> Conforme pesquisa nos **Livros de Atas da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre** pelo historiador Leandro Teles, apud REVERBEL, Carlos. Traços biográficos de *Caldre e Fião*. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 237.

<sup>122</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, nota de rodapé, p. 184.

Santa Casa; até porque as duas versões são plausíveis e complementares. O que nos interessa é como Caldre e Fião reapresenta o episódio de sua estada na Botica. Coloca-se em proximidade com um dos grandes filantropos do sul do país, padre Francisco, o abnegado responsável pela Santa Casa de Misericórdia lhe emprestava, junto ao público leitor, a honorabilidade e o lugar de reconhecimento necessários na construção de sua imagem de cidadão honrado. Quanto mais distante o episódio, no tempo e no espaço, melhor funcionaria a sua operação de ressignificação, de auto-representação positiva. Operação esta em que o autor se insere no texto, o seu narrador novamente se identifica, se apresenta como o Sr. Caldre e Fião, e pontua a sua experiência no texto romanesco.

O certo é que desde muito cedo, o jovem Caldre e Fião, lutava pela oportunidade de conviver e trabalhar no meio dos profissionais da saúde, o que certamente já era a vontade de trilhar o caminho profissional da medicina.

Para suprimos as lacunas da biografia de Caldre e Fião temos que, novamente nos socorrer do narrador de *A Divina Pastora*, é ele que nos informa a data e os meios da primeira viagem de jovem para a capital do Império,

Desembarcando na vila de São José do Norte no dia 5 de março de 1843, quando me dirigia, pela primeira vez, de Porto Alegre para o Rio de Janeiro, um homem me apareceu e me perguntou se eu era um tal Valle que compunha poesias. Ri-me com a singularidade da pergunta e respondi-lhe afirmativamente.<sup>123</sup>

Além de ir buscar a sua formação no Rio de Janeiro, ao que parece o ambiente cultural e social de Porto Alegre já não comportavam as ambições do jovem escritor, em mais uma intromissão do autor/ narrador, temos uma confissão magoada de Caldre e Fião,

Os covardes chamam – *honra* – a essa ação que se conforma com algumas ideias que tendem à sua conservação individual e aos cômodos da vida. Toda a ação que pede uma privação de cômodos

---

<sup>123</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. *A divina Pastora*. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 104.

individuais, um sacrifício de vida, um heroísmo, não está para eles, circunscrita nos *limites da honra*; é-lhes mesmo representada como uma loucura. Quando eu abandonei minha fortuna inteira, meu estabelecimento de muitos anos, minha família, minhas antigas relações de amizade que me garantiram uma paz de vida inalterável, que eram para mim uma égide onde se quebravam todas essas pequenas intrigas, e me retirei ao centro da vida literária do Brasil, à capital do Império, eu tive disto uma lição amarga. Os covardes não puderam descobrir o motivo desta minha ação, não compreenderam; embalde eu lhes gritei: – a *honra* é que me dirige. Permaneceram ignorantes, não quiseram aprender de mim como se traçava o círculo de *uma verdadeira honra*. Mas voltemos ao curso da nossa narração.<sup>124</sup>

Aqui temos um dos pontos centrais para compreendermos o sistema de honra ao qual se refere Caldre e Fião no decorrer dos seus romances. Temos que a sociedade, toda e qualquer, têm regras de conduta, de fato, sociedade e regulamentos sociais são termos que coexistem interligados. Toda a sociedade determina as suas regras de conduta – o seu sistema de honra –, podemos dizer que é “essa ação que se conforma com algumas ideias que tendem à sua conservação individual e aos cômodos da vida”, recompensando os que aceitam as regras e punindo os que as desobedecem. O inconformismo de Caldre e Fião com a falta de compreensão com as suas escolhas pelo mundo da cultura, do estudo e da literatura, é o desajuste com o senso comum daquela sociedade, que sempre tende a ser conformista. O que temos então é uma disputa de qual é a conduta, de fato, honrada. Para o meio social em que vivia abandonar a tranquilidade de sua profissão de boticário, nas suas palavras “minha fortuna inteira, meu estabelecimento de muitos anos”, significava abrir mão de sua segurança material e financeira; mais do isto, não era somente mudar de ramo de atividade profissional, era, sobretudo mudar de lugar social e geográfico, abandonar Porto Alegre, como diz o jovem boticário: a “minha família, minhas antigas relações de amizade que me garantiram uma paz de vida inalterável, que

---

<sup>124</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 73. Grifos nossos.

eram para mim uma égide onde se quebravam todas essas pequenas intrigas”. Portanto, estava quebrando com os padrões do tipo de cidadão bem sucedido, representativo e exemplar daquela sociedade. Costumeiramente, quem satisfaz os padrões da honorabilidade, pode até descumprir uma ou outra regra menor; mas não negar, ao que parece, era o caso de Caldre e Fião, o sistema de valores sociais em geral.

Mas, por outro lado, aquele que nunca coloca em risco sua propriedade, a integridade física ou mesmo a honra de outros homens pode ser considerado como não tendo honra e não ganhará reconhecimento passivo da sociedade. A honra funciona como o cume da pirâmide dos valores sociais temporais e os coloca na sua dependência hierárquica. Nas sociedades em que o valor honra pauta a classificação social, em fundamento ignora-se as demais categorias de valor, só existem duas fundamentais: a dos sujeitos que possuem honra e a dos que não a possuem.

Desta forma, numa atitude de força e independência, Caldre e Fião buscou constituir seu patrimônio de honra ao trilhar o caminho que o levaria “ao centro da vida literária do Brasil, à capital do Império”; o que não era fácil, como ele diz “tive disto uma lição amarga”. Vai além, de maneira simbólica, desafia seus concidadãos – ou aqueles que não o compreendiam e o consideravam desonrado –, ele os qualifica de “covardes [que] não puderam descobrir o motivo desta minha ação, não compreenderam; embalde eu lhes gritei: – a *honra* é que me dirige”. Por fim resigna-se, afinal “permaneceram ignorantes, não quiseram aprender de mim como se traçava o círculo de *uma verdadeira honra*”.

Mas afinal, qual era esse círculo da verdadeira honra que Caldre e Fião propunha? Ele confrontava-se com o tipo ideal de homem honrado para a sociedade urbana porto-alegrense, baseado na segurança material, no emprego sério, na família patriarcal, na disposição para a pequena política da local. Este era o caminho seguro para a sua honorabilidade. Mas ele projetou um horizonte mais além, ampliou o seu universo de referências, escolheu o campo de lutas – o mundo das letras e da cultura – e desejou nada menos que o centro da vida literária do país: a corte imperial do Rio de Janeiro. Impunha-se um desafio e

desafiava os padrões corriqueiros se sua façanha desse certo ampliaria sua honra. Certamente se seus projetos tivessem fracassado sua honra estaria profundamente abalada.

Mas vamos adiante e tentemos descobrir como andou nosso jovem boticário em meio à sociedade da corte, como se saiu no Rio de Janeiro e quais os caminhos trilhou para levar a cabo seu projeto de constituir-se no “círculo de *uma verdadeira honra*”.

## O Círculo dos Literatos e a sociedade de honra

Já em 1836, em uma de nossas primeiras obras históricas, a *História do Brasil* do inglês John Armitage, o autor declarava que a situação da cultura era paupérrima no país. Culpava a colonização portuguesa pela falta de progressos, as superstições que competiam com as ciências e o total desconhecimento pelos habitantes da ciência política:

As histórias da Grécia e de Roma, o *Contrato Social* de Rousseau, e alguns poucos volumes escritos de Voltaire e do abade Raynal, que haviam escapado à vigilância das autoridades, formavam as únicas fontes de instrução. Não havia em todo o Brasil uma só tipografia, uma só Universidade.<sup>125</sup>

Mesmo que as pesquisas atuais nos apontem para uma significativa existência de bibliotecas e circulação de livros desde os mais distantes períodos

---

<sup>125</sup> ARMITAGE, John. **História do Brasil**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ EDUSP, 1981, p. 30.

coloniais, era preocupante o nível do ambiente intelectual brasileiro, sofrendo com a censura, a escassez e a defasagem cultural.

Ao que parece a Independência e a organização das instituições nacionais traziam novidades neste campo, o da cultura. Por um lado, liberalizavam-se a importação e a produção interna de livros – não sem algum controle e censura, como era corriqueiro em todos os países do período –; por outro impunha-se o desafio de fazer surgir as “letras nacionais”, mais que isto a própria nação precisava ser historiada e cantada em prosa e verso. Estavam abertas as polêmicas sobre o que era melhor para o novo país e quais os caminhos deveriam ser percorridos. O único resultado desejado ao desafio proposto era conquistar um lugar entre as honradas civilizações ocidentais.<sup>126</sup>

Desde o início do século XIX, o meio cultural da cidade do Rio de Janeiro lutava para criar e ampliar seus meios e equipamentos de fruição cultural. Desde as primeiras décadas dos oitocentos, fundaram-se vários gabinetes de leitura, concebidos nos moldes dos ingleses e franceses, ou seja, eram empreendimentos comerciais ou associações filantrópicas responsáveis por colocar em circulação, a módico preço, livros de interesse geral. Os gabinetes comerciais – localizavam-se na área central do Rio de Janeiro na Rua do Ouvidor (Mongie, Dujardin, Madame Breton, Madame Edet, Casa do Livro Azul), na Rua da Alfândega (Cremière), na Rua do Cano (Martin) e na Rua da Quitanda (Gabinete Francez) – eram, para aqueles que não dispunham de recursos financeiros para montar uma biblioteca particular, uma forma alternativa de acesso ao livro.<sup>127</sup> Como não temos notícia se Caldre e Fião era sócio de algum

---

<sup>126</sup> BORGES, Valdeci Rezende. Cultura, natureza e história na invenção alencariana de uma identidade da nação brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, nº 51, 2006, p. 89-114.

<sup>127</sup> Ver a respeito de gabinetes de leitura e bibliotecas no Rio de Janeiro oitocentista: SCHAPOCHNIK, Nelson. Contextos de Leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas. In: BRESCIANI, Stella. **Imagens da Cidade**. Séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero/FAPESP, 1993, p. 147-162.

desses gabinetes, tomemos o depoimento de outro jovem aspirante a escritor. O nosso jovem é José de Alencar que ao retornar ao Rio de Janeiro depois de concluir seus estudos em São Paulo, favoreceu-se dessa modalidade de acesso à literatura,

Com as minhas bem parcas sobras, tomei uma assignatura em um gabinete de leitura que então havia á Rua da Alfandega, e que possuia copiosa collecção das melhores novellas e romances até então sahidos dos prelos francezes e belgas.<sup>128</sup>

A leitura é uma das bases de formação do escritor, que encontrava nos gabinetes e bibliotecas uma forma de viabilizá-la, nos acervos dos quais predominavam o gênero romanesco. Além de ser o destaque nos gabinetes em que se alugavam livros, os romances avolumavam-se também em instituições de caráter associativo como o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, fundado em 1837, ou a Biblioteca Fluminense, criada em 1847, o Retiro Litterário Portuguez, em funcionamento no Rio de Janeiro a partir de 1859, ou ainda o Liceu Literário Português, aberto em 1868.<sup>129</sup>

O Rio de Janeiro também reunia, por razões comerciais, políticas ou administrativas do Império brasileiro, uma população de várias nacionalidades, o que criava uma demanda por livros de várias línguas. Por iniciativa de algumas dessas comunidades estrangeiras radicadas na corte imperial foram criados clubes de leitura como a Sociedade Germânia, criada em 1821, a British Subscription Library, estabelecida em 1826, ou o Cercle Suisse, fundado em

---

<sup>128</sup> ALENCAR, José de. **Como e por que sou romancista**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos Pontes, 1893, p. 39.

<sup>129</sup> SCHAPOCHNIK, Nelson. Contextos de Leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas. In: BRESCIANI, Stella. **Imagens da Cidade**. Séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero/ FAPESP, 1993, p. 147-162.

1873. O gosto do público dos clubes de leitura era predominante pelo romance, que ocupava lugar de destaque nos acervos, por exemplo, representando 49,74% do total de obras conservadas pela Sociedade Germânia.<sup>130</sup> Também os membros do Gabinete Português de Leitura não tinham gosto muito diferente daqueles reunidos na associação alemã, já que o romance era o gênero que mais espaço ocupava na biblioteca da instituição.<sup>131</sup>

Para quando e aqueles que abundassem recursos, havia ainda um crescente número de livrarias, dentre as quais se destacam as livrarias francesas que, concentrando-se, a partir da década de 1820, na Rua do Ouvidor, centro da vida elegante da cidade. A leitura dos romances, garantida pela venda e aluguel de livros, passou, aos poucos, a fazer parte do código de boas maneiras e das conversas elegantes.

Se já sabemos das antigas práticas da leitura em voz alta nos salões e serões domésticos, a eles se somavam novos espaços e práticas, eram os gabinetes, clubes, associações, bibliotecas, jornais e livrarias ampliaram as possibilidades de acesso aos livros.

Pelas informações de seus biógrafos, Caldre e Fião desde sua chegada ao Rio de Janeiro participou deste cenário, de forma ativa. Um verdadeiro militante

---

<sup>130</sup> SCHAPOCHNIK, Nelson. Contextos de Leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas. In: BRESCIANI, Stella. **Imagens da Cidade**. Séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero/ FAPESP, 1993, p. 147-162.

<sup>131</sup> ABREU, Márcia (org.). **Trajetórias do romance**: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. Campinas: Mercado de Letras/ FAPESP, 2008, p. 173-175.

da cultura, em especial da literatura e do jornalismo.<sup>132</sup> E não de qualquer literatura, de uma literatura engajada, de conteúdo filosófico e moral – e por consequência, com articulação política. Mas para que esses temas pudessem circular era preciso viabilizar os meios. Com essa preocupação é que o encontramos em uma sessão literária do Ginásio Brasileiro, no 1º de agosto de 1834, a propor os seguintes pontos para as discussões do dia:

1º Quais os meios de se manterem as associações literárias sem as contribuições pecuniárias; 2º Qual a influência que pode ter a literatura sobre a extinção do tráfico de escravos.<sup>133</sup>

Como veremos adiante esses são dois temas recorrentes na militância de Caldre e Fião, a fundação de associações culturais e filantrópicas e a luta pela abolição do tráfico de escravos. Mas em tempos de precária formação acadêmica as associações literárias eram importantes espaços para trocas culturais, desde os empréstimos dos livros propriamente ditos, passando pela apresentação e discussão da produção textual dos sócios, até a criação de um universo de referências literárias em comum. Como, novamente, depõe José de Alencar,

Foi essa leitura continua e repetida de novellas e romances que primeiro imprimio em meu espirito a tendencia para essa fórma litteraria que é entre todas a de minha predilecção? Não me animo á resolver esta questão psychologica, mas creio que ninguem contestará a influencia das primeiras impressões. Já vi attribuir o genio de Mozart e sua precoce revelação á circumstancia de ter elle sido acalentado no berço e criado com musica. Nosso repertorio romantico era pequeno; compunha-se de uma duzia de obras entre as quaes primavam a *Amanda e Oscar*, *Saint-Clair das Ilhas*, *Celestina* e outros de que já não

---

<sup>132</sup> Para o período em que estudou no Rio de Janeiro, tem-se informação de que ele escreveu nos seguintes periódicos: **O Americano**, Rio de Janeiro, 1849-1850; **O Philantropo** (redator), Rio de Janeiro, 1849-1851; **A Rosa Brasileira**, Rio de Janeiro, 1849-1851; nenhum deles considerado da “grande imprensa”, eram todos periódicos de cunho cultural e militante, focados na literatura e no abolicionismo.

<sup>133</sup> Apud CESAR, Guilhermino. Introdução. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 21.

me recordo. Esta mesma escassez, e a necessidade de reler uma e muitas vezes o mesmo romance, quiçá contribuiu para mais gravar em meu espirito os moldes dessa estructura litteraria, que mais tarde deviam servir aos informes esboços do novel escriptor.<sup>134</sup>

Estas declarações de Alencar, de ser um leitor de romances da “baixa tradição”, nos levam a refletir sobre a necessidade de um maior conhecimento das obras de maior circulação e da existência de relações insuspeitadas entre “grandes” e “pequenos” autores. Se nos basearmos somente nos autores canônicos que a história da literatura ocidental consagrou *a posteriori* como as influências únicas na formação de nossos literatos, perdemos a diversidade e a riqueza do contexto cultural de formação de escritores e leitores do século XIX.

Os chamados autores menores, mas capazes de emocionar as mulheres da família e de nutrir a imaginação dos escritores, foram desconsiderados pela crítica do seu e do nosso tempo. Por outro lado, José de Alencar, que admite ter bebido na fonte dos romances menores, quando do seu primeiro contato com Honoré de Balzac teve grandes problemas:

Tinha eu feito exame de francez á minha chegada em S. Paulo e obtivera approvação plena, traduzindo uns trechos do *Telemaco* e da *Henriqueida*, mas, ou soubesse eu de outiva a versão que repeti, ou o francez de Balzac não se parecesse em nada com o de Fenelon e Voltaire; o caso é que não conseguia comprehender um periodo de qualquer dos romances da collecção. Todavia achava eu um prazer singular em percorrer aquellas paginas, e por um ou outro fragmento de idea que podia colher nas phrases indecifreveis, imaginava os thesouros, que alli estavam defezos á minha ignorancia. Conto-lhe este

---

<sup>134</sup> ALENCAR, José de. **Como e por que sou romancista**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos Pontes, 1893, p. 22-23.

pormenor para que veja quão descurado foi o meu ensino de francez, falta que se deu em geral com toda a minha instrução secundaria, a qual eu tive de refazer na maxima parte, depois de concluido o meu curso de direito, quando senti a necessidade de crear uma individualidade litteraria.<sup>135</sup>

Parece que Balzac, um dos cânones do romance moderno, se revelava incompreensível; por outro lado, desde os tempos coloniais, as *Aventures de Télémaque*<sup>136</sup> de Fenelon eram coisa familiar, que se conhecia de ouvido ou que até já se tinha decorado, assim como a *La Henriade*<sup>137</sup> de Voltaire – dois antigos sucessos que ainda faziam parte do repertório de leituras correntes décadas depois.

Na construção do “círculo da verdadeira honra”, Caldre e Fião não poupava esforços, desde sua chegada ao Rio de Janeiro se insere produtivamente em várias instâncias culturais. Participa ativamente de periódicos, estuda medicina homeopática, escreve livros científicos, publica e lê poemas em saraus literários, leva aos palcos peças de teatro de sua autoria. Em pouco anos é professor de um colégio de moças e, logo após, é lente substituto de Farmácia no Liceu

---

<sup>135</sup> ALENCAR, José de. **Como e por que sou romancista**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos Pontes, 1893, p. 30-31.

<sup>136</sup> *As Aventuras de Telêmaco* é o título de um romance didático de Fénelon, publicado em 1699; narra as andanças de Telêmaco com Mentor, avatar de Minerva – a pretexto de ensinamentos morais e políticos, também foi visto na época, como uma sátira do reinado de Luís XIV, descrito como Idomeneu. A obra é considerada um clássico moral e teve inúmeras traduções e difusão por todo o Ocidente. Ver FÉNELON, François de Salignac de la Mothe. **Les aventures de Télémaque suivies des aventures d'Aritonoüs**. Paris: Librairie Hachette et Cie., 1893. [Disponível no Projeto Gutenberg - <http://www.gutenberg.org/ebooks/30779>]; MELCHIOR-BONNET, Sabine. **Fénelon**. Paris: Perrin, 2008.

<sup>137</sup> *La Henriade* é um poema épico de 1723 escrito pelo escritor do Iluminismo francês e filósofo Voltaire. De acordo com o próprio Voltaire, o poema foi escrito em homenagem à vida de Henrique IV de França, e é uma celebração de sua vida. Também diz respeito ao estado político da França. Ver VOLTAIRE [François Marie Arouet]. **La Henriade**. Geneva: Institut et Musée Voltaire, 1965. 2 vol ; e ROULIN, Jean-Marie. **L'Épopée de Voltaire à Chateaubriand: Poésie, histoire et politique**. Oxford: Voltaire Foundation, 2005.

Médico Homeopático. Resta saber, se tamanho esforço, era suficiente para o colocar como forte e digno pretendente a participar do círculo de honra da corte imperial.

### Na capital do Império: da Província mais longínqua ao centro da vida literária do Brasil

As primeiras referências bibliográficas que temos é a produção teatral de Caldre e Fião, que na segunda metade da década de 1840, leva ao palco o *vaudeville* em dois atos *A órfã ou A Herdeira em Leilão*, e obteve sucesso; pois, segundo afirma Sacramento Blake, foi apresentado quatro vezes no Teatro do Salão da Floresta. Também levou ao tablado o drama em quatro atos e sete quadros, intitulado *O Coronel Manuel dos Santos*. Além de trazer a público um livro de poesias *O Jardim da Noiva*.<sup>138</sup>

No seu afã de tornar-se um homem de honra e aproximar-se da corte imperial, em 1848, Caldre e Fião escreveu o *Elogio dramático ao faustosíssimo batizado do Príncipe Imperial Dom Pedro*,<sup>139</sup> *augustíssimo herdeiro do sólio do*

---

<sup>138</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1893, vol. 4, p. 312-314.

<sup>139</sup> D. Pedro Afonso de Bragança e Bourbon, príncipe imperial do Brasil (1848-1850). Terceiro filho do Imperador Pedro II, que não conseguiu ter prole masculina e acabou por decretar a princesa imperial D. Isabel, sua única filha viva, como herdeira do trono. Ver mais em LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II**. São Paulo: UNESP, 1979, vol. 1.

*Brasil*,<sup>140</sup> e ofereceu ao Senhor D. Pedro II. Não só isso, como mandou imprimir e conforme consta em ata, de 1848, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da cidade do Rio de Janeiro,

O Sr. Secretário perpétuo, dando conta do expediente, leu um ofício do Sócio, o Sr. José Antônio do Vale, em que oferecia para serem distribuídos pelos membros do Conselho 12 exemplares do elogio dramático por ele composto, para ser representado no Salão da Floresta, por ocasião do festejo do nascimento do Príncipe Imperador.<sup>141</sup>

O poema teria sido recitado pela cantora DelMaestro no teatro do Salão Floresta.<sup>142</sup> Temos então Caldre e Fião se inserindo cada vez mais nos meandros de legitimação da corte e, desta vez, estabelecendo e ligando seu nome a nada menos que o Imperador e sua família. Parece que, rapidamente, a província com suas noções “equivocadas” de honra, estava saindo do cotidiano do ex-boticário.

Era hora de se lançar como romancista, a novidade entre os escritores da corte, pouquíssimos tinham se aventurado no novo gênero traz a público a sua *A Divina Pastora*. O ano era 1847, e quase nada mais sabemos da repercussão do romance. Nem as intromissões rotineiras do narrador Caldre e Fião, que continuam a acontecer no *O Corsário*, o segundo romance, nos dão indicação alguma da recepção pelo público leitor e do que o próprio autor pensou do feito. O fato é que, bem recebido ou não, o escritor não recuou e continuou escrevendo, inclusive, como vimos, um segundo romance.

---

<sup>140</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **Elogio dramático ao faustosíssimo batizado do Príncipe Imperial Dom Pedro**, augustíssimo herdeiro do sólio do Brasil; oferecido ao Senhor D. Pedro II. Rio de Janeiro: Typographia M. da Silva Lima, 1848, 16 p.

<sup>141</sup> Apud CESAR, Guilhermino. Introdução e Cronologia Biobibliográfica. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 28.

<sup>142</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1893, vol. 4, p. 312-314.

Ampliando suas ligações com o meio cultural edita, em 1848, uma coletânea de versos<sup>143</sup> que tinham sido recitados pelo ator João Caetano dos Santos<sup>144</sup> em espetáculo na Bahia. O *Ramalhete Poético* trazia também um retrato do famoso ator e encenador, que segundo depoimento colhido por Sacramento Blake, teria como autor do desenho o próprio Caldre e Fião. Unia-se, desta forma, através de mais uma homenagem, a um dos mais consagrados homens de teatro do Brasil daqueles dias. Distribuir honras, escrever em honra de alguém, era também uma forma de aumentar a sua própria honorabilidade. Além de urdir uma rede cada vez mais ampla de contatos e apoios no cenário cultural da corte.

Da mesma forma, oferece o poema *Os Sepulchros*<sup>145</sup> ao Dr. João Candido Deus e Silva,<sup>146</sup> político liberal da província do Pará, advogado e sócio do

---

<sup>143</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **Ramalhete Poético dos excelentes versos recitados na Bahia, por ocasião de ali se achar e representar o insigne artista brasileiro João Caetano dos Santos**. Rio de Janeiro: Tip. Fluminense de Rego & Cia., 1848. 52 p., com um retrato do artista elogiado.

<sup>144</sup> João Caetano dos Santos (Itaboraí, RJ, 27 de janeiro de 1808 – Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1863) foi importante ator e encenador brasileiro. Começou a carreira como amador, até que em 24 de abril de 1831 estreou como profissional na peça *O Carpinteiro da Livônia*. Apenas dois anos depois, em 1833, João Caetano já ocupava o teatro de Niterói junto com um elenco de atores brasileiros. Assim iniciava a Companhia Nacional João Caetano. O ator também exerceu as funções de empresário e ensaiador. Autodidata da arte dramática, seu gênero favorito era a tragédia, mas chegou a representar papéis cômicos. Além de atuar em muitas peças, tanto no Rio como nas províncias, João Caetano publicou dois livros sobre a arte de representar: *Reflexões Dramáticas*, de 1837, e *Lições Dramáticas*, de 1862. Em 1860, após uma visita ao Conservatório Real da França, João Caetano organizou no Rio uma escola de arte dramática, em que ensino era totalmente gratuito. Além disso, promoveu a criação de um júri dramático, para premiar a produção nacional. Era dono absoluto da cena teatral brasileira de sua época. Segundo J. Galante, antes dele, a declamação era uma espécie de cantiga monótona, como uma ladainha; diz ainda, "João Caetano substituiu aquela cantilena pela declamação expressiva, com inflexões e tonalidades apropriadas, ensinou a representação natural, chamou atenção para a importância da respiração e mostrou que o ator deve estudar o caráter da personagem que encarna, procurando imitar, não igualar, a natureza", in SOUSA, J. Galante de. **O teatro no Brasil**. Rio de Janeiro: MEC/ INL, 1960; ver mais em PRADO, Décio de Almeida. **História concisa do teatro brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 1999.

<sup>145</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. Os Sepulchros. **O Philantropo**, do nº 15. Rio de Janeiro, 13 de Julho de 1849.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é, certamente, um dos caminhos da aproximação pública com os políticos liberais e, novamente, a fortificação de sua rede de relações sociais na corte. Também mostra que Caldre e Fião era conhecedor de uma das principais instituições culturais do Império, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, informado por, pelo menos, um dos seus sócios.

Caldre e Fião tem a sua trajetória de profissional da área da saúde, boticário e depois médico, marcada pela experiência de escritor, o universo “dos sábios” o seduzia. Ou de outra forma, era instrumento de reconhecimento e de sustento econômico. Antes mesmo de se formar publica, em 1846, uma *Enciclopédia dos conhecimentos úteis*, da qual não temos maiores informações. No mesmo ano, sai de sua autoria *Elementos de farmácia homeopática para uso da Escola de Medicina Homeopática do Rio de Janeiro e da curiosa mocidade brasileira e portuguesa que quiser estudar este ramo da ciência médica*<sup>147</sup> obra na qual podemos colher várias informações sobre a sua inserção profissional,

---

<sup>146</sup> A trajetória de João Candido Deus e Silva corresponde ao perfil da maioria dos representantes eleitos pelos paraenses, quase todos estudaram em Coimbra e já tinham ocupado cargos públicos em diferentes províncias antes de assumir a cadeira no Parlamento. Nascido em 1787 no Pará, após formar-se em Coimbra tem-se registro que exercia em 1817 o cargo de procurador da Coroa e Fazenda na província. Já em 1821 era Juiz de Fora no Piauí, onde escreveu um discurso a favor das Cortes de Lisboa. Estando fora do Pará, teve a mesma votação do bispo D. Romualdo Coelho para as Cortes de Lisboa, função que não exerceu por ter perdido a vaga na decisão pela sorte. Também exerceu a função de desembargador no Maranhão, foi Lente na Faculdade de Direito de São Paulo entre 1830 e 1831 e sócio do IHGB. Além de eleito para primeira legislatura, foi o único deputado reeleito pelos paraenses para a segunda legislatura (1830-33), ainda voltando como suplente na quarta (1838-41). Na única e rápida menção encontrada na historiografia sobre a atuação parlamentar de Deus e Silva, é classificado como um "liberal exaltado" por conta das suas traduções de autores europeus e de um debate travado na Câmara com D. Romualdo Antonio Seixas, sempre tido como um conservador, sobre o papel da Igreja e do Estado. Ver mais em BAENA, Antonio L. M. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, 1969, p.300 e p.329; NOGUEIRA, Otaciano; FIRMO, João Sereno. **Parlamentares do Império**. Brasília: Senado Federal, 1973; e, MACHADO, André Roberto de Arruda. Redesenhando caminhos: O papel dos representantes do Grão-Pará na primeira legislatura do Império do Brasil (1826-1829). **Almanack Braziliense**, n.10, 2009, pp. 75-97.

<sup>147</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **Elementos de pharmácia homeopática** para uso da Escola de Medicina Homeopática do Rio de Janeiro e da curiosa mocidade brasileira e portugueza que quizer estudar este ramo da sciência médica. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de F. M. Ferreira, 1846.

em seu frontispício se apresenta como membro do Instituto Homeopático do Brasil, membro efetivo e fundador do Liceu Médico Homeopático, lente substituto de Farmácia da mesma Escola,<sup>148</sup> redator chefe da *Enciclopédia dos Conhecimentos Úteis*. Está totalmente ligado ao mundo acadêmico da medicina homeopática, o que o coloca num terreno, no mínimo polêmico, para não dizer extremamente conflituoso, o da implantação da prática homeopática no Brasil.<sup>149</sup>

O jovem Caldre e Fião, contava com 25 anos, na ocasião da publicação de *Elementos de Farmácia Homeopática*, apresenta como seu mestre o “Dr. Bento de Mure,<sup>150</sup> propagador e apóstolo da doutrina de Hahnemann”, de quem faz o seguinte comentário no prefácio da obra,

---

<sup>148</sup> Provavelmente, é a Escola Hahnemanniana de Medicina, fundada no Rio de Janeiro, em 1844, pelo Instituto Homeopático do Brasil (1843), primeira escola de formação homeopática, com a autorização do Governo Imperial; e que tinha como fundadores o médico francês Benoit Jules Mure e o médico brasileiro João Vicente Martins.

<sup>149</sup> Sobre a discussão da implantação da medicina homeopática no Brasil ver FARIA, Fernando Antonio. **Querelas brasileiras: homeopatia e política imperial**. Rio de Janeiro: Notrya, 1994; SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. **História Geral da Medicina Brasileira**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991. 2 vol; LUZ, Madel T. **Arte de curar versus a ciência das doenças: História social da homeopatia no Brasil**. São Paulo: Dynamis Editorial, 1996; FERREIRA, Luiz Otávio. **Medicina Impopular: Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)**. In: CHALHOUB, Sidney et. al. (org.). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2003, p. 101-122.

<sup>150</sup> Benoît Jules Mure (Lyon, 4 de maio de 1809 - Cairo, 4 de março de 1858) é considerado um dos introdutores e grande incentivador da homeopatia no Brasil, onde também é referido como Bento Mure e Bento de Mure. Filho de ricos comerciantes de Lyon, em 1833, Benoît Mure foi acometido de tuberculose, e salvo pela medicina homeopática. Após a cura, dedicou-se ao estudo da homeopatia, formando-se em Montpellier, uma escola de medicina de tradição vitalista. Teve contato com Samuel Hahnemann em Paris e com ele manteve correspondência. Maure trabalhou intensamente na difusão da homeopatia na Europa. Em Paris, fundou um dispensário. Aderiu ao movimento fourierista e decidiu vir para o Brasil a fim de implantar um projeto de colonização de acordo com o ideário de Fourier. Chegou ao Brasil em 21 de novembro de 1840. No ano seguinte, tentou implantar um projeto do Falanstério do Saí. Após ter recebido licença do governo imperial e ter escolhido o local para a colônia, Mure partiu, em 22 de dezembro, com cem famílias, a bordo do navio Caroline para colonizar a península do Saí, na divisa do Paraná com Santa Catarina, no encontro dos rios São Francisco e rio Saí. Ali chegou a organizar a Escola Suplementar de Medicina e Instituto Homeopático de Saí, em 1842, destinado a ensinar a homeopatia a médicos já diplomados. Fracassado o seu projeto, transferiu-

se doze anos de práticas farmacêuticas me não habilitaram a escrever com acerto sobre esta ciência, a apreciação honrosa que V. S<sup>a</sup> fez do meu fraco saber me animou sobremaneira, e talvez o entusiasmo do abraço aos meus verdes anos de jovem, me fizessem escrever alguma cousa de estimável. Quando o submeti à sua consideração foi temendo que minha ousadia fosse mal sucedida, mas um raio de alegria despontou em meu rosto ao bom acolhimento que lhe faz, e ainda mesmo ao paternal cuidado com que tratava. Zoilos terríveis, com seus caninos dentes, pretenderam morder-me, mas com a amizade dos sábios me consolo, e quando, completa a minha missão, voltar ao seio do país natal entre amigos e parentes, direi: OS SÁBIOS ME ESTIMAM – e descerei à campa com a doce saudade que produzem os mais esquecidos momentos de uma amizade sincera.<sup>151</sup>

Caldre e Fião tinha se tornado discípulo de nada menos do que o principal introdutor da homeopatia no país. Não um discípulo qualquer, mas um que ao escrever seu *Elementos de Farmácia Homeopática* estava instrumentalizando uma das principais vias de implementação da homeopatia no Brasil. Em todos os momentos em que a prática homeopática foi questionada, os principais embates se davam quase sempre no questionamento da falta de habilitação e formação dos médicos homeopatas. No entanto, as farmácias homeopáticas sempre tiveram seu funcionamento legalizado e uma ótima aceitação pela população em

---

se para o Rio de Janeiro em 1843, fundando aí o Instituto Homeopático do Brasil, do qual foi presidente até 1848. Com João Vicente Martins - médico português naturalizado brasileiro, diplomado cirurgião pela Real Escola de Cirurgia de Lisboa -, criou mais 26 locais de assistência ambulatorial no Rio de Janeiro, apesar de sofrer ataques da Academia Imperial de Medicina, que o acusava de charlatanismo. Na época, eram principalmente os médicos homeopatas que atendiam à população carente e aos escravos. Em 13 de abril de 1848, Mure regressou à Europa. Casou-se com Sophie Lemaire, homeopata experiente e reconhecida. O casal viveu no Cairo, no Sudão e depois em Gênova, onde são acusados de exercício ilegal da medicina. O casal decide então voltar para o Egito, onde Mure passou os últimos dois anos de sua vida, ainda dedicado ao ensino da homeopatia para leigos. Ali faleceu, aos 48 anos, aparentemente em consequência dos ferimentos que recebera durante um atentado. Ver mais em SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. **História Geral da Medicina Brasileira**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991. 2 vol; e **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz – <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>, acessado em julho de 2009.

<sup>151</sup> Apud CESAR, Guilhermino. **O criador do romance gaúcho**. Porto Alegre: Fac. de Filosofia, 1947; e conforme REVERBEL, Carlos. Traços biográficos de Caldre e Fião. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora**. 2<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 239.

geral, até mesmos os médicos alopatas utilizavam-se de receitar medicamentos manipulados nestas farmácias.<sup>152</sup> Assim que Caldre e Fião estava extremamente envolvido e produtivo com as lutas pela implantação da nova ciência médica, como podemos atestar pelo anúncio que vinha na contra-capa de *Elementos de Farmácia Homeopática*, entre outras obras anunciadas figurava, a já referida, *Enciclopédia dos Conhecimentos Úteis*, que tinha como “redator-em-chefe” José Antônio do Vale [Caldre e Fião], além de *Proposições de Fisiologia*, do Dr. Leitão, que trazia anotações e o acréscimo de “um resumo da História das Funções da Vida Humana”, também de José Antônio do Vale [Caldre e Fião].<sup>153</sup>

Com certeza fazer parte de um grupo de intelectuais que debatia e defendia uma causa tão recente e polêmica como a da homeopatia, colocava Caldre e Fião em um lugar social de destaque e proeminência. Certo, também, que essa militância pública o colocava no campo dos que tem honra *de facto*, ou seja, tem capacidade de defendê-la frente aos outros que a colocam em causa. A disputa se dá por um tema ou objeto qualquer – como a causa da homeopatia –, no entanto, mais honrado é o sujeito que consegue fazer-se respeitar ou calar seu opositor. Podendo, inclusive, manter a sua reputação pela agressividade com que mantém a sua precedência sobre os outros, não importando se são ou não homens virtuosos e honrados. No campo da honra, a força faz o direito.<sup>154</sup>

Em 1849, Caldre e Fião começa a lecionar, certamente para aumentar suas rendas, no recém-inaugurado – no dia 14 de janeiro do mesmo ano – Colégio da Estrela, para meninas, situado na Rua da Assembléia, nº 16, no Rio de Janeiro,

---

<sup>152</sup> Ver mais em FARIA, Fernando Antonio. **Querelas brasileiras: homeopatia e política imperial**. Rio de Janeiro: Notrya, 1994; SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. **História Geral da Medicina Brasileira**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991. 2 vol; LUZ, Madel T. **Arte de curar versus a ciência das doenças: História social da homeopatia no Brasil**. São Paulo: Dynamis Editorial, 1996.

<sup>153</sup> Apud REVERBEL, Carlos. Traços biográficos de Caldre e Fião. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 238.

<sup>154</sup> PITT-RIVERS, J. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. p. 11-60.

e que tinha como proprietária e diretora Maria Isabel de Lemos.<sup>155</sup> Em propaganda veiculada em jornal, o Colégio anunciava a relação dos professores e das matérias a serem ministradas naquele ano. José Antônio do Vale [Caldre e Fião] é mencionado

como professor de Francês, Italiano, Latim e Filosofia Comparativa entre estes três idiomas e o nacional (sic), para a quarta classe; e, também, responsável pelas disciplinas de Filosofia Moral e Racional, Ciências Naturais e explicação dos fenômenos físicos mais importantes, para a última classe.<sup>156</sup>

O relacionamento de Caldre e Fião e a professora Maria Isabel de Lemos rapidamente passa do profissional para o afetivo, e já o vemos, logo em seguida a dedicar-lhe um poema via jornal, chamado *Imerisa e as Graças da Natureza*<sup>157</sup>. Através de um anagrama, mesmo que imperfeito, do nome da personagem Imerisa do poema faz referência à Maria Isabel. Por imperfeito não deixou de funcionar e em 29 de julho de 1849 consuma-se o casamento dos dois professores.

O jovem esposo continua a exercer seus dotes poéticos e antes de findar o ano oferece um *Elogio* às alunas do Colégio da Estrela, dedicado a sua diretora D. Maria Isabel de Lemos Vale Caldre e Fião, e que vem assinado pelo

---

<sup>155</sup> Não se tem maiores informações sobre Maria Isabel de Lemos, os biógrafos de Caldre e Fião afirmam ser ela carioca, mas nem para essa informação foi constatada alguma fonte.

<sup>156</sup> **O Americano**, Rio de Janeiro, 7 de fevereiro 1849.

<sup>157</sup> **O Philantropo**, Rio de Janeiro, nº 7, 18 de maio de 1849. Guilhermino Cesar localizou o mesmo anagrama em poesia publicada por Caldre e Fião no periódico **A Rosa Brasileira**, Rio de Janeiro, nº 24, 30 de dezembro de 1849, in CESAR, Guilhermino. **O criador do romance gaúcho**. Porto Alegre: Fac. de Filosofia, 1947.

“consagrado Ilmo Sr. José Antônio do Vale Caldre e Fião, digníssimo lente do mesmo colégio”.<sup>158</sup>

O amor ou a vida conjugal não atrapalhou em nada a produtividade artística de Caldre e Fião, esse mesmo 1849 tinha começado com a publicação do seu segundo romance na forma de folhetim no jornal **O Americano**.<sup>159</sup> O romance saiu regularmente em fascículos, em período que se estendeu por quase o ano inteiro.<sup>160</sup>

O auge de sua produção intelectual direcionada para a medicina, pelo menos no que toca a aquisição do diploma de médico, foi a apresentação e defesa da tese que respondia a três pontos propostos pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1851. Observando, de maneira quase leviana, os temas atualmente parecem desconexos e sem ligação mais rotineira com a prática da medicina. São eles “1) Quais as condições para que a água seja potável? Meio de reconhecer o ferro nas águas ferruginosas, quais os estados em que ele se acha?, 2) Versão e evolução espontânea, e 3) Heterogenia.”<sup>161</sup> Como só se sabe notícia da tese por Blake,<sup>162</sup> o que podemos que, para o primeiro ponto, são duas as possibilidades de se estudar a presença do ferro na água com relação à medicina, a potabilidade e o tratamento

---

<sup>158</sup> Elogio Oferecido às alunas do Colégio da Estrela. **Rosa Brasileira**, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1849. [Poema]

<sup>159</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. O Corsário. **O Americano**, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1849.

<sup>160</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1893, vol. 4, p. 312-314.

<sup>161</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **Considerações sobre os três pontos dados pela faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: 1) Quais as condições para que a água seja potável? Meio de reconhecer o ferro nas águas ferruginosas, quais os estados em que ele se acha? 2) Versão e evolução espontânea. 3) Heterogenia**. Tese apresentada e sustentada em 10 de dezembro de 1851. Rio de Janeiro, 1851.

<sup>162</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1893, vol. 4, p. 312-314.

de anemias ferroprivas. O uso de águas ferruginosas no tratamento de anemias ferroprivas tem eficácia questionada até os dias de hoje. Mas ao que parece o estudo era determinar processos que detectassem a presença de ferro e a sua proporção. E retomando o início da questão, que parece ter relação com a segunda parte, definir a potabilidade em relação a presença do ferro.<sup>163</sup>

Já o segundo ponto, “versão e evolução espontânea”, e o terceiro ponto, “heterogenia”, estão interligados, certamente, tratam das polêmicas teorias sobre o surgimento da vida. O nome de *geração espontânea* era dado as ideias de abiogênese, e essas foram, há muito tempo, descartadas pela ciência; consistiam basicamente na suposição de que organismos mais complexos, dos que se observa diariamente, não se originassem apenas de seus progenitores, mas de qualquer ser inanimado. Proposta pela primeira vez por Aristóteles, tem uma variante na teoria que recebeu o nome de heterogenia, e é baseada na hipótese segundo a qual os seres vivos proviriam de seres preexistentes, mas

---

<sup>163</sup> O ferro aparece principalmente em águas subterrâneas devido à dissolução do minério pelo gás carbônico da água. O carbonato ferroso é solúvel e frequentemente encontrado em águas de poços contendo elevados níveis de concentração de ferro. Nas águas superficiais, o nível de ferro aumenta nas estações chuvosas devido ao carreamento de solos e a ocorrência de processos de erosão das margens. Também poderá ser importante a contribuição devida à efluentes industriais, pois muitas indústrias metalúrgicas desenvolvem atividades de remoção da camada oxidada (ferrugem) das peças antes de seu uso. Nas águas tratadas para abastecimento público, o emprego de coagulantes a base de ferro provoca elevação em seu teor. O ferro, apesar de não se constituir em um tóxico, traz diversos problemas para o abastecimento público de água. Confere cor e sabor à água, provocando manchas em roupas e utensílios sanitários. Também traz o problema do desenvolvimento de depósitos em canalizações e de ferro-bactérias, provocando a contaminação biológica da água na própria rede de distribuição. Por estes motivos, o ferro constitui-se em padrão de potabilidade, tendo sido estabelecida a concentração limite de 0,3 mg/L na Portaria 518 do Ministério da Saúde. É também padrão de emissão de esgotos e de classificação das águas naturais. No tratamento de águas para abastecimento, deve-se destacar a influência da presença de ferro na etapa de coagulação e floculação. As águas que contêm ferro caracterizam-se por apresentar cor elevada e turbidez baixa. Ver mais em SÃO PAULO. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. **Controle e garantia da qualidade nas análises microbiológicas de águas para consumo humano**. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2007.

diferentes; sem a presença de germes nem óvulos, dos quais se teria uma geração espontânea.<sup>164</sup> Mas, se hoje parece estapafúrdia a crença de que jogar trapos sujos e grãos de trigo em canto escuro, pela presença da energia vital fará surgir camundongos; foi, somente em 1862, que Pasteur refutou definitivamente as teorias da geração espontânea com a famosa experiência dos vidros com formato pescoço de cisne.<sup>165</sup>

O graduando em medicina Caldre e Fião aproveitava os conhecimentos que tinha como professor do liceu “responsável pelas disciplinas de Filosofia

---

<sup>164</sup> Abiogênese (do grego *a-bio-genesis*, "origem não biológica") designa de modo geral o estudo sobre a origem da vida a partir de matéria não viva. Atualmente, o termo é usado em referência à origem química da vida a partir de reações em compostos orgânicos originados abioticamente. Esta designação entretanto, é ambígua, pois muitos pesquisadores se referem ao mesmo processo utilizando o termo “biogênese”. Heterogênese ou heterogenia é a teoria baseada na hipótese segundo a qual os seres vivos proviriam de seres preexistentes, mas diferentes; dos quais se teria uma geração espontânea, ou produção de seres vivos em substâncias orgânicas ou inorgânicas associadas, sem germes nem óvulos preexistentes. O defensor mais famoso dessa hipótese na antiguidade foi Aristóteles há mais de dois mil anos, e em sua versão, supunha a existência de um "princípio ativo" dentro de certas porções da matéria inanimada. Esse princípio ativo organizador, que seria responsável, por exemplo, pelo desenvolvimento de um ovo no animal adulto, cada tipo de ovo tendo um princípio organizador diferente, de acordo com o tipo de ser vivo. Esse mesmo princípio organizador também tornaria possível que seres vivos completamente formados eventualmente surgissem a partir da "matéria bruta". A ideia era baseada em observações - descuidadas, sem rigor científico atual - de alguns animais aparentemente surgirem de matéria em putrefação, ignorando a pré-existência de ovos ou mesmo de suas larvas. Isso antecedeu o desenvolvimento do método científico tal como é hoje, não havendo tanta preocupação em certificar-se de que as observações realmente correspondessem ao que se supunha serem fatos, levando a falsas conclusões. Foi principalmente devido ao famoso biólogo francês Louis Pasteur, em 1862, que a ocorrência da abiogênese no mundo microscópico foi refutada tanto quanto a ocorrência no mundo macroscópico. In: RONAN, Colin A. **História Ilustrada da Ciência**: Universidade de Cambridge. São Paulo: Círculo do Livro, 1987, 4 vol., Cap. III - Da Renascença à Revolução Científica; ver mais em CUNY, Hilaire. **Pasteur et le mystère de la vie**. Paris: Seghers, 1963; LATOUR, Bruno. **The Pasteurization of France**. Boston: Harvard University Press, 1988; e CAIRNS-SMITH, A.G. **Sete pistas para a origem da vida**. Uma história científica contada à maneira de um romance policial. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

<sup>165</sup> Ver mais em CUNY, Hilaire. **Pasteur et le mystère de la vie**. Paris: Seghers, 1963; LATOUR, Bruno. **The Pasteurization of France**. Boston: Harvard University Press, 1988; e CAIRNS-SMITH, A.G. **Sete pistas para a origem da vida**. Uma história científica contada à maneira de um romance policial. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

Moral e Racional, Ciências Naturais e explicação dos fenômenos físicos mais importantes” para enfrentar a importante e mobilizadora discussão. Não se furtando, novamente, ao posicionamento – não sabemos se a favor ou contra – em uma polêmica científica que confrontava cientistas nas mais reconhecidas academias mundiais de ciências.

Mas, se a vida profissional, literária e amorosa de Caldre e Fião parecem ter corrido bem no Rio de Janeiro. Parece que suas ambições de frequentar os “verdadeiros círculos da honra”, precisavam de maiores lances, de bases mais fortes e maior inserção nos meios políticos e culturais da corte imperial. Também se envolveu nas lutas pela abolição, na defesa da imigração europeia e nos projetos de civilização dos indígenas. Como veremos a seguir, o meio, bem nos moldes do período, foi a criação de uma associação filantrópica.

### **Filantropia e a construção da honorabilidade**

Fruto, grosso modo, da laicização da caridade cristã, ocorrida a partir do século XVIII, a filantropia teve nos filósofos das luzes seus maiores propagandistas. Socorrer aos necessitados, fazer o bem, deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social; e a generosidade passa a ser entendida pelos filósofos ilustrados como a virtude do homem de posição social, que tem disposição para doar, doar generosamente, daí a forte presença das

grandes fortunas entre os principais filantropos.<sup>166</sup> Também, a filantropia é um modo de distinção social, só pode doar quem tem valores pecuniários e valores morais. Os homens de bem, os honrados cidadãos são os benemerentes filantropos. É um dos caminhos para a constituição de um capital positivo de honorabilidade em sociedade.

Contudo, tanto a caridade quanto a filantropia destinam suas obras aos necessitados. Talvez a maior diferença entre ambos os conceitos esteja não na ação propriamente dita, mas nos meios de realizá-la, pois a caridade, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicação de toda vaidade de seu autor, propugnando o anonimato como valor máximo, enquanto que a filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma: visto que a publicidade provoca a visibilidade da obra e acirra a rivalidade entre os benfeitores.<sup>167</sup> Para a filantropia, os periódicos tornaram-se “bons sócios”, por divulgarem as ações das diversas sociedades. Era através deles que se fazia recolhimento de subscrições públicas, conclamava-se a sociedade para uma ação determinada etc. O resultado das ações da filantropia e da caridade era o mesmo: ao longo dos séculos foram construídos hospitais, asilos, orfanatos etc. Por seu turno, caridade está circunscrita à esfera da ação: a do cristianismo, conquanto a filantropia tenha um fator limitador: a ação do Estado. A existência de um

---

<sup>166</sup> DUPRAT, Catherine. **Usage et pratiques de la philanthropie:** —pauvreté, action sociale et lien social, à Paris, au cours du premier XIXe siècle. Paris: Comité d’Histoire de la Sécurité Sociale, 1996. Vol. 1, p. 317.

<sup>167</sup> DUPRAT, Catherine. **Pour l’amour de l’Humanité:**— le temps des philanthropes. Paris: Éditions du CTHS, 1993. Tomo I, p. 54.

“Estado de bem-estar social” acaba por restringir as ações de instituições de caráter voluntário e filantrópico.<sup>168</sup>

A tradição portuguesa de filantropia se manteve no Brasil através das ações das Irmandades e Ordens Terceiras, ambas de origem medieval, leigas e ligadas, direta ou indiretamente, à Igreja Católica. As Ordens Terceiras estavam diretamente vinculadas a uma ordem religiosa, a quem cabia permitir-lhes o funcionamento. As Irmandades, por sua vez, eram uma reunião de leigos em torno do culto de um santo determinado, à beneficência e à ajuda mútua. Ao lado das Santas Casas de Misericórdia<sup>169</sup> – a mais conhecida e atuante das irmandades brasileiras –, outras irmandades mantinham suas obras de caridade, incluindo a manutenção de hospitais.<sup>170</sup> Em um passeio pelas ruas do Rio antigo,

---

<sup>168</sup> ROSS, Allen. Filantropia. In: **Enciclopédia Internacional de las Ciencias Sociales**. Madri: Aguillar, 1974. Vol. 4, p. 783.

<sup>169</sup> Para melhor visualização dos sistemas de honra – tais como salões de honra com retratos dos beneméritos, doações em honra do rei ou do imperador –, envolvidos nas Santas Casas de Misericórdias, ver o clássico de RUSSELL-WOOD, John R. **Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: EDUNB, 1982; ver também, DINIZ, Jaime C. **Mestres de Capela da Misericórdia da Bahia, 1647-1810**. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1993; e SÁ, Isabel dos Guimarães. **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português, 1500-1800**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

<sup>170</sup> Um recente estudo da importância de uma instituição filantrópica para constituição de um grupo da elite gaúcha, abordando especificamente portugueses e descendentes e sua relação com as Sociedades Portuguesas de Beneficência é o trabalho de CHAVES, Larissa Patron. **“Honremos a Pátria Senhores!” As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910)**. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em História/ Unisinos, 2008. (Tese de Doutorado)

sobretudo o Rio oitocentista, não é difícil encontrar hospitais mantidos pelas diversas irmandades que existiam na cidade.<sup>171</sup>

Uma marca visual dos honrados senhores filantropos ficou gravada nos Salões de Honra das Santas Casas de Misericórdia, galeria na qual só se inscreviam aqueles que além da conduta honrável, tinham, é claro, feito doações para a instituição – quase todas em nome do monarca.<sup>172</sup> No Rio Grande do Sul, temos o importante acervo da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas que conta com 118 retratos a óleo de honrados cidadãos pelotenses, além, por óbvio, da maior tela, do retrato do Imperador Dom Pedro II.

Os retratados do Salão de Honra pertenciam ao seleto grupo da elite pelotense, em sua maioria: charqueadores, fazendeiros, barões, coronéis, médicos e mulheres, (muitas vezes esposas dos grandes benfeitores), mas, nem todos aqueles que pertenciam à elite da época e que praticaram o ato de caridade com o hospital tiveram seus retratos exposto no salão de respeito, como era também conhecido o salão de honra do hospital, uma vez que o valor da doação estava ligado diretamente à honraria.<sup>173</sup>

---

<sup>171</sup> MELO, Mariana Ferreira de. **Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: assistencialismo, solidariedade e poder.** Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em História - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

<sup>172</sup> Ao analisar os retratos encomendados pela elite paulista, Sérgio Miceli nos informa que existia uma negociação entre os pintores e os retratados; os primeiros, em busca do reconhecimento enquanto artistas e os segundos, na busca da honra de inscreverem-se na história através do registro de um ato grandioso. Segundo Miceli, “os retratos constituem, antes de tudo, o fruto de uma completa negociação entre o artista e o retratado, ambos imersos nas circunstâncias em que se processou a fatura da obra, moldados pelas expectativas de cada agente quanto à sua imagem pública e institucional, quanto aos ganhos de toda a ordem trazidos pelas diversas formas e registros de representação visual, enfim, quanto ao manejo dos sentidos que retratista e retratados pretendem infundir, seja na própria obra, seja nos parâmetros de sua leitura e interpretação”, ver mais em MICELI, Sérgio. **Imagens negociadas: retratos da elite brasileira (1920-40).** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>173</sup> TOMASCHEWSKI, Claudia. **Caridade e Filantropia na Distribuição da Assistência: a irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas-RS (1847-1922).** Porto Alegre, 2007. (Mestrado em História – Pontifícia Universidade Católica do RGS)

Os caminhos do reconhecimento da honorabilidade poderiam ir além da simples presença na galeria do Salão de Honra da instituição, mas por outros caminhos poder-se-ia alcançar a distinção de honra. É o caso da doação do quadro do Imperador Dom Pedro II, o honrado patrono da benemerência no país, a única tela em grandes dimensões e que o retratado está de corpo inteiro, além de muito ornamentada moldura; o seu doador foi o Conde de Piratini e para a entrega do retrato foi realizada uma cerimônia, no dia 10 de abril de 1887, que envolveu a Câmara dos Vereadores, trabalhadores, familiares do Conde e também uma banda de música. Após a missa realizada pelo capelão, o provedor Joaquim José Assumpção declarou inaugurado o retrato. A convite do provedor, o médico da Santa Casa, Dr. José Viera da Cunha proferiu um discurso exaltando o Conde de Piratini e concluiu defendendo a abolição da escravatura, o que levou a platéia a um vibrante e caloroso aplauso.<sup>174</sup> Portanto, vê-se que a filantropia estava inscrita em um sistema de honra/honorabilidade em que os cidadãos disputavam as formas de se fazerem reconhecer publicamente como honrados. No caso do retrato do Imperador, ficava garantida, pela doação da maior tela do Salão de Honra, a publicidade da importância do Conde de Piratini e da sua honorabilidade.

Segundo Julian Pitt-Rivers, o desafio é romper com o aspecto subjetivo da honra, para isso, é necessário ter uma exposição pública para que deixe de ser um sentimento pessoal: “a honra sentida se transformará então em honra provada e terá seu reconhecimento na forma de reputação, de prestígio, e, de ‘honras’.” O antropólogo inglês especifica sua análise sobre o valor honorífico contido em um ato de caridade:

As vantagens materiais enfatizam as desigualdades, a hospitalidade, a caridade e a generosidade são honoríficas, expressões de

---

<sup>174</sup> **Relatório do provedor da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas Barão do Arroio Grande 1888 - 1889.** Pelotas: Imp. A vapor do Correio Mercantil, 1889.

magnanimidade. Contudo a honra é assim ganha às custas daquele que a recebe, se ele não pode assegurar a reciprocidade.<sup>175</sup>

No pensar das elites europeia e brasileira de fins do século XVIII e do século XIX, qualquer que seja sua orientação política, a filantropia é um valor positivo. Ela age como um pano de fundo a justificar as ambições nacionais e pessoais, já que os interesses privados eram vistos como coletivos. O sentimento filantrópico deveria nortear as ações do cidadão civilizado, do sujeito honrado. É em nome do progresso e do bem da humanidade que se dá a expansão colonialista do século XIX e não com a evocação do lucro privado capitalista. Afinal, como nos lembra Marie-Louise Pratt, “a reciprocidade tem sido sempre a ideologia do capitalismo sobre si mesmo.” Os viajantes europeus que visitam os países ditos selvagens ou menos civilizados, como é o caso do Brasil, sentem-se portadores de uma espécie de missão. Sentem-se como irmãos mais velhos dos outros povos, a quem devem ajudar e aconselhar. Para eles, seus interesses são o interesse da humanidade inteira. A ciência é o instrumento maior que permite o exercício da missão do viajante, pois permitiria conhecer as leis da natureza e auxiliaria a vida dos homens.<sup>176</sup>

Como se pode observar, a filantropia, cuja tradição estava presente desde o século XVIII no Brasil, ganhou força com os movimentos abolicionistas que desde o final daquele século se expressava por figuras como Wilberforce,<sup>177</sup> na

---

<sup>175</sup> PITT-RIVERS, Julian. La enfermedad del honor. *Anuario IEHS*, nº 14, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 1999, p. 234.

<sup>176</sup> PRATT, Marie-Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 152.

<sup>177</sup> William Wilberforce (24 de Agosto de 1759 – 29 de Julho de 1833) foi um político britânico, filantrópico e líder do movimento abolicionista do tráfico negreiro. Nativo de Kingston upon Hull, Yorkshire, começou sua carreira política em 1780 como candidato independente, sendo deputado do condado de Yorkshire entre 1784 e 1812. Em 1785 converteu-se ao evangelicalismo, mudando completamente o seu estilo de vida e se preocupando ao longo de toda sua vida com a reforma evangélica. Em 1787, William Wilberforce conheceu Thomas Clarkson (abolicionista britânico) e um

Inglaterra, e repercutia nos debates que se travavam entre escravistas e pró-emancipação dos escravos.<sup>178</sup>

### Caldre e Fião e *O Philantropo*

Dentre os que se engajavam nas filantrópicas tentativas civilizatórias do país encontramos um ativo estudante de medicina, exilado gaúcho na corte imperial, o nosso José Antonio do Valle Caldre e Fião, que se engajou na criação de um periódico antiescravista – afinal, os países civilizados não possuíam escravos. O periódico surgiu em 6 de abril de 1849, no momento em que se impunham os debates pela extinção do tráfico e pela promulgação da Lei Eusébio de Queirós. *O Philantropo* era o nome do jornal, que logo após se tornou o veículo de difusão das idéias da *Sociedade Contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização, e Civilização dos Indígenas*, fundada em 2 de Setembro de 1850. De vida efêmera, a Sociedade agregava um grande

---

grupo abolicionista ao tráfico negreiro que incluía Granville Sharp, Hannah More e Charles Middleton, importantes nomes da época e que juntos persuadiram Wilberforce a entrar também na causa. Assim, Wilberforce logo se destacou tornando-se líder do grupo britânico abolicionista. E liderando uma campanha no parlamento inglês contra o tráfico negreiro até a então assinatura do Ato contra o Comércio de Escravos de 1807. William Wilberforce foi um dos mais influentes políticos britânicos na luta pelo fim da escravidão africana. Ver mais em, TOMKINS, Stephen. **William Wilberforce – A Biography**. Oxford: Lion, 2007.

<sup>178</sup> DUPRAT, Catherine. **Pour l'amour de l'Humanité: le temps des philanthropes**. Paris: Éditions du CTHS, 1993. Tomo I, p. 73.

número de sócios,<sup>179</sup> cuja defesa da abolição do tráfico e do desaparecimento de seus agentes – os traficantes de “carne humana” –, expressava o momento particular em que se vivia. Tendo como um dos seus primeiros editores Caldre Fião,<sup>180</sup> *O Philantropo*<sup>181</sup> se estabelecia no Rio de Janeiro como órgão de propaganda contra o comércio negreiro e os traficantes de escravos. No dizer de Kodama:

Formado por homens que se engajavam a favor da colonização do Brasil, o corpo editorial em peso vinha ao encontro dos debates políticos sobre o encerramento do comércio transatlântico de escravos decorridos na década de 1850. De fato, o jornal estava tão ligado ao próprio contexto da lei de abolição, que sua circulação semanal – todas as sextas-feiras, entre 1849 e 1852 – se restringiu ao momento conjuntural que gerou as discussões imediatas em torno da Lei Eusébio de Queiroz, promulgada em 4 de setembro de 1850. Em suas Seção

---

<sup>179</sup> Podemos visualizar na lista de sócios, entre outros nomes, os seguintes cidadãos Leopoldo Augusto da Camara Lima, Pedro de Alcântara Lisboa, Frederico Leopoldo César Burlamarque, José Antonio Valle Caldre e Fião, José de Assis Alves Branco Muniz Barreto, João Jose de Andrada Pinto, Francisco de Paula Correa Mano Sayão, Francisco Raimundo Correa de Faria Sobrinho, Brás Joaquim da Silveira, Miguel de Frias e Vasconcelos, Thomaz Cochrane, José Esperidião de Santa Rita, Domingos José Monteiro, Ezequiel Correia dos Santos, João Malequias dos Santos Azevedo, Henrique Harpa, d. Inocêncio da Rocha e Galvão, Manoel Maria de Moraes e Valle, Candido Baptista de Oliveira, o Visconde de Barbacena, Francisco de Paula Candido, o barão de Cairu, Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, Joaquim Antonio de Azevedo, Barão de Cages, Inácio Caetano da Silva, Eduardo Carlos Cabral Deschamp, José Joaquim de Oliveira, o brigadeiro Sergio de Oliveira, o senador Luiz Dantas de Barros Leite, Teófilo Otoni, Joaquim Manuel de Macedo, conselheiro Souza Franco, Guilherme Schuch Capanema, Inácio José Malta, José Carlos de Carvalho.

<sup>180</sup> Antes mesmo de sua participação em *O Philantropo*, Caldre e Fião já se manifestava publicamente sobre o assunto, como no artigo A substituição dos Braços Escravos pelos Livres. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**, nº 7 e segs. Rio de Janeiro, dezembro de 1849.

<sup>181</sup> *O Philantropo* era publicado pela Typografia Philantropica, de Leopoldo Augusto da Câmara Lima. Nos registros da Câmara Municipal de 8 de fevereiro de 1849, consta sua localização na rua do Lavradio, 44, no Rio de Janeiro. Novo registro, de 21 de março de 1850, atesta sua mudança para o número 27 da mesma rua, in: BERGER, Paulo. **A tipografia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Cia. Industrial de Papel Pirahi, 1984.

Humanitária, Seção Científica e Seção Literária, dissertava-se sobre os diversos males da escravidão.<sup>182</sup>

Eram tempos de plena pressão da Inglaterra contra o Brasil, neste momento acabara de ser aprovada no Parlamento inglês a Bill Aberdeen, que determinava a cessação do comércio intercontinental de africanos e o transformara em uma questão de apelo internacional. Ressaltar-se a observação feita por Ilmar R. de Mattos que, a época impunha modificar a imagem da condução do processo de extinção do comércio de escravos como decorrente não de uma pressão estrangeira, mas da afirmação da soberania nacional.<sup>183</sup>

Com circulação entre 1849 e 1852, *O Philantropo*, se filiava às discussões que se prolongavam a mais de 20 anos na sociedade brasileira, o debate sobre as relações entre o fim da escravidão e a colonização no país. A novidade que trazia, nas ideias que propagandeava, é o fato de tornar mais explícita – pelo menos para os nossos olhos – a relação entre a “construção da nação brasileira” e a “racialização” dos problemas com a mão de obra necessária para o país.

Nelson Werneck Sodré, aponta a militância de *O Philantropo*, em seu papel de órgão de combate à escravidão africana, como antecipadora dos demais órgãos emancipacionistas que viriam a surgir a partir de uma década depois.<sup>184</sup>

Uma outra diferença pode ser apontada no jornal, era incluir na sua pauta os temas da civilização dos índios e da colonização, não se atinham exclusivamente à emancipação da escravidão africana; como é o caso da

---

<sup>182</sup> KODAMA, Kaori. Antiescravismo e epidemia: “O tráfico dos negros considerado como a causa da febre amarela”, de Mathieu François Maxime Audouard, e o Rio de Janeiro em 1850. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, 16, n.2, abr.-jun. 2009, p.515-522.

<sup>183</sup> MATTOS, Ilmar R. de. **Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 210-220.

<sup>184</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

maioria dos periódicos da década seguinte.<sup>185</sup> Esse não era um tema fácil, mas a controvérsia de promover a colonização já tinha sido enfrentada até pelo ministério imperial desde 1835.

Podemos notar que logo depois do principal objetivo apontado pelo jornal, ou seja, a extinção do tráfico de escravos africanos e combate aos males provindos da escravidão na sociedade estavam a defesa da imigração europeia e a preocupação com a questão dos indígenas; inclusive extensivamente veiculado no nome da *Sociedade* da qual o jornal era veículo de comunicação.

A concepção de filantropia veiculada no jornal, por vezes, retornava aos padrões cristãos, como na manifestação de um dos membros da *Sociedade*, que diz que era simplesmente o nome “mascarado” para a caridade, o que tinha ocorrido é que os “philosophantes do século” alteraram a designação.<sup>186</sup>

Se por um lado estava o motivo central da existência da *Sociedade*, que era “provar ao mundo que existem homens ilustrados que abominam a escravidão”, por outro lado, nota-se que o combate à escravidão promovido pelo jornal como uma honrada ação filantrópica, estava vinculado a um intenso debate sobre as raças, revelando claramente o cruzamento dos discursos que ligavam a questão da honrada filantropia com as abordagens raciais. O jornal dará uma pista clara disso em um editorial, no qual afirmava:

Nós julgamos que o cruzamento das raças é uma anomalia orgânica da humanidade; e que ao contrario a sua separação se coaduna com a ordem natural das cousas.<sup>187</sup>

---

<sup>185</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

<sup>186</sup> **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 1º de julho de 1850.

<sup>187</sup> **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 1º de junho de 1849.

A coexistência de diferentes raças no país era considerada como um problema, uma vez que “as raças conservando como separadas com seus costumes e prejuízos, se aborrecem mais ou menos, e contrariam o espírito nacional, única condição do poder e força de uma nação”<sup>188</sup> Como construir a honra nacional num cenário de impureza racial, de confusão de culturas e sem uma verdadeira religiosidade cristã.

A solução defendida pelo jornal, para a população de escravos africanos que viviam no país, era a criação de uma colônia em território africano. Desta forma, poderia implementar-se a libertação dos escravos e, imediatamente, seriam remetidos para este local.<sup>189</sup> Evitava-se assim a “confusão das raças”.

Em editorial era apresentado o exemplo positivo dos Estados Unidos que teria uma política de repatriação dos ex-escravos. Seria a solução para o caso brasileiro que sairia de país “enfraquecido e vicioso” pelo tráfico para se tornar “vigoroso, enérgico e cheio de virtude”, com a criação da Libéria na África. Passaria a figurar entre as honradas nações. E encerra com uma forte declaração, apontando para o próprio conceito de império, ao declarar: “O Brasil pode passar de paiz colonizado, à paiz colonizador!”<sup>190</sup>

O principal objetivo da Sociedade era combater o sistema escravista. Como podemos observar pelo jornal, seus membros estudam e apresentam propostas para viabilizar esse grande objetivo. Para eles, o grande feito poderia ser alcançado se fossem seguidas algumas etapas: em primeiro lugar, o incentivo a uma séria política de colonização interna e externa, e, em segundo lugar, logo

---

<sup>188</sup> **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1850.

<sup>189</sup> **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1849.

<sup>190</sup> **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1849.

após ao fim da escravidão, a “reexportação dos africanos e seus filhos às terras da África”.<sup>191</sup>

No desafio nacional de se fazer presente no panteão das nações honradas, a nódoa da escravidão precisava ser limpa. O longo debate que corria, entre os cidadãos honrados que já entendido o profundo significado do desafio, era descobrir a forma de viabilizar, de maneira ordeira e gradual, a erradicação da escravidão. Nesta discussão, o tema da colonização externa pelo “acolhimento do elemento europeu” foi seguidamente defendido na Corte imperial. Só para exemplificar, a sociedade letrada podia acompanhar a questão da colonização europeia através de artigos vindos à público pela imprensa. No início da década de 1840, o jornal *Minerva Brasiliense* publica artigos como o de Salles Torres Homem, ou do Dr. Mure,<sup>192</sup> além de outros com críticas às experiências e aos modelos já empregados de colonização, defendiam a necessidade de garantir a partir das imigrações, um padrão adequado para a nação brasileira. Um dos artigos, inclusive confronta a afirmação de um estrangeiro de que a população brasileira carecia ainda de uma “unidade de sentimento”, e trata logo de estudar os diferentes povos europeus que seriam mais adequados para a vinda para o Brasil. Os povos de melhor compleição física, disposição para o trabalho e valores morais.<sup>193</sup>

---

<sup>191</sup> **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1849.

<sup>192</sup> O próprio Dr. Mure, em 1841, tentou implantar um projeto do Falanstério do Saí, com autorização do governo imperial, com cem famílias fracassou ao colonizar a península do Saí, na divisa do Paraná com Santa Catarina, no encontro dos rios São Francisco e rio Saí. Fracassado o seu projeto, transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1843. Mas, pelo visto, continuava a defender a necessidade da colonização europeia. Ver mais em SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. **História Geral da Medicina Brasileira**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991. 2 vol; e **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz – <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>, acessado em julho de 2009.

<sup>193</sup> **Minerva Brasiliense** - Jornal de Ciencias, Letras e Artes, Rio de Janeiro, nº 24, fevereiro de 1843.

Mas era difícil encontrar europeus disponíveis, segundo *O Philantropo*, era devido à concorrência com os Estados Unidos. Para enfrentar a concorrência, defendiam a ideia de usar da propaganda dos atributos positivos do Brasil, que tratavam da salubridade do clima do país, que “exclui os calores ardentes da Ásia e da África e os gelos da Sibéria e do Canadá”. Ao ressaltar a abundância da natureza, o que facilitaria os meios de subsistência, não deixavam de repetir os mesmos jargões das companhias de imigração e colonização existentes para arregimentar colonos estrangeiros.<sup>194</sup> O próprio Caldre e Fião vai utilizar-se destes argumentos em outro periódico, ao propor a racionalização dos estabelecimentos agrícolas do país; o dito projeto era fruto das discussões da Sociedade Ginásio Brasileiro.<sup>195</sup> O que mostra como a presença desses militantes se repetia em diversos órgãos, principalmente aqueles que dominavam os códigos da escrita.

Lucien Febvre ligou os sentimentos de honra e pátria à fidelidade; afirmou que “nação”, como termo, está tomada de consciência coletiva de um passado tradicional, assim como são dependentes do mesmo, os conceitos de honra e pátria. E que, esse passado tradicional, flerta com a construção mítica da pátria, para a consolidação do sentimento de honra. Nesse afã todas as características físicas e naturais do país deverão ser positivadas na escrita da história nacional, quando isto não for possível, serão transformadas em motivo do fortalecimento moral do seu povo. Para ele, reconhecemos que os cidadãos morrem em guerras na defesa da honra da pátria; mas não identificamos as guerras cotidianas pela honra da nação.<sup>196</sup>

---

<sup>194</sup> **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1849.

<sup>195</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. Memória sobre a conveniência de adotar-se no Brasil o projeto de um estabelecimento agrícola, que foi formulado pela Sociedade Ginásio Brasileiro, e algumas outras importantes medidas etc. **O Auxiliador da Indústria Nacional**, Rio de Janeiro, nº 5, outubro de 1850.

<sup>196</sup> FEBVRE, Lucien. Honra e pátria. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 41-43.

O clima, descrito como ameno e benigno, é ressaltado como qualidade positiva no jornal, inscrevendo essa narrativa na longa tradição do mito fundador do Brasil como abençoado pela natureza.<sup>197</sup>

Para tornar evidente que o projeto de implementação da colonização estrangeira no Brasil estava fadado ao sucesso, o jornal tinha uma seção para noticiar os progressos das colônias no país, como a de São Leopoldo no sul, de Friburgo ou de São Pedro de Alcântara em Santa Catarina. Eram os exemplos que deveriam levar a adoção de uma ampla política de colonização externa, ainda muita esparsa e diminuta. Um dos editoriais destacava que devido às dificuldades relatadas com a colonização externa, era necessário, também, não descuidar da colonização interna, que estava em estado de abandono, o que deveria ser atribuído aos efeitos maléficos do tráfico de escravos.<sup>198</sup>

Um dos maiores cuidados que deveriam ter na colonização interna, a ser realizada com os nacionais, segundo a *Sociedade*, era a necessidade de “separação das raças”, que formulava uma triagem na qual se procurava aproximar os índios, que “nascidos no paiz, nelle aclimatizados, (...) serão sempre brasileiros fiéis”, ao passo que se separava a “raça africana”, a qual, no entender de seus articulistas, era a que “mais chances teria de se ver separada da nossa”.<sup>199</sup>

Desde a primeira sessão da *Sociedade contra o Tráfico*, discutiam diversas considerações propondo a modificação do sistema então vigente de Catequese e Civilização dos Índios. A profissionalização dos missionários catequizadores, que deveriam ser padres brasileiros, com a criação de um curso de teologia e

---

<sup>197</sup> CHAUI, Marilena. **Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Fund.Perseu Abramo, 2001.

<sup>198</sup> **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1849.

<sup>199</sup> FRANÇA E LEITE, Nicolau Rodrigues dos Santos. Discurso na 1ª sessão da Sociedade contra o tráfico. **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1850.

cânones e uma faculdade para conferir título de bacharéis, para exercerem uma função especializada nas aldeias, era uma das proposições. Os padres estrangeiros não estariam habilitados, os nacionais saberiam tratar os índios como “irmãos que são, como patrícios bafejados pelo mesmo vento e cobertos pela mesma sombra dos coqueiros”, e os amariam “como si ama ao filho do mesmo berço, e ao filho da mesma mãe que lhes beija as faces”.<sup>200</sup>

Para a construção de um país honrado, necessitavam de cidadãos honrados, esta era a dificuldade com se encontravam os membros da *Sociedade contra o Tráfico*, acabar com o tráfico e com a escravidão africana era só o começo era necessário constituir um povo formado por cidadãos civilizados à imagem idealizada do honrado cidadão branco europeu. Daí a necessidade de viabilizar projetos alternativos, como a integração dos indígenas. Mas isso tudo dentro de determinados limites.

O sócio França e Leite, em seu discurso na primeira reunião da *Sociedade*, também ponderava que nas novas aldeias que se propunha para os índios, deveriam ser respeitados seus “usos domésticos”, e mantidas as autoridades sobre as diferentes hordas, até que estivessem aptos para “gozar dos privilégios da comunidade do paiz”. Sugeria ainda que, entre outras medidas, se procurassem mestres para instruí-los em diversas atividades e, principalmente, que recebessem aulas de agricultura, pois com isso poderiam futuramente comerciar os bens da terra com os brancos.<sup>201</sup>

No entanto, privilegiar os índios em detrimento dos africanos, era entendida como solução para o povoamento interno, e nunca deveria ser compreendida

---

<sup>200</sup> Um artigo chamava a atenção e condenava igualmente a introdução de capuchinhos italianos, no alto Mucury, onde havia índios que já haviam sido batizados mais de uma vez, e recebido o sacramento outras tantas vezes. Por seu argumento, o autor do artigo propunha que se invertesse a ordem dos termos do sistema do governo: ao invés de “catechese e civilização”, que se “civilizassem” antes, promovendo a educação para o trabalho entre os índios, in: Breves considerações sobre as causas do atraso material do Brasil. **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1851.

<sup>201</sup> FRANÇA E LEITE, Nicolau Rodrigues dos Santos. Discurso na 1ª sessão da Sociedade contra o tráfico. **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1850.

como um incentivo ao cruzamento entre as raças. Deixavam bem claro que não existia nenhuma insinuação neste sentido. A proposta de “colônias agrícolas” para os índios deveria ser efetivada sem a mistura das raças.<sup>202</sup>

O entendimento da *Sociedade contra o Tráfico* para a civilização dos índios era claramente contrário a uma das práticas consagrada desde o período colonial que era incluir nos projetos de aldeamentos o objetivo maior de promover casamentos entre índios e brancos:

Quando fallamos em aldêamentos prevenimos a vossa objeção; deixal-os em liberdade é nosso intuito, deixal-os n’essa doce liberdade que nos não é dado roubar-lhes, porque disputamos pela nossa (...) ...nada devemos temer em deixal-os em suas aldêas, senhores de suas terras e seguras em seus domicílios: bastar-nos-ha que elles tomem os conhecimentos agrícolas que lhe dermos, e que comnosco commutem os fructos da lavoura, será muito: será tanto quanto exigem a humanidade e interesses patrios.<sup>203</sup>

Para a construção e defesa de um caráter nacional honrado, era preciso, nitidamente, se afastar do africano e destinar um lugar para o índio como de elo com o país. Da mesma forma, ficava claro que tal elo não deveria apagar as distinções entre “nós” e “eles”. A sociedade nacional e sua honorabilidade estavam alicerçadas em cidadãos brancos.

Para que ficasse ainda mais claro o lugar do índio, o jornal daria um exemplo, através da história de Antonio Moniz de Souza, sergipano e homem sem educação formal culta, que viajou e coligiu matéria médica entre as províncias do Norte. Este homem em particular e sua história personalizavam o próprio ideal filantrópico defendido pela *Sociedade*, como afirma o artigo:

---

<sup>202</sup> Também apontado por CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. Memória sobre a conveniência de adotar-se no Brasil o projeto de um estabelecimento agrícola, que foi formulado pela Sociedade Ginásio Brasileiro, e algumas outras importantes medidas etc. **O Auxiliador da Indústria Nacional**, Rio de Janeiro, nº 5, outubro de 1850.

<sup>203</sup> **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 1º de junho de 1849.

Na sua longa peregrinação, o sr. Moniz não teve somente em vista o bem phisico dos homens, mas também o moral. Elle servio de catechisador, de apóstolo dos indios, de missionario a essas raças mestiças que povoam os sertões; raças semi-barbaras, que reúnem aos vicios do selvagem grande parte dos vicios da civilização.<sup>204</sup>

Enfrentar os sertões, ir ao encontro das raças semi-bárbaras e selvagens, era a ação de um homem que revelava um grande esforço individual na direção de “moralizar” aqueles sujeitos, que eram o fruto maldito do cruzamento de duas ou três raças, que “tem tanta incúria e tanta imprevidência como os Indígenas.” Era uma história exemplar de superação dos limites de formação intelectual e demonstrava a importância da manutenção dos cânones da honra e da filantropia.

Também fica claro a defesa de um caráter nacional, preexistente desde sempre no campo das origens míticas do país, mesmo quando propõem um projeto de branqueamento para o Brasil. A “colonização externa”, solução para branquear o país, deveria ser feita com cuidado, para não afetar em demasia a “nacionalidade brasileira”, ela deveria ser melhorada, sem, entretanto, destruí-la. A ideia da nação já existia, faltavam “pequenos ajustes” para consolidar o processo de civilização para enquadrá-la definitivamente no quadro dos modernos países ocidentais. Era a construção da honra da nação, justificar o pertencimento ao quadro em que figuravam as “grandes nações européias”.

A preocupação com a preservação da identidade nacional brasileira era recorrente nas manifestações da Sociedade Contra o Trafico e Promotora da Colonização e Civilização dos Indigenas em seu jornal *O Philantropo*, do qual Caldre e Fião era o redator, justificavam que o país já possuía uma cultura e costumes tradicionais, que não deveriam ser colocados em situação de risco, o que poderia acontecer se não houvesse adequada orientação dos contatos com os imigrantes europeus – quer por uma quantidade desproporcional quer pela

---

<sup>204</sup> **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 12 de julho de 1850.

superioridade cultural –, as características locais deveriam ser preservadas e protegidas

(...) é necessario que deixando de ser africanistas, não sejamos Portuguezes, Francezes, Allemães, ou qualquer outra nação: não, não nos convem, impedindo o trafico da Costa d’Africa, que nos lancemos nos braços de qualquer outra nação, porque nossa nacionalidade desaparecerá inteiramente: para obviar a este inconveniente cumpre que a colonisação seja formada por vários povos, porque assim não podendo os costumes, os prejuizos, mesmo de nenhum dos povos que a compuzessem triumphar triumpharão sempre os nossos costumes, que serão aperfeçoados pelos d’elles; nossa nacionalidade triumphará, porque a nacionalidade de cada um d’elles não poderá triumphar, e assim a confusão das diferentes raças se operará com facilidade, como se tem operado nos Estados-Unidos da America.<sup>205</sup>

A honra nacional dependia da qualidade do caráter nacional, e este, conforme os intelectuais da *Sociedade contra o Tráfico*, deveria ser pensado cultural e racialmente; fundamentalmente, era pré-existente à chegada dos imigrantes europeus. Apesar da afirmação do caráter nacional, entendiam, paradoxalmente, que os imigrantes deveriam realizar o projeto eugênico que propunham, uma vez que acreditavam que as “raças encrusadas”, característica da maioria da população do país, significavam um “mal que nos convém soffrer por algum tempo”.

*O Philantropo*, coordenado pelo seu redator Caldre e Fião, fez a defesa de uma “nacionalidade”, ou caráter nacional, e a compreensão de um “sentimento patriótico” reservado aos homens honrados, brancos e cultos, nos quais a incorporação dos índios como elemento racial tinha um grande desnível e o elemento imigrante europeu deveria ser devidamente monitorado. É claro que os grandes humanistas da *Sociedade contra o Tráfico*, fundada para combater os mercadores da carne humana, era terminantemente contra a escravidão

---

<sup>205</sup> **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1850.

africana, só não fazia parte de seu projeto de sociedade civilizada e honrada incluir os ex-escravos.

Mas eles estavam militando e expondo seus projetos enfaticamente, o patriotismo ao qual se reportavam era um desenvolvimento da filantropia, baseado em sua raiz iluminista, por consequência, entendia que as ações individuais eram capazes de fazer retroceder a selvageria ou barbárie, em prol do bem comum da sociedade. Propugnar que cada membro honrado da sociedade executasse suas ações dentro de padrões de honra era o único caminho civilizado para que a ventura alcançasse a todos os cidadãos.

### **O confronto com o “traficante de carne humana”**

#### **e o sumiço de *A Divina Pastora***

No período em que foi redator de *O Philantropo*, a militância de Caldre e Fião teria angariado inimizades entre os “traficantes de carne humana”. Os seus biógrafos nomeiam como sendo o seu principal inimigo, o mais conhecido comerciante de escravos do Brasil daqueles tempos, tratava-se de Manuel Pinto da Fonseca, português, “chefe riquíssimo de uma dinastia de negreiros”, considerado a

alma da resistência à abolição, junto com os portugueses de Portugal assim como os domiciliados no Brasil, compravam jornais, subvencionavam defesas de todo o gênero. Organizavam a fraude e o

descaminho. E são de centenas de contos, valores de 1850, é bom notar, os capitais gastos em tais subornos.<sup>206</sup>

No dia 22 de novembro de 1850, *O Philantropo* publica uma matéria não assinada – na falta de assinatura no artigo, o redator é o responsável –, na qual denuncia o “contrabandista de carne humana” Manuel Pinto da Fonseca, que teria introduzido “na província do Rio Grande do Sul para cima de 20.000 africanos livres, reduzidos à escravidão contra a Lei de 7 de novembro de 1831”.<sup>207</sup>

Se o debate e os confrontos legislativos provocavam acirradas polêmicas, com a nomeação pública, por mais conhecida que fosse a situação do tráfico negreiro, estavam dadas as condições para que um conflito pessoal se estabelecesse. Honras pessoais haviam sido colocadas em dúvida. E o “ofendido”, gostava de uma briga, conforme o depoimento colhido por Otávio Tarquínio de Souza:

O maior mercador de negros africanos, Manuel Pinto da Fonseca, ousou dizer um dia, em conversa com Wylep, cônsul geral da Holanda: “Continuo a fazer o tráfico, não por necessidade de dinheiro, pois já possuo mais do que queria; mas por amor-próprio, para zombar das grandes potências, de suas convenções e seus cruzeiros”.<sup>208</sup>

Apesar de ilegal e envolver um alto risco, o tráfico negreiro era um rentável negócio. Também era um negócio para grandes comerciantes, a possibilidade da perda de mercadorias durante as viagens e transações era um risco que os pequenos comerciantes não podiam correr. Desta forma, o tráfico ilegal foi comandado por 20 a 30 grandes casas mercantis que operavam com grandes capitais e que tinham a possibilidade de estruturar um negócio altamente

---

<sup>206</sup> MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 171.

<sup>207</sup> **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1850.

<sup>208</sup> SOUZA, Otávio Tarquínio de. **História dos Fundadores do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957, tomo I, p. 147.

organizado. Essas casas mercantis pertenciam, de maneira geral, a estrangeiros, em sua maioria portugueses, mas também americanos e ingleses, e eram localizadas no Rio de Janeiro, embora não raro tivessem ramificações na África, e outros continentes. Para quem podia arriscar, os lucros eram extraordinários: os diplomatas ingleses estimavam que este variava entre 100% a 500% por viagem bem-sucedida.<sup>209</sup>

A despeito de toda a ideologia liberal levada a extremos e da lei de 7 de novembro de 1831, que proibira o tráfico africano, os escravos tinham continuado a afluir, sempre em números ascendentes (entre 1830 e 1839 desembarcaram no Brasil mais de 400.000). Os negreiros dominavam, sua influência iria até meados do século XIX, quando a política britânica forçaria o fim do tráfico.<sup>210</sup>

Através do tráfico negreiro, o infame comércio, os traficantes portugueses envolvidos, em sua maioria, imigrantes pobres foram enriquecendo e ascendendo socialmente. Embora não conseguissem totalmente fazer parte da aristocracia brasileira, tornaram-se ricos e poderosos.

Um dos mais influentes traficantes do período era, justamente, Manoel Pinto da Fonseca. Natural de Portugal, sempre teve a vigilância das autoridades inglesas, Fonseca era reconhecido como um dos homens mais ricos da cidade, embora tenha chegado sem eira nem beira à corte. Foi na década de 1830, que fez suas primeiras transações no tráfico negreiro e na década de 40 estava completamente engajado no comércio de escravos. Já em 1845, a casa comercial que liderava operava em quatro continentes e era uma das mais eficientes no tráfico negreiro.<sup>211</sup>

---

<sup>209</sup> KARASCH, Mary. **The brazilian slavers and the illegal slave trade, 1836-1851**. Madison: University of Wisconsin, 1967, p. 24-26. (Dissertação de Mestrado)

<sup>210</sup> SOUZA, Otávio Tarquínio de. **História dos Fundadores do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957, tomo I, p. 147.

<sup>211</sup> KARASCH, Mary. **The brazilian slavers and the illegal slave trade, 1836-1851**. Madison: University of Wisconsin, 1967, p. 24-26. (Dissertação de Mestrado); e RODRIGUES, Jaime. **De Costa**

É digno de se ressaltar o tamanho da fortuna de Fonseca, considerada uma das maiores do país, apesar de os lucros originarem-se do tráfico, seus investimentos eram extremamente diversificados e com lucros extraordinários. O que lhe possibilitava emprestar grandes somas de dinheiro para oficiais do governo brasileiro. Muito embora, nem toda a fortuna que dispunha foi suficiente para impedir a sua deportação para Portugal, um ano após a proibição definitiva do tráfico negreiro em 1850. É apontada por Karasch, a possibilidade da expulsão do mais conhecido traficante brasileiro ter sido um ato de propaganda e boa vontade do governo brasileiro frente as pressões das autoridades inglesas. Ganhava-se um bode expiatório, “para inglês ver”, e protegia-se um grande grupo de comerciantes e capitais envolvidos com o tráfico. Além de tudo, com o grande número de autoridades e comerciantes endividados com Fonseca, foi um grande negócio apoiar a sua extradição. Anote-se que o comerciante foi muito bem recebido pelas autoridades em Portugal, e, mesmo com algum prejuízo, continuou um homem de grandes posses.<sup>212</sup>

Múcio Teixeira, escritor gaúcho, pertencente ao movimento do Parthenon Litterário, que conheceu se dizia um discípulo de Caldre e Fião, reforça a explicação de que a nomeação de Fonseca como “traficante de carne humana”, que desencadeou a forte perseguição à Caldre e Fião e o desaparecimento de *A Divina Pastora*,

No mais renhido da primeira luta abolicionista, em 1848, alguns possuidores de escravos ofereceram-lhe [a Caldre e Fião] grandes somas para que um dos seus romances fosse retirado da circulação; mas Caldre e Fião, que atravessava um momento de dificuldades materiais, repeliu a oferta e continuou com maior entusiasmo a sua

---

**a Costa:** escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro. São Paulo: Cia. das Letras, 2005, p. 98.

<sup>212</sup> KARASCH, Mary. **The brazilian slavers and the illegal slave trade, 1836-1851.** Madison: University of Wiscosin, 1967, p. 24-26. (Dissertação de Mestrado); e RODRIGUES, Jaime. **De Costa a Costa:** escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro. São Paulo: Cia. das letras, 2005, p. 98.

tenaz propaganda, pelas colunas de seu jornal *O Philantropo*, o que lhe angariou tal perseguição e tão repetidas ameaças de morte, que os amigos o obrigaram a não continuar a expor-se, o que levou a transferir a sua residência para a terra natal.<sup>213</sup>

O desaparecimento por mais de cem anos<sup>214</sup> de *A Divina Pastora*, acabou por tornar procedente a afirmação de que foi a perseguição de Fonseca e dos traficantes que fizera com que todos os exemplares fossem comprados e destruídos.

Colabora, mais enfaticamente, a declaração de Caldre e Fião quando de seu regresso ao Rio Grande do Sul, logo em sua chegada e já candidato à deputação geral, escreve em artigo, no qual alude às perseguições que sofrera por combater o tráfico de escravos, e dirigido “aos dignos patrícios do Rio Grande e Pelotas”,

Recebestes-me bem; compreendestes que neste fato, sem promessas, ia empenhada a minha visa, a minha **honra**, e o lugar que me há concedido o país como o primeiro brasileiro que se expôs ousadamente na luta humanitária contra os interesses dos réprobos que empeçavam a marcha das liberdades pátrias, da Constituição, e dos compromissos

---

<sup>213</sup> TEIXEIRA, Múcio. **Os Gaúchos**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurilho, 1921, tomo II, p. 105.

<sup>214</sup> Guilhermino Cesar foi um dos pesquisadores que não mediu esforços e contatos para tentar localizar um exemplar da obra, dizia ele em 1979, “não se conhece um só exemplar seu. Tentamos, desde 1950, localiza-lo no Rio Grande e em todos os demais Estados do Brasil, em Portugal e na Espanha. Todas as buscas forma negativas. Agradecemos aqui, em especial, a colaboração que nos prestaram, com esse objetivo, o Ministro Rubem Rosa e o Prof.. Manuel Diegues Júnior . Este, na Diretoria da Divisão de Assuntos Culturais di MEC, expediu circular a bibliotecas do País, acerca do aludido romance, igualmente sem resultado”, em CESAR, Guilhermino. Introdução e Cronologia Biobibliográfica. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 7.

em que nos havia empenhado e convênio<sup>215</sup> que fizemos com a Inglaterra em data de 23 de outubro de 1826.<sup>216</sup>

Pela declaração de Caldre e Fião podemos ver que ele se sentia perseguido e atacado em sua honra, o que parece ser factível. O que não é compreensível é a motivação, nomear um traficante de escravos de “traficante de carne humana”, pode ser até de mau gosto, mas certamente não ofenderia a ponto de recolher romances, de encetar perseguições atrozes. Afinal até as pedras do Paço imperial sabiam do tráfico negreiro ilegal e, quanto aos debates abolicionistas, eram travados desde o início do século XIX, tanto pelas tribunas legislativas quanto pelos jornais com posições a favor e contra a escravidão. O que teria motivado uma ofensa à honra e ao prestígio dos sensíveis traficantes e, em especial, de Fonseca?

Os malefícios da escravidão, também, eram sistematicamente apontados, a degradação da humanidade dos escravos, o perigo para os próprios proprietários, como por exemplo, neste trecho em que Caldre e Fião aponta, através de exemplo concreto, que mesmo quando colocados em “liberdade”, os

---

<sup>215</sup> Refere-se, certamente, à Convenção de 23 de novembro de 1825 entre Brasil e Inglaterra que declararia extinto o tráfico de escravos 3 anos após a troca das ratificações. Em 19 de maio de 1826, foi ratificada D. Pedro I do Brasil. Esta troca de ratificações ocorre em Londres em 17 de março de 1827, tornando ilegal o tráfico de escravos, portanto, a partir de 17 de março de 1830. Ainda sob pressão inglesa e como uma amostra de esforço contra o tráfico negreiro, o governo Imperial do Brasil aprovou em 1831 a Lei Diogo Feijó que sancionava a proibição do tráfico de escravos e estabelecia em seu "Art. 1.º. Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres. Excetuam-se: 1.º Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a país, onde a escravidão é permitida, enquanto empregados no serviço das mesmas embarcações. 2.º Os que fugirem do território, ou embarcação estrangeira, os quais serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fora do Brasil. Art. 2.º Os importadores de escravos no Brasil incorrerão na pena corporal do art. 179 do Código Criminal imposta aos que reduzem à escravidão pessoas livres, e na multa de 200\$000 por cabeça de cada um dos escravos importados". Ver BRASIL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Camara dos Srs. Deputados, terceira sessao Vigesima Legislatura de 1888. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, Volume I; e PARANHOS JÚNIOR, José Maria da Silva [barão do Rio Branco]. **Efemérides Brasileiras**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1946.

<sup>216</sup> **O Rio Grandense**, Rio Grande, 1º de março de 1852.

escravos buscariam a vingança contra seus senhores, ou seja, a escravidão só produziria infindáveis males,

A guerra civil do Rio Grande do Sul, de que sou testemunha nos apresenta outro fato mui saliente: Os rebeldes chamaram ao seu exército os escravos, de que fizeram quatro batalhões e alguns esquadrões de cavalaria. Isto causou sérios sustos e arruinou muitas fortunas. Os escravos que não morreram nas batalhas, ficaram mutilados e não serviram mais. Durante a guerra os senhores sofreram estrondosas vinganças de seus escravos libertos e conheceram bem o valor destes inimigos.<sup>217</sup>

No entanto, em um artigo no qual aborda a atuação dos médicos brasileiros na questão da escravidão através dos periódicos do Rio de Janeiro, Kaori Kodama nos indica fatos que, com mais probabilidade, teriam levado às perseguições pelos traficantes de escravos negros ao jornal *O Philantropo* e ao seu redator Caldre e Fião.<sup>218</sup> O centro da análise de Kodama recai em artigo publicado em *O Philantropo* e intitulado “O tráfico dos negros considerado como a causa da febre amarela”, uma tradução do francês, cujo texto original era de autoria de Mathieu François Maxime Audouard (1776-1856), e foi publicado em um momento de epidemia de febre amarela na capital do Império.

A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro reconhecia oficialmente a existência da doença na Corte e apontava uma média de 80 novos casos por dia. Era uma tragédia na saúde pública da capital. É neste contexto que, *O Philantropo* deu início à publicação de uma série de artigos sobre o tema, tais

---

<sup>217</sup> **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1849.

<sup>218</sup> KODAMA, Kaori. Antiescravismo e epidemia: “O tráfico dos negros considerado como a causa da febre amarela”, de Mathieu François Maxime Audouard, e o Rio de Janeiro em 1850. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, abr.-jun. 2009, p. 515-522.

como, “A epidemia reinante”<sup>219</sup> e “A epidemia reinante ou a febre africana”.<sup>220</sup> Em todos eles, é ressaltada a relação entre a “epidemia reinante” e o tráfico de escravos africanos. Em especial, no famoso artigo intitulado “Os contrabandistas de carne humana”,<sup>221</sup> é feita a acusação de que o agente principal da febre amarela na cidade é o tráfico negreiro. Como prova apontava que a doença era “uma febre da África, bem caracterizada pelos seus vômitos pretos”. Da mesma forma que os anteriores, o artigo retomou a denúncia da febre amarela como uma moléstia africana.

A campanha continuaria, certamente por estar provocando estragos na defesa dos traficantes de africanos, no dia 31 de maio de 1850, mais um artigo, intitulado “O exemplo do caráter infectante da febre amarela da Costa da África”, saiu a público; nele o articulista avisa para o caso de um vapor de guerra inglês, que em 1846 teria sido infectado por uma febre “maligna e contagiosa” após ter estado na Costa da África, insinuando que tal enfermidade contagiosa seria a febre amarela. Por analogia, se os tripulantes do navio inglês tinham adquirido a doença na África; a origem do atual surto estaria em tripulantes de navios negreiros que teriam aportado na Bahia em 1849, de onde, também por navios de escravos, se disseminou para o Rio de Janeiro e outras cidades do país.

Essa argumentação tinha ainda uma outra faceta a defesa de que a doença era um mal estrangeiro, exógeno; o que absolveria o país, que tinha o clima saudável como um grande atrator de imigrantes europeus. Também é enfatizada a ideia de castigo divino, a epidemia era o castigo pelos pecados dos “traficantes de carne humana”.

---

<sup>219</sup> **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 15 de março de 1850.

<sup>220</sup> **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 22 de março de 1850.

<sup>221</sup> **O Philantropo**, Rio de Janeiro, 29 de março de 1850.

Mas o principal argumento, para a acusação do tráfico como responsável pela epidemia, tem a autoridade das teses médicas,

essa era a opinião do médico militar francês Mathieu François Maxime Audouard, que observara a doença em Barcelona em 1821. Audouard nascera em Castres, no sul da França, em 1776, e seguira a carreira médica, formando-se em 1801 em Montpellier. Serviu durante vários anos na Itália e lá escreveu diversos trabalhos sobre as febres intermitentes, tema de seu interesse. Sua posição em relação à febre amarela ficou conhecida entre os médicos do século XIX pela defesa da tese do contágio como forma de propagação da doença, apesar de crer que sua origem estivesse em uma infecção.<sup>222</sup>

Embora entre seus argumentos o médico admitisse que o calor poderia influenciar o contágio, não acreditava que fosse originária de um clima em particular. Mas, o artigo enfatizava que a febre amarela teria surgido nos navios que serviam ao tráfico de escravos africanos,

O doutor Audouard cria que a moléstia era uma “infecção”, cuja causa seria um ambiente muito específico. Em Barcelona ela teria surgido nos navios negreiros espanhóis, devido às péssimas condições higiênicas, e gerada dos dejetos dos cativos, que se impregnavam durante longo tempo nas madeiras das embarcações. A identificação dos navios negreiros como lugar de origem da doença vinha ao encontro dos problemas debatidos amplamente em 1850 e certamente ajudaria, como um argumento a mais, a pressionar o término do tráfico.<sup>223</sup>

Embora, grande parte dos argumentos do Dr. Audouard já fossem conhecidos pela classe médica brasileira desde 1830, quando o francês inicia suas pesquisas e busca informações junto aos médicos e autoridades brasileiras

---

<sup>222</sup> KODAMA, Kaori. Antiescravismo e epidemia: “O tráfico dos negros considerado como a causa da febre amarela”, de Mathieu François Maxime Audouard, e o Rio de Janeiro em 1850. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, abr.-jun. 2009, p. 517.

<sup>223</sup> KODAMA, Kaori. Antiescravismo e epidemia: “O tráfico dos negros considerado como a causa da febre amarela”, de Mathieu François Maxime Audouard, e o Rio de Janeiro em 1850. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, abr.-jun. 2009, p. 518.

sobre a chegada dos navios negreiros e a presença de febres na costa do país. Até o momento suas teses tinham sido refutadas, mas com a epidemia se alastrando e a presença rotineira de navios do tráfico nos portos, nenhum médico se autorizava a negar peremptoriamente a hipótese do Dr. Audouard.<sup>224</sup>

Conhecida a propaganda que ligava o contágio da febre amarela ao tráfico negreiro desencadeada pelo *O Philantropo*, e o estrago que causou à aceitação do comércio de escravos de origem africana. Podemos entender a resposta violenta e a perseguição ao redator do periódico, o Sr. Caldre e Fião. Mas daí a aceitarmos que o ínclito redator estivesse correndo risco de vida, tendo em vista não termos notícia de nenhum ataque violento em todas as discussões abolicionistas que foram veiculadas nos periódicos do século XIX, é um pouco exagerado. Mas, certamente sofreu grandes dissabores na sua carreira pública, principalmente na imprensa, com opositores de tamanha grandeza.

Mas, esses dissabores serão transformados em verdadeiras medalhas de honra, de quem combateu a justa guerra. Em 1852, passados dois anos depois do debate ocorrido, com o surto de febre razoavelmente controlado, e com o principal “traficante de carne humana” expulso do país, o outrora virulento redator e agora médico candidato pelos liberais do Rio Grande do Sul, conclama “aos dignos patrícios do Rio Grande e Pelotas”, para apoiá-lo em sua candidatura. Ele que “sem promessas”, mas empenhando a sua honra e o “lugar que me há concedido o país como o primeiro brasileiro que se expôs ousadamente na luta humanitária contra os interesses dos réprobos que empecavam a marcha das liberdades pátrias” deseja os votos de seus concidadãos.<sup>225</sup>

---

<sup>224</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras. 1996, p. 73-74.

<sup>225</sup> **O Rio Grandense**, Rio Grande, 1º de março de 1852.

Ter resistido honrada e civilizadamente, era o que o legitimava a sua pretensão política, ser deputado geral pelo Rio Grande do Sul. De jovem boticário provinciano retornava com todas as credenciais que creditavam-lhe um lugar de honra na elite política e intelectual sul-rio-grandense. Tinha uma das reconhecidas profissões liberais: era médico; no campo intelectual: autor de obras científicas e literárias; na imprensa: acumulara a experiência de redator e polemista em temas candentes; na política: estabelecera uma rede de contatos que o faziam candidato antes da chegada ao Rio Grande do Sul. Para o menino que sonhava com os pés n'água, e tecia um projeto de futuro, de grande homem, no moinho de água, lugar paradisíaco

Em minha infância, já eu era poeta, e aí bebia a largos sorvos inspirações divinas, transportes da ciência de Apolo; aí batiam meus pequenos pés o *metron* dos versos, e que versos! se os tivera conservado!... Aí muitas vezes regulei as horas que havia de passar como Ministro de Estado; formei tratados de comércio com nações estranhas; delineei edifícios de caridade e instrução pública que havia de fundar... Não posso resistir à tentação destas lembranças tão doces; desculpai-me meu leitor benévolo (...).<sup>226</sup>

Se não era um ministro de Estado quando de sua volta à província natal, certamente Caldre e Fião tinha construído uma rede de relacionamento e uma honrosa notoriedade na corte imperial que o credenciavam a participar tanto dos certames políticos regionais como da elite intelectual do Rio Grande do Sul. Essa sua nova posição, muito distante do jovem boticário que havia saído incompreendido pelos covardes defensores da falsa honra, de patrono qualificado das ideias humanistas e combatente da causa abolicionista, pode ser percebida claramente na matéria que circulou em jornal do Rio de Janeiro, em novembro de 1852,

Lê-se no *Correio Mercantil* [do Rio de Janeiro] de 20 de novembro. Notícias enviadas do Rio Grande do Sul nos comunicam que o nosso filantrópico propagador das ideias humanitárias, o Sr. Dr. José Antonio

---

<sup>226</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. *A divina Pastora*. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 29-30.

do Vale Caldre e Fião, foi recebido pelos influentes políticos com as maiores demonstrações de júbilo e interesse. A escolha de tão benemérito cidadão para representante desta Província é sem contestação uma das mais aproveitáveis. O entusiasmo com que sempre se apresentou para combater o tráfico dos africanos e para fazer conhecer os meios de propagar a civilização dos indígenas o fazem digno dessa deferência. Oxalá que os rio-grandenses se compenetrem da grande missão do seu patricio e das vantagens que dele podem tirar. *Um rio-grandense*.<sup>227</sup>

A republicação da carta que “um rio-grandense” havia enviado ao conhecido jornal abolicionista *Correio Mercantil*,<sup>228</sup> do Rio de Janeiro, que também se consagrou por lançar em suas páginas parte da geração romântica dos literatos brasileiros, em um outro jornal da capital dos gaúchos, *O Mercantil*,<sup>229</sup> era aceitável e corriqueiro nas “secções de nottas” dos periódicos dos oitocentos.<sup>230</sup> Mas atentemos a nota em si, apresenta Caldre e Fião como o “nosso filantrópico propagador das ideias humanitárias”, que teria sido recebido

<sup>227</sup> Jornal *O Mercantil*, 26 de novembro de 1852, p. 4.

<sup>228</sup> *Correio Mercantil* (1848-1868) foi um importante jornal do Rio de Janeiro que recebia crônicas de nomes como Machado de Assis (em seu início de carreira), Francisco Otaviano, João Simões Lopes Neto, José de Alencar e Manuel Antônio de Almeida. O jornal também tinha uma seção para folhetins, que abrigava romances europeus traduzidos e romances brasileiros inéditos. O jornal era a favor do abolicionismo e divulgava cartas, artigos e entrevistas em relação ao assunto, in: MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 174.

<sup>229</sup> *O Mercantil* (1849-1865) foi um jornal brasileiro que circulou em Porto Alegre. Dirigido sucessivamente por João José de Farias Vilasboas, a partir de 1851 por José Cândido Gomes, e depois de 1860 por Félix da Cunha. Destacou-se a publicação da série *Crônicas de Porto Alegre*, em forma de folhetim semanal, de José Cândido Gomes, com o pseudônimo *O Estudante*. Uma década depois de seu fechamento surgiu um jornal homônimo, também em Porto Alegre: *O Mercantil*, fundado por João Cândido Gomes, in: FRANCO, Sérgio da Costa. **Guia Histórico de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2006.

<sup>230</sup> Ver mais sobre imprensa gaúcha do século XIX e política liberal em ISAIA, Arthur. **A imprensa liberal rio-grandense e o regime eleitoral do Império: 1878-1889**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/ FFCH/ PUCRS, 1988. (Dissertação de Mestrado); ver, também, HOHLFELDT, Antonio. RAUSCH, Fábio Flores. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937: Discussão sobre critérios para uma periodização. **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 6 e 9 de setembro de 2006.

com “júbilo e interesse” pela classe política da província, afirma que é um quadro político que não deve ser desperdiçado, que a “escolha de tão benemérito cidadão para representante desta Província é sem contestação uma das mais aproveitáveis”, ou seja, não deixa dúvidas acerca das qualidades e competência do recém-chegado. A nota vai além, e apresenta, também, a pauta política que caracterizou a militância no cenário da corte, “combater o tráfico dos africanos e para fazer conhecer os meios de propagar a civilização dos indígenas”. E como toda boa propaganda alerta para que os sul-rio-grandenses para os temas políticos e para o competente agente que se apresenta para defendê-los: “Oxalá que os rio-grandenses se compenetrem da grande missão do seu patricio e das vantagens que dele podem tirar”.<sup>231</sup>

Essa nota é a plena confirmação do pertencimento de Caldre e Fião a uma rede de relações políticas e intelectuais que conduz com maestria a construção de candidaturas, protege candidatos, insere debates e pautas em seus periódicos. Criando uma articulada malha de legitimação, uma carta enviada por um rio-grandense, aceita para publicação em jornal da corte, era o sinal da importância de Caldre e Fião. A sua ligação com a política liberal no Rio Grande do Sul, daí para diante será contínua como deputado geral e provincial, redator de jornais políticos e articulador partidário.<sup>232</sup> Também se inserirá, com papel central, em quase todas as manifestações culturais da província, da criação do primeiro Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, no cargo de orador perpétuo,<sup>233</sup> ao Parthenon Litterário, do qual foi presidente de honra.<sup>234</sup>

---

<sup>231</sup> Jornal **O Mercantil**, 26 de novembro de 1852, p. 4.

<sup>232</sup> Mais sobre a participação política nas redes liberais no Rio Grande do Sul, ver VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte**: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/ IFCH/ UFRGS, 2007. (Dissertação de Mestrado)

<sup>233</sup> Mais sobre o surgimento da primeira experiência de sucursal do Instituto Histórico e Geográfico fora do Rio de Janeiro, ver BOEIRA, Luciana Fernandes. **Entre história e literatura**: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/ IFCH/ UFRGS, 2009. (Dissertação de Mestrado)

A aposta em buscar na corte as credenciais para participar do “verdadeiro círculo da honra”, tinha dado certo, Caldre e Fião estava entre a elite política e cultural que geria o Rio Grande do Sul. O que fez a partir de sua *rentrée* na província, faz parte de uma outra história.

---

<sup>234</sup> Mais sobre a criação do Parthenon Litterário em SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. **Dois pra lá, dois pra cá**: o Parthenon Litterário e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/ IFCH/ UFRGS, 2008. (Dissertação de Mestrado)

## Capítulo III

### Lições de honra em *A Divina Pastora* e em *O Corsário*

*O plano é simples e de summa moralidade: é uma lição dada às moças para que aprendam a preservar-se dessas serpentes, que se introduzem por entre as flôres, que sussuram aos seus ouvidos palavras fermentidas que abusam do juramento para immolal-as nas aras da volúpia, dando-lhes em troca da sua credulidade a miséria e o opprobio!*<sup>235</sup>

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, literato fluminense.

*A honra é uma força de ação e uma força que se afirma na ação e não na especulação. A honra engaja o homem na ação. Ela engaja imediatamente, totalmente, sem discussão ou tergiversação. A honra não espera. A honra não hesita.*<sup>236</sup>

Lucien Febvre, historiador francês.

Caldre e Fião, estudante de medicina, professor de liceu, literato e jornalista abolicionista, lutava por se estabelecer no circuito intelectual da Corte Imperial e, fruto disso, acabou por engajar-se em militância de vida inteira pela construção de um ideal de país e nação. Tinha entre suas preocupações divulgar uma imagem positiva da sua província natal para o mundo letrado da Corte. Assim que publicou dois romances ambientados nas plagas sulinas. Isso enquanto também exercia o magistério em escola particular do Rio de Janeiro, frequentava

---

<sup>235</sup> PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Vicentina, Romance do Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo. **Guanabara**, revista mensal, artística, científica e litteraria redigida por uma Associação de litteratos e dirigida por Manoel de Araujo Porto Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo, Rio de Janeiro, Tomo III, nº 1, março de 1855. p. 18.

<sup>236</sup> FEBVRE, Lucien. **Honra e pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 66.

as aulas da Faculdade de Medicina, era redator de *O Philantropo* e escrevia livros acadêmicos. De fato, era uma forte guinada na vida de quem tinha deixado a profissão de boticário que exercia em uma provinciana Porto Alegre – troca motivada, acredita-se, menos por razões políticas do que pelo objetivo de formar-se médico –, agora estava em plena conquista de seu *status* de homem honrado.

Uma vez estabelecido na nova cidade, entrou para a escola de Medicina e dedicou-se aos estudos da homeopatia. Frequentou os círculos culturais e as associações literárias. Era um projeto social penoso e difícil, através somente da sua atuação intelectual, como estudante, literato, jornalista e militante, construir a digna imagem de um sujeito honrado, e, logo, merecedor do reconhecimento e benesses sociais. A escrita, seja na imprensa ou na literatura, será sempre o seu grande instrumento de luta e afirmação social. A sua honorabilidade será construída como fruto da conquista de espaços na imprensa e no círculo dos literatos. Para conquistar seu lugar de honra, não poupou esforços, escreveu prodigiosamente.

## Desde o primeiro momento na defesa da família e da honra sul-rio-grandense

Caldre e Fião apostou fortemente na literatura e, em 1847, publicava *A divina Pastora*, inscrevendo-se entre os primeiros romancistas do país.<sup>237</sup> E assim foi anunciada a obra no **Correio da Tarde**, jornal do Rio de Janeiro, em 10 de fevereiro de 1848, onde saiu o seguinte:

DIVINA PASTORA. – Saiu à luz o 2º volume desta novela brasileira; onde se lê os costumes e hábitos dos povos do Rio Grande do Sul, e muitas cenas domésticas em que a virtude aparece triunfante, vestida com os trajes da religião cristã, e o vício açoutado pelo castigo de Deus; assim como muito episódios da História Brasileira, e muitas poesias inspiradas pela majestade pureza do céu do Brasil.<sup>238</sup>

Em seu romance de estréia, José Antonio do Valle<sup>239</sup>, narrou uma história de desencontros amorosos que, além de servir de pretexto a uma insistente e devota pregação da moral patriarcal e da caridade cristã – das quais, para o autor, proveem os fundamentos da honra e da honorabilidade –, também fazia uma veemente condenação da guerra civil que convulsionara sua província natal. Edélia, a “divina pastora”, vivia com os pais e os irmãos em Porto Alegre, em uma ordeira rotina de patriarcais virtudes familiares e religiosas. O modelo da moça honrada. Seu primo Almênio, porém, contrariando a vontade dos pais,

<sup>237</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992. 260 p. (1ª ed., Typographia Brasiliense, Rio de Janeiro, 1847).

<sup>238</sup> Completava o anúncio o seguinte: “Vende-se a obra completa por 2\$000 na rua do Sabão Nº 117, rua do Quitanda Nº 70, e na travessa do Desterro nº 8”, in CESAR, Guilhermino. Bibliografia de Caldre e Fião. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário: romance rio-grandense**. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 28.

<sup>239</sup> Só viria a acrescentar “Caldre e Fião” ao nome alguns anos depois e ainda não encontramos explicação plausível para o acréscimo.

deixa-se influenciar pelo ideal da liberdade e decide lutar pelos republicanos farrapos. Esta decisão provoca horror e repulsa em Edélia e acaba por inviabilizar um romance entre os dois que de outra forma seria inevitável. Se a honrada Edélia personificava o ideal de virtude feminina, Almênio por seu lado encarnava os atributos de altivez e coragem que o narrador do romance atribui aos sul-rio-grandenses. O jovem, porém, deixa-se levar pelo fanatismo político a que os homens se entregam quando abusam das “justas ideias liberais”. O bom caráter do moço, no entanto, prevaleceu e, convencido de que cometera um erro ao desobedecer aos pais, abandona os farrapos, retorna à casa paterna e coloca-se a serviço da ordem e da legalidade. O ato de contrição é feito diante de um cemitério de soldados na localidade de Viamão, onde Almênio reflete sobre a inutilidade da guerra civil e convence-se de sua condição criminoso. Neste momento, enfrenta a golpes de espada um soldado que fora mandado enfrentá-lo por motivos “de honra”. Promete, então, dedicar sua vida à “pacificação” da província. Edélia, por seu lado, é salva por Almênio e outros bons moços de cair na desonra ao ser seduzida por um galanteador inescrupuloso. Para sempre marcada pela desilusão amorosa, a moça rejeita a opção de enclausurar-se em um convento e encontra a felicidade dedicando sua vida à prática da caridade para com os pobres.

A estrutura original de *A Divina Pastora* estava arranjada em dois tomos, que se subdividiam em quatro partes: no Tomo I, os capítulos são chamados de partes - da primeira à quarta parte, mais a apresentação da obra, intitulada “Ao leitor”, as partes tem os seguintes títulos: “O Repouso de família”; “As dissensões políticas”; “O amor” e “Os episódios”; e no Tomo II – distribuem-se as partes quinta à oitava, intituladas: “A mudança”; “O desengano”; “A providência” e “A conclusão”.

O romance seguinte de Caldre e Fião, *O Corsário – Romance Rio-grandense*, tem muita semelhança estrutural com o primeiro *A Divina Pastora*, publicado em folhetim no jornal **O Americano**, do Rio de Janeiro, durante o ano

de 1849. Terá sua primeira edição em livro no ano de 1851,<sup>240</sup> também no Rio de Janeiro, e será novamente publicado em folhetim no jornal **O Pelotense**, em Pelotas – RS, em 1852.

Em uma cruzada para integrar o Rio Grande do Sul ao cenário imperial, novamente, procurou pintar os malefícios e os danos da revolta de 1835, quando, movidos pela paixão, os rebeldes deturparam os valores liberais. Particularmente, o ambiente bélico trazia grandes perigos à ordem e a pureza das famílias, dificultando a defesa da honra de homens e mulheres sul-rio-grandenses.

O enredo de *O Corsário* engloba aspectos psicológicos, morais e históricos, pode-se dizer que foi uma empreitada ambiciosa para o tempo em que foi escrito, dadas a simplicidade das tramas dos primeiros romances nacionais.

Como ponto de partida tem uma ocorrência corriqueira das costas do Sul, quando naufraga perto de Tramandaí um navio veleiro. As famílias das redondezas viviam dos destroços de repetidos naufrágios, formando uma vila que vivia das desgraças ocasionadas pelo mar. Completa o cenário a guerra civil da província que serve de pano de fundo para as desventuras amorosas de Maria, filha de pescadores do litoral, que apaixona-se pelo náufrago Vanzini, um dos corsários que praticavam a pilhagem contra os imperiais, comandados por Garibaldi. Cortejada acintosa e traiçoeiramente, a heroína foge de casa com o corsário. Submete-se à humilhações, mas, com muita resistência, mantém a castidade. No entanto, a honra da moça é salva, por João Martinho, um valoroso representante da lealdade e do verdadeiro caráter dos campeiros rio-grandenses.

---

<sup>240</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **O corsário**: romance rio-grandense. Rio de Janeiro: Typographia Philantrópica, 1851. Reeditado na década de 1970, CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979.

Diferente de *A Divina Pastora*, em *O Corsário* não temos uma divisão de duas partes com capítulos com títulos indicativos do conteúdo, simplesmente aparece a sequência de quadros, organizado em oito “quadros”, especificados sucessivamente do “Primeiro quadro” até o “Oitavo Quadro”.

Era pelo veículo dos seus romances, que Caldre e Fião, propunha por vez primeira ao público da capital do Império, um elogio literário de uma suposta identidade sul-rio-grandense. Pelo seu esforço de divulgar o romance filosófico, eram retratados eventos, paisagens, vocabulário, costumes, heróis e heroínas que, malgrado o equívoco revolucionário dos farrapos a manchar uma época recente – a grande nódoa na honra sul-rio-grandense –, traçavam um retrato positivo daquele que se imaginava ser o caráter peculiar dos habitantes da província de São Pedro.

Em uma primeira leitura, apresentam-se como romances ingênuos e moralistas, são obras que não deixam de revelar a ambivalência e o ecletismo típicos dos primeiros românticos brasileiros, com sua defesa tanto das “justas ideias liberais” como da virtude na submissão à autoridade paterna e estatal, valorização da religiosidade e permanência de algumas inspirações do classicismo.

Mas *A Divina Pastora* também pode ser entendida como uma tentativa didática de ensinar aos leitores lições sobre moral familiar, história recente e bons ideais políticos – todos conformadores dos fundamentos do cidadão honrado –, como também de explicar a província de São Pedro e seus peculiares habitantes aos leitores da corte. O subtítulo “Novela Rio-grandense”, que segue o título dos dois romances, já revelava a disposição de José Antonio do Valle em retratar para o público fluminense a especificidade do “caráter” da província, seja por meio dos locais e paisagens, seja pelos eventos históricos e costumes campeiros que formavam o contexto da trama. Sem deixar de falar também aos seus conterrâneos, para os quais se apresentava como um interlocutor na

corte.<sup>241</sup> Além disso, em *A Divina Pastora*, introduz os imigrantes alemães na história, caracterizando-os como um fator tanto de progresso como de conflito, e faz alusões a um suposto encontro fundador entre indígenas, conquistadores portugueses e padres jesuítas como origem da civilização na região.

As constantes digressões do narrador frequentemente substituem o tom de fábula da narrativa por pregações sobre os benefícios da virtude cristã, recordações saudosas da terra natal, advertências contra os curandeiros e charlatães, esclarecimentos sobre a superioridade da ciência médica, opiniões sobre assuntos políticos e diversos outros. Existe, no entanto, uma insistência coerente em interpretar e explicar ao leitor a peculiaridade de sua província e em insinuar certa superioridade moral daquela sobre a corte – novamente, são a honra e honorabilidade em pauta. Declarando-se “filósofo” e não partidário, o autor reflete sobre as guerras civis do período regencial, reputando-as à falta de sabedoria política e ignorância. Os motivos da “revolução de 1835”, condenada por disseminar a desordem e a desconfiança, estariam no justo descontentamento com o governo, mas também na ambição dos caudilhos que desejavam a glória individual acima da verdadeira glória da Pátria e do bem social, sob a má influência dos “ambiciosos e desleais” vizinhos platinos. A conclusão, no entanto, é conciliadora, pois declara que “nenhum venceu, são ambos vencedores” por terem finalmente se unido pela Pátria comum.<sup>242</sup> Apesar dos erros políticos, os sul-rio-grandenses seriam dotados de uma virtude incomum atribuída à sua educação moral, hábitos alimentares e integração à natureza:

O Rio-Grandense aprende, desde os seus primeiros passos, a respeitar os velhos, a ser amigo, a desprezar o covarde e a vingar-se do inimigo;

---

<sup>241</sup> Prova da intenção de Caldre e Fião distribuir seu romance na Corte e no Rio Grande do Sul é um anúncio que faz em nota de rodapé, aproveitando a deixa de tratar de um assunto de ervas tóxicas, quando fala do Timbó (*Paullinia Lucia*): “Veja-se a obra – *Elementos de Farmácia* – de J. A. do Valle, página 13, edição de 1846. Vende-se no Rio de Janeiro, Rua do Sabão nº 117 e em Porto Alegre, Rua da Praia, nº 303”. In: CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 184.

<sup>242</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 44-47.

guarda fiel os usos que lhe foram transmitidos por seus pais e julgar-se-ia desonrado se um dia deixasse de cumprir os preceitos de seu evangelho. O evangelho da moral Rio-Grandense não é escrito, é tradicional, mas, apesar disso, ainda não foi alterado em um só de seus artigos: para sabê-lo, *in totum*, é necessário ser Rio-Grandense e viver muitos anos naquela divisão política do Império que chamamos – Província do Rio Grande do Sul. E, demais, a alimentação frugal e sã, e uma higiene regular, e a atividade em que ele vive o resguarda dos vícios físicos e morais e o torna forte e acessível aos bons sentimentos da alma. O Rio-Grandense é o homem da natureza (...). A primeira virtude é o desprezo da vida, a segunda a redução das necessidades dela. Despido de todo o luxo que enerva os membros de um Estado, o Rio-Grandense acha recursos imensos em sua fragilidade e costumes simples; desprezando essas fúteis grandezas representantes das misérias reunidas de muitas famílias, ele goza inalterável o fruto de uma consciência enobrecida por ações generosas e bens conformes ao direito natural dos homens.<sup>243</sup>

Caldre e Fião elegeu o sul-rio-grandense, tornado quase um “bom selvagem”, para ocupar o lugar reservado ao herói épico ou medieval sonhado pelos literatos do período como modelar para a sua nação, e que, para muitos autores do romantismo brasileiro, foi ocupado pelo indígena. O uso do indígena, de fato, se adequava muito mais aos modelos virtuosos e míticos, o que produzia uma aceitação maior e um número menor de controvérsias políticas, como também não feria aos particularismos provinciais. Muito embora, esse “indigenismo” não fosse consensual, nem entre literatos e menos entre historiadores.<sup>244</sup> Já o herói sul-rio-grandense carregava virtudes construídas, mesmo que não explicitamente, em oposição ao estilo de vida faustoso e

---

<sup>243</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 81.

<sup>244</sup> Junto ao IHGB, a idealização do indígena já provocara reações negativas, notadamente por parte de Varnhagen, ver CANO, Jefferson. **O fardo dos homens de letras: o orbe literário e a construção do império brasileiro**. Campinas: Programa de Pós-Graduação em História/ IFCH/ UNICAMP, 2001, p. 172-206. (Tese de Doutorado); e KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura/ PUC-Rio, 2005, p. 113-118. (Tese de Doutorado)

corrompido da Corte imperial, denunciado pelo autor. Seu herói, proposto como um dos que poderia figurar na galeria de honra nacional, era contraditoriamente oposto ao Estado nacional do qual era o guardião das fronteiras ao sul.

O grande problema do sul-rio-grandense herói de Caldre e Fião é que ele era um homem do presente, um habitante armado e hábil conhecedor da pampa sulina, representava muito mais, para quem olhasse da corte, uma ameaça ao mundo civilizado. O que ainda piorava mais a situação era reconhecer no sul-rio-grandense pretensões políticas. Era um modelo de herói totalmente contrário ao índio idealizado dos românticos que não representava mais nenhuma ameaça ao poder dos homens civilizados e ao Império.

Somente estabelecendo que o tipo heróico sul-rio-grandense cumpre com altos padrões de honorabilidade poderia reverter-se o receio da corte com os atos “bárbaros” das conhecidas guerras que as gentes da província já tinham se envolvido, era necessário apresentá-lo como um sujeito de moral e conduta corretas.

Mas Caldre e Fião, preservando aspectos da faceta indigenista dos românticos, em *A Divina Pastora*, também se solidariza com os primitivos habitantes da Província de São Pedro e os coloca como vítimas de um brutal massacre dos conquistadores, sem no entanto julgar a religião e as crenças como desprezíveis e fundamentos da barbárie.<sup>245</sup> Fica claro o discurso da superioridade dos ensinamentos cristãos e das filosofias racionais, para ele indiscutíveis, como únicas bases possíveis para a construção da civilização.

---

<sup>245</sup> Em um dos muitos serões da família de *A Divina Pastora*, que aparecem no decorrer do romance, o narrador conta a história do índio Kajururá, chefe das tribos Minuanos e Tapes, últimos guerreiros que resistiam aos conquistadores. O chefe apaixona-se, no entanto, por uma índia das missões dos padres jesuítas. Quando finalmente resolve converter-se ao cristianismo a pedido dela para salvar seu filho da doença, Kajururá perde o respeito dos guerreiros e as tribos acabam dispersas e submissas ao conquistador. Longe de representar uma história épica, o conto é narrado para dele se tirar uma lição política: mudanças e “reformas” repentinas por parte dos governantes podem levar uma nação ao caos e à derrota frente aos verdadeiros inimigos. Cf. CALDRE E FIÃO, J. A. do V. *A divina Pastora*. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 115-122.

Mesmo na sua idealização do caráter moral dos sul-rio-grandenses, Caldre e Fião encontra uma imperfeição. Seria o costume da vingança, que ele considera um vício enraizado e, por isso, com muita dificuldade para erradicá-lo. Aponta as raízes do problema em uma sociedade de características pré-iluministas, na qual o código que regula honra e justiça ainda tem valores, por ele considerados, ambivalentes, oscilando entre as práticas bárbaras e os atos de nobreza.

A solução apontada no enredo de *A Divina Pastora* é o casamento ente Almênio e Clarinda, honrada filha de um imigrante alemão de origens nobres e cultura iluminista, a metáfora da união entre o novo e o velho mundo, a força/coragem com a virtude/conhecimento. O processo da imigração alemã, exemplificado pela colônia de São Leopoldo com seus traços ordeiros, dedicação ao trabalho e exploração da agricultura, aparece como modelo para a regeneração e o progresso do país. A agricultura, “essa primeira mãe da felicidade dos homens, única e verdadeira riqueza dos Estados novos,”<sup>246</sup> em sua visão deveria ser priorizada, mas sempre em complemento à pecuária. Ou seja, a imigração européia é solução para o desenvolvimento, desde que, não disputasse o lugar já ocupado pelos brasileiros na vida pastoril da campanha.

Caldre e Fião exemplifica o grave problema do choque cultural entre imigrantes e sul-rio-grandenses ao narrar, em um dos serões da família de *A Divina Pastora*, o episódio no qual um sul-rio-grandense vinga-se violentamente de um alemão, porque este não soube respeitar, por não conhecer, o código de honra da campanha. O código de honra e a violência empregada na defesa da honra ultrajada levam Caldre e Fião a colocar o sul-rio-grandense no grupo dos “povos cavalheirescos” e traçar uma comparação com os árabes<sup>247</sup> em suas

---

<sup>246</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 153.

<sup>247</sup> Interessante estudo comparativo dos códigos de honra dos “povos cavalheirescos” pode ser feito a partir da comparação com os estudos feitos para a sociedade Cabília, por Pierre Bourdieu, e para os grupos beduínos do Egito, por Ahmed Abou-Zeid, ambos os estudos em PERISTIANY, J. G. (org.).

virtudes e defeitos; nos quais enaltece uma suposta afinidade natural com a liberdade e a defesa da honra.<sup>248</sup>

Já em *O Corsário*, a relação com os estrangeiros, neste romance representadas pelos corsários italianos, Vanzini o vilão maior e Garibaldi considerado um corajoso e honrado líder militar; no entanto, em nenhum momento são apontados como solução para o progresso do país. A desconfiança é o que rege as relações entre os estrangeiros e os sul-rio-grandenses, somente sendo superadas quando se unem para reparar problemas de honra. Mesmo assim, o grande herói é o sul-rio-grandense, o moço monarca, Manuel da Cunha. Mesmo crítico à sanha pela vingança, à luta pela reparação da honra pela violência, Caldre e Fião defende a defesa da honradez das moças de família. Reconhece uma certa ancestralidade e nobreza, que viria desde a Europa, nos códigos de honra. É uma forma de inscrever o sul-rio-grandense no terreno dos homens de honra, na cultura aristocrática da honra.

### **Pais ditosos, filhos virtuosos: o patrimônio da honra familiar**

Em comunidade o indivíduo só pode ser avaliado e considerado em termos da família a que pertence, ou seja, invariavelmente, a honra tem algumas ou muitas referências no agregado familiar. Vejamos, pois, como se apresenta a honrada família de Caldre e Fião.

---

**Honra e vergonha:** valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988 (BOURDIEU, Pierre. O sentimento de honra na sociedade Cabília, p. 157-196; e ABOU-ZEID, Ahmed. Honra e vergonha entre beduínos do Egito, p. 197-212); ver, também, o Capítulo Types of Bedouin Honor, in: STEWART, Frank Henderson. **Honor**. Chicago: University of Chicago Press, 1994, p. 99-105.

<sup>248</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 109-110.

Bela como a aurora rósea da Primavera encantadora do sul do Brasil, era a paz que reinava entre os membros da mais entrelaçada família, que os vermelhos tetos das suntuosas e claras habitações que compõem a altiva e soberba cidade de Porto Alegre.<sup>249</sup>

Assim começa o primeiro capítulo da Primeira Parte do romance *A Divina Pastora*, que tem por título “O Repouso da Família”, é onde Caldre e Fião faz a descrição da “entrelaçada” família que centralizará os eventos do enredo. Moradores de uma Porto Alegre, que já fora elevada a categoria de cidade desde 1822, contava com cerca de 16.000 habitantes e local onde se instalara a capital da província do Rio Grande do Sul.

Vamos ver como se compunha e quais os valores regiam a entrelaçada família de nosso romance, começando pelo pai,

Paulo era o chefe, o carinhoso pai desta reunião social onde havia amigos e nunca mandantes, onde havia convenções e nunca ordens, onde uma única ideia dominava, e a mesma fonte de conhecimentos ministrava em taça áurea o sabor fecundo que fortifica o coração do homem contra a vil ignorância, que o polui e aniquila.<sup>250</sup>

A família que nos apresenta Caldre e Fião é patriarcal, a figura do pai predomina e centraliza todas as ações. Nisto não difere dos demais comentadores do sistema familiar brasileiro do período colonial à República Velha. No entanto, além da figura paterna, a honra da família deriva das qualidades de cada um de seus membros e do comentário público ao comportamento destes; os membros de uma família poderão até ser poucos em número, ou pertencer a uma numerosa linhagem, mas não poderão nunca esconder sua origem familiar, viver anonimamente, escapar ao fardo da sua responsabilidade como representantes da família. Uma pessoa sem origem familiar não existe para o mundo dos cidadãos honrados.

Logo após nos é apresentada a esposa,

---

<sup>249</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 23.

<sup>250</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 23.

Margarida era a esposa de Paulo, a parte reflexiva de suas bondosas disposições, a consoladora, a medianeira, finalmente a mãe por excelência; filhos, parentes e escravos eram o alvo de seus cuidados: em tudo providente, as menores ações dos seus interpretava amigavelmente.<sup>251</sup>

### Passemos à filha, o orgulho e a virtude da família,

Edélia era a filha querida deste par ditoso, a digna esperança, a estrela que eles viam fulgurar no fim da sua vida como a consoladora guia, o arrimo de uma velhice prolongada, pois na mocidade tinham gozado a doce quietação da virtude.<sup>252</sup>

### Temos ainda os virtuosos filhos varões,

Aníbal e Acácio, filhos virtuosos que haviam proveitosamente recebido as lições de moral tantas vezes repetidas, frequentavam os liceus e escolas e à porfia tratavam de instruir Edélia nas matérias por eles estudadas, do que se maravilhavam, enchendo-se de sumo gosto, Paulo e Margarida.<sup>253</sup>

É clara a divisão de papéis sexuais e espaços de sociabilidade entre filhos homens e a donzela na família. Ao homem pertence o mundo exterior, a educação, a honra positiva, o agir. Para a donzela resta o recato, o mundo interior da família, a honra negativa, o negar. Se as qualidades da masculinidade são, por vezes, óbvias e conhecidas: um deve ser forte de corpo e espírito. Isto implica não só na condição de ser corajoso, mas também na capacidade de ser eficiente e eficaz ao lidar com os problemas e perigos que o cercam.<sup>254</sup> Para que esteja preparado ao homem deveria ser dado o privilégio da preparação formal para a vida pública e para o mundo profissional.

<sup>251</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 23.

<sup>252</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 23.

<sup>253</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 23-24.

<sup>254</sup> CAMPBELL, J. K. A Honra e o diabo. In: PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 117.

Já a qualidade exigida das mulheres em relação à honra é a vergonha, o pudor, que é a vergonha sexual. E ela deve ser internalizada, subjetivamente a vergonha da mulher não deve ser somente o medo de recriminações exteriores; deve ser instintiva, uma verdadeira repugnância pelas atividades sexuais. No caso dos romances de Caldre e Fião, não temos descrições sexuais ou sensuais positivadas, o erotismo passa ao largo, o máximo que nos aproximamos da sensualidade é a insinuação de um beijo. No entanto, toda a sexualidade que é narrada está carregada de caráter negativo, são as violações das donzelas, e, mesmo nesses momentos, as mulheres carregam parte da culpa. Ela aparece quando seu comportamento ou vestes não são adequadas ao pudor que deve ser consagrado às mulheres de honra. A mulher deveria ter a obrigação de disfarçar, nas atitudes e na maneira de vestir, todo o atributo físico que pudessem despertar o desejo masculino. As donzelas deveriam permanecer virgens e até as casadas deveriam permanecer em comportamento e expressão virginais.

Mas como a honra é um valor imputado pelos outros. Não basta a consciência da mulher para conservar a honra da família. A honra dela e, em consequência, da família dependem da reputação que será construída pela comunidade, sem necessariamente corresponder a realidade dos fatos – sempre difícil de determinar. Portanto, a mulher protege melhor a honra própria e da família se estiver conformada em um código de vergonha sexual.

Poderíamos exemplificar a situação com o caso clássico da esposa de Júlio César, o *pontifex maximus*, em 63 a.C., cargo que significava uma casa no Fórum, a *Domus Publica* (Casa Pública), a responsabilidade por toda a vida religiosa de Roma e a custódia das virgens vestais. Sua esposa Pompéia é acusada de introduzir um homem no templo das vestais, mesmo provada a sua inocência, Júlio César pede o divórcio. O esposo admitiu publicamente que não a considerava responsável, mas justificou a sua ação com a célebre máxima: À

*mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta.*<sup>255</sup> Com a separação a sua honra estava reparada.

Se já podemos antever como se estrutura essa honrada família porto-alegrense, é quando ela é colocada em movimento, bem cedo, antes dos primeiros anúncios do dia, que vamos entender melhor a sua hierarquia. Como todos que se levantam aos primeiros raios de sol, nessa hora a veremos cruzando a Praça do Paraíso,<sup>256</sup>

um ancião gordo,<sup>257</sup> armado de grande chapéu de sol, seguido de sua mulher, uma linda filha tão pura como a rosa na alva serena, dois filhos que submissos seguem os passos do ancião, uma escrava gorda munida de um largo samburá; (...). Das vestes simples que cobrem toda esta família concluiria que o luxo, sempre prejudicial aos estados, não tem penetrado o seu seio, e que o necessário só ordena o interior e exterior de sua existência.<sup>258</sup>

Depois de adquirirem, nos Portões do Mercado, os frutos mais sazonados da estação e os legumes que são mais sadios que as carnes mais escolhidas, assim compunha-se a correta alimentação desta saudável família. No retorno à casa, depois das tarefas cotidianas que deveriam ser tomadas mais como divertimento que serviço doméstico, mãe e filha preparam a refeição frugal. Tudo organizado pela mãe providente, que com seu gênio tudo organiza maravilhosamente. Pontualmente, as duas horas, a família vem ter à tabua comum das refeições, o almoço é servido, graças à “providência do Senhor Deus”. Este momento é aproveitado pelo chefe da família,

e então, por entre o gozo do manjar simples e delicado, um salmo da sagrada Bíblia e um conto de moral verdadeira são recitados por Paulo;

---

<sup>255</sup> CANFORA, Luciano. **Júlio Cesar – O Ditador Democrático**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002; SCHMIDT, Joël. **Júlio Cesar**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

<sup>256</sup> Atual Praça XV de novembro, no centro de Porto Alegre.

<sup>257</sup> Contrário senso dos padrões atuais de saúde e estética, repetidas vezes aparece o termo “gordo” como positivo, um atributo de saúde, de beleza e de estabilidade financeira. Para senhores e escravos, como podemos ver na citação em curso.

<sup>258</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 23-24.

nunca aí tristes recordações vêm perturbar-lhes as frentes serenas. As orações terminam este ato e cada qual busca o consolador trabalho.<sup>259</sup>

Remetendo aos costumes do “norte da Europa”, Caldre e Fião nos indica que deve ser no momento da refeição diária o estabelecimento da rotina de doutrinação dos filhos, “que os deveres filiais devem ser recordados a par da ideia sublime de Deus”. Somente a cotidianidade da pregação moral pode conduzir a um proceder honrado. E indaga, ao leitor,

Qual será o ente humano que ignore os deveres da criatura para o seu criador e que possa ser bom filho, bom pai e bom cidadão? E que hora mais apropriada para despertar-lhe na alma essas ideias sublimes? Sem dúvida este trabalho tão doce de um pai, mas tão negligenciado como árduo e abandonado a preceptores estranhos e descuidosos, teria formado homens cujo caráter mostraria a inutilidade de complicados códigos, frutos das aberrações das disposições morais do gênero humano.<sup>260</sup>

Os princípios intrínsecos da honra pessoal e familiar, que para muitos pode parecer atributos “naturais” por estarem tão entranhados no mundo da cultura, para Caldre e Fião, devem ser cultuados, doutrinados e ensinados em família. Até porque ele tem uma proposta em muitos momentos alternativa aos padrões da sociedade sul-rio-grandense. É papel do pai afastar a família da conduta desonrosa e dos desvios morais pela vigilância constante e pela educação cotidiana. E é o humanismo, o caráter iluminista de Caldre e Fião que se manifesta nos conteúdos do seu programa pedagógico; mesmo que filtrado por grande moralismo, observemos a sua defesa da educação,

Soberbos palácios se levantariam à glória do homem, palácios cuja fachada se leria esta palavra sagrada – Humanidade – e onde todo o viandante encontraria um abrigo e para onde se refugiaria a população miserável que entulha as fétidas e imundas cidades, a gozar o fruto do seu trabalho. Entre esses homens, lembrados sempre de sua missão sobre a terra, não se moveriam desordens; e o crime, como um sonho terrível, seria a seus olhos um monstro detestável, sem que nenhum

---

<sup>259</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 25.

<sup>260</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 25.

com ele se familiarizasse. E quanto é fácil reformar a sociedade, banir os crimes e plantar a felicidade nesta morada terrestre! A educação e só a educação pode operar tão bons resultados.<sup>261</sup>

Os instrumentos de mudança, dos padrões inadequados da honra bárbara, somente poderiam ocorrer em boa medida pela educação, pelo disciplinamento cotidiano dos instintos pela consciência civilizada. Para isso além das preleções do chefe de família, era necessário: a prática do trabalho manual, o exercício da caridade – que servia tanto como aprendizado de desprendimento e doação como exemplificava a situação dos que não seguiam as normas sociais. Mas também era preciso elevar o espírito e estimular a espiritualidade, para isso a música era a melhor experiência. Como nos mostra, Caldre e Fião em um final de dia,

A noite vinha trazer a recompensa dos trabalhos do dia: os indigentes afluíam para receber e agradecer benefícios. Edélia erguia sua voz meiga e tocante, cantando as ações virtuosas de seus maiores. Aníbal a acompanhava no piano, subordinando o teclado à ligeireza de seus pequenos dedos e Acácio modulava na flauta a canção que eles desempenhavam com tanta magia. Quem continuamente vive engolfado nos corruptos prazeres, quem sofre o abalo de sensações fortes, destruindo o princípio reativo da vida, não pode jamais apreciar devidamente o prazer das sensações brandas que em nós produzem a harmonia, cadência e ligação dos sons musicais.<sup>262</sup>

Tudo essa fruição ao som do simbólico piano, instrumento típico da burguesia e da estabilidade financeira. Portanto, se sabemos que qualquer possibilidade de prestígio social só é possível com honra. Mas prestígio social só existe com alguns requisitos, um deles são os atributos materiais, a família deve contar com alguma riqueza, além da presença de filhos varões – para protegê-la, aumentá-la e para que exista a transmissão dos bens de família.<sup>263</sup> De fato, a própria honra, como outros atributos que rendem prestígio social como a

---

<sup>261</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 25.

<sup>262</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 26.

<sup>263</sup> CAMPBELL, J. K. A Honra e o diabo. In: PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 116.

qualidade dos matrimônios e a possibilidade de exibição pública do orgulho – com festas, participação em procissões, contribuições à comunidade –, dependem da riqueza da família. A família de Caldre e Fião, através de seu chefe, assim dispõe do seu sustento,

As rendas de Paulo eram suficientes para as despesas da família e a economia lhes ministrava os meios para acorrer aos casos extraordinários.<sup>264</sup>

Mesmo para os que tinham uma vida quase contemplativa, eram necessários recursos materiais para o seu sustento. Apesar de não explicar melhor a origem das rendas de Paulo, Caldre e Fião coloca a família em situação confortável e os afasta da necessidade cotidiana do trabalho. Além do que, não se reconhece honra em famílias de pobreza extrema mesmo que não possam ser positivamente acusadas de desonra. No dizer de Campbell,

incidentes pequenos, que não são, em si próprios, exatamente questões de honra, são explorados pela comunidade para mostrar como, se certa família fosse posta em circunstâncias de ter que defender a sua honra, certamente não o faria. Essas são famílias “perdidas” quer moral quer materialmente.<sup>265</sup>

Assim que não falta na descrição familiar a presença de “alguns escravos e entre eles Suzana, fiel depositária dos segredos domésticos”.<sup>266</sup> Em uma sociedade escravocrata, a propriedade de escravos é a prova externa máxima da estabilidade financeira. Desta forma, pode-se questionar o estatuto da escravidão, tratar bem aos escravos, “inserir-los” entre os íntimos da família, ser mesmo abolicionista – como era o caso do escritor Caldre e Fião –, mas não se pode fugir do padrão social de sucesso econômico e do *status* social de ser um honrado proprietário.

---

<sup>264</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 26.

<sup>265</sup> CAMPBELL, J. K. A Honra e o diabo. In: PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 116-117.

<sup>266</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 24.

O *status* de qualquer família depende de fatores morais e de fatores materiais. Idealmente, a divisão dos sexos é objetiva: cabe ao homem assegurar a sobrevivência material e, se possível, a prosperidade da família; cabe à mulher garantir que permaneça intacta a sua integridade moral. A falência do marido e o adultério da mulher são situações limites que podem levar uma família à derrocada. Cada família real procura aproximar-se deste modelo ideal, mas, evidentemente, a tarefa é menos árdua para as famílias mais prósperas.<sup>267</sup> Assim, enquanto o sistema de valores ideal parece ser o mesmo para todos os grupos da sociedade, as possibilidades de viver de acordo com ele variam substancialmente segundo a posição de cada família na estratificação social.

Portanto, um sistema de valores nunca é um código homogêneo de princípios abstratos a que obedecem todos os participantes de uma dada cultura e que pode ser extraído de um manual com o auxílio de perguntas hipotéticas, mas uma coleção de conceitos inter-relacionados e utilizados de maneira distinta pelos vários grupos sociais definidos por sexo, idade, classe, ocupação, em contextos que lhes conferem diferentes significados.<sup>268</sup>

Finaliza esse capítulo em que apresenta a família ideal com uma metáfora em que compara os bons e os maus, os que tem moral e os que não a tem, os sujeitos de honra e os desonrados. Assim que,

A vida do justo é como o ligeiro batel nas mansas águas do prateado Taquari, no calmoso estio, em noite de luar. Soprado meigamente pelas brandas auras perfumadas pelas flores das margens, voga tão brandamente e nem mesmo move a superfície das águas.<sup>269</sup>

Por outro lado, aquele que não tem honra, enfrenta dificuldades de toda ordem,

---

<sup>267</sup> PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha:** valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. XVIII-XIX.

<sup>268</sup> PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha:** valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 13-14.

<sup>269</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora.** 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 26.

A vida do mau é, pelo contrário, igual a armado iate na Lagoa dos Patos, lutando com o furor das ondas encapeladas pelos furiosos ventos, que depois de inútil e cansada resistência se quebra sobre os baixios do estreito ou sobre a arenosa Ponta de Cristóvão Pereira.<sup>270</sup>

Cabe ao sul-rio-grandense, através de uma vida honrada conduzir nas águas calmas da boa moral, só assim poderá fazer parte do projeto de construção da nação. E esse cidadão sul-rio-grandense não existe individualmente, ele só terá sentido social se pertencer a uma família com honra. Afinal, a família é considerada a base da sociedade, para uma pátria honrada, precisaríamos de famílias honradas.

### **Os desonrados vilões e seu assédio as doces donzelas**

Tanto em *A Divina Pastora* como em *O Corsário* para que o bem prevaleça o mal deve ser combatido. Para que isso aconteça são apresentados vilões que consagram o tipo do homem sem honra, sem moral e que não respeita nem as leis dos homens, nem os mandamentos cristãos. Além de cometer desvios de conduta de toda a ordem, a maior ameaça que representam para a sociedade é não respeitarem a castidade das donzelas. Usam de todos os meios e subterfúgios para conquistarem a confiança, alcançarem os prazeres do pecado e, imediatamente, abandonar em desgraça a moça desonrada.

O vilão de *A Divina Pastora* aparece descrito desta forma,

Esta personagem é Francisco d'Albuquerque Soares, jovem sem recomendação moral alguma na sociedade; amado, porém, por suas

---

<sup>270</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 26.

bezas físicas, ele pavoneia-se alegremente nos salões brilhantes onde, com profusão, gastando os imensos cabedais que lhe vieram de uma rica herança é admirado do casquilho papalvo, rodeado do refinado tratante peralvilho, convidado dos pais corruptos e arruinados da fortuna, obsequiado pelo magistrado venal e considerado pelas jovens levianas que as aparências tomam por realidades. Em poucas palavras: Francisco rico e bonito é alguma coisa no mundo imoral, mas nada entre os homens de entendimento reto. Para mim Francisco é um desses cujo fim está nas forças moleculares que o compõem e que tem a causa de suas ações no instinto, sem a menor distinção dos brutos.<sup>271</sup>

Não muito distante do vilão Francisco está o respectivo vilão de *O Corsário*, o famigerado Vanzini, descrito desta maneira, em sua primeira aparição como sobrevivente de um naufrágio,

Seu corpo era pequeno e delgado; sua face, seus olhos e seus lábios, apesar de uma expressão de tristeza bem pronunciada, respiravam a voluptuosidade dos homens acostumados incessantemente aos desordenados prazeres da vida; seus cabelos sem ordem, mas finos e anelados; sua mão delicada e sua roupa molhada não deixavam de mostrar que ele era um homem de jerarquia superior na sociedade; um fino colar de ouro lhe pendia do pescoço, prendendo um rico relógio de ouro encravado de diamantes: ele respirava e estava entregue ao sono, esse generoso restaurador das perdidas forças (...) <sup>272</sup>

Em se tratando do universo masculino o trabalho é alçado à condição de valor a partir do qual se pode julgar o mérito pessoal. Uma forma de distinção entre os personagens masculinos do romance está no fato de um deles ter adquirido a riqueza que possui por meio de herança em oposição as personagens que se dedicam aos estudos, ao trabalho e a vida reta. No contexto do romance, Francisco não merece o que possui em termos de bens materiais, pois estes foram conseguidos com os esforços de outrem. Nesse sentido, o

---

<sup>271</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 61-62.

<sup>272</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 37.

trabalho e o esforço pessoal (mérito) sobrepujam as riquezas materiais em termos valorativos.

Todos os símbolos de pertencimento a uma “jerarquia superior” se não estiverem acompanhados de um proceder honrado, serão nada mais do que indicadores da degradação moral, do ceder às mundanas sensações. Que só seduzem aos que não tem firmeza moral, “os pais corruptos”, “o magistrado venal” e “as jovens levianas” que se deixam enganar pelas aparências.

Para o homem ser digno de honra, Caldre e Fião lhe impõe o domínio dos desejos carnisais, das “forças moleculares que o compõem e que tem a causa de suas ações no instinto”, é imperioso o uso da razão, ou será um homem “sem a menor distinção dos brutos”. Esses desonrados “respiravam a voluptuosidade dos homens acostumados incessantemente aos desordenados prazeres da vida”. Ou seja, por mais que os personagens possam dissimular seus sentimentos em diversas situações de convívio social, o autor os elabora de forma que seja possível identificar, por sua aparência e seu comportamento exterior, quais são os valores que orientam a suas condutas. A honra é julgada pela exteriorização dos comportamentos individuais, suas virtudes e seus vícios.

Sempre defendendo a pureza do monarca das coxilhas nos mostra como a transformação do vestuário simboliza a incorporação dos valores degradados da cidade e de uma elite descompromissada dos valores morais. A metamorfose é artificial, os arranjos não combinariam com o ambiente da província sulina, veja-se que

Os belos e lindos trajes de monarca das coxilhas foram mudados pela casaca e mais incômodas roupas de um palaciano que se ufana nos saraus da cidade; suas ocupações diárias do campo não mais o entretiveram: trocou o laço pelas brancas luvas de camurça, as rédeas pela bengala e luneta, os estribos pelos envernizados sapatinhos franceses, o poncho pela casaca e o chapéu desabado pelo lustroso

chapéu da fábrica Mr. de tal. Tornado assim um verdadeiro casquilho...<sup>273</sup>

Essa valorização do estar na moda, investir na aparência, como são os verdadeiros casquilhos, além de deslocada, pois são vestes para um ambiente refinado e urbano, adquirem a função de instrumento de sedução das jovens virgens desinformadas que caem nas armadilhas dos sedutores em trajes da moda.

Também vale ressaltar que pertencer às classes altas, neste caso, vai um pouco além de ser bem-nascido ou ter boas vestimentas. O conceito de elite/classes altas tradicionalmente se mescla com as noções de nobreza de nascimento, de ordem social, e a nobreza de coração e alma. Em outras palavras, ser nobre é tanto ter berço quanto ser essencialmente uma boa e virtuosa criatura. Numa perspectiva romanesca, tais qualidades são acentuadas, como parte da idealização que caracteriza o gênero – de modo que se possa diferenciar com clareza o que (ou quem) é bom do que (ou quem) é mau. Como podemos ver, é precisamente o que se dá em tanto em *A Divina Pastora* como em *O Corsário*, quando temos o típico exemplo dos heróis que apesar de serem de condição social inferior ou não pertencer à nobreza tem atitudes honradas.

Também ocorre, é o caso do personagem do imigrante Hendrichs em *A Divina Pastora*, da descoberta de suas origens no final da narrativa ou em um momento chave, na verdade, vem somente confirmar o que o leitor já sabe a seu respeito: ele é um autêntico fidalgo, pois tem berço e bom coração. Hendrichs havia servido ao príncipe da Austria, era um nobre que caindo em desgraça na corte emigrara para o Brasil. O narrador não se cansa de apontar indícios desse fato, já que, a despeito singeleza da descrição inicial, Hendrichs vai se revelando como um homem de índole benigna, de grande cultura e capaz de grandes

---

<sup>273</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. *A divina Pastora*. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 134.

ensinamentos morais ao jovem personagem Almênio. Esse aspecto que remete a uma característica do romanesco é o fato de que, ao fim e ao cabo, o protagonista em tem ascendência fidalga, seja de berço, de coração ou da cultura – afinal, o sul-rio-grandense é um rei, é o *monarca das coxilhas*. É o que Frye chama de a "força do sangue": A hero may appear to be of low social origin, but if he is a real hero he is likely to be revealed at the end of the story as belonging to the gentry.<sup>274</sup>

Por outro lado, essa sociedade de cacoetes de moda, para Caldre e Fião é uma sociedade banhada pela hipocrisia, onde de um lado permite que transitem Franciscos e Vanzinis, deixando as frágeis donzelas a sua mercê. O simples fato de serem vistas em companhia dos seres ignóbeis com a sua fama de desonradores já era maléfica. Os estragos poderiam ser irreparáveis para a honra das moças virgens. Uma vez que bastava a suspeita da desonra, por si só, já era prova mais do que suficiente para a execração pública e a condenação a uma vida de mulher indigna, sem direito a ser inserida em uma família decente e a ter um casamento de acordo com o que ditavam as regras sociais:

(...) para a desonra passar em julgado na opinião pública é desnecessária a evidência. A verossimilhança faz prova plena. Perdesse, muito embora, a mulher a sua honra em virtude de violências nada importa.<sup>275</sup>

Os manuais de bons costumes preconizavam um comportamento recatado para as mulheres, no qual as próprias vestimentas eram reflexo da sua conduta moral honrada. Colocava sob suspeição e, já prestes a se desencaminhar, as jovens que trilhavam os caminhos do “bem vestir”,

---

<sup>274</sup> “Um herói pode aparentar ter uma origem social baixa, mas, se é um herói genuíno, é provável que ao final do relato se revele que ele pertence à fidalguia”, in: FRYE, Northrop. **The secular scripture**. A study of structure of romance. Cambridge: Harvard University Press, 1976, p. 161.

<sup>275</sup> PRAÇA, José Joaquim Lopes. **A mulher e a vida ou a mulher considerada debaixo dos seus principaes aspetos**. Livraria Portuguesa: Coimbra, 1872, p. 141.

As que só pensão em trajes, e se occupão todo um dia da ultima moda, raras vezes são mulheres uteis, nem são dignas do apreço dos homens. Não he facil que se conservem por muito tempo innocentes, aquellas que tem um desejo desmedido de agradar; e em tal caso não he injustiça o julgal-as com severidade. Na escolha dos trajes deve a mulher consultar a simplicidade; busquem adornos pomposos as que desejão occultar debaixo d'elles os rigores da natureza.<sup>276</sup>

A singeleza da simplicidade, a atenuação dos instintos naturais, a domesticação dos rigores da natureza, é o que se exigia da mulher donzela, ou melhor, de toda a mulher que prezasse sua honra. E essa característica negativa da mulher, de não se exhibir, de não chamar a atenção, não exigia uma contrapartida igual dos homens, não afetava o vestuário dos homens, que era usado para chamar a atenção, ou seja, para seduzir, uma vez que

o complexo honra-vergonha dá aos homens uma ampla liberdade sexual, ao passo que exige das mulheres a castidade e a submissão à autoridade masculina. A mulher não possui honra, somente vergonha; a honra do homem depende em grande escala da habilidade em impor autoridade e defender a honestidade sexual das mulheres da família.<sup>277</sup>

E para preservar a honra do homem, da família, a mulher donzela deveria controlar todos os seus comportamentos públicos, qualquer mínima insinuação de desejo em público, poderia levar a uma situação de questionamento da honorabilidade e da pureza da virgem. Para tanto, novamente os manuais ensinavam que, depois de uma vestimenta recatada, os olhares deveriam ser guardados na castidade, pois que,

---

<sup>276</sup> URCULLU, D. José de. **Lições De Boa Moral de Virtude e de Urbanidade**. Rio de Janeiro: A. Freitas Guimarães & C.a., 1848, p. 100. [Aos pais e mãis de família verdadeiramente empenhados na boa educação de seus filhos e filhas; Tradução de Francisco Freire Carvalho]

<sup>277</sup> CAULFIELD, S. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. São Paulo: UNICAMP, 2000, p. 46.

As vistas anunciação, sem querer, o que se passa no coração; faze por isso que nas tuas só se veja a expressão da modéstia, e para que melhor o possas conseguir, sê em verdade modesta: huma vista atrevida em huma mulher he cousa que repugna com seu sexo. Sobretudo não busques as dos homens; hum tal costume procede da depravação do coração; e se por casualidade o praticares, ou por mera advertência, confundir-te-ão com aquellas cujos costumes estão já estragados.<sup>278</sup>

Em uma sociedade na qual até um lance de vista feminino, “huma vista atrevida em huma mulher he cousa que repugna com seu sexo”, pode causar problemas e julgamentos morais. Poderia colocá-la junto “aquellas cujos costumes estão já estragados”. Construía uma aura de desafio para a conquista, para vencer os infindáveis sistemas de controle do universo das moças casadoiras. Desta forma, os personagens Francisco no primeiro romance e Vanzini no segundo, são os protótipos do Don Juan, pautam suas vidas em colecionar conquistas amorosas efêmeras. E se isso os torna, dentro dos ditames de honra da sociedade oitocentista, figuras reprováveis; por outro lado, lhes dá a aura de conquistadores do coração feminino, e lhes rende fama no universo masculino. São esses personagens que mobilizavam a trama romanesca, com a sua capacidade de mexer com os outros personagens a ponto de tantos desejarem a sua morte. Os seus comportamentos colocam em cheque as escolhas da sociedade e nos possibilitam visualizar os padrões aceitáveis de comportamento moral.

Caro Baroja tenta compreender por que é que a personalidade do Don Juan exerce tão grande fascínio. A sua explicação é que Don Juan é o produto literário de uma sociedade na qual o prestígio pessoal (ou a falta dele) exercia “uma influência obsessiva”. Assim, Don Juan leva seus atos até as últimas consequências e “como a honra e a vergonha do sexo feminino constituíam tão

---

<sup>278</sup> URCULLU, D. José de. **Lições De Boa Moral de Virtude e de Urbanidade**. Rio de Janeiro: A. Freitas Guimarães & C.a., 1848, p. 150. [Aos pais e mãis de família verdadeiramente empenhados na boa educação de seus filhos e filhas; Tradução de Francisco Freire Carvalho]

grande preocupação para as suas famílias, a demonstração da supremacia pessoal” na prática da sedução constituía “um triunfo dos mais notáveis”. Baroja vai além e diz “os feitos que mais se admiram num homem são os que exigem esforço, coragem e desdém da morte”.<sup>279</sup> Desta forma, o comportamento que para Caldre e Fião é condenável, sob outra perspectiva produziria uma valoração positiva no campo da honra masculina.

### Um ato extremado em defesa da honra: o filicídio

Em *A Divina Pastora* temos um relato violento, que pode parecer radical e sem sentido para a sociedade em que vivemos. Um pai confrontado com situação em que seu filho é acusado de ladrão. Acusação feita por um seu amigo de confiança, que fora roubado por um salteador disfarçado, e que em nome da amizade e da honra vai avisar ao pai, antes que às autoridades. Imediatamente o pai, acompanhado do amigo, inicia imediata e rápida investigação. Verifica que a denúncia é verdadeira: as provas estão no quarto do jovem. Eis o que se sucede (na narração do pai):

O meu amigo abaixou os olhos e não me respondeu nada.  
– E ele dorme!... exclamei tremendo de raiva em uma convulsão espantosa; e pode um ladrão dormir assim tranquilo!... Um ladrão!... Um salteador!... E lançando arrebatadamente mão de uma das pistolas, engatilhei-a e, antes que meu amigo pudesse estorvar-me, descarreguei-a contra a cabeça de meu filho e a fiz em pedaços.<sup>280</sup>

---

<sup>279</sup> PERISTIANY, J. G. Introdução. In: PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 6.

<sup>280</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 102.

Certamente, esta brutal cena não é comum em nossos dias. Muito menos por esse motivo. Afinal, o amor aos filhos é um valor quase absoluto, o filicídio está entre os crimes considerados hediondos. Que valor levaria o pai a matar o filho, no lugar de entregá-lo às autoridades? Para o autor do romance, é a honra.

Este é mais um dos momentos em que podemos nos acercar do tema da honra masculina. Acreditamos que sempre existem possibilidades nos projetos morais propostos por determinados grupos para certas sociedades; e quando esses padrões são colocados em teste, é o momento de sua reafirmação e/ou resignificação, um desses momentos privilegiados é quando a honra é afrontada. Ou seja, é quando podemos analisar como se dão as respostas – tanto as violentas como as judiciais – aos conflitos interpessoais que se originam a partir de palavras, atitudes e gestos considerados como insultantes.

Para melhor compreendermos o episódio, é necessária uma breve incursão no campo da historiografia da criminalidade e da justiça criminal, ressalvamos que o campo tem se amplificado grandemente, para além da tradicional produção de juristas e historiadores amadores, no mínimo há duas décadas são muitos os pesquisadores no Brasil e na América Latina que tomam essa temática como desafio interpretativo para uma compreensão das sociedades brasileira<sup>281</sup> e latino-americanas<sup>282</sup> e, em particular, gaúcha.<sup>283</sup>

---

<sup>281</sup> BRETAS, Marcos Luiz. As empadas do confeitiro Imaginário: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 15, nº1, janeiro/junho 2002, p. 7-22; BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. In: **BIB**, n. 32, 2º sem., 1991, p. 49-61.

<sup>282</sup> AGUIRRE, Carlos. Crime and Punishment in Latin America History: A Bibliographical Essay. In: AGUIRRE, Carlos; BUFFINGTON, Robert (Eds.). **Reconstructing Criminality in Latin America**. Wilmington, DE: Scholarly Resources Books, 2000, 241-250.

<sup>283</sup> Sem deixar de citar a farta produção vinculada aos programas de pós-graduação gaúchos; ver entre outros: AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A Negra Forca da Princesa: Polícia, Pena de Morte e Correção em Pelotas (1830-1857)**. Pelotas: Edição do Autor; Sebo Icária, 2008; LIMA, Solimar Oliveira. **Triste Pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciárias no Rio Grande do Sul – 1818-1833**. Porto Alegre: IEL/EDIPUCRS, 1997; MAUCH, Cláudia. **Ordem Pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos do século XIX**. São

Antes de chegarmos aos nossos personagens e ao crime em si. Tratem-se de tipificá-lo. Para além do óbvio, o que é um filicídio? Poderíamos conceituar filicídio como o ato que se refere à morte de uma ou mais crianças por um, ou ambos os pais, independentemente da idade da vítima. Existe alguma controvérsia a este respeito, considera-se aqui a definição operacional de filicídio, incluindo o neonaticídio e o infanticídio, e subsequentemente todos os casos em que o filho é morto pelo(s) pai(s).<sup>284</sup> Apesar de causar uma grande celeuma quando vem a público um caso concreto, o filicídio ocorre corriqueiramente na sociedade ocidental contemporânea. Tendemos a particularizar cada um dos eventos, que de fato são mais comuns que imaginamos, acreditamos que seja uma ruptura com o que conhecemos da humanidade. O amor parental e, especificamente, o amor materno são dados como inquestionáveis na cultura ocidental.<sup>285</sup> Portanto, a possibilidade de um pai fazer mal a um seu filho não é geralmente considerada. No entanto, o filicídio

é um fenômeno transcultural que remonta aos primórdios da humanidade; as suas causas são diversas: controle populacional, ilegitimidade, incapacidade da mãe para tratar da criança, desejo de poder ou dinheiro, superstição, deficiências congênitas ou sacrifício ritual.<sup>286</sup>

Basta lembrarmos que na Roma Antiga, por exemplo, o *patria potestas*, dava aos pais o direito legal de matar os filhos em certas circunstâncias, pois a criança era propriedade dos pais. É o cristianismo, por volta do ano 300, grandemente influenciado pela lei judaica, que começa a ver o filicídio como um

---

Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001; e SILVA, Roger Costa de. **Muzungas: consumo e manuseio de químicas por escravos e libertos no Rio Grande do Sul (1828-1888)**. Pelotas: EDUCAT, 2001; assim como é notável a dinamicidade do GT História do Crime e da Justiça Criminal da ANPUH-RS.

<sup>284</sup> Ver mais em FREIRE, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Bárbara. Filicídio: Incidência e factores associados. **Análise Psicológica** (2006), 4 (XXIV): 437-446.

<sup>285</sup> Para o mito do amor materno, ver BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

<sup>286</sup> FREIRE, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Bárbara. Filicídio: Incidência e factores associados. **Análise Psicológica** (2006), 4 (XXIV), p. 438.

crime. Porém, não podemos esquecer que outras culturas desenvolveram outro tipo de atitudes em relação ao assassinio de crianças. As opiniões acerca do filicídio

mudaram como uma montanha russa ao longo dos últimos 450 anos; começou por ser indulgente, depois severa e novamente indulgente. A tendência actual indica que a apreciação está a mudar na direcção da severidade.<sup>287</sup>

Um dos principais pontos de análise dos filicídios pela historiografia latino-americana, que estuda fins do século XIX e inícios do XX, tem sido a defesa da honra pela mulher como a motivação do crime. Na maioria das análises, a honra e a maternidade tornam-se o argumento central dos casos do filicídio, justamente pelo fato de que este era definido como um crime de desonra e como crime contra a excelência da maternidade. Para o caso da Argentina, por exemplo, o assassinato, quer por negligência ou violência, de uma criança pela mãe "para a finalidade de dissimular a sua desonra" tinha sua sanção atenuada.<sup>288</sup> Esta indulgência, em parte, refletia

el estadio de desarrollo de Argentina y la influencia de los códigos legales y modelos culturales extranjeros. La clemencia y la preocupación por legitimar la maternidad eran vistas como señales de actitudes más "modernas". Los códigos legales que incorporaron estas actitudes se adaptaban bien al objetivo de la nación argentina de establecerse como una de las más "civilizadas" del mundo. El código penal de 1887, que reemplazó las penas prefijadas por un rango de penas según el crimen, dió a los jueces la necesaria flexibilidad para tener más en cuenta en sus deliberaciones el honor, la vergüenza y el sentimiento materno en los casos de infanticidio. Las referencias a la civilización y a la modernidad aparecen frecuentemente no sólo en este código sino también en las investigaciones criminales mismas, donde

---

<sup>287</sup> FREIRE, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Bárbara. Filicídio: Incidência e factores associados. **Análise Psicológica** (2006), 4 (XXIV), p. 439.

<sup>288</sup> RUGGIERO, Kristin. Honor, Maternity, and the Disciplining of Women: Infanticide in Late nineteenth-Century Buenos Aires. **Hispanic American Historical Review**, 72:3, August/ 1992.

jueces, abogados, testigos y la acusada dicen pensar y actuar de forma “moderna”, “racional” y “científica” de acuerdo con los esfuerzos de la nación argentina por romper con su pasado “bárbaro”.<sup>289</sup>

O filicídio é seguidamente considerado um crime tipicamente feminino. Essa caracterização de gênero serve frequentemente de explicação para o fato de que, na segunda metade do século XIX em grande parte do mundo ocidental, o crime deixou de ser um crime capital para um status de menor gravidade. Diz-se que esta atenuação foi devido à condição infeliz das assassinas e os trabalhos históricos as tem retratado geralmente como uma mulher seduzida e abandonada.<sup>290</sup> Ainda temos os estudos dos filicídios cometidos por mulheres escravas como forma de resistência ou negação da servidão.<sup>291</sup>

Por outro lado, recentes trabalhos comprovam que o filicídio estava longe de ser uma exclusividade das mães. Um recente trabalho com foco na Itália demonstra que o abrandamento punitivo previsto na lei italiana para os casos de filicídio, a partir do primeiro Código Penal de 1890, não era para favorecer as assassinas. A motivação de uma punição leve era, principalmente, para o benefício dos homens que mataram seu filho para defender a honra do sexo masculino. Isto foi ainda mais visível nos termos da legislação fascista de 1930 e até 1981, quando a circunstância atenuante de honra foi abolida.<sup>292</sup>

---

<sup>289</sup> RUGGIERO, Kristin. Honor, maternidad y el disciplinamiento de las mujeres: infanticidio en el Buenos Aires de finales del siglo XIX. In: FLETCHER, Lea (Org.). **Mujeres y cultura en la Argentina del siglo XIX**. Buenos Aires: Feminaria, 1994, p. 227-228.

<sup>290</sup> SPECKMAN GUERRA, Elisa. Morir a manos de una mujer: homicidas e infanticidas en el porfiriato. In: CASTRO, Felipe; TERAZAS, Marcela (Coords.). **Disidencia y disidentes en la Historia de México**. México: UNAM, 2003, p. 298.

<sup>291</sup> SOULODRE-LA FRANCE, R. “Por el Amor!” Child Killing in Colonial Nueva Granada. In: **Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies**, v. 23, n. 1, 2002, p. 87-88.

<sup>292</sup> GUARNIERI, Patrizia. Men Committing Female Crime: Infanticide, family and honor in Italy, 1890-1981. *Crime, History & Societies*, Vol. 13, n°2, 2009. Acessada em 05/jun/2010. URL: <http://chs.revues.org/index1108.html>.

Por fim, vamos ao ato criminoso em tela. Ele encontra-se descrito em um episódio do romance *A Divina Pastora* de Caldre e Fião. O filicídio cometido pelo personagem alcunhado Colomin. Começa a narração com a descrição do ambiente e das pessoas envolvidas:

Um meu amigo entrou em minha casa, que era cômoda, e me pediu o abrigasse de uma tenebrosa noite e de uma chuva medonha. Este amigo e meu antigo vizinho acabava de vender uma *fazenda* sua e retirava-se para a povoação de São José do Norte com uma porção de dinheiro em *onças e patações*; ele aceitou de bom grado a nossa ceia e meu filho o serviu com um prazer que me agradou muito. Aconteceu porém que depois da ceia a chuva parasse e se tornasse tão claro e brilhante, e o meu amigo quisesse aproveitar tão bela ocasião de viagem. Despediu-se pois de nós e partiu.<sup>293</sup>

Tudo volta a normalidade no lar de Colomin, eis que:

Eu já dormia; era alta hora da noite, quando sinto bater e ouço a voz do nosso amigo; admirado fui abrir-lhe a porta.

- Que é isto, lhe perguntei apressado, o que vos fez voltar?

- Meu amigo, me tornou ele, eu caminhava absorvido em um letargo por esses campos e aproximava-me a um grande *capão*, quando vi sair dele um homem que me atravessou o cavalo adiante. O luar claro me fez ver que ele trazia o rosto pintado de preto: “o dinheiro ou a vida!” me disse ele com uma voz desfigurada, apresentando-me as bocas de duas pistolas. Tirei à pressa uma pistola da *guaiaca* e ia dar ao gatilho, quando uma súbita reflexão me fez cair o braço. “O meu dinheiro? respondi, tirando o dinheiro da *guaiaca*; aqui o tendes.” O desconhecido recebeu-o e desapareceu. Meu amigo, continuou ele dificultosamente, essa pessoa que me acometeu junto ao *capão*... o som de sua voz, a figura, o que pude descobrir das feições do ladrão através da tinta negra de que estavam cobertas, tudo me fez despertar um terrível pensamento. Tenho quase a firme convicção de que me não engano... Contudo a nossa amizade e a tua honra...<sup>294</sup>

Este é o momento chave em que Colomin deve decidir se enfrenta a situação e coloca em risco a possibilidade de uma resolução negativa, ou

---

<sup>293</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 101.

<sup>294</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 101.

defende a integridade de seu filho, colocando como aval a sua honorabilidade, já sinalizada pelo amigo. Mas era necessário deixar a situação mais clara.

- Que me queres dizer? Explica-te bradei eu.
- Um rapaz imprudente, talvez seduzido.
- Fala, não me atormentes mais.
- Escuta, me disse compungido o amigo. Fazem-se muitas queixas de teu filho e... Desculpa-me, porém a amizade que te tenho... e para que possas prevenir...<sup>295</sup>

Agora, confrontado com a publicidade dos descaminhos de seu filho, não existe mais solução senão a do esclarecimento pleno. Pois, como aponta Miller,

a honra é, acima de tudo, uma questão de sensibilidade da experiência de humilhação e vergonha, uma sensibilidade manifestada pelo desejo de ser invejado por outros e a propensão para a inveja do sucesso dos outros. (...) A pessoa honrada é aquele cuja autoestima e posição social está intimamente dependente da estima ou a inveja que ele ou ela realmente provoca nos outros.<sup>296</sup>

Assim, Colomin interpela o amigo:

- Acaba! Bradei eu.
- Pois bem, meu pobre amigo, suspeito...
- Que foi ele?... Meu filho?
- Sossega-te, poderemos desenganar-nos sem fazermos estrondo. Talvez apenas uma semelhança de figura me iludisse. Se ele estiver na cama...
- Segue-me, respondi arrebatadamente. Acendi uma vela e dirigi-me ao quarto de meu filho.

<sup>295</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 101.

<sup>296</sup> MILLER, Willian Ian. **Humiliation and other essays on Honor, Social Discomfort, and Violence**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1993, p. 84.

A porta não estava fechada; ambos entramos. Meu filho, deitado na cama, dormia profundo sono. Eu, que tremia com violência, para me afirmar, examinei-o de perto e, sentindo aliviar-se-me um enorme peso que estava sobre meu coração, soltei um longo suspiro. O meu amigo abaixou a cabeça e ficou em silêncio. A incerteza tornou a apoderar-se de mim e inquieto corri com os olhos todos os cantos do quarto. Uma toalha suja de grandes manchas negras se me ofereceu à vista sobre um banco. Examinei tudo com mais atenção e descobri debaixo do travesseiro de meu filho duas pistolas e uma grande porção de moedas metálicas.<sup>297</sup>

O amigo ainda tenta a contemporização:

- Isto não são ainda provas decisivas, disse o meu amigo, vendo as terríveis contrações que eu experimentava; além do que eu vinha a cavalo e ele não podia ter chegado com tanta antecedência.

- Indo pela *restinga*, lhe disse, e atravessando a *sanga*, o caminho é atalho e muito curto... Olha, eis aqui suas calças e suas botas ensopadas de água e respingadas de lama.

O meu amigo abaixou os olhos e não me respondeu nada.<sup>298</sup>

Em uma sociedade em que a honra é um valor maior, não restava solução que não uma que fosse radical e definitiva. O ritual e o espetáculo faziam parte do código de honra a ser mantido. Afinal,

honra foi mais do que um conjunto de regras que regem o comportamento. Foi o seu próprio ser. Porque em uma cultura baseada na honra não havia autorrespeito independente do respeito dos outros... que não tenha sido confirmado publicamente.<sup>299</sup>

A cena do filho desonesto, no seio de sua própria casa, horroriza ainda mais o pai, que diz,

- E ele dorme!... exclamei tremendo de raiva em uma convulsão espantosa; e pode um ladrão dormir assim tranquilo!... Um ladrão!... Um salteador!... E lançando arbatadamente mão de uma das pistolas,

<sup>297</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 102.

<sup>298</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 102.

<sup>299</sup> MILLER, Willian Ian. **Humiliation and other essays on Honor, Social Discomfort, and Violence**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1993, p. 116.

engatilhei-a e, antes que o meu amigo pudesse estorvar-me, descarreguei-a contra a cabeça de meu filho e a fiz em pedaços.<sup>300</sup>

Essa parecia, no desenrolar dos acontecimentos, a única solução para a manutenção da honra de Colomin e de sua família frente a sociedade em que viviam. E, principalmente, era a possibilidade da manutenção da honra do pai, do esposo e do homem, uma vez que só quem a detinha, e, portanto, podia colocá-la em risco, perdê-la ou mantê-la eram os homens.

Caldre e Fião, no entanto, condena seu personagem a um martírio como pena pelo ato extremado.

- E depois? Perguntou Almênio.

Depois, continuou Colomim com muita pausa e com uma voz pesada e dolorosa, fugi... Abandonei tudo quanto tinha de caro sobre a terra... Não vi mais Maria e nem o outro meu filho... Não vi mais minha família... Fiz-me soldado... Tenho em vão buscado a morte nos combates... Ah!... a morte!... Como ela me seria doce...<sup>301</sup>

Abre-se aqui uma possibilidade para discutirmos dois modelos de honra, justiça e, principalmente, direito ao uso da violência. O do personagem Colomin, encarado como a barbárie e a do autor que propõe uma saída civilizada, em família, religião e o Estado poderiam ser mais previdentes e atuantes para que a situação não chegasse a esse termo. Mas sua personagem principal, a divina pastora, finaliza o episódio com a seguinte afirmação:

- Desgraçado! Eis o que faz um mau filho! Bradou Edélia.

Ou seja, parecia que ser inexorável a resolução violenta para que a honra fosse repostada, mesmo que com isso todo o restante, a família, o casamento, os negócios se dissolvessem. Mais uma vez é a família, principalmente, na figura do pai, que falhou só se tem um mau filho em uma família desatenta aos cuidados com a educação moral. Mas acima de tudo Caldre e Fião quer demonstrar com a sina trágica de Colomim (que não acaba neste episódio) é que essa defesa violenta da honra não é mais adequada para os padrões civilizados. No entanto, até mesmo seus personagens mais emblemáticos, como a donzela Edélia e o

<sup>300</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 102.

<sup>301</sup> CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 102.

herói Almênio, justificam os atos do filicida e colocam a culpa no filho. Essa aparente contradição é uma daquelas famosas brechas ou frinchas para que os inquéritos historiográficos se densifiquem, parece o “real” estava se impondo no texto de Caldre e Fião, pelo menos aparece para debater com a sua proposta civilizadora. Para que ele mostre o seu projeto como melhor e mais adequado a uma sociedade civilizada, com uma honra baseada na moral esclarecida, na filantropia e no sentimento cristão, era necessário apresentar o outro lado, os códigos vigentes de honradez, nos quais os mecanismos de preservação poderiam ir aos mais radicais e trágicos atos.

Aqui cabe mais um comentário sobre os episódios violentos em defesa da honra cometidos por chefes de família, como o filicídio descrito por Caldre e Fião. O que se tem na literatura sobre honra é que sempre que o homem chega a posição de chefe de família ele age de forma mais cautelosa. A ponderação é necessária. Se para o jovem é ponto de honra responder aos insultos com a briga, com a resposta violenta e imediata, ao chefe de família cabe refletir se este ato é absolutamente necessário. Porque ele deve levar em consideração o que acontecerá a sua família se o matarem ou prenderem.

O apoio que sua família precisará estar limitado a parentes e amigos próximos, o que nem sempre é confiável. A solução é cultivar a esperteza como uma das qualidades fundamentais do homem casado, do chefe de família. Só ela, aliada à experiência, pode livrá-lo de confrontos violentos. Além de estar plenamente no domínio dos códigos de honra, o sujeito terá de ter rapidez de espírito, certa capacidade de previsão, e, além disso, talento para intrigar com astúcia e não negar-se a eficácia de pequenas mentiras. Em vários aspectos, a vida de chefe de família desafia muito mais o homem que o período de jovem e solteiro. “A conveniência e a honra têm que equilibrar-se de maneira a não por em risco a reputação – e isto nem sempre é fácil”. Só na sua maturidade e com a

reputação finalmente estabelecida é que um homem chega a um período da vida relativamente livre das disputas de honra.<sup>302</sup>

### **Estrangeiros e sul-rio-grandenses: diferentes concepções de honra**

A honra, como já vimos, nunca é dada de forma individualizada, ela é sempre uma avaliação do grupo social, da comunidade, em consonância com um sentimento internalizado nos indivíduos de um sentido de honra; da mescla desses dois movimentos surge as condutas práticas do comportamento honrado.<sup>303</sup> Em outras definições honra é definidora de hierarquias, como distinção e precedência.<sup>304</sup> Ainda pode ser entendida como um patamar básico de respeitabilidade, de acordo com regras fundamentais de uma dada comunidade, se o membro da comunidade cumpre com as regras gerais, ele tem honra.<sup>305</sup> Assim, o sujeito cumpridor da regras adquire um direito à honra, ao

---

<sup>302</sup> CAMPBELL, J. K. A Honra e o diabo. In: PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 120-121.

<sup>303</sup> STEWART, Frank Henderson. **Honor**. Chicago: University of Chicago Press, 1994, p. 9-21.

<sup>304</sup> PITT-RIVERS, J. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. p. 11-60; PITT-RIVERS, J. Honor. In: SILLS, David L. (ed.). **International Encyclopedia of the Social Sciences**. New York: Macmillan and Free Press, 1968. p. 503-11.

<sup>305</sup> CAMPBELL, J. K. **Honour, Family and Patronage**: A Study of Institutions and Moral Values in a Greek Mountain Community. Oxford: Clarendon Press, 1964, p. 268-297; STEWART, Frank Henderson. **Honor**. Chicago: University of Chicago Press, 1994, p. 9-21.

respeito coletivo.<sup>306</sup> Desta forma, a honra hierárquica constitui-se como uma forma de capital simbólico.<sup>307</sup>

Caldre e Fião nos mostra como em certas ocasiões se confrontam diferentes concepções de honra em um mesmo local, mas com agentes de culturas diferentes. Um dos casos é, mais uma vez, uma das histórias digressivas e moralizantes dos serões em família em *A Divina Pastora*, explica em rodapé que, “este fato apareceu escrito no Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, de 20 de Janeiro de 1847.”<sup>308</sup> Ou seja, uma inscrição do real acontecido, passado pela narrativa jornalística e após pela ótica das representações de Caldre e Fião. Ainda temos o mesmo episódio narrado por um viajante europeu do século XIX.<sup>309</sup> Agora arrisquemos nova transcrição e análise, no intuito de

---

<sup>306</sup> STEWART, Frank Henderson. **Honor**. Chicago: University of Chicago Press, 1994, p. 9-21.

<sup>307</sup> BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**. Precedido de três estudos de etnologia Kabila. Oeiras: Celta, 2002, p. 160-178.

<sup>308</sup> Com a indicação da fonte pelo autor foi possível localizar o texto, que realmente descreve a mesma cena. CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 108. Rodapé. A notícia na íntegra: “Pelo paquete de vapor Imperador, entrado hontem, recebemos folhas de Porto Alegre até 8 e do Rio Grande até 10 corrente. Uma carta do Rio Grande refere o seguinte e triste facto: “Um menino Rio-Grandense de 9 annos de idade que se occupava em guardar gado, havia entrado há outros tantos annos na estância de um Allemão para della enxotar, ao que parece, algumas rezes que a seu amo ou parentes pertencião; o Allemão estranhou-lhe, talvez com aspereza, este passo; mas recebendo algumas respostas que lhe não agradarão, julgou que convinha passar as vias de facto: amarrou o menino e applicou-lhe umas nove vergalhadas. Este, convencido da inutilidade de seus esforços para esquivar-se a tal barbaridade, sofreu-a resignado, mas despedio-se do seu verdugo, promettendo tirar delle completa vingança. A ameaça talvez provocasse então o riso do estancieiro; mas infelizmente foi pontualmente cumprida. Passarão 9 annos, como acima disse, e ha poucos dias que á mesma estância foi ter um moço de bella apparencia, forte e vigoroso, perguntando pelo proprietário della. Apresenta-se-lhe o Allemão; o moço apenas lhe pergunta se elle o conhece, e depois de ouvir a resposta pela negativa, accrescenta: “Sou o rapaz que há nove annos recebeu da sua mão nove vergalhadas: venho cumprir a minha promessa.” E puxando por uma faca, estende o Allemão a seus pés dando-lhe nove facadas. Em seguida foi entregar-se preso à autoridade competente, a quem narrou o facto, acrescentando que se não punha impunemente um vergalho no corpo de um Rio-Grandense,” in: **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1847.

<sup>309</sup> Esta mesma história aparece contada por Robert Avé-Lallemant, quando de sua viagem ao Rio Grande do Sul, no século XIX, “Recordo-me, a propósito, de uma história autêntica, do Rio grande. Um menino deixara sua vaca entrar na horta de um homem e estava procurando retirá-la quando este, desatendendo a rogos, o esboroou severamente. Isso não foi apenas um castigo, mas também uma

descobrir o confronto dos sistemas de honra envolvidos no conflito. O romancista começa a história assim:

- Se o víssemos, continuou Almênio, nós que somos Rio-Grandenses compreende-lo-íamos e o respeitáramos; mas um estrangeiro!...Oh! Um estrangeiro não o podia compreender. Ele estava a serviço de um seu parente e, no empenho de recolher-lhe o gado que se derramava na extensão das planícies e matas, esforçava-se com o maior zelo em cumprir a sua missão. Um dia atravessou além dos marcos de divisa do campo de seu amo e penetrou na estância de um alemão. Não é isto um crime porque as possessões não são valadas nem muradas e dão livre trânsito aos seus viajadores. Seu fim era recolher ao rodeio o gado de seu amo, cuja marca conhecia muito bem.<sup>310</sup>

Nesse primeiro momento, Caldre e Fião nos explica como funciona o sistema “tradicional” de exploração e gestão da pecuária extensiva no Rio Grande do Sul do século XIX. Mostra que o gado criado solto, dispersava-se por longas distâncias, ocasionalmente, invadindo propriedades alheias. Como esse fato era comum, o que se esperava era a compreensão e, até mesmo, a ajuda dos estancieiros vizinhos para a recolha do gado alçado para o rodeio de seu verdadeiro dono. Também indica que o trabalho começa desde a infância e que os primeiros empregadores eram membros da própria família. Tudo isto aconteceu antes dos eventos de cercamento dos campos sulinos.

O autor avança na narrativa:

---

ofensa; o menino era branco e não escravo. Jurou vingar-se do homem, ao que o outro riu. O jovem portou-se passivamente e retirou-se do lugar. Nove anos depois, chega um jovem muito bem montado diante da casa do homem e, segurando o cavalo, manda chamá-lo. Muito serenamente lhe pergunta se ele se lembra daquela história da vaca e do menino que ele surrara tão duramente. Rindo, responde o outro: ‘Sem dúvida. E o menino prometeu vingar-se’. – ‘Pois bem’ – disse o jovem – ‘eu sou aquele menino e hoje cumpro minha palavra’. E no mesmo momento atira no outro e foge. A história de uma vingança nascida na infância e amadurecida na juventude tornou a aparecer-me quando o capitão terminou suas histórias de facadas e fomos comer nosso modesto jantar”, In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul**. São Paulo/ Belo Horizonte: EDUSP/ Itatiaia, 1980, p. 241.

<sup>310</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 109-111.

O Alemão estranhou-lhe um ato bem indiferente entre nós que jamais suscitaria uma dúvida entre estancieiros da nossa nação. O menino era altivo por natureza, como são os Rio-Grandenses em geral, e exprobo-lhe a sua grosseria sem razão; ele estava apoiado, ao seu ver, em bases sólidas de justiça, pois buscava aquilo que pertencia a seu amo e que por ele lhe tinha sido confiado; e fora só obedecendo o uso estabelecido que penetrara em campos abertos e invadidos por todos quantos apraziam transitar por eles. O Alemão tinha à suas ordens os peões da estância e resolveu castigar este menino; mandou amarrá-lo pois a uma árvore e deu-lhe nove vergalhadas.<sup>311</sup>

Aqui se declara o conflito e a desigualdade entre as partes, que é um dos mais graves atentados aos homens honrados, oferecer o combate desleal. O menino além de, na sua concepção, não estar incorrendo em falta alguma é admoestado e surrado por homens adultos e em número maior. Usando de um castigo tradicionalmente de escravos, dos não cidadãos. Para Caldre e Fião é um conflito de culturas, daí a necessidade de acompanharmos os processos de colonização com estrangeiros. Mas, atribuir toda a violência exclusivamente à desinformação ou diferença cultural do “alemão” é um pouco de exagero. Sabe-se que tanto como era normal os gados ultrapassarem os limites das estâncias de seus donos e serem recolhidos pelos peões, também é sabido que houve muito conflito por apropriação indébita, marcação de gado alheio, disputas por aguadas e muitas destas com emprego de violência e brutalidade.<sup>312</sup> Também, a presença dos peões, possíveis e certos tradutores de quaisquer incompreensões do estancieiro alemão, indica que o incidente teria maiores motivações que as expostas nos relatos. Por outro lado, Caldre e Fião não deixa de enaltecer o caráter altivo dos sul-rio-grandenses, presente desde as mais tenras idades.

---

<sup>311</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 109-111.

<sup>312</sup> A discussão sobre a ocupação da terra na região da Campanha gaúcha no século XIX e, conseqüentes disputas pelo espaço; assim como as formas de exploração da pecuária extensiva, estão esmiuçadas no trabalho de doutoramento de Farinatti, em especial, para o assunto tratado os capítulo 2 - “Sem cercas nem tapumes” e Capítulo 7 - As mãos e os pés dos estancieiros, ver em FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social/ IFCS/ UFRJ, 2007. (Tese de Doutorado)

O argumento de diferentes concepções de honra aparece em uma comunicação de Monsma,<sup>313</sup> apresentada no Congresso da LASA, na qual relata o conflito entre o comerciante urbano Comendador João Francisco Vieira Braga (futuro Conde de Piratini), e o estancieiro Alferes Boaventura José de Oliveira, e o processo de calúnia daí decorrente. Tem como base o argumento de que a honra constitui uma forma de capital simbólico que indica o valor do indivíduo como parceiro nas relações de troca social. Assim, apesar dos homens envolvidos no conflito valorizarem igualmente a honra, suas concepções não eram idênticas, transparecendo diferenças entre a honra das elites rurais e da comunidade mercantil. Enquanto os estancieiros tendiam a valorizar a palavra empenhada, os comerciantes davam grande importância aos contratos escritos. Desta forma, grande parte das atitudes tidas como honradas por uma das partes podiam ser entendidas como tentativas de fraude pela outra. Esse confronto teve vários desdobramentos – desde o processo judicial até debates pelos jornais. O trabalho de Monsma aponta importantes hipóteses para o entendimento da violência na cultura gaúcha, e, principalmente, para a compreensão das diferenças entre urbano e rural no espaço sul-rio-grandense.

Mas, voltemos a história e vamos mais adiante, o que diz a assistência que está ouvindo o serão,

- Infâmia! bradaram todos.

- O menino, que não podia repelir esta afronta e violência, sofreu-a resignado sem soltar um ai nem derramar uma lágrima. – O dia há de chegar da vingança! E há de ser um dia em que tu te arrependerás horrivelmente... sem remédio, disse o menino ao Alemão quando o desamarraram. Este último riu-se e zombou da ameaça.

---

<sup>313</sup> MONSMA, K. The Meaning of Honor: A Case of Libel in 19<sup>th</sup> Century Rio Grande do Sul. **XXI International Congress of the Latin American Studies Association**, Chicago, September 24-26, 1998.

- E ele vingou-se? Pelo Senhor Bom Jesus de Iguape que eu o faria!  
bradou entusiasmado Fontoura.<sup>314</sup>

A platéia toda se solidariza com o menino, acusa o alemão e vai além, pede vingança. Já o narrador, deixa claro que o menino, como todo o valente e honrado sul-rio-grandense sofre as chibatadas “resignado sem soltar um ai nem derramar uma lágrima”. Mas também, promete vingança, “há de ser um dia em que tu te arreponderás horrivelmente... sem remédio”. O alemão não leva a sério o menino, ri e zomba da ameaça. Dentro do código de honra “tradiccionario” de Caldre e Fião para os sul-rio-grandenses o confronto estava agendado, se o alemão entendesse da cultura sulina, poria atenção no menino dali para diante, tinha arranjado um motivado desafeto.

E assim sucedeu-se,

- Passaram-se nove comprimidos anos. O menino tornara-se um gigante, um esbelto e formoso jovem de olhos grandes e ativos, de membros bem desenvolvidos, de formas graciosas e sedutoras; em suas feições, porém, notava-se uma amarga tristeza, como um retraço de uma ideia negra que nos acerba o âmago do coração. Era o acento de sua voz, carregado, porém claro e sonoro, que tangia cada uma das fibras daquele que o ouvia. Trajava em completo desalinho que contrastava com a elegância de sua figura, como o homem que desenganado do mundo torna-se misantropo e, desprezando todo o existir da terra, busca só no *espiritualismo* uma esperança que o vitaliza.<sup>315</sup>

---

<sup>314</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 109-111.

<sup>315</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 109-111.

Se por um lado o jovem precisa se desenvolver com força e saúde física para poder efetuar a vingança prometida, o autor o coloca num quase limbo existencial, pois tem o peso da vingança a atormentá-lo. Está quase fora do convívio social, tal um “misantropo”. Tão mais forte é o código de honra, quanto mais cedo ele exerce influência nos membros da comunidade. Mas de toda a forma, guardada a alegada altivez inerente ao sul-rio-grandense, parece que um menino estaria desobrigado de responder a sua promessa de vingança, salvo outros episódios realimentassem o conflito. Mas se tratássemos de adultos, teríamos que analisar que quer a noção de honra como a de homem de honra são sancionadas pelos sentimentos de consideração por si próprio e pela vergonha.

A consideração por si próprio é a necessidade interior e a obrigação de conseguir uma identificação com a imagem ideal de si próprio. Esta imagem é, evidentemente, um estereótipo fornecido pela sociedade, há pouca margem para especulação individual e nem ocorreria à maioria dos homens [de uma dada comunidade] pôr em dúvida o seu conteúdo tradicional.<sup>316</sup>

Desta forma o homem ofendido em sua honra, ao não adequar-se ao estereótipo social, exigindo retratação, além de uma possível segregação na comunidade, estaria em sofrimento causado pelo auto-julgamento e pela vergonha. A vergonha é o par opositor da honra. Se a honra pode colocar o sujeito em boa situação social, a falta de honra trará vergonha e sofrimento.

Eis que a vingança acontece, o menino, agora adulto, em

Uma manhã ele se apresenta em casa do Alemão: - Conhece-mês? perguntou ele. Aquele respondeu negativamente. – Pois bem! tornou o jovem, eu sou aquele menino que amarraste naquela árvore e em quem deste nove vergalhadas. Não é verdade que te prometi vingar-me?... Há nove anos! O Alemão ficou frio e mal pode balbuciar uma desculpa arrancada pelo medo. - Eu te prometi vingar-me continuou ele com aquela voz vibrante que se assemelhava ao eco dos sepulcros. Se

---

<sup>316</sup> CAMPBELL, J. K. A Honra e o diabo. In: PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 119-120.

queres defender-te procura a tua espada e seja em campo aberto. O Alemão, reanimado pela lealdade e franqueza do seu inimigo, quis chamar gente em seu socorro. – És fraco!... Mas é necessário, disse-lhe o jovem segurando-o com uma mão de ferro, que eu me vingue, que me vingue da vil traição que comigo praticaste. E cravando-lhe nove facadas o estendeu sem vida sobre o pavimento da sala.<sup>317</sup>

Aqui com uma narrativa idealizada ou não temos um confronto de honra, previamente anunciado, identificados os contendores, dada a chance da defesa, todas as características positivas estão enunciadas pelo sul-rio-grandense escudado em seu sistema de honra; já o seu opositor, que na visão de Caldre e Fião não consegue entender os códigos de honra desde o episódio inicial do *embroglio*, revelando-se um sujeito desonrado – aqui em qualquer código ou critério conhecido – tenta trapacear e chamar ajuda da peonada. O alemão é esfaqueado e acaba morto no chão. Apesar de cumprir com as regras gerais, falta um dos componentes principais dos duelos de honra, o público; sem testemunhas o duelo vira briga, rixa. Neste caso a publicidade se dá por outra via: o próprio autor do crime entrega-se e conta o ocorrido às autoridades. Mas vejamos como os ouvintes do serão recebem o desfecho final da vingança:

- Ui! exclamou Margarida [a matriarca]. Assassino!

- Sim, senhora, disse Almênio, mas nobre e não maculado.

- Não há nobreza no crime, meu sobrinho, disse Margarida, são coisas bem diferentes entre si.

- O jovem tinha ideias perfeitas da justiça, disse Almênio, e obedecendo a um impulso interno não se havia em nada afastado dela. Sabia que as leis positivas, de acordo com as naturais, punem aquele que tira a vida de outrem. Ele se apresentou às autoridade do país, aos

---

<sup>317</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 109-111.

respectivos Juizes de Paz, como criminoso e, contando-lhes todas as circunstâncias do fato, submeteu-se ao julgamento dos homens.<sup>318</sup>

Agora, de fato, aparece o verdadeiro debate sobre honra proposto por Caldre e Fião, não entre o sul-rio-grandense e o alemão – estrangeiro, e sim entre a civilização e a barbárie. Para o autor, ambos estão errados. O rapaz porque quer a vingança e o alemão porque é enganador, sem caráter. De pronto a pessoa do alemão presente na história perde força explicativa, é o mal por si só, mesmo que justificado pela incapacidade de inserção cultural. Caldre e Fião remete a discussão para um confronto entre uma honra viril, natural e voluntariosa do rapaz sul-rio-grandense e uma honra civilizada, mais que respeitadora da lei, é necessário que seja humanista e cristã. Não basta o sujeito se entregar à justiça e contar toda a verdade, assumir o seu crime. Mesmo que isto represente hombridade, e no código de honra sulino, coloca o rapaz entre os homens que honram seus compromissos, sua palavra dita. Como veremos a nem a justiça divina nem a justiça do Estado bastam para Caldre e Fião, ele opina na voz da matriarca, a detentora dos ensinamentos para o público do serão noturno:

- E como foi julgado? perguntou Margarida.

- Deus, sem dúvida, o perdoou, respondeu Almênio.

- Não falo desse julgamento, disse Margarida.

- É o único que pode importar-me, replicou Almênio, porque os outros!...

O dos homens é falso como a base que o sustenta... E que importa o pensamento dos homens?!

- Deve importar-nos muito, disse Margarida, e foi sem dúvida o julgamento dos homens que obrigou este menino a praticar uma ação tão má. Ele ficava desonrado aos olhos dos homens e quis lavar essa mancha de desonra... Mas como? Tornando-se criminoso, que é o verdadeiro desonrado, isto é, trocando uma ideia falsa que se extinguiria facilmente com uma real e eterna. Ele foi como o doente

---

<sup>318</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 109-111.

imaginário que, para aliviar uma dor que não tinha, aplicou sobre si um caustico que as produziu verdadeiras.<sup>319</sup>

Este é o ponto de inflexão do conceito de honra de Caldre e Fião e na militância pela mudança da cultura da província sulista; não quer uma honra guerreira e bárbara, para ele é necessário que os conterrâneos tomem consciência de valores maiores que o código “tradicional”. Muito embora, ele defenda a superioridade do homem sul-rio-grandense frente as futilidades correntes na corte imperial, não aceita que sobre uma base que em principio é sadia, não se construa uma “civilização” em termos iluministas. Caldre e Fião aumenta a graduação para os concorrentes à honradez social. Mas, a de se convir que seu projeto ainda estava longe tanto da cultura de honra do pampa como dos costumes aristocráticos-burgueses de honorabilidade da cidade.

Explicita mais sua proposta e identifica o veículo que propagandeia a vingança para defender a honra, no pensamento do jovem

Almênio [que] calou-se porque achara prudência e autoridade nestas palavras de sua tia, se bem ainda as ideias generosas e romanescas lhe borbulhassem no cérebro. Parecia-lhe virtude uma vingança semelhante e interessava-se sobremaneira por esse jovem que generosamente se fora entregar aos braços dessa senhora – a justiça – que tão deslealmente trata os seus clientes.<sup>320</sup>

Como já vimos Caldre e Fião coloca os jovens sempre como seres em formação e os mais velhos como autoridades morais. Almênio decide não debater com a tia, “se bem [que] ainda as ideias generosas e romanescas lhe borbulhassem no cérebro”, podemos ver aqui que o autor aponta os romances como veículo desses valores para a mentalidade dos jovens da elite como Almênio. Mas não esclarece como se dá a formação dos valores “naturais” entre os jovens como o que realizou a vingança contra o alemão. Seu desejo é fazer com que o romance seja um veículo civilizatório, que traga valores morais

---

<sup>319</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 109-111.

<sup>320</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 109-111.

elevados para os jovens, que combata as vinganças fúteis e sem sentido. No entanto, temos em muitos romances de primeiro momento, principalmente os clássicos europeus, como *O Conde de Monte Cristo*, a vingança como o mote principal do enredo. Encerra a discussão enfaticamente,

A vingança é sempre um vício e nunca uma virtude.<sup>321</sup>

O homem honrado de Caldre e Fião deveria combater os vícios da barbárie e professar as virtudes da civilização. Assim que temos na sua narrativa uma representação do Rio Grande do Sul e seu processo cultural dada desde dentro da província, não é aqui um viajante ou um romance que escreve sobre o pampa sulino e seu habitante sem nunca ter pisado nestas plagas. O que de fato valoriza e instiga uma interpretação do pensamento desse representante dos literatos sul-rio-grandenses. Entretanto, por outro lado, seu olhar é desde dentro, mas desde cima, pouco vemos de empatia com os personagens mais simples e humildes de sua trama. Seu olhar é benevolente e caridoso. Não reconhece um sistema de valores, uma honra própria e alternativa ao seu ideal de honradez.

### Duelos: a honra masculina em questão

O estudo dos duelos de honra tem mostrado que eles ocultam relações de poder que atuam na afirmação das diferenças sociais, essas investigações desvelado o funcionamento das regras, que mesmo na ilegalidade, seguiam vigorando em determinadas esferas da sociedade, portanto, permite melhor

---

<sup>321</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. *A divina Pastora*. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 109-111.

compreender o significado e o alcance do conceito honra que sempre esteve presente no processo histórico de formação e diferenciação das sociedades.

A tradição de defesa da honra com o derramamento de sangue, evidentemente, assentava-se sobre um complexo sistema de valores. Cabe analisar em que medida esse sistema de valores vincula-se à necessidade de distinguir “civilização” de “barbárie”. Afinal, o duelo, poderia ser entendido como uma espécie de “violência elegante” em que regras bastante rigorosas eram seguidas, e assim ser uma forma de evitar brutalidades maiores. Mas também temos análises que apontam quem eram e que posição social ocupavam os indivíduos autorizados para a prática do duelo, e quais as razões da alternância de atitude do Estado (entre a omissão e a punição), diante deste fenômeno social.

Assim, estudar os usos dos conceitos de honra como base dos duelos representa compreender um conjunto de normas que, muitas vezes justificadas pelo seu suposto caráter natural, sustentam a lógica da manutenção de relações desiguais de poder nas esferas pública e privada. Tanto a análise de casos particulares como da sociedade analisada no seu conjunto, desvelam os usos dos conceitos de honra para consolidar posições hierárquicas baseadas em relações de raça, classe e gênero. Partindo-se da noção de que os padrões de desigualdade entre indivíduos de uma mesma sociedade não se estabelecem por leis naturais, só é possível examinar como se dá a construção das regras de honra a partir de processos históricos dinâmicos e contínuos.

Parece ser impossível datar as origens da prática dos duelos. Entretanto, é plausível afirmarmos que encontramos relatos de duelos já nas primeiras narrativas da civilização ocidental que temos notícia. O lendário poeta grego Homero, nas fundadoras *Ilíada* e *Odisséia*, apresenta uma diversidade de duelos memoráveis nos quais se envolvem seus personagens.<sup>322</sup> Também entre os

---

<sup>322</sup> Ver ADKINS, A.W.H. Honor and Punishment in the Homeric Poems. In: **Bulletin – Institute of Classical Studies**, University of London, n.7, 1960, p. 23-32.

historiadores da Antigüidade temos referências ao assunto. Por exemplo, Posidônio “gostava de descrever aqueles banquetes rigorosamente hierárquicos dos celtas em que as pessoas se desafiavam para duelos mortais a respeito de sutis questões de honra, tal como o melhor pedaço de carne”.<sup>323</sup> Entretanto, parece que foram os germanos que, na sua tradição guerreira, aperfeiçoaram o duelo e, em suas conquistas, estenderam sua prática ao resto da Europa. Já no antigo Direito Germânico, “o que caracterizava uma ação penal era sempre uma espécie de duelo, de oposição direta entre indivíduos, entre famílias, ou grupos. Não havia intervenção de nenhum representante da autoridade. Tratava-se de uma reclamação feita por um indivíduo a outro, só havendo intervenção destes dois personagens: aquele que se defende e aquele que acusa”.<sup>324</sup>

Cabe lembrarmos que, o estudo das mutações que a prática do duelo sofreu no decorrer da Idade Média têm ocupado inúmeros historiadores europeus. De “prova de Deus” (*ordálio*) à instrumento de direito de costume laico, há um caminho longo e tortuoso. E, novamente, é a narrativa literária que aponta o que parece ser o momento da transição. No *Cid*, o duelo aparece como instrumento de defesa da honra e não mais como uma prova da intervenção divina<sup>325</sup>.

A prática dos duelos de honra foi comumente empregada na Europa até a metade do século XIX. E, por imitação e influência “civilizatória”, na América Latina propagou-se e permaneceu como solução dos casos de injúrias à honra até as primeiras décadas do século XX (em alguns países por um período mais extenso).<sup>326</sup>

---

<sup>323</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. **Os limites da helenização**. A interação das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 66-67.

<sup>324</sup> FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2002, p. 55-56.

<sup>325</sup> MEREIA, Paulo. O Poema do Cid e a historia do duelo. In: **Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**, v. 37, 1961, p. 87-116.

<sup>326</sup> A partir da década de 1920 recrudescem os debates pela criminalização dos duelos nos países hispânicos. No entanto, o duelo é legalmente permitido em vários países até os anos 1950 e, no Uruguai, permanece legal até 1992. Curiosamente o presidente Julio Maria Sanguinetti, em 1999, escreveria artigo lamentando a proibição do duelo, para ele importante elemento da cultura uruguaia.

Os estudos acerca dos duelos de honra no universo da América Latina cobrem vários registros e vasculham os diferentes usos e apropriações que essa prática teve nos distintos países latinos. Particularmente, no caso brasileiro são raros os trabalhos que abordam esse tema, em que pese a notoriedade da prática em alguns grupos sociais e em determinados períodos da história.

Algumas das vertentes de análise do fenômeno dos duelos de honra são: 1) a das questões jurídicas envolvidas. O duelo criava um impasse jurídico no momento em que excluía os tribunais do Estado da administração da justiça – esse fato gerou intensos debates entre juristas defensores e opositores dos duelos; 2) a da ritualística e do ordenamento dos atos do duelo em si mesmo. Existiam diversos manuais e grupos reguladores da prática correta e honrosa do duelo; 3) o do uso do duelo como forma de capital social pra ascensão política. Um jovem político poderia utilizar-se de um desafio público para angariar notoriedade e respeitabilidade; 4) as práticas jornalísticas de incentivo/condenação dos duelos. Os jornais podiam transformar um caso de ofensa da honra em um verdadeiro folhetim; 5) a análise das diferenciações sociais no trato policial dos duelos. Para a classe “aristocrática”, justificava-se a “defesa da honra”, e para as classes populares, enquadrava-se como “barbarismo”; e, 6) os usos dos duelos como resolução dos conflitos amorosos e passionais pelas comunidades de imigrantes nas grandes cidades da América Latina.

Muito embora tenhamos diversas possibilidades de leitura interpretativa dos duelos, que na maioria das vezes acabam por se complementar, é certo que existia uma lógica comum e geral no uso do recurso extremo para a defesa da honra ultrajada.

O duelo aristocrático preconizado pelos manuais só deveria ser utilizado como recurso final de defesa da honra: o caso deveria ser grave, o embate deveria ser estipulado com antecedência, os padrinhos tentariam uma solução negociada, as armas e as condições deveriam ser equivalentes à injúria e à

---

Ver El País, Montevideo, 28 fev. 1999 apud PARKER, D. S. L, Honor, and Impunity in Spanish America: The Debate over Dueling, 1870–1920. **Law And History Review**, v. 19, n. 2, Summer 2001.

capacidade dos contendores, e deveria existir um equilíbrio de forças entre os duelistas. Estas são as regras gerais, que poderiam ser acrescentadas de outras, conforme o país e a época, como, por exemplo, a publicação em jornal dos termos do duelo. Travado o duelo, a honra estava restabelecida e o assunto nunca mais poderia ser polemizado entre os duelistas.

Os estudos em língua portuguesa concentram-se em casos passados em Portugal, muito embora Mário Matos de Lemos observe a falta de tratadistas portugueses sobre o duelo. Em Portugal eram seguidos os códigos franceses, particularmente aquele elaborado por Bruneau de Laborie, *Les lois du duel*, com edições em 1908 e 1912. De 1901 datava a publicação em Leiria de *Regras do Duelo*, de Eduardo Jayme Picaluga, título português da obra do Príncipe Georges Bibesco e do duque de Fery d'Esclands *Conseils pour les duels*. O tratado de Croabbon, *La Science du Point d'Honneur* é muito menos utilizado. Assim, existiam, em termos gerais, três modalidades de duelo: 1. o decretório, até à morte; 2. o propugnatório, com o objetivo de salvar a honra mas sem o objetivo de matar o adversário; 3. e o satisfatório, realizado quando se tratava de reparar uma injúria.

Em Portugal, durante a Primeira República, os duelos iam até o primeiro sinal de sangue, mas fora de Portugal, na Guiné, território português, o tipo de duelo usado era o chamado "à americana", que prosseguia até o último sangue, quer dizer, até a morte de um dos contendores.<sup>327</sup> Ao que parece, o mesmo valia para o Brasil. Mas, além da falta de manuais e literatura sobre duelos em português, inexistia debate jurídico a respeito da prática dos duelos no Brasil e suas consequências legais. Pode-se compreender essa ausência pela tipificação da prática do duelo como crime, estando sua proibição constante já nas

---

<sup>327</sup> LEMOS, M. M. de. O duelo em Portugal depois da implantação da República. In: CARVALHO, Joaquim Ramos de (coord.). **Revista de História das Idéias, Rituais e Cerimónias**, v. 15, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1993, p. 570 .

Ordenações Filipinas<sup>328</sup>, reafirmada em toda a legislação penal subsequente, tanto no Brasil como em Portugal.<sup>329</sup>

Mais que mera possibilidade, é recorrente a referência a duelos e/ou a desafios a duelos na história brasileira e, em particular, na história gaúcha.<sup>330</sup>

Temos que atentar que no período imperial a honra faz parte da própria estrutura de poder (muitos cargos são acompanhados de títulos de nobreza, só

---

<sup>328</sup> As Ordenações Filipinas incorporam as condenações aos duelos dispostas na *Ecclesiastica* do Concílio Tridentino, sancionando com duras penas os duelistas (perda dos bens e degredo para África). Conforme *Ordenações*, Livro V, Título XLIII – Dos que fazem desafios. In: ALMEIDA, Fernando H. Mendes de (org.). **Ordenações Filipinas**: ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandato d'el Rei D. Felipe, o Primeiro. São Paulo: Saraiva, 1957-1966. 3 vols. [Editadas em Portugal a 13 de janeiro de 1603]

<sup>329</sup> No entanto, é a legislação cível brasileira que oferece um indício de que os duelos eram passíveis de ser praticados no território brasileiro: nosso Código Civil apresenta restrição ao pagamento de prêmio de seguro de vida ao segurado que vier a falecer em razão de duelo. Sabendo-se que este Código foi reformulado e promulgado em 1940, após uma ampla discussão entre juristas e legisladores, é de se supor, então, que se tratava de uma prática corrente contra as quais as companhias de seguro precisavam se precaver. Considera-se na legislação vigente morte voluntária a recebida em duelo e o suicídio. Nestes casos, as seguradoras estão desobrigadas do pagamento de prêmios. Ver BRASIL. **Código Civil**. 50ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999, Título XIV – Do Contrato de Seguro, art. 1440, § único, p. 242.

<sup>330</sup> Por exemplo: o duelo entre o general Bento Gonçalves e o coronel Onofre Pires; os freqüentes desafios ao duelo lançados (por vezes, da tribuna do Senado) pelo senador gaúcho Pinheiro Machado; os duelos travados pelo conhecido polemista Carlos Cavaco (no mínimo dois foram noticiados na imprensa); o conturbado caso de implantação de Tribunal de Honra após a Revolução de 1932, a pedido do general Flores da Cunha (outro conhecido duelista) para julgar as acusações de traidor que lhe eram imputadas; por fim, o desafio lançado na imprensa pelo médico Jacinto Gomes ao, também médico, Raymundo Vianna, após intenso debate e disputa interna da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Sobre essas ocorrências, ver: SPALDING, Walter. **Dois vultos da história gaúcha**: *Xavier Ferreira e Onofre Pires*. Porto Alegre: Santa Teresinha, 1958, 31 p.; ROSA, Othelo. **Vultos da epopéia farroupilha**: *escorços biográficos*. Porto Alegre: Globo, 1935, 224 p.; ALVIM, Newton. **Pinheiro Machado**. Porto Alegre: IEL, 1991, 105 p. (Rio Grande Político); SILVA, Ciro. **Pinheiro Machado**. Brasília: Unb, 1982, 163 p. (Coleção Temas Brasileiros, 23); SCHMIDT, Benito Bisso. **O patriarca e o tribuno**: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961). Campinas, Tese de Doutorado em História Social do Trabalho do Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP, 2002; BECKER, D. J.; ROCHA, M. A. da; COSTA JR; MARTINS, J. de A.; DIAS, Heitor A. **Decisão do Tribunal de Honra**. Porto Alegre: [s.n.], 1934, 106 p.; GERTZ, R. E. **O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 143-145.

obtidos por pessoas “honradas”), especificamente, no período de instauração e consolidação do Império brasileiro, intelectuais e autoridades públicas apresentavam uma compreensão da função da honra no processo de modernização/civilização: a honra – em particular, a sexual – era a base da família, e esta, a base da nação.

Assim que, mesmo se a definição dos conceitos de honra e de civilização tenham provocado intensas controvérsias durante o Império e afetaram as transformações políticas, sociais e culturais que se seguiram à implantação do regime, a honra em si foi um componente fundamental no discurso civilizador da nascente país. Neste período, o estado do Rio Grande do Sul tem papel singular na história brasileira, quer pelo seu perfil guerreiro – das guerras cisplatinas à participação na guerra do Paraguai, passando pelo episódio farroupilha –, quer pela diversidade cultural numa região que mantinha contatos com o Prata, mantinha comunidades indígenas e processos de colonização européia.

Indivíduos integrantes das mais diversas comunidades constitutivas da população gaúcha, incluindo os imigrantes, quando envolvidos em conflitos diversos (políticos, sexuais, sociais) aplicavam o conceito de honra vigente na resolução das contendas. Contudo, como um indicador da complexidade das regras de sociabilidade da cultura gaúcha, parece certo que a honra foi interpretada de diversas formas em situações e locais diferentes, o que, em grande medida, determinou o pertencimento ou não dos indivíduos a certos grupos sociais.

### **Um duelo em *O Corsário***

Em *O Corsário* toda a ação gira em torno da caça ao vilão Vanzini, o desonrado corsário que luta a soldo a quem melhor pagar e tem como mau hábito “roubar” a honra das donzelas. Tem em seu encaço desde a Itália, o

nobre Giacopo, e em terras sulinas logo após tentar enganar Maria, a heroína, para roubar-lhe a honra, angariou como inimigos vários sul-rio-grandenses, o primo da moça Manuel da Cunha e seus amigos; posteriormente juntou-se a eles o herói, João Martinho, o monarca das coxilhas, o protótipo de homem honrado do pampa sulino.

Após muitas idas e vindas na caça ao fugidio Vanzini, após localizar o seu paradeiro, os amigos orquestram um plano para enfrentar e assassinar o desonesto sujeito. Fazem um juramento,

- Amanhã, continuou o primeiro, ou o sangue de um assassino há de circular em nossos copos da mesma maneira que este licor, ou as nossas espadas hão de ser quebradas contra as lajes da calçada da rua.<sup>331</sup>

Durante os preparativos para o atentado, “um estrondo se ouviu na porta, e dois homens se precipitaram na sala.”

- Martinho!!...gritaram todos espantados.

- Giacopo, disse Martinho depois de pequena pausa, temos mais um amigo. Eu já soube de tudo: Matias foi protegido pelo Capitão José Gomes e pelo Coronel Bento Gonçalves. Acha-se hoje talvez em sua casa, e Vanzini está preso...

- Preso!! Gritaram os três ao mesmo tempo. O assassino está preso?!...<sup>332</sup>

Aqui além de vermos a presença de personagens históricos, o que é corriqueiro na narrativa de Caldre e Fião, temos que os planos de enfrentar Vanzini ficam impossibilitados pela prisão do assassino infame. Mas além disso, o personagem Martinho, o monarca das coxilhas, questiona a honradez do

---

<sup>331</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 89.

<sup>332</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 89.

plano. Para ele só é justa a luta entre homens iguais e livres. Vai além e defende a necessidade de libertarem o meliante Vanzini. No que tem sucesso, consegue a libertação de Vanzini, quando a notícia chega a casa em que esta o grupo de inimigos do corsário, eis o que se dá,

- Vem trazer-me uma notícia horrível, mas que para mim já não é notícia, porque eu a sabia. – Meus companheiros, continuou ele levantando-se e procurando a espada; eia! Corramos, e o primeiro que o encontrar, que lhe enterre sua espada até os copos... no coração; é necessário que morra o homem que tem causado tantas infelicidades, tantos dissabores e tantos pesares a todas as nossas famílias! Talvez cem vítimas tenham caído mortas debaixo do cutelo, e talvez perto de cem famílias tenham perdido objetos caros nas garras desse perverso!...nem uma só demora corramos!!!....

E ele se atirou furioso pela porta fora, levando a espada desembainhada. Giacopo o seguiu calado, mas apressado.<sup>333</sup>

Quando já estavam de partida, são interrompidos por um dos companheiros de vingança,

- Esperai! amigos, exclamou Ansão, ainda me não compreendestes, eu não vos tenho dito tudo!

- O que é? Perguntou Giacopo voltando-se para Ansão e lançando uma mão ao braço direito de Martinho.

- Vanzini aqui virá ter. Eu o enganei para atrai-lo à vossas mãos: ele supôs que fosse eu quem o salvou, e prometeu buscar-me aqui mesmo, onde eu lhe disse que morava.

Martinho voltou-se com passo firme, e parando defronte de Ansão, lançou-lhe um olhar de tigre:

- Não sois leal como me tínheis afirmado! Enganar Vanzini!...Oh! isso é indigno de um homem de honra. Um engano, uma fraude não cabe ao peito do guerreiro. Se Vanzini aqui vier, será salvo, porque é assim que

---

<sup>333</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 89.

procedem os homens que não temem combater frente a frente; que se horrorizam da traição nefanda.<sup>334</sup>

O monarca das coxilhas, o honrado combatente, não admitia o uso de estratégias e mentiras para enfrentar um inimigo. Para ele o combate teria de ser franco e leal, senão não tinha validade. Se o caso era impedir a fuga de Vanzini, isso também não importava, pois aquele que foge, ou simplesmente pensa em fugir ao combate já perdeu sua honra.<sup>335</sup> A discussão se alonga com partidários do ataque honroso de um lado e do uso do estratégia de outro. Martinho vence a discussão, e pressionados pelo jovem Manoelzinho prometem não haver mais derramamento de sangue, conforme a narração,

- Bravo, bravo! exclamou Manoelzinho: assim seja, meus amigos; a resolução é a melhor de todas. Não se há de derramar sangue.

- Sim, eu prometo por minha alma, por minha palavra de honra, que não hei de derramar sangue; mas os meus rivais hão de ser esmagados um a um debaixo dos meus pés!! Os meus rivais hão de ser vencidos, ou então eu perecerei na luta, e basta o meu sangue para o sacrifício do meu amor.

- Amor!... disse Manoelzinho consigo; que palavra tão doce!... como soa bem aos meus ouvidos!...Oh Maria!... seu eu pudesse ter por ti este sentimento, se pudesse manifestar-to, quanto não seria feliz!...<sup>336</sup>

Caldre e Fião coloca um valor que considera maior que a vingança, e que sim deve guiar a honra, o amor, como fiel da situação de crise entre os amigos. A situação parecia resolvida, Martinho tinha negociado a libertação de Vanzini, que havia prometido ir ao seu encontro para resolver as questões de honra. Mas o corsário, tão logo se viu livre da cadeia, evadiu-se e deixou uma carta em que mentindo, acusava Martinho de lhe extorquir em troca de sua libertação. A carta

---

<sup>334</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 89.

<sup>335</sup> PITT-RIVERS, J. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. p. 18.

<sup>336</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 98.

é entregue aos amigos de Martinho e companheiros de luta. Temendo não ser compreendido, Martinho ainda tenta impedir a leitura da carta, como se segue,

Ansão lançou um olhar explicativo para Pedrinho, acenou-lhe entregou-lhe a carta. Pedrinho leu-a também assombrado:

“Os vossos covardes amigos tentaram em vão roubar-me e mesmo assassinar-me; eu escapei felizmente ás suas infames artimanhas; os cavalos me esperam; eu breve me afastarei desta cidade. Se vós e esses assassinos me perseguirem, juro por minha alma, que vos farei pagar caro os vossos trabalhos. As relações que vou estabelecer com as autoridades do vosso país me habilitarão a prevenir todas as vossas argúcias. Martinho há de tarde arrepender-se, e Giacopo chorar amargamente a loucura de ter abandonado a sua pátria para procurar vingança em terras onde eu posso mais do que ele Vanzini.

- Oh deus! Cruel certeza! Tornou a exclamar Martinho ainda mais empalidecido; pelo céu não mostreis esta carta a Giacopo, Sr. Ansão; perdoai-me!... errei em não seguir os vossos conselhos... mas estou arrependido!!...<sup>337</sup>

Apesar de estar arrependido de não ter seguido as orientações de Giacopo, o nobre italiano que perseguia Vanzini a mais tempo e que havia garantido que ele não era um homem honrado, que não cumpriria nenhum acordo, Marinho ainda tem uma surpresa maior. O italiano Giacopo, que se dizia conhecedor de todas as artimanhas de Vanzini, acaba por acreditar na mentirosa carta,

- O dinheiro, exclamou Giacopo vindo do interior, foi o dinheiro, Martinho, quem vos cegou. Quebrastes o vosso juramento como quebraria o mais vil covarde!... A vossa ambição deixou passar a ocasião única, talvez a única que pudesse oferecer-nos uma cena risonha de vingança! Uma cena como a que aparece ao meu coração

---

<sup>337</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 109-112.

nas horas em que me lembro da terrível ação praticada por esse vil monstro, por esse homem abjeto, que veio ao mundo para enlodá-lo, e para sepultá-lo nas trevas dos demônios, para escurecer o sol da virtude, que já na terra era tão escasso, (...) <sup>338</sup>

Frente à uma acusação tão grave a resposta sai com violência, a honra foi ofendida, precisa ser recomposta, não há outra solução, será necessário o confronto, o duelo, siga a resposta de Martinho,

- Insultai-mes!... exclamou Martinho levantando-se; o dinheiro cegou-me tanto a mim como vos cegaria a vós, se amásseis como eu amo. A minha ambição?! Ah! Eu nunca tive ambição!... Repilo esta afronta última com a ponta da minha espada se for necessário!... Sim!... é com a ponta da espada que eu hei de repelir esta afronta!! – Giacopo, continuou ele, a vingança que quereis vai ser satisfeita! Haveis hoje derramar sangue!... mas não há de ser o sangue de Vanzini, há de ser o meu!... o meu unicamente!... oh raiva!! As nossas armas estão preparadas. Como me toca a mim o escolhê-las... a espada!! <sup>339</sup>

A honra fora atingida por um insulto, é o elemento deflagrador dos ataques à honra masculina, só é possível repará-la com um pedido de desculpas, e ele tem que ser sincero, pois se não parecer sincero agrava mais a ofensa. O que piorava a situação é que os insultos estavam sendo ditos na presença de testemunhas, a honra só é atacada verdadeiramente, quando a ofensa é pública. Como o caso se encaminhava para a resolução violenta, o combate, o ofendido, como rezavam os manuais de duelo, tinha a prerrogativa da escolha das armas. Martinho escolheu a espada. Mas os amigos tentam contemporizar, com pedidos e ameaças,

- Oh!... nunca! Exclamou Manoelzinho saltando aos ombros de Martinho; nunca!! Vós nunca vos batereis.

---

<sup>338</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 109-112.

<sup>339</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 109-112.

- Oh céus!...disse Pedrinho, meu Deus! – Meus amigos. Guardai as vossas armas! Eu vos prometo empenhar-me em saciar-vos, em saciar a vossa raiva hoje no monstro que nos traz tantas aflições, que nos tem causado tantas perturbações na vida.<sup>340</sup>

O combate que se travará é entre amigos, mas homens de verdadeira honra não podem ter seus valores e a sua honorabilidade colocada em dúvida em público. Mesmo que este público sejam também amigos do mesmo círculo de convivência, é, na verdade, em função disso que a ofensa é mais grave ela, foi enunciada frente aos seus amigos íntimos, como recuperar sua *status* de homem de honra sem o confronto.

-O conflito era inevitável; os desafios estavam encarniçados; e nem as rogativas nem as ameaças, tinham podido contê-los.

Martinho e Giacopo caminharam para a Praça do Palácio, atravessaram-na, e chegando por trás da casa da Assembleia Provincial, desembainharam as espadas e começaram o combate.

Ansão, deixando Manoelzinho e Pedrinho entregues a uma veemente consternação, dirigiu-se à casa do chefe de polícia, resolutos a prevenir os desastres que ele previa.<sup>341</sup>

Estas informações nos dizem que, na construção de sua representação do duelo, Caldre e Fião utiliza-se das informações correntes sobre a prática dos confrontos nas cidades dos oitocentos. Era comum ter locais que eram escolhidos pelos duelistas, determinados terrenos que ofereciam alguma discricção e condições espaciais para a luta, eram comuns bosques próximos das cidades, fundos de igrejas e cemitérios. Também, a referência de que um dos amigos vai avisar o chefe de polícia, é em razão da proibição vigente desde os tempos coloniais das práticas de duelos, era considerado um crime lesa-

---

<sup>340</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 109-112.

<sup>341</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 109-112.

majestade, ou seja, contra a honra do próprio imperador. O amigo considerou que seria melhor a punição com alguns dias de cadeia para os amigos, que a possibilidade concreta de um matar ao outro.

Os dois combatentes encarniçados lutaram por muito tempo sem vantagem; até que Giacopo, conhecendo o valor do seu adversário, e que não seria fácil decidir-se o combate, exclamou:

- À pistola!!...

- À pistola! Exclamou o outro. Eu as trago comigo!... aqui está a vossa.

Ambos se dispuseram; afastaram-se, e postaram-se em nova atitude de combate.<sup>342</sup>

O confronto estava equilibrado e como o duelo precisa, em princípio, de um vencedor, é possível estão os duelistas de acordo com a substituição das armas. Desta forma passaram para as pistolas, que ao contrário da imagem fixada pelo cinema norte-americano – de dois duelista sacando de suas armas ao mesmo tempo, vencendo o mais rápido e certo –, estabelecia que os opositores se colocassem frente a frente a uma distância determinada e esperassem imóveis a vez do outro disparar a pistola, logo após a situação se invertia. Martinho em um ato de desprendimento e coragem, cede a precedência no primeiro disparo à Giacopo,

- Atirai, disse Martinho; pertence-vos a iniciativa, porque escolhestes esta arma.

Giacopo fez um aceno com a cabeça; apontou, e atirou ao seu contrário; a bala passou meia polegada acima do ombro esquerdo de Martinho, e foi penetrar no paredão do palácio da presidência. Giacopo tremeu, e com uma convulsão de lábios balbuciou:

- A vós!... toca-vos o atirar.

---

<sup>342</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 109-112.

Martinho fechou os olhos, e disparou a pistola sem fazer pontaria.<sup>343</sup>

São frequentes os relatos dos duelos cavalheirescos em que os tiros são disparados para o alto, sem intenção de ferir o oponente. Tal situação se dava devido ao entendimento de que bastava entre homens de honra colocar-se de peito aberto frente à uma pistola para provar a sua coragem e resolução. Assim como muitos duelos acabavam nos primeiros ferimentos que vertessem sangue, quase sempre com a enunciação da conhecida sentença: “um gota de sangue de um homem honrado é suficiente para retirar as nódoas da ofensa”. Mas parece que o artifício de não fazer mira, para salvar o amigo, tinha dado errado,

A voz do seu coração lhe tinha gritado que salvasse o seu amigo. Giacopo tinha sido salvo!... Mas a bala, tomando a direção diversa foi atravessar o coração de um homem que assomava no caminho da ladeira que conduz à rua do Arvoredo.

O homem caiu por terra, dando um gemido de morte!...

- Meu Deus!...exclamaram ambos; estamos perdidos!...

Levados pelo impulso violento deste novo desastre estenderam-se os braços e juntaram seus peitos, cujos corações convulsavam de terror.

- Que desgraça!...balbuciam ambos; estamos perdidos!!...<sup>344</sup>

Caldre e Fião, que é contrário ao emprego da violência, dos duelos de sangue e da prática da vingança, aproveita para criar uma situação em que, mesmo sem a intenção, os duelistas haviam atingido um inocente. A culpa e a consciência, destes dois homens honrados, deveria corroê-los, essa era uma das maiores punições dentro do sistema de Caldre e Fião. Mas, como bom seguidor das leis do Império, isso só não bastava, eis, então, que chega a polícia,

---

<sup>343</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 109-112.

<sup>344</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 109-112.

Neste momento uma escolta de permanentes e alguns soldados da guarda do palácio apareceram do lado direito da casa da assembleia, e ficaram suspensos a esta cena de reconciliação tão pronta.

- Dois tiros!...disse o sargento comandante; mas nenhum morreu. Valha-nos isso... – Soldados! predei-os...

- Está morto!!!...exclamou Giacopo; fui eu o assassino...

- Não! Disse Martinho; fui eu!

- Quem? Perguntou o sargento; quem morreu?

- Um desgraçado, disse Martinho; um homem que nós não conhecemos!... – O acaso dirigiu a minha bala contra o seu peito; mas eu não queria... oh! crede que foi contra minha vontade.

- Sr. Comandante, disse Giacopo, o meu amigo vos está enganado; não foi a bala dele; foi a minha.

- Vai, soldado! Disse imperiosamente o sargento a um dos seus; vê se o homem está morto, e traze-me! – Dois assassinos? dois ladrões infames!! Por minha vontade, amanhã seriam passados pelas armas! Infame canalha!!! É por causa destes amaldiçoados que nós andamos sobrecarregados de serviço!... patrulhas de noite; reforços de dia; e guarda a dia e meio de folga.

Enquanto o sargento vociferava estas palavras, um dos soldados puxou de uma corda que trazia na copa da barretina, e começou a querer amarrar Giacopo.<sup>345</sup>

Novamente, o caráter honrado dos duelistas aparece, quando indagados de quem era o tiro os dois se dizem autores do disparo. Ser desprezado, ter coragem são características de um homem honrado. Já o sargento da guarda não reconhece o código de honra como válido, ele não tem um comportamento honrado, os trata como criminosos comuns, como ladrões. E, como tais, os manda amarrar. É quando Martinho se revolta e diz,

---

<sup>345</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 109-112.

- Olá, camarada! disse Martinho; estamos presos, debaixo da justiça do nosso país! Deixai-vos de nos querer amarrar: nós não somos quilombolas! Vede bem; é aos negros fugidos que se trata desta maneira.

- Cala-te, matador!!!...

- Protesto contra estas injustiças! Disse Martinho, em minhas petições hei de alegá-las ao ministro que tem de julgar a minha causa.

- Vai fazer estas alegações lá na forca!!...

- A forca! Balbuciou Giacopo; oh!... Nunca!!!

- Cala-te! Disse o sargento reparando nisto. – Soldados! Amarra este dois ladrões!....<sup>346</sup>

Um homem de honra não precisa ser amarrado tal qual o mais baixo dos membros da sociedade brasileira do século XIX, o escravo africano, bastava a sua palavra de que respeitaria a voz de prisão e se sujeitaria à prisão. Reclama e avisa que vai acionar o juiz, este sim deve conhecer os códigos de honra que sustentam os altivos sul-rio-grandenses.

Só para não ficarmos sem saber o final da história do duelo, após um pequeno tempo de prisão, mais um período maior aguardando o julgamento, os duelistas, em um lance inesperado – o promotor descobre que a vítima era na verdade um assassino contratado por Vanzini para matar Martinho –, são inocentados do crime. Apesar de proibido pela lei brasileira, os duelos eram mais frequentes que imaginamos e, raramente, produziam condenações maiores aos praticantes.<sup>347</sup>

---

<sup>346</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 109-112.

<sup>347</sup> Além dos duelos, chamados aristocráticos, outras formas de confrontos violentos eram costumeiros nas questões de honra no Rio Grande do Sul. Só para exemplificar, Chasteen, analisa os duelos com facas travados por gaúchos na fronteira Brasil-Uruguai, no período que seguiu o término da guerra da Cisplatina, usa farta documentação judiciária e policial, e discute a importância da defesa da honra

O episódio do duelo de *O Corsário* serve para, mais uma vez, Caldre e Fião apontar seu modelo de homem honrado, que é respeitador das leis do Estado, das cristãs e, sobretudo, respeitador da vida humana. Os valores iluministas são reforçados nas preleções que seguem o episódio.

Mas apesar de sua pregação contrária, acredita-se que a prática, em virtude da proibição da lei, e respeitando que um sistema de valores nunca é um código homogêneo e fixo de princípios abstratos imutáveis, teve muitas adaptações para que fosse praticada entre os sul-rio-grandenses para a resolução de seus conflitos de honra.

---

para a cultura dos homens da fronteira. Conclui que a honra é um dos bens mais importantes para estes gaúchos e a afronta pública só pode ser sanada pela resolução pessoal, violenta e mortal. É um estudo que ganha maior importância ao focar indivíduos pouco estudados na nossa historiografia – os gaúchos pobres da Campanha; ver CHASTEEN, J. C. Violence for Show: Knife Dueling on a Nineteenth-Century Cattle Frontier. In: JOHNSON, L. L. (ed.). **The Problem of Order in Changing Societies: Essays on Crime and Policing in Argentina and Uruguay, 1750-1940**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1990, p. 47-64.

## Considerações Finais

*Escrever é quase sempre tentar escrever.*<sup>348</sup>

Ana Martins Marques, poeta mineira.

*É preciso também que nos inquietemos diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares. É possível admitir, tais como são, a distinção dos grandes tipos de discurso, ou a das formas ou dos gêneros que opõe, umas às outras, ciência, literatura, filosofia, religião, história, ficção, etc. e que as tornam espécies de grandes individualidades históricas? Nós próprios não estamos seguros do uso dessas distinções no nosso mundo dos discursos, e ainda mais quando se trata de analisar conjuntos de enunciados que eram, na época de sua formulação, distribuídos, repartidos e caracterizados de modo inteiramente diferente: afinal, a “literatura” e a “política” são categorias recentes que só podem ser aplicadas à cultura medieval, ou mesmo à cultura clássica, por uma hipótese retrospectiva e por um jogo de analogias formais ou de semelhanças semânticas; mas nem a literatura, nem a política, nem tampouco a filosofia e as ciências, articulavam o campo do discurso no século XVII ou XVIII, como o articularam no século XIX. De qualquer maneira, esses recortes – quer se trate dos que admitimos ou dos que são contemporâneos dos discursos estudados – são sempre, eles próprios, categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados: são, por sua vez, fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado dos outros, que com eles mantêm, certamente, relações complexas, mas que não constituem seus caracteres intrínsecos, autóctones e universalmente reconhecíveis.*<sup>349</sup>

Michel Foucault, filósofo/ historiador francês.

Tentar compreender como funcionava o conceito de honra e sistema sobre o qual se construía a honorabilidade no projeto dos literatos, em especial do romancista Caldre e Fião, do século XIX no Brasil foi a premissa norteadora deste trabalho. Operacionalizado através da análise da trajetória de Caldre e Fião de sua luta por constituir-se em um honrado cidadão, com respeitabilidade profissional, social e cultural, e tendo como objeto de análise de episódios da

---

<sup>348</sup> MARQUES, Ana Martins. **A Vida Submarina**. Belo Horizonte: Scriptum, 2009, p. 43.

<sup>349</sup> FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 25.

representação da honra em seus precursores romances: *A Divina Pastora* e *O Corsário*.

Para realizar este trabalho, nos movemos em um terreno de tal ordem movediço, que se tenta estabelecer na intersecção de duas bem sedimentadas áreas do conhecimento, a história e a literatura, uma das primeiras dificuldades é delimitar, afinal, qual é o interesse do historiador diante da obra literária, e qual a capacitação por ele apresentada para lidar com fontes que não lhe são habituais.

Foi, portanto, a partir desta articulação interdisciplinar, principalmente entre Literatura e História, mas com aportes da antropologia, que se procurou compreender a representação da honra no processo de construção da identidade cultural regional sul-rio-grandense, no dizer de Peter Burke, a identidade cultural sempre é “uma construção textual submetida às diversas intermediações culturais”.<sup>350</sup>

A literatura é, pois, mais volátil do que as fontes convencionais, não se deixa tão facilmente dominar por interpretações pouco imaginativas. Não se submete aos arquivos historiográficos. Diante das grandiosas e profundas “sínteses” sobre situações humanas que ficam registradas pela literatura, as provas banais, tão cuidadosamente colecionadas pelos aficionados de Clio, assumem um ar de desinteresse.

Cabe salientarmos, portanto, que a análise que aqui se pretendeu praticar está longe de desejar substituir a leitura da obra. Também não se trata de um ensaio de crítica literária, empreendimento para o qual o autor não se considera minimamente habilitado. Trata-se, sim, da tentativa de interrogar a literatura como fonte, estabelecendo relações internas à obra, investigando correspondências, e em certos casos, buscando “decifrar” informações que nem sempre estiveram marcadas pela intencionalidade do autor.

---

<sup>350</sup> BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Ao analisarmos trajetória e romances de Caldre e Fião, com fins de apreender as representações da honra para sua vida como agente de cultura e para na sua construção da sociedade sul-rio-grandense, adotamos os seguintes passos:

1. investigamos a forma como o gênero romance foi introduzido na literatura brasileira dos oitocentos, suas relações com a modernidade burguesa; qual foi o instrumento de veiculação dos primeiros romances: o folhetim; e como se inscreveu a discussão da honra e da moral nessas obras;
2. procuramos identificar como o autor percorreu sua trajetória de formação intelectual, da província à corte imperial; como a filantropia foi utilizada como forma de associação e mecanismo para luta abolicionista; resgatar a sua participação como redator de *O Philantropo*; e procuramos elucidar o episódio do seu embate com os traficantes de escravos no Rio de Janeiro;
3. buscamos compreender o projeto de construção representacional da honra sul-rio-grandense produzido pelo romancista, buscando compreender sua posição (o lugar de *onde* ele emitiu seu discurso e a *quem* ele o destinava);
4. procuramos contradições que revelassem o que, intencionalmente ou por incapacidade de ver, tenham ficado perdidas na teia da trama romanesca, buscando reconhecer, por entre as representações do autor, informações que tenham escapado do seu enquadramento;
5. por fim, analisamos recortes da sua produção romanesca, nos quais identificamos a discussão da honra familiar, masculina e feminina; os

modelos de honorabilidade; os confrontos e as formas de defesa da honra.

A estética do romancista Caldre e Fião identifica-se com as primeiras representações do homem regional brasileiro, em especial do sul-rio-grandense, surgidas nas primeiras obras do período romântico brasileiro, apesar de toda a idealização é a constituição do conhecido *monarca das coxilhas*.

O estudo de parte da produção deste escritor e sua inserção na intelectualidade gaúcha pretendeu colaborar com o desvelamento dos processos que dão conta tanto dos padrões de identidade e do estilo de vida, como das transformações ideológicas e intelectuais por ele sofridas. Tais clivagens presidem sua diferenciação e participação em grupos e frações especializadas, assim como a explicitação das demandas, limitações e pressões surgidas, de um lado com as mudanças das organizações políticas e da máquina burocrático-estatal, e de outro pelo nascente mercado de bens culturais.

Algumas ambigüidades e contradições presentes nas obras nos revelam sinais de possibilidades encobertas, o que nos permite desnudar as intenções de um escritor que, em questões morais, não se distancia muito da ordem social burguesa.

A análise destes romances, sob o ponto de vista de suas representações, possibilitou o conhecimento de algumas facetas do mundo no qual estava inserido o sul-rio-grandense e a seu sistema de honra que não podem ser redescobertas pelo estudo de outras fontes. Se estas revelações não são tidas como verdadeiras, por não terem acontecido em termos estritos, pelo menos ampliam consideravelmente o leque de indagações que a historiografia necessita fazer sobre o tema.

A escolha dos romances nos pareceu frutífera, pois como nos diz Frye, a função dos escritos romanescos tem sido, desde há muito, projetar as

aspirações da classe social ou intelectual dominante em alguma forma de história “na qual os virtuosos heróis e as belas heroínas representam os ideais, e os vilões as ameaças à supremacia daqueles”,<sup>351</sup> o que equivale a dizer que, dada a sua “grave idealização de heroísmo e pureza”, suas “afinidades sociais” são com a aristocracia.<sup>352</sup> Mesmo que muitas vezes, desde as suas origens, o gênero proponha um distanciamento da realidade imediata e historicamente localizada, e o uso do elemento extraordinário ou maravilhoso, violando claramente as leis da natureza como as conhecemos – uma visão idealizada e quase mágica da existência, como que “um sonho que realiza o desejo.”<sup>353</sup>

Para os céticos quanto ao uso da literatura como fonte histórica, o que se pretende é ir além do real vivido, sem fugir para o relativismo, é conhecer um território onde,

Também a verdade e a mentira se misturam. Mas o que nos interessa mais de perto aqui é a construção imaginária da linha que separa realidade e imaginação. Que realidade histórica os mitos vão construindo? Em uma situação de linguagem – a do discurso fundador – veremos que já não conta nem mesmo a noção de verossímil. Sem deixar de acentuar que a inadaptação é essencial para fundar o novo, para assim se reconhecer como dominante. O fundador busca a notoriedade e a possibilidade de criar um lugar na história, um lugar particular. Lugar que rompe no fio da história para reorganizar os gestos de interpretação.<sup>354</sup>

Desta forma, este estudo defende a ideia de que as verdades plenamente estabelecidas são em geral construídas de modo etnocêntrico, que pode, por sua

---

<sup>351</sup> FRYE, Northrop. **Anatomia da crítica**. São Paulo: Cultrix, 1973, p. 185.

<sup>352</sup> FRYE, Northrop. **Anatomia da crítica**. São Paulo: Cultrix, 1973, p. 300.

<sup>353</sup> FRYE, Northrop. **Anatomia da crítica**. São Paulo: Cultrix, 1973, p. 185.

<sup>354</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso Fundador**: A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 2001, p. 17.

vez, ser entendido como “o modo profundamente enraizado e universalmente disseminado de preencher as diferenças entre o eu e os outros com valores positivos e negativos”.<sup>355</sup> Gostaríamos de poder enfatizar a necessidade de reinterpretar continuamente o próprio conhecimento historiográfico, de modo a desafiar essas verdades.

Assim podemos pensar na literatura como uma forma de "compromisso", de ajuste simbólico possível, de "solução" para os conflitos de uma época. De fato, os romances permitem às pessoas se sentirem menos desconfortáveis em meio a esses seus conflitos. Lévi-Strauss construiu uma fórmula para os mitos, na qual, eles soluções imaginárias para contradições reais. Podemos, analogamente, afirmar que isso explica o que acontece com os romances e o modo como, ao longo do tempo, algumas obras são selecionadas pelos leitores/pesquisadores em detrimento de outras. Há contradições (sociais, econômicas) que são mais importantes e soluções (nas obras) que parecem mais plausíveis.

Finalmente, gostaríamos de acreditar que essa experiência de pesquisa, possa ser somente mais uma leitura possível, ou uma retomada do exercício ao qual Machado de Assis era tão afeito, e que ocupa posição central na tese de Walter Benjamin sobre a teoria do romantismo alemão: a infinitude da reflexão, “não uma infinitude da continuidade, mas uma infinitude da conexão”.<sup>356</sup>

---

<sup>355</sup> RÜSEN, Jörn. How to overcome ethnocentrism: approaches to a culture of recognition by history in the twenty-first century. **History and Theory**, Middletown, theme issue 43, 2004, p.120.

<sup>356</sup> BENJAMIN, Walter. **O conceito de crítica no romantismo alemão**. São Paulo: Iluminuras, 2002, p. 34.

## Referências

### **Bibliotecas, Arquivos e Acervos de obras raras consultados**

Acervo Júlio Petersen – Biblioteca Central da PUCRS

Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul

Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre Moysés Vellinho

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Biblioteca Central da UNISINOS

Biblioteca do Instituto Estadual do Livro do RGS

Biblioteca Nacional – Catálogos de Obras Raras

Centro de Documentação da UNISC

Coleção Especial Laudelino Teixeira de Medeiros – Biblioteca Central da UCS

Coleção Especial Oswaldo Fernandes Vergara – Biblioteca Central da UCS

Delfos – Centro de Documentação e Memória Cultural da PUCRS

Google Livros – Digitalização de Obras Raras (<http://books.google.com.br/>)

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

Portal Domínio Público – Biblioteca Digital (<http://www.dominiopublico.gov.br/>)

Real Gabinete Português de Leitura (<http://www.realgabinete.com.br/>)

Sala Rio Grande do Sul – Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul

**Dicionários e livros de referência**

AITA, Carmen; AXT, Gunter. **Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

ALMEIDA, F. H. M. de (org.). **Ordenações Filipinas**: ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandato d'el Rei D. Felipe, o Primeiro. São Paulo: Saraiva, 1957-1966. 3 v (Editadas em Portugal a 13 de janeiro de 1603)

AUTRAN, M. G. de A. **Código penal dos Estados Unidos do Brazil (1890)**: anotado segundo a legislação vigente para uso dos juízes e jurados, com a graduação das penas. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1898. 197 p.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1893. 7 volumes.

BRASIL. **Código Civil**. 50. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 1348 p.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos. 5ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. 2 vol.

FLORES, Moacyr. **Dicionário de História do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. 3ª ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

JOHNSON, Samuel. **A dictionary of the English language**: in which the words are deduced from their originals, and illustrated in their different significations by examples from the best writers: to which are prefixed, a history of the language, and an English grammar. Londres: W. Strahan, 1755. Verbete Honor.

LARA, S. H. (org.). **Ordenações Filipinas** — Livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 510 p. (Coleção Retratos do Brasil). Editadas em Portugal a 13 de janeiro de 1603.

MARQUES, A. H. de O. Honra. In: SERRÃO, Joel (coord.) **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Iniciativas Editoriais, [s.d.], v. 2, p. 448-449.

MORAES E SILVA, Antônio de. **Diccionario da Língua Portuguesa**. Recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado. 2ª ed. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813, Vol. II, p. 119. [1ª impressão: 1789]

PEREIRA, J. B. (org.). **Código criminal do Império do Brasil (1830)**. Annotado com os actos do Poder Legislativo e avisos do governo que hão alterado e explicado algumas de suas disposições e com as decisões do Supremo Tribunal de Justiça e da Relação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: E.A. de Oliveira, 1869. 119 p. [Promulgado em 16 de dezembro de 1830]

PINTO, A. L. de T. (org.). **Código Penal Brasileiro (1940)**. São Paulo: Saraiva, 2000.

PITT-RIVERS, J. Honor. In: SILLS, David L. (ed.). **International Encyclopedia of the Social Sciences**. New York: Macmillan and Free Press, 1968. p. 503-11.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Dicionário Bibliográfico Portuguez**: estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e Brasil. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923. [Versão digital produzida pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.]

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Rio de Janeiro: F. Alves, 1916. 435 p.

VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. **Dicionário bibliográfico gaúcho**. Porto Alegre: EST, 1991. 284 p.

ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice; ASSIS Brasil, Luiz Antonio de (org.). **Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Novo Século, 1999.

### Livros de ficção

ALENCAR, José de. **O Gaúcho**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982. 174 p. (1. ed. B.L. Garnier, Rio de Janeiro, 1870).

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

BORGES, Jorge Luis. **Obras Completas**. Barcelona: Emecé Editores, 1996. 5 v.

CONRAD, Joseph. **Os duelistas**. Porto Alegre: L & PM, 2008.

ERVANTES, Miguel de. **Novelas exemplares**. São Paulo: Abril Cultural, 1970.

GÜIRALDES, Ricardo. **Don Segundo Sombra**. Madrid: UNESCO/ CSIC/ Archivos, 1991. 469 p. (Edição crítica coordenada por Paul Verdevoye; Colección Archivos, n. 2)

LESAGE, Alain-René. **História de Gil Blas de Santillana**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

LOPES NETO, João Simões. **Contos Gauchescos, Lendas do Sul e Casos do Romualdo**. Rio de Janeiro/ Brasília: Presença/ Instituto Nacional do Livro, 1988. 371 p. (Edição crítica organizada por Lígia Chiappini)

MACEDO, Joaquim Manuel de. **As Victimas-Algozes**. Quadros da Escravidão. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1869.

MOLIÈRE. **Don Juan**: o convidado de pedra. Porto Alegre: L&PM, 1997.

MONJARDIM, Jayme; SCHECHTMAN, Marcos. **A casa das sete mulheres**. [S.l.]: Globo Filmes, 2003. 5 DVDs.

STENDHAL. **O vermelho e o negro**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

WIERZCHOWSKI, Letícia. **A casa das sete mulheres**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

### **Livros, capítulos de livros e artigos acadêmicos**

ABREU, Márcia (Org.) **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras/ FAPESP, 1999.

ABREU, Márcia (org.). **Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX**. Campinas: Mercado de Letras/ FAPESP, 2008.

ABREU, Márcia; **SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.)**. **Cultura letrada no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras/ FAPESP, 2005.

ADKINS, A.W.H. Honor and Punishment in the Homeric Poems. In: **Bulletin – Institute of Classical Studies**, University of London, n.7, 1960, p. 23-32.

ADORNO, Theodor. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: ADORNO, Theodor. **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades/ Ed. 34, 2003.

AGUIRRE, Carlos. Crime and Punishment in Latin America History: A Bibliographical Essay. In: AGUIRRE, Carlos; BUFFINGTON, Robert (Eds.). **Reconstructing Criminality in Latin America**. Wilmington, DE: Scholarly Resources Books, 2000, 241-250.

AIZPURU, P. (org.). **Familias Novohispanas, Siglos XVI al XIX**. México: El Colegio de México, 1991.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A Negra Força da Princesa: Polícia, Pena de Morte e Correção em Pelotas (1830-1857)**. Pelotas: Edição do Autor; Sebo Icária, 2008.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e ordem Privada no Império. In: NOVAES, Fernando (org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. IN: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas mulheres da Colônia**: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro/ Brasília: José Olympio/ EDUNB, 1993.
- ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- ALVIM, N. **Pinheiro Machado**. Porto Alegre: IEL, 1991. 105 p. (Rio Grande Político)
- AMARAL, E. **O bacharel Wenceslau em crime de calúnia**. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d'A Federação, 1920. 102 p.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ARAGÃO, Luiz Tarlei de. Em nome da Mãe. In: FRANCHETTO, B. et al. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. Vol. 3.
- ARANHA, A.Q.T. de C. **Crimes contra a honra**. São Paulo: Saraiva, 1995. 200 p.
- ARAÚJO, Emmanuel. **O teatro dos vícios**: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- AREND, S. F. **Casar ou amasiar?** A família popular em Porto Alegre no final do século XIX. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 96 p. (Coleção Academia)
- AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BANDEIRA DE MELLO, L. M. **O direito penal hispano-lusitano medieval**. Belo Horizonte, 1960.
- BARBOSA, L. M. F. **Duelo ou o poder do discurso**. In: Painel de Humanas: Revista do ICHL. Juiz de Fora, MG, n. 4 (maio 1989). p. 65-76.
- BARRENECHE, Osvaldo. A solo quitarte la vida vengo. Homicidio y Administración de Justicia en Buenos Aires. 1784-1810. In: MAYO, Carlos A. (coord.). **Estudios de Historia Colonial Rioplatense**. La Plata: Editorial de la UNLP, 1995, p. 7-39.

- BARRENECHE, Osvaldo. "Esos Torpes Dezeos": Delitos y desviaciones sexuales en Buenos Aires 1760-1810. **Estudios de Historia Colonial**, nº 13, La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 1993, p. 29-45.
- BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção**. A explicação histórica dos quadros. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- BAYLE, Pierre. **Pensées sur la comète**. Paris: Nizet, 1984. (Primeira edição: 1683, com o título: *Pensées diverses écrites à un docteur de Sorbonne à l'occasion de la Comète qui parut au mois de décembre 1680.*)
- BEAUVOIR, R. de. **Duels et Duellistes**. Paris: Michel Lévy Frères, 1864. 275 p.
- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Atena Editora, 1959.
- BECKER, D. J.; ROCHA, M. A. da; COSTA JR; MARTINS, J. de A.; DIAS, Heitor A. **Decisão do Tribunal de Honra**. Porto Alegre: [s.n.], 1934, 106 p.
- BELO, André. História & livro e leitura. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.**
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERGER, P. On the Obsolescence of the Concept of Honor. In: HAUERWAS, S.; MACINTIRE, A. (orgs.). **Revisions: Changing Perspectives in Moral Philosophy**. Indiana: University of Notre Dame Press, 1983.
- BIANCO, Bela Feldman; LEITE, Miriam Moreira (orgs.). **Desafios da imagem**. Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papirus, 1998.
- BIBLIOTHÉQUE DES CURIOSITÉS. **Le Duel**. Paris: P. Lebigre-Dusquesne Éditeur, 1868. 173 p.
- BIERSACK, A. Saber local, história local: Geertz e além. In: HUNT, Lynn (org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 97-130.
- BILLACOIS, F. Le duel dans la société française des XVIème-XVIIème siècles. In: **Essai de psychosociologie historique**. Paris: EHESS, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974. 361 p.
- BOURDIEU, Pierre. A Força da Representação. In: BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas Linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Paris: Seuil, 2000. 429 p. (Collection points. Série essais; 405)
- BOURDIEU, Pierre. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Ed. de Minuit, 1985. 670 p.

- BOURDIEU, Pierre. La domination masculine. In: **Actes de la reserche**, n. 84 (sept. 1990). p. 3-31.
- BOURDIEU, Pierre. La force de la représentation. In: BOURDIEU, Pierre. **Ce que parler veut dire**. Paris: Fayard, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand-Brasil, 1989. 314 p.
- BOUTIER, J.; JÚLIA, D. **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998. 350 p.
- BRETAS, Marcos Luiz. As empadas do confeito Imaginário: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 15, nº1, janeiro/junho 2002, p. 7-22.
- BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. In: **BIB**, n. 32, 2º sem., 1991, p. 49-61.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1994. 354 p.
- BURKE, Peter. **As fortunas d'ó cortesão**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- BURKE, Peter. **Sociologia e História**. Porto: Afrontamento, 1980.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular**. História e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.
- BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 318 p.
- CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** nº 38, vol. 13, 1998, p. 5-37.
- CAILLÉ, A. Nem holismo, nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** nº 38, vol. 13, 1998, p. 5-37.
- CANO, Jefferson. *Folhetim: literatura, imprensa e a conformação da esfera pública no Rio de Janeiro do século XIX. II Seminário de Sociologia da Cultura e da Imagem*. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura/PPGSA/UFRJ, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CASTRO, V. de. **Os delictos contra a honra da mulher**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1942. 323 p.
- CAULFIELD, S. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. São Paulo: UNICAMP, 2000. 393 p. (Coleção Várias Histórias)

CAULFIELD, S.; ESTEVES, M. A. 50 anos de virgindade no Rio de Janeiro da Belle Époque: as políticas da sexualidade no discurso jurídico e popular, 1890-1940. **Caderno Espaço Feminino**, n.1, 1996. p. 15-52.

CAULFIELD, Sueann; CHAMBERS, Sarah C.; PUTNAM, Lara (eds). **Honor, Status, and Law in Modern Latin America**. Durham: Duke University Press, 2005. 344p.

**CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. História da leitura no mundo ocidental. São Paulo: Ática, 1998, 2 vol.**

CESAR, Guilhermino. **História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971. 414 p. (Coleção Província, 10).

CESAR, Guilhermino. Introdução e Cronologia Biobibliográfica. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário**: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 5-32.

CESAR, Guilhermino. **Notícia do Rio Grande**: literatura. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/ UFRGS, 1994. 226 p.

CESAR, Guilhermino. **O criador do romance gaúcho**. Porto Alegre: Fac. de Filosofia, 1947.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. In: **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.

CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. In: **Métis: história & cultura**, v. 2, n. 3, jan/jun de 2003, p. 73-94.

CHABAS, M. **Le duel Judiciaire en France (XII-XVI)**. Saint Sulpice de Favières: Jean-Favard, 1978.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. 345 p.

CHAMBERS, Sarah C. **From Subjects to Citizens**: Honor, Gender, and Politics in Arequipa, Peru, 1780-1854. University Park: Penn State University Press, 1999. 256p.

CHARTIER, Roger (coord.). **As Utilizações do Objecto Impresso**. Algés [Portugal]: Difel, 1998.

**CHARTIER, Roger (org.). Práticas de leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.**

**CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: EDUNESP, 1999.**

**CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. 244 p.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas.. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 1994.

**CHARTIER, Roger. A ordem dos livros. Brasília: EDUNB, 2001.**

CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARTIER, Roger. **Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séc. XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar. Cultura escrita e literatura**. São Paulo: EDUNESP, 2007.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, USP, n. 5, v. 11, Jan-abr. 1991.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: EDUNESP, 2002.

CHARTIER, Roger. Writing the practices. **French Historical Studies**, v. 21, n.2, p.255-264, 1998.

CHASTEEN, J. C. Violence for Show: Knife Dueling on a Nineteenth-Century Cattle Frontier. In: JOHNSON, Lyman L. (ed.). **The Problem of Order in Changing Societies: Essays on Crime and Policing in Argentina and Uruguay, 1750-1940**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1990. p. 47-64.

CHAVES, Flávio Loureiro. Um texto resgatado. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora**. 2. ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 237-259.

CHESNAIS, J. C. Historia de la violencia el homicidio y el suicidio a traves de la historia. In: **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, v. 44, n. 2, jun 1992. p. 205-223.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CIBILS, Luís Alberto. Institutos Históricos e Geográficos Anteriores. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, vol. I, n. 135, 2000, pp. 7-11.

CICERCHIA, Ricardo. De mujeres, varones y juices: Familia popular y justicia en la ciudad de Buenos Aires (1776-1850). In: PERRIN, Michel; PERRUCHON, Marie (comp.). **Complementariedad entre Hombre y Mujer**. Relaciones de Genero desde la Perspectiva Amerindia. Quito: Abyayala, 1997.

COCHRAN, H. **Noted American Duels and Hostile Encounters**. Philadelphia and New York: Chilton Books, 1963. 320 p.

COLOMBEY, E. **Histoire anecdotique du duel dans tous les temps et dans tous les pays**. Paris: Michel Lévy Frères Editeurs, 1900.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

CORRÊA, Mariza. **Os Crimes da Paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- COSTA LIMA, Luiz. **O controle do imaginário & a afirmação do romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- COSTA, Renato. Os três Institutos Históricos do Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. n. 123, p. 43-51, 1982.
- CRUZ, Claudio. O conceito de cor local no romantismo brasileiro e a sua presença no romance *A Divina Pastora*. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, n.99, p. 29-47, 1995.
- DA MATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DARNTON. Robert. A leitura rousseauista e um leitor “comum” no século XVIII. In: CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- DARNTON. Robert. **O Beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DECCA, E. S.; LEMAIRE, R. (org.). **Pelas Margens**. Outros caminhos da História e da Literatura. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.
- DeNIPOTI, Cláudio; GRUNER, Clóvis. **Nas tramas da ficção: história, literatura e leitura**. Curitiba: Ateliê Editorial, 2009, p. 17.
- Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz – <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>, acessado em junho de 2009.
- DINIZ, A. As artes de curar nos tempos do cólera. In: CHALHOUB, S.; MARQUES, V.R.B.; SAMPAIO, G. dos R.; GALVÃO SOBRINHO, C.R. (orgs.). **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 355-385.
- DÓRIA, Carlos Alberto. A Tradição Honrada. **Pagu**, nº 2, Campinas: Unicamp/ Núcleo de Estudos de Gênero, 1994, p. 47-111.
- DOSSE, F. **A História à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: UNESP, 2001. 321 p.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Muita Vergonha, Pouca Vergonha: sexo e moralidade entre classes trabalhadoras urbanas. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e Identidade Operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ/PROED, 1987.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ECO, Umberto. **Baudolino**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990-1993. 2 vols.
- ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
- ESTEVES, M. A. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FABRE, Daniel. O Livro e sua Magia. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 201-228.
- FARIA FILHO, Luciano M. (org.). **Modos de ler/ formas de escrever: estudos de histórias da leitura e da escrita no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- FARIA, Fernando Antonio. **Querelas brasileiras**: homeopatia e política imperial. Rio de Janeiro: Notrya, 1994.
- FEBVRE, L. **Honra e Pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 342 p.
- FEHÉR, Ferenc. Es problemática la novela? Una contribución a la teoría de la novela. In: FEHÉR, Ferenc et alli. **Dialéctica de las formas**: el pensamiento de la Escuela de Budapest. Barcelona: Península, 1987.
- FERNANDEZ, D. **Tribunal de honra**. Rio de Janeiro: Record, 1999. 560 p.
- FERNÁNDEZ, M. A. Familias en conflicto: entre el honor y la deshonra. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, nº 20, 1999, p. 7-43;
- FERNÁNDEZ, María Alejandra. El honor: una cuestión de gênero. **Arenal**, Universidade de Granada, vol. 7, nº 2, jul/dez, 2000, p. 361-381.
- FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina Impopular: Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: CHALHOUB, Sidney et. al. (org.). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2003, p. 101-122.
- FONSECA, C. L. W. **Feminino, masculino e formas de poder**: o código de honra em uma vila porto alegreense. Porto Alegre: UFRGS, 1988. 60 p. (Cadernos de Estudos; v. 10)
- FONSECA, Claudia. **Família, Fofoca e Honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- FOROT, V. **Un Duel Mortel A Tulle**. Tulle: Imprimerie Ouvrière, Administrative et Commerciale "La Gutenberg", 1906. 23 p.
- FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2002. 160 p.
- FRANCO, Maria S. C. **Homens livres na sociedade escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. **Caderno de debates**, São Paulo, v. 1, 1976, p. 61-65.

- FRANKLIN, A. **Le Duel de Jarnac et de La Chataigneraie**. Paris: Émile Paul, 1909. 107 p.
- FREIRE, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Bárbara. Filicídio: Incidência e factores associados. **Análise Psicológica** (2006), 4 (XXIV): 437-446.
- FREITAS, Maria Teresa de. **Literatura e história. O romance revolucionário de André Malraux**. São Paulo: Atual Editora, s/d.
- GARCÍA, B. P. O adultério em Portugal. José Cardoso Vieira de Castro: análise de um drama político-cultural. **Ciberkiosk**. Disponível em: <<http://www.ciberkiosk.pt/ensaios/peralta.htm>>. Acessado em 03. set. 2002.
- GAUTHERON, M. (org). **A honra, Imagem de si: um ideal equívoco**. Porto Alegre: L&PM, 1992.
- GAYOL, S. La sexualité des femmes à Buenos Aires: honneur et enjeu masculins (1860-1900). **Revue HSAL**, n. 5, Paris, mars 1997.
- GAYOL, Sandra. Duelos, honores, leyes y derechos: Argentina, 1887-1923. **Anuario IEHS**, Tandil, Argentina, nº 14, 1999;
- GAYOL, Sandra. Elogio, deslegitimación y estéticas de las violencias urbanas: Buenos Aires, 1870-1920. In: GAYOL, Sandra; Kessler, G. (eds.). **Violencias, delitos y justicias en la Argentina**. Buenos Aires: Manantial/Universidad Nacional de General Sarmiento, 2002, p. 41-64;
- GAYOL, Sandra. Honor moderno: the Significance of Honor in Fin-de-Siècle Argentina. **Hispanic American Historical Review**, 84.3 (2004);
- GAYOL, Sandra. **Honor y duelo en la Argentina Moderna**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008. 284 p.
- GAYOL, Sandra. Introduccion al Dossier Pluralidad del honor y diversidad de los honores. **Anuario IEHS**, nº 14, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 1999, p. 233.
- GAYOL, Sandra. **Sociabilidad en Buenos Aires, hombres, honor y cafés, 1862-1910**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2000.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 323 p.
- GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 366 p.
- GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GENAUDET, F. **Étude Historique et Législative sur Le Duel Suivie d'un Projet de Loi**. Laon: Éd. Fleury, 1854. 81 p.
- GENOVESE, Eugene. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 497 p.

- GERTZ, R. E. **O aviador e o carroceiro**: política, etnia e religião. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 271 p.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1992. 228 p.
- GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil; 1989. 244 p. (Coleção Memória e Sociedade)
- GINZBURG, Carlo. **El juez y el historiador**. Acotaciones al margen del caso Sofri. Madrid: Anaya & Mario Muchnik, 1993.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 281 p.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GINZBURG, Carlo. Représentation: le mot, l'idée, la chose. In: **Annales**. Paris, nov/dez, 1991.
- GONÇALVES, C. B. **Processo por calúnias**. Jaguarão: Oficinas de obras d'A Situação, 1907. 67 p.
- GRAHAM, S. L. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 237 p.
- GRISIER, A. **Les Armes et Le Duel**. Paris: Chez E. Dentu, 1864. 607 p.
- GUARNIERI, **Patrizia**. Men Committing Female Crime: Infanticide, family and honor in Italy, 1890-1981. **Crime, History & Societies**, Vol. 13, nº2, 2009. Acessada em 05/jun/2010. URL: <http://chs.revues.org/index1108.html>.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, n. 1, p. 5-27, 1988.
- GUTMANN, A. (org.). **Multiculturalism**: examining the politics of recognition. New Jersey: Princeton University Press, 1994.
- HAHNER, June E. **Pobreza e política**: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920). Brasília: Edunb, 1993.
- HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- HOBSBAWM, Eric J. **Nação e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- HOHLFELDT, Antônio. **Deus escreve direito por linhas tortas**: o romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre 1850 e 1900. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 321 p. (Coleção Memória das Letras; 12)
- Honra das famílias**. Rio de Janeiro: Typ. Esperança, 1876.
- HUNT, L. (org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 317 p. (Coleção O Homem e a História)
- JAMESON, Fredric. **O inconsciente político**: a narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Ática, 1992.
- JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.
- JOHNSON, L. L. (ed.). **The Problem of Order in Changing Societies**: Essays on Crime and Policing in Argentina and Uruguay, 1750-1940. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1990. 161 p.
- JOHNSON, L. L.; LIPSETT-RIVERA, S. (eds.). **The Faces of Honor**: Sex, Shame, and Violence in Colonial Latin America. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998. 240p.
- KANE, H. C. **Gentlemen, Swords and Pistols**. New York: William Morrow and Company, 1951. 306 p.
- KIERNAN, V. G. **El duelo en la historia de Europa**: honor y privilegio de la aristocracia. Madrid: Alianza, 1993.
- KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.
- LABORIE, B. de. **Théorie du Duel**. Paris: Armée et Marine, [1904]. 79 p.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1998.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LANGUE, Frédérique. **Aristócratas, honor y subversión en la Venezuela del siglo XVIII**. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de Historia, 2000.
- LAVRIN, Asunción (org.). **Sexualidad y matrimonio en la América hispánica, siglos XVI-XVIII**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes/ Grijalbo, 1989.
- LEAL, O.M.F. Duelos verbais e outros desafios: representações masculinas de sexo e poder. In: **Cadernos de Antropologia**. Porto Alegre, n. 7, 1992. p. 43-60.

- LEAL, O.M.F. Honra, morte e masculinidade na cultura gaúcha. In: **Brasil & França: ensaios de antropologia social**. Porto Alegre: UFRGS, 1992. p. 141-150.
- LEAL, O.M.F. Suicídio, honra e masculinidade na cultura gaúcha. In: **Cadernos de antropologia**. Porto Alegre, n. 6, 1992. p. 7-21.
- LEENHARDT, J. **A leitura da literatura no cruzamento das histórias culturais**. Porto Alegre: Fundação Cyro Martins, 2000.
- LEMOS, M. M. de. O duelo em Portugal depois da implantação da República. In: CARVALHO, Joaquim Ramos de (coord.). **Revista de História das Idéias, Rituais e Cerimônias**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993. v. 15, p. 570.
- LIMA, Luiz Costa (Org.). **A literatura e o leitor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LIMA, Solimar Oliveira. **Triste Pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciárias no Rio Grande do Sul – 1818-1833**. Porto Alegre: IEL/EDIPUCRS, 1997.
- LOVE, J. L. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975. 282 p. (Coleção Estudos, 37)
- LUKÀCS, Georg. **A teoria do romance**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- LUZ, Madel T. **Arte de curar versus a ciência das doenças: História social da homeopatia no Brasil**. São Paulo: Dynamis Editorial, 1996.
- MACHADO, Lia Zanotta. Honra, Família e Individualismo. **Anuário Antropológico**, nº 85. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p. 138-151.
- MAESTRI, Mário. As Sete Mulheres e as Negras sem Rosto: Ficção, História e Trivialidade. **Cadernos IHU Ideias**, Unisinos, Ano 2, nº17, 2004.
- MAIA, L. de C. **Delictos da linguagem contra a honra**. [Rio de Janeiro]: Edição do autor, [1924]. 201 p.
- MALERBA, Jurandir. **Os brancos da lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil**. Maringá: EDUEM, 1994.
- MALLO, S. Hombres, mujeres y honor: Injurias, calumnias y difamación en Buenos Aires (1770-1840). **Estudios de Historia Colonial**, nº 13, 1993, p. 9-27;
- MALLO, Silvia. Justicia, **divorcio**, alimentos y malos tratos en el Río de la Plata - 1766-1857. **Investigaciones y ensayos**, nº 42, Buenos Aires: Academia Nacional de História, 1992, p. 373-400; e
- MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1977.
- MARAVALL, J. A. **Poder, honor y élites en el siglo XVIII**. Madrid: Siglo XXI, 1984.

- MARQUES, Ana Martins. **A Vida Submarina**. Belo Horizonte: Scriptum, 2009.
- MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: URGs/ IEL, 1978. 636 p.
- MARTINS, P. **Autopsia de uma calúnia**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1937. 343 p.
- MARTINS, Wilson. **História da Inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix/ EDUSP, 1978. vol. 2.
- MASSI, M. C. de. **History of Duelling in All Countries**. London: Newman & Co., [1880], 116 p.  
[Traduzido do francês por Sir Lucius O'Trigger]
- MAUAD, Ana Maria. As fronteiras da cor: imagem e representação social na sociedade escravista imperial. **LOCUS: Revista de História**. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/ Departamento de História/ Arquivo Histórico/ UFJF, 2000. v. 6, n. 2.
- MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e História – interfaces. In: **Revista Tempo**. nº 2. Departamento de História. Niterói. UFF. 1996.
- MAUAD, Ana Maria. Janelas que se abrem para o mundo: fotografia de imprensa e distinção social no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. **Estudios Interdisciplinarios sobre America Latina - EIAL**. Israel: Universidad de Tel-Aviv, v.10, n.2, p.63 - 89, 1999.
- MAUCH, Cláudia. **Ordem Pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.
- MCKEON, Michael (ed.). **Theory of the novel**. A historical approach. Baltimore/ Londres: The Johns Hopkins University Press, 2000.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MELVILLE, L.; HARGREAVES, R. **Famous Duels and Assassinations**. London: Jarrolds Publishers, 1929. 288 p.
- MEREA, P. O Poema do Cid e a história do duelo. In: **Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**, v. 37, 1961. p. 87-116.
- Méthodo de ser feliz ou catecismo de moral especialmente para uso da mocidade**. Coimbra, 1787. [Versão do francês para o idioma vulgar por G.E.F.];
- MEYER, Marlyse. **O Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MILLER, Willian Ian. **Humiliation and other essays on Honor, Social Discomfort, and Violence**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1993.
- MOMIGLIANO, A. **Os limites da helenização**. A interação das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

- MONSMA, K. The Meaning of Honor: A Case of Libel in 19<sup>th</sup> Century Rio Grande do Sul. **XXI International Congress of the Latin American Studies Association**. Chicago, September 24-26, 1998.
- MOREIRA, Dr. Nicolao Joaquim. **A moral é a base da verdadeira civilização**, alterações pathológicas provenientes da falta de desenvolvimento do elemento moral. Rio de Janeiro: Academia Imperial de Medicina, 1861;
- MOREIRA, Maria Eunice (coord.). **Narradores do Partenon Literário**. Porto Alegre: IEL, 2002. 187 p. (Primeiros Textos; 3)
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Entre o Deboche e a Rapina**. Os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem**: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre: EST, 2003.
- MORETTI, Franco (org.). **O romance, 1**: A cultura do romance. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- MORETTI, Franco. The Novel: History and Theory. **New Left Review**, 52, July-August 2008, p. 111-124.
- MUNARETO, G. D.; WEBER, B. T. Entre Mestres e Charlatães: a formação da identidade médica gaúcha. In: **II Encontro Gaúcho de História e Saúde**. Santa Maria: Departamento de História/ UFSM, 2009.
- NADAF, Yasmin Jamil. **Rodapé das miscelâneas**. Rio de Janeiro: Sete letras, 2002.
- NEDEL, Letícia Borges; RODRIGUES, Mara. Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História no Rio Grande do Sul. In: **Ágora**. Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, jan./jun. 2005.
- ODAVNA, F. P. E. von. **Die Satisfaction**: Ehre, Mut und Genugthuung im Lichte der Wahrheit. Agram: Im. Selbstverlage, 1903. 113 p.
- ODERIGO, M. A. **Historia, verdad y justicia**. Madrid: Depalma, 1972. 69 p.
- OLIVEIRA, F. A. de. **Crimes contra a honra**: direito material e direito formal. 2. ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 1994. 273 p.
- OLIVEN, R. G. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Vozes, 1992. 143 p.
- PARKER, D. S. L., Honor, and Impunity in Spanish America: The Debate over Dueling, 1870–1920. **Law And History Review**, v. 19, n. 2, Summer 2001.
- PEIRANO, M. **O Dito e o Feito**: Ensaios de Antropologia dos Rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

- PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. 211 p.
- PERISTIANY, J. G. **El concepto del honor en la sociedad mediterránea**. Barcelona: Labor, 1968.
- PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 332 p.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Construção da Diferença: cidadania e exclusão**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.14, n.2, p.383-396, 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris**, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 393 p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **Revista História da Educação**. ASPHE-UFPEL, v.7, nº14, p.31-46, set. 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos e criadores**. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980. 305 p. (Coleção Documentos, 18)
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: a economia e o poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. 190 p. (Série Documenta, 5)
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos do século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy; GAYOL, Sandra (orgs.). **Sociabilidades, justiça e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PESAVENTO, Sandra. Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro”(Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). In: PESAVENTO, Sandra et al (Orgs.). **História cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 209-244.
- PETERSEN, S. R. F. Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira. **LPH. Revista de Historia**, Ouro Preto, [s.d.]. p. 1-19.
- PICCOLO, Helga. A Política Rio-Grandense no Império. In: **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, pp. 93-117.

- PINTO, A. de F. **Memórias do Coronel Falcão**. 3. ed. rev. Porto Alegre: Movimento, 1986. 212 p. (Coleção Rio Grande, 9)
- PITT-RIVERS, J. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. p. 11-60.
- PITT-RIVERS, J.; PERISTIANY, J. G. **Honor y Gracia**. Madrid: Alianza, 1993.
- PITT-RIVERS, Julian. La enfermedad del honor. **Anuario IEHS**, nº 14, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 1999.
- PORTELA, A. **Os Grandes Duelos em Portugal**. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, [s.d.]
- PORTUGAL. **Alvará condenando a pena de degredo em Angola ou São Tome a quem entrasse em desafio**. Lisboa, 1590. 2 p. Folheto
- PORTUGAL. **Ley dos desafios**. Lisboa: s/e, 1612.
- PORTUGAL. **Ley dos desafios**. Lisboa: s/e, 1612. 2 p. Folheto
- PRAÇA, José Joaquim Lopes. **A mulher e a vida ou a mulher considerada debaixo dos seus principaes aspetos**. Livraria Portuguesa: Coimbra, 1872.
- PRADO, Décio de Almeida. **História concisa do teatro brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- PRIORE, Mary del. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro/ Brasília: José Olympio/ EDUNB, 1993.
- REIS, Ana Lúcia S.R. de Andrade; BRAGA, Claudia. O Romance de Folhetim no Brasil do Século XIX – Modelos e Inovações. **Anais do X Congresso Internacional da ABRALIC**, Rio de Janeiro, 2006.
- REVERBEL, Carlos. Traços biográficos de Caldre e Fião. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora**. 2. ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 237-259.
- Revista do Parthenon Litterario**: ano de 1872: nº 1 a 6: 2ª série. Porto Alegre: Impr. Oficial, 1953. 236 p. (Reprodução em Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, nº 117 a 120.)
- Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario**. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1869. V.1: n.3 jul, n.6 ago, n.9 nov.
- Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario**: 2ª série. Porto Alegre: Typ. da Reforma, 1872-1876. [1872, 1(1-6); 1873, 2(1-12); 1874, 3(6), 1875, 4-5; 1876, 5(1, 3)]

- RIBEIRO, José Iran. "Dê-lhe laço como sargento de escolta": a violência nos recrutamentos militares. In: **História em Revista**. Pelotas: UFPel, v. 10, dez. 2004.
- RIBEIRO, Renato Janine. A honra e o sangue. In: RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no Antigo Regime**. São Paulo: Moderna, 1999.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papyrus, 1997. 3 vol.
- RIVANERA, J. J. **Código de honor comentado el duelo en la historia, el derecho y la institución castrense**. Buenos Aires: Arayu, 1954. 330 p.
- ROCCA, P. **Las primeras fronteras críticas de la gauchesca** (Hegel, Sarmiento, Rodó). Porto Alegre: Fundação Cyro Martins, 2000.
- ROCHER, G.; MARCOTTE, B. Politiques linguistiques et identité nationale comparées au Québec et en Catalogne, in: BOUCHARD, G.; LAMONDE, Y. (orgs.). **La nation dans tous ses états: Le Québec en comparaison**. Montreal: Harmattan, 1997, p. 251-267.
- ROHDEN, Fabíola. Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, nº 48, Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, 1999, p. 69-89.
- ROHDEN, Fabíola. Honra no Brasil: da moral sexual à imagem da nação. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Dez 2001, vol. 8, nº 3, p. 767-773.
- ROHDEN, Fabíola. Para que Serve o Conceito de Honra, ainda hoje? **Campos - Revista de Antropologia Social**, 7(2):101-120, 2006.
- ROSA, O. **Vultos da epopéia farroupilha: esboços biográficos**. Porto Alegre: Globo, 1935. 224 p.
- RUGGIERO, Kristin. Honor, maternidad y el disciplinamiento de las mujeres: infanticidio en el Buenos Aires de finales del siglo XIX. In: FLETCHER, Lea (Org.). **Mujeres y cultura en la Argentina del siglo XIX**. Buenos Aires: Feminaria, 1994, p. 227-235.
- RUGGIERO, Kristin. Honor, Maternity, and the Disciplining of Women: Infanticide in Late nineteenth-Century Buenos Aires. **Hispanic American Historical Review**, 72:3, August/ 1992.
- RUGGIERO, Kristin. Wives on "Deposit": Internment and the Preservation of Husband's Honor in Nineteenth-Century Buenos Aires. **Journal of Family History**, nº 17, 1992;
- RÜSEN, Jörn. How to overcome ethnocentrism: approaches to a culture of recognition by history in the twenty-first century. **History and Theory**, Middletown, theme issue 43. p.118-129. 2004.
- SABINE, L. **Notes on Duels and Duelling**, Alphabetically Arranged, With a Preliminary Historical Essay. Boston: Crosby, Nichols and Company, 1855. 394 p.

- SAHLINS, M. On the Sociology of Primitive Exchange, in: BANTON, M. (org.). **The Relevance of Models for Social Anthropology**. Londres/ Nova York: Tavistock, 1965, p. 139-236;
- SAMARA, Eni de Mesquita. **Família, mulheres e povoamento**: São Paulo, século XVII. Bauru: EDUSC, 2003.
- SANCHEZ, Luis Alberto. **La Literatura del Perú**. Buenos Aires: Imprenta de La Universidad - Instituto de Cultura Latino-Americana, 1939.
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. **História Geral da Medicina Brasileira**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991. 2 vol.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARTZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- SEED, Patricia. **To Love, Honor, and Obey in Colonial Mexico**: Conflicts over Marriage Choice, 1574-1821. Stanford: Stanford University Press, 1988. 332p.
- SERRA, Tânia Rebelo Costa. **Antologia do romance-folhetim (1839 a 1870)**. Brasília: UNB, 1997.
- SERRA, Tânia Rebelo Costa. Diacronia e sincronia do romance-folhetim brasileiro do século XIX. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, FAPA, nº 20, 1997.
- SERRA, Tânia Rebelo Costa. **Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos**: A Luneta Mágica do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.
- SILVA, C. **Pinheiro Machado**. Brasília: Unb, 1982. 163 p. (Coleção Temas Brasileiros, 23)
- SILVA, Roger Costa de. **Muzungas**: consumo e manuseio de químicas por escravos e libertos no Rio Grande do Sul (1828-1888). Pelotas: EDUCAT, 2001.
- SOCIÉTÉ DU CONTRE DE QUARTE. Code du Duel. Paris: Paul Ollendorff, 1897.
- SOCIÉTÉ DU CONTRE DE QUARTE. **Code du Duel**. Paris: Paul Ollendorff, 1897. 22 p.
- SOCOLOW, Susan M. Acceptable Partners: Marriage Choice in Argentina, 1778-1810. In: LAVRIN, Asunción (ed.). **Sexuality and Marriage in Colonial Latin America**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1989.
- SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890 – 1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SOULODRE-LA FRANCE, R. "Por el Amor!" Child Killing in Colonial Nueva Granada. In: **Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies**, v. 23, n. 1, 2002, pp. 87-100.

- SOUSA, J. Galante de. **O teatro no Brasil**. Rio de Janeiro: MEC/ INL, 1960.
- SOUZA, Roberto Acízelo de (org.). **Historiografia da literatura brasileira**: textos inaugurais: Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.
- SPALDING, W. **Dois vultos da história gaúcha**: Xavier Ferreira e Onofre Pires. Porto Alegre: Santa Teresinha, 1958. 31 p.
- SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande**. Porto Alegre: Sulina, 1969.
- SPECKMAN GUERRA, Elisa. Morir a manos de una mujer: homicidas e infanticidas en el porfiriato. In: CASTRO, Felipe; TERAZAS, Marcela (Coords.). **Disidencia y disidentes en la Historia de México**. México: UNAM, 2003, p.295-320.
- SPIERENBURG, Pieter. Resenha de SCHREINER, Klaus; SCHWERHOFF, Gerd (Eds.). Verletzte Ehre. Ehrkonflikte in Gesellschaften des Mittelalters und der frühen Neuzeit. In: **Crime, Histoire & Sociétés** [on line], Vol. 1, nº1, 1997. <<http://chs.revues.org/index1036.html>> Acessado em 15 nov. 2009.
- STEINMETZ, A. **The Romance of Duelling in All Times and Countries**. London: Chapman and Hall, 1868. 2 v.
- STONE, Lawrence. The revival of narrative: reflections on a new old history. **Past & Present**, Oxford, v.85, n.1, p.3-24, 1979.
- SÜSSEKIND, F.. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SYRETT, H. C.; COOKE, J. G. (ed.). **Interview in Weehawken**. The Burr-Hamilton Duel as Told in the Original Documents. Middletown, CT: Wesleyan University Press, 1960. 180 p.
- TAYLOR, C. The Politics of Recognition, in: GUTMANN, A. (org.). **Multiculturalism and "The Politics of Recognition"**. New Jersey: Princeton University Press, 1994, p. 25- 73.
- TEIXEIRA, C. C. **A honra da política**. São Paulo: Relume-Dumará, 1998. 144 p.
- TEIXEIRA, Múcio. **Os Gaúchos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1920-1921. 2 v.
- THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**. Porto Alegre, n. 15, p. 7-23, 2001/2002.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. 493 p.
- TINHORÃO, José Ramos. **Os Romances em folhetins no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1994.
- TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. **Rio Grande da América do Sul**: partidos e eleições (1823-1990). Porto Alegre: UFRGS/ Sulina, 1991.

- TWINAM, Ann. **Public Lives, Private Secrets: Gender, Honor, Sexuality, and Illegitimacy in Colonial Spanish America**. Stanford: Stanford University Press, 1999. 464p.
- URCULLU, D. José de. **Lições de Boa Moral de Virtude e de Urbanidade**. Rio de Janeiro: A. Freitas Guimarães & C.a., 1848.
- VELLINHO, M. **Letras da província**. 2. ed. rev. Porto Alegre: Editora Globo, 1960. 272 p. (Coleção Província)
- VERDERY, Katherine. Para onde vão a 'nação' e o 'nacionalismo'? In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 239-247.
- VILLAVICENCIO, Herminio Nuñez. Narración histórica y narrativa literaria, una cuestión posmoderna. **Ciencia Ergo Sum**, Toluca, v.14, n.1, p.81-92. 2007.
- VON SIMSON, Olga. Imagem e Memória. In: SAMAIN, Etienne (org.). **O Fotográfico**. São Paulo, Hucitec, 1998, p. 21-34.
- WAIZBORT, Leopoldo (Org.). **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- WATT, Ian. **A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- WEBER, Beatriz T. **As Artes de Curar**. Bauru/ Santa Maria: Edusc/ UFSM, 1999.
- WEBER, Beatriz T. Médicos e charlatanismo: uma história de profissionalização no Sul do Brasil. In: SILVA, Mozart L. da (org.). **História, Medicina e Sociedade no Brasil**. Santa Cruz: EDUNISC, 2003, p. 95-128.
- WEINGARTNER NETO, J. **Honra, privacidade e liberdade de imprensa**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. 351 p.
- WESCHENFELDER, Josiane. Uma sentença gaudéria contra patrão de CTG. **Zero Hora.com <online>**, nº 15858, 24 jan. 2009. Acessado em 15 mar. 2009.
- WHITE, H. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP, 1994. (Coleção Ensaios de cultura, 6)
- WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 215 p.
- WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 439 p.
- WITTER, Nikelen A. **Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil**. Porto Alegre: PUCRS, 2001.

WITTER, Nikelen A. Dos cuidados e das curas: a negociação das liberdades e as práticas de saúde entre escravos, senhores e libertos (Rio Grande do Sul, Século XIX). **História Unisinos**, 10(1):14-25, Janeiro/Abril 2006.

### Teses e dissertações

AQUINO, Ivânia Campigotto. **A representação do imigrante alemão no romance sul-rio-grandense**: "A divina pastora", "Frida Meyer", "Um rio imita o Reno", "O tempo e o vento" e "A ferro e fogo". Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Letras/ IL/ UFRGS, 2007. (Tese de Doutorado)

AZEKA, Gabriela Hatsue Yuasa. **Um enjeitado e um sargento de milícias**: formação do sujeito e do romance. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês/ FFLCH/ USP, 2005. (Tese de Doutorado)

BOEIRA, Luciana Fernandes. **Entre história e literatura**: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/ IFCH/ UFRGS, 2009. (Dissertação de Mestrado)

CANO, Jefferson. **O fardo dos homens de letras**: o orbe literário e a construção do império brasileiro. Campinas: Programa de Pós-Graduação em História/ IFCH/ UNICAMP, 2001. (Tese de Doutorado)

CHAVES, Larissa Patron. **"Honremos a Pátria Senhores!" As Sociedades Portuguesas de Beneficência**: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910). São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em História/ Unisinos, 2008. (Tese de Doutorado)

CUNHA, Jaqueline Rosa da. **A formação do sistema literário de Pelotas**: uma contribuição para a literatura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Letras/ Faculdade de Letras/ PUCRS, 2009. (Tese de Doutorado)

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social/ IFCS/ UFRJ, 2007. (Tese de Doutorado)

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social/ IFCS/ UFRJ, 2007. (Tese de Doutorado)

FIGUEIREDO, Joana Bosak. **O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o Estado nacional (1851-1865)**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/ IFCH/ UFRGS, 2000. (Dissertação de Mestrado)

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. **De rio-grandense a gaúcho: o triunfo do avesso: um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/ IFCH/ UFRGS, 2006. (Dissertação de Mestrado)

HEINEBERG, Ilana. **La suite au prochain numéro: Formation du roman-feuilleton brésilien à partir des quotidiens Jornal do commercio, Diário do Rio de Janeiro et Correio mercantil (1839-1870)**. Paris: U.F.R. d'Études Ibériques et Latino-Américaines/ Université de La Sorbonne Nouvelle – Paris III, 2004. (Thèse de Doctorat)

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/ FFCH/ PUCRS, 2007. (Dissertação de Mestrado)

ISAIA, Arthur. **A imprensa liberal rio-grandense e o regime eleitoral do Império: 1878-1889**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/ FFCH/ PUCRS, 1988. (Dissertação de Mestrado)

JAROUCHE, Mamede Moustafa. **Sob Império da Letra: Imprensa e política no tempo das "Memórias de um Sargento de Milícias"**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História/ FFLCH/ USP, 1997. (Tese de doutorado)

KLAFKE, Álvaro Antonio. **O Império na província: construção do estado nacional nas páginas de O Propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/ IFCH/ UFRGS, 2006. (Dissertação de Mestrado)

KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura/ PUC-Rio, 2005. (Tese de Doutorado)

LAZZARI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)**. Campinas: Programa de Pós-Graduação em História/ IFCH/ UNICAMP, 2004. (Tese de Doutorado)

MAIA, Lúcia Henriques. **O Perdão, de Andradina de Oliveira: romance urbano na Belle Époque rio-grandense**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Letras/ IL/ UFRGS, 2007. (Dissertação de Mestrado)

MELO, Eduardo Silveira Cabral de. **A figura histórica e ficcional do gaúcho: O gaúcho, de José de Alencar, e Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez, de Tabajara Ruas**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Letras/ Faculdade de Letras/ PUCRS, 2008. (Dissertação de Mestrado)

- MELO, Mariana Ferreira de. **Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: assistencialismo, solidariedade e poder.** Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura/ PUC-Rio, 1997. (Dissertação de Mestrado)
- MOTTER, Ana Lisete. **As relações entre as bancadas teuta e luso-brasileira na Assembléia Legislativa Provincial Rio-Grandense (1881-1889).** São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em História/ Unisinos, 1998. (Dissertação de Mestrado)
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927).** Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/ IFCH/ UFRGS, 2006. (Dissertação de Mestrado)
- PILLAR, Thanira Chayb de. **Níveis Tintas: índice classificado de assuntos e índice remissivo de colaboradores da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 1839-1864.** Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Letras/ Instituto de Letras e Artes/ PUCRS, 1996. (Dissertação de Mestrado)
- PÓVOAS, Mauro Nicola. **Uma história da literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX.** Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Letras/ Faculdade de Letras/ PUCRS, 2005. 2 vol. (Tese de Doutorado)
- RIBEIRO, José Iran. **De tão longe para sustentar a honra nacional: Estado e Nação nas trajetórias dos brasileiros na Guerra dos Farrapos.** Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História/ UFRJ, 2009. (Tese de Doutorado)
- RODRIGUES, Mara Cristina de Mattos. **Da crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação - 1925 a 1964.** Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/ IFCH/ UFRGS, 2006. (Tese de Doutorado)
- SCHAPOCHNIK, Nelson. **Jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial.** São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História/ FFLCH/ USP, 1999. (Tese de doutorado)
- SCHITZ, Viviane Salatti. **Presença de mulher: a produção feminina na Revista da Sociedade Parthenon Literário.** Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Letras/ Faculdade de Letras/ PUCRS, 2002. (Dissertação de Mestrado)
- SCHMIDT, Benito Bisso. **O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961).** Campinas: Programa de Pós-Graduação em História/ IFCH/ UNICAMP, 2002. (Tese de Doutorado)
- SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. **Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterário e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX.** Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/ IFCH/ UFRGS, 2008. (Dissertação de Mestrado)
- SOUZA, Mônica Lima e. **Entre Margens: o Retorno à África de Libertos no Brasil, 1830-1870.** Niterói: Programa de Pós-Graduação em História/ UFF, 2008. (Tese de Doutorado)

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte**: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/ IFCH/ UFRGS, 2007. (Dissertação de Mestrado)

## **Anexos**

## Anexo 1

### Cronologia de José Antônio do Vale Caldre e Fião<sup>357</sup>

(adendada com os romances precursores no Brasil e no Rio Grande do Sul)

ANO	EVENTO
1821	15 de outubro – nasce em Porto Alegre, Capitania de São Pedro, José Antônio do Vale. Filho de José Antônio do Vale, português, natural de Braga, e de Inácia Joaquina de Almeida Vale.
1823	2 de fevereiro – falece seu pai José Antônio do Vale, que era filho de Antônio José do Vale e de Angélica Maria, casado duas vezes. O primeiro casamento com Inês Vitória de Almeida – sem descendentes; o segundo com Inácia Joaquina de Almeida, sua cunhada, ambas as esposas eram filhas de Antônio de Almeida Cardoso e Genoveva Rosa. <sup>358</sup>
1834	Com a idade de treze anos começa a trabalhar em uma farmácia.
1837	Admitido como aprendiz na Botica da Santa Casa de Misericórdia e Caridade da cidade de Porto Alegre.
1839	João Manuel Pereira da Silva publica <i>O Aniversário de D. Miguel em 1825</i> . Novela histórica de 33 páginas. E logo após, no mesmo ano, publica <i>Religião, Amor e Pátria</i> . Novela de 47 páginas.

<sup>357</sup> A presente cronologia é fruto da compilação de informações de diferentes fontes consultadas, principalmente de BLAKE, 1930; CESAR, 1947, 1971 e 1979; MARTINS, 1978; e REVERBEL, 1992.

<sup>358</sup> Inventário de José Antônio do Vale, nº 832, ano de 1824. 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

ANO	EVENTO
1839	Teixeira e Souza publica <i>O Filho do Pescador</i> . Apontado por José Veríssimo em sua História da Literatura Brasileira como o primeiro romance brasileiro.
1841	Joaquim Norberto de Souza Silva publica <i>As Duas Órfãs</i> . Novela de 35 páginas.
1844	Joaquim Manuel de Macedo publica <i>A Moreninha</i> .
1845	Joaquim Manuel de Macedo publica <i>O Moço Loiro</i> .
1846	Publica <i>Elementos de Farmácia Homeopática para uso da Escola de Medicina Homeopática do Rio de Janeiro</i> .
1846	Publica <i>Enciclopédia dos conhecimentos Úteis</i> .
1847	Teixeira e Souza publica <i>Tardes de um Pintor ou As Intrigas de um Jesuíta</i> .
1847	Publica <i>A Divina Pastora, novela rio-grandense</i> .
1848	Teixeira e Souza publica <i>Gonzaga ou A Conjuração de Tiradentes</i> .
1848	Joaquim Manuel de Macedo publica <i>O Dois Amores</i> .
1848	10 de fevereiro – <b>O Correio da Tarde</b> , do Rio de Janeiro, anuncia o aparecimento do 2º volume de <i>A Divina Pastora</i> e menciona os locais em que podia ser adquirida a obra completa.
1848	Publica o <i>Elogio Dramático ao Faustosíssimo Batizado do Príncipe Imperial D. Pedro</i> .
1849	14 de janeiro – inaugura-se o Colégio da Estrela, para meninas, situado na Rua da Assembléia, 16, no Rio de Janeiro, tem como proprietária e diretora Maria Isabel de Lemos.
1849	24 de janeiro – o jornal <b>O Americano</b> , do Rio de Janeiro, inicia a publicação, em folhetins, de <i>O Corsário</i> .
1849	7 de fevereiro – <b>O Americano</b> anuncia a relação das matérias lecionadas no Colégio da Estrela e dos respectivos professores. José Antônio do Vale aparece como professor de Francês, Italiano, Latim e Filosofia Comparativa entre estes três idiomas e o nacional (sic), para a quarta classe; e, também, responsável pelas disciplinas de Filosofia Moral e Racional, Ciências Naturais e explicação dos fenômenos físicos mais importantes, para a última classe.

ANO	EVENTO
1849	6 de abril – é lançado, no Rio de Janeiro, <b>O Philantropo</b> , “periódico humanitário, científico e literário”, propriedade de C. e F. Traz em seu expediente a seguinte frase: “O fim do <b>Philantropo</b> é combater a escravidão doméstica entre nós, demonstrar seus negros males e apresentar os mais seguros meios de extinguir e prevenir seus funestos resultados”. Era impresso na Tipografia Philantrópica, Rua do Lavradio, 44, Rio de Janeiro.
1849	27 de abril – <b>O Philantropo</b> anuncia que <b>O Americano</b> está publicando <i>O Corsário</i> , “romance original brasileiro, por José Antônio do Vale”. Quando o romance sai na forma de livro aparece como “ <i>Romance rio-grandense pelo Doutor J. A. Vale Caldre e Fião</i> ”.
1849	1º de maio – publica a prosa <i>A Virtude</i> em <b>O Philantropo</b> com a assinatura José Antônio do Vale Caldre e Fião
1849	7 de setembro - em colaboração publicada em <b>O Filantropo</b> , passa a assinar José Antônio do Vale Caldre e Fião.
1849	5 de outubro – publica artigo em <b>O Filantropo</b> , em que trata da Revolução Farroupilha: “A guerra civil do Rio Grande do Sul, de que sou testemunha, nos apresenta outro fato mui saliente: Os rebeldes [farroupilhas] chamaram ao seu exército os escravos, de que fizeram quatro batalhões e alguns esquadrões de cavalaria. Isto causou sérios sustos e arruinou muitas fortunas. Os escravos que não morreram nas batalhas, ficaram mutilados e não serviram mais. Durante a guerra os senhores sofreram estrondosas vinganças dos seus escravos libertos e conheceram bem o valor destes inimigos”.
1849	30 de dezembro – tem publicado em <b>A Rosa Brasileira</b> , jornal recreativo do Rio de Janeiro, o poema <i>Elogio Oferecido às alunas do Colégio da Estrela, dedicado a sua diretora D. Maria Isabel de Lemos Vale Caldre e Fião, e consagrado Ilmo Sr. José Antônio do Vale Caldre e Fião, digníssimo lente do mesmo colégio</i> .
1849	Dezembro – Publica poesias e artigos em <b>A Rosa Brasileira</b> .
1850	2 de setembro – é autorizado pelo Secretário do Estado dos Negócios do Império o funcionamento da Sociedade Contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas. A Sociedade fora organizada em julho do mesmo ano.
1850	7 de setembro – Caldre e Fião propõe na primeira sessão ordinária da Sociedade Contra o Tráfico de Africanos, que o jornal <b>O Filantropo</b> , por não ser político, fosse considerado órgão da mesma sociedade. Sua proposta é aceita.
1850	15 de novembro. Publica em <b>O Filantropo</b> artigo de encômio (louvor) à sociedade recém-fundada.

ANO	EVENTO
1850	22 de novembro – em matéria não assinada, em <b>O Filantropo</b> , denuncia o “contrabandista de carne humana” Manuel Pinto da Fonseca, que introduzira na província do Rio Grande do Sul para cima de 20.000 africanos livres, reduzidos à escravidão contra a Lei de 7 de novembro de 1831. Atacado nominalmente, pelo jornal de Caldre Fião, o famoso magnata teria passado a perseguir o escritor e procurado silenciá-lo.
1850	13 de dezembro – é noticiado em <b>O Filantropo</b> que, durante a 6ª sessão ordinária da Sociedade Contra o Tráfico, Caldre e Fião apresentara proposta para que a Comissão de Colonização da mesma sociedade formulasse projeto de substituição do trabalho escravo pelo livre, “a fim de ser apresentado na próxima sessão das câmaras legislativas”.
1851	Publica <i>O Corsário. Romance rio-grandense pelo Doutor J. A. Vale Caldre e Fião</i> . Rio de Janeiro: Tipografia Filantrópica, Rua da Assembleia, nº 30, 296 p. (1ª edição em livro; 2ª edição do romance) Exemplar para consulta na BCE/PUC - Acervo Júlio Petersen.
1851	23 de maio – o Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira, filho do ex-presidente da província do Rio Grande do sul, de igual nome, assume como o novo redator de <b>O Filantropo</b> .
1851	25 de maio – o novo redator publica, em <b>O Filantropo</b> , nº 107, que “tendo-nos encarregado da redação do <b>Filantropo</b> , não desconhecemos a importância da nossa missão, e empenharemos todas as nossas forças para conservar o bem estabelecido conceito desta folha pelos relevantes serviços que há dois anos presta ao país e a humanidade, devidos unicamente à dedicação do ilustrado Sr. José Antônio do Vale Caldre e Fião”.
1851	15 de agosto – continua o embate entre <b>O Filantropo</b> e os jornais conservadores da Corte, em especial com fortes ataques do <b>Correio da Tarde</b> . Neste dia, o redator, Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira, responde ao <b>Correio</b> e endossa a atuação de Caldre e Fião, afirmando que a manutenção do valente jornal sempre dera despesas a seus redatores, “principalmente ao digno Sr. Dr. Vale Caldre e Fião”. Supõe-se que a campanha contra <b>O Filantropo</b> tenha sido financiada pelo magnata e contrabandista de escravos Manuel Pinto da Fonseca.
1851	10 de outubro – Passa a substituir o Senador Cândido Batista de Oliveira na Comissão Contra o Tráfico de Escravos da “Sociedade Contra o Tráfico”.

ANO	EVENTO
1851	10 de dezembro – Defende perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a tese – <i>Considerações sobre três pontos...</i> No frontispício do volume impresso, figuram os títulos de Caldre e Fião: Doutor em Medicina; Membro e 1º secretário do Ginásio Brasileiro; Membro Conselheiro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; Relator da Comissão de Aulas da Imperial Sociedade Amante da Instrução; Membro da Comissão Contra o Tráfico da “Sociedade Contra o Tráfico e Promotora da Colonização dos Indígenas”; entre outros. O Autor dedica esse trabalho à memória de seus pais; a sua mulher; ao tio materno (a quem chama de segundo pai) Desidério Francisco de Almeida Cardoso; ao Conselheiro Cruz Jobim [diretor da Faculdade de Medicina (1841-1878)]; a Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno; a seus professores Francisco Freire Alemão [Botânico, lecionou na Faculdade de Medicina] e Joaquim José da Silva [médico homeopata].
1852	16 de abril – publica forte artigo em <b>O Filantropo</b> , reafirmando sua fé no programa do jornal e da “Sociedade Contra o Tráfico”. Reassume como redator.
1852	9 de maio – elabora projeto de uma companhia cuja finalidade era colonizar a margem esquerda do Rio Uruguai, no departamento ( <i>sic</i> ) das Missões, no povo de São Nicolau, no ângulo formado pelos rios Piratini e Uruguai, com o capital de 400 contos, dividido em 4.000 ações.
1852	Fins de julho – Chega à província natal para fazer campanha política, já candidato à deputação geral. O <b>Rio-Grandense</b> , da cidade de Rio Grande, em seu número de 28 de julho, noticia seu trânsito pela cidade e o apoio ao candidato: “No vapor <i>Imperador</i> viu de passagem o Sr. Dr. em Medicina Caldre Fião ( <i>sic</i> ), natural desta Província, e que se achava no Rio de Janeiro. O Sr. Caldre Fião é um dos novos candidatos que com mais jus se apresentam à deputação geral. Dizemos com mais jus pelos relevantes serviços que tem prestado à extinção do tráfico como escritor e membro da Sociedade Filantrópica . Desejamos pois que o conte no número de seus representantes na câmara eletiva”.
1852	29 de julho – principia a publicar artigos de propaganda eleitoral em <b>O Rio-Grandense</b> . Oficializa sua candidatura a deputação geral.
1852	1º de agosto – publica em <b>O Rio-Grandense</b> , artigo dirigido “aos dignos patrícios do Rio Grande e Pelotas”, no qual alude às perseguições que sofrera por combater o tráfico de escravos.
1852	O jornal <b>O Pelotense</b> , da cidade de Pelotas, publica, na forma de folhetim, <i>O Corsário</i> , a partir de outubro, em seus nº 132-133 e segs. (3ª edição do romance). Coleção parcial disponível na Biblioteca Pública Pelotense – Seção de Periódicos.

ANO	EVENTO
1853-1856	Deputado Geral pelo Partido Liberal Progressista.
1854	Manuel Antônio de Almeida publica <i>Memórias de Um Sargento de Milícias</i> .
1854-1857	Deputado Provincial pelo Partido Liberal Progressista.
1855	6 de agosto – no 3º ano, da nona legislatura do Parlamento do Império, tem a sua estréia como deputado substituto do Barão de Quaraí. Aborda três assuntos: a exploração das lagoas que ligam a província de Santa Catarina com o município de Santo Antônio da Patrulha; a colonização da margem direita do Rio Uruguai; e a necessidade de auxílio para o estabelecimento de um seminário em Porto Alegre.
1856	Teixeira e Souza publica <i>As Fatalidades de Dois Jovens</i> .
1857	José de Alencar publica <i>O Guarani</i> .
1858	18 de outubro – é redator responsável pelo jornal <b>O Conciliador</b> , criado em Porto Alegre, o novo órgão defende as orientações liberais, ligado ao Barão (depois Conde) de Porto Alegre. O periódico é impresso na tipografia de propriedade de Cândido Augusto de Melo, que recém a transferira de Pelotas.
1859	10 de junho – é incumbido, em ato oficial do Governo, para compilar, para posterior publicação, as Leis da Província.
1860	19 de fevereiro – é realizada a sessão preparatória de fundação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro; Caldre e Fião participa da comissão que redige os estatutos, é eleito orador do Instituto. Do Instituto participam, entre outros, os seguintes membros efetivos: Barão de Porto Alegre, Francisco de Paula Soares, João Damasceno Ferreira, Dr. Manuel Pereira da Silva Ubatuba, Dr. José de Araújo Brusque, Bel. José Joaquim Fernandes Pinheiro, Conselheiro Joaquim Antônio Fernandes Leão.
1860	Agosto – apresenta relatório das atividades até aí desenvolvidas pela novel sociedade, o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, que teve duração efêmera. A entidade congênere do mesmo nome, hoje existente, foi fundada em 1920.
1864-1865	Deputado Provincial pelo Partido Liberal Progressista.
1865	José de Alencar publica <i>Iracema</i> .
1866	Bernardo Guimarães publica <i>O Ermitão de Muquém</i> , na forma de folhetim em <b>O Continental</b> de Ouro Preto, MG.
1866 - 67	Durante epidemia cólera-morbo que assolou Porto Alegre, a atuação do Dr. Caldre e Fião foi intensa e sem exigir pagamento dos pacientes. É essa atuação que ajuda a construir sua fama de médico desvelado, pessoa caridosa e cuidador incansável dos necessitados. É relatada uma verdadeira veneração

ANO	EVENTO
	por parte da população da capital gaúcha. <sup>359</sup>
1867	12 de abril – registra seu testamento <sup>360</sup> , declarando-se católico apostólico romano e nomeando sua testamenteira e única herdeira universal sua legítima esposa, D. Maria Isabel do Vale Caldre e Fião. Também, no mesmo ato, anula anterior perfilhamento <sup>361</sup> de Josefina Amália Rodrigues.

<sup>359</sup> Aquiles Porto Alegre tem longa e laudatória passagem falando dos sacrifícios de Caldre e Fião durante a epidemia de cólera-morbo, que se encerra assim: “Viveu pobremente, quando podia ter todo o conforto, quando podia acabar seus dias comendo em pratos de ouro. Como médico de grande clínica, jamais exigiu retribuição dos seus serviços. Só os conscienciosos, espontaneamente, lhe recompensavam o trabalho. Morava em casa de modesta aparência (...)”, em PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1916, p. 44. Essa prática leva a crer que existisse a tal veneração, ajudada pela fama construída durante a epidemia, o que é mais compreensível devido à alta morbi-mortalidade da doença somada a um precário sistema de saúde. Além do que, era sua constante presença nos jornais como ameaça à saúde pública junto aos embates entre os defensores das diferentes condutas curativas. Ver mais em CASTRO SANTOS, Luiz Antonio. Um século de cólera: itinerário de medo. **PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva**, vol. 4, no 1, 1994, p. 79-110; DINIZ, A. As artes de curar nos tempos do cólera. In: CHALHOUB, S.; MARQUES, V.R.B.; SAMPAIO, G. dos R.; GALVÃO SOBRINHO, C.R. (orgs.). **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 355-385; LUZ, Madel T. **Medicina e ordem política. Políticas e instituições de saúde (1850-1830)**. Rio de Janeiro: Graal, 1982; PATTO, Maria Helena Souza. Teoremas e cataplasmas no Brasil monárquico: o caso da medicina social. **Novos Estudos**, nº 44, mar. 1996, p. 180-99; RIBEIRO, Márcia. **A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII**. São Paulo: Hucitec. 1997; FERREIRA, L. O. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 6, nº 2, p. 331-351, jul/out, 1999.

<sup>360</sup> O testamento consta em seu inventário *post mortem*. **Inventário de José Antonio do Valle Caldre Fião**. Inventariante: Maria Izabel do Valle Caldre Fião. Cartório da Provedoria, Comarca de Porto Alegre, Auto nº 483, maço nº 27, 1877. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>361</sup> A perfilhamento via testamento era uma forma jurídica aceita e praticada pelas famílias nos séculos XVII e XIX de regularizar tanto filhos adotivos como os ilegítimos. Não se sabe qual era o caso e, muito menos, o motivo da anulação do ato de perfilhamento. Sobre essas práticas ver MATTOSO, Kátia. A Família e o direito no Brasil no século XIX. **Anais do Arquivo do Estado da Bahia**, vol. 44, 1979; MORENO, Alessandra Zorzetto. “Criando como filho”: as cartas de perfilhamento e a adoção no império luso-brasileiro (1765-1822). **cadernos pagu** (26), janeiro-junho de 2006: p. 463-474; MORAES NETO, Léo Gomes de. As famílias da elite e suas estratégias de manutenção do patrimônio na primeira metade do século XIX em Guarapiranga. **Anais do III Simpósio Impérios e Lugares no Brasil**, UFOP, Ouro Preto, 12 a 14 de maio de 2010; LEWIN, Linda. **Política e Patronagem na Paraíba. Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993; e PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**. São Paulo, vol. 25 nº 2, 1995.

ANO	EVENTO
1868-1876	Período de intensa participação na imprensa gaúcha. Escreve, principalmente, estudos literários. Inclusive é deste momento um texto sobre uma das primeiras escritoras gaúchas, Delfina Benigna da Cunha, publicado na <i>Revista Mensal do Parthenon Litterário</i> , de 1869.
1868	18 de junho – é fundado na cidade de Porto Alegre, a <i>Sociedade Parthenon Litterário</i> , que se tornara um dos principais núcleos da produção cultural da província. Teve como primeiro presidente – logo após, presidente honorário – o cidadão Dr. José Antônio do Vale Caldre e Fião. Consta como iniciativas do presidente a criação da <i>Revista Mensal do Parthenon Litterário</i> (circulou, com algumas alterações de nome e sem frequência regular, de março de 1869 a setembro de 1879), a fundação da <i>Sociedade Libertadora dos Escravos</i> e o grande estímulo aos jovens escritores da província – entre eles, tais como Apolinário Porto Alegre, João Damasceno Vieira e Múcio Teixeira. Fez doação de terreno para a construção da sede da <i>Sociedade</i> , localizado no atual bairro Partenon. A sede nunca foi erguida.
1870	José de Alencar publica <i>O Gaúcho</i> .
1870	MARCHAND, Carlos Eugenio. João Carlos e Violetta, ou, Dois episódios da guerra actual. Porto Alegre: Typ. Jornal do Commercio, 1870. 66 p.; 18 cm. Exemplar para consulta na BCE/PUC - Acervo Júlio Petersen.
1871	9 de abril – em Circular aos seus correligionários, o Diretório do Partido Liberal solicita recursos para o jornal <b>A Reforma</b> , leva as assinaturas de Caldre e Fião, redator; Antônio Correia de Oliveira, secretário; Luís da Silva Flores, José Pinto da Silva Guimarães, Gaspar Silveira Martins, Timóteo Pereira da Rosa e Florêncio Carlos de Abreu e Silva.
1872	Publicado na <b>Revista Mensal do Partenon Literário</b> , de Porto Alegre, o romance <i>O Vaqueano</i> de Apolinário Porto Alegre. A primeira edição em livro somente sairá em 1927 pela Editora do Globo. PORTO ALEGRE, Apolinário. O vaqueano: narrativa. Porto Alegre: Globo, 1927. 109 p. Exemplar para consulta na BICE/UCS - Coleção Especial Heráclito Limeira.
1875	Sem Autor. <b>Martyrio de Mãe</b> . Rio Grande: Typhographia do Echo do Sul, 1875. 71 p.; 20 cm. Exemplar para consulta na BCE/PUC - Acervo Júlio Petersen.
1876	19 de março – na cidade de Porto Alegre, falece José Antônio do Vale Caldre e Fião, vítima de “infecção purulenta”. Não deixou descendente. Seu enterro

ANO	EVENTO
	acontece no cemitério da Santa Casa de Misericórdia. Sua testamenteira foi D. Maria Isabel do Vale Caldre e Fião, a viúva. <sup>362</sup>
1877	BELLO, Oliveira. Os Farrapos: esboço de um romance brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1877. 273 p. Exemplar para consulta na BICE/UCS - Coleção Especial Laudelino Teixeira de Medeiros.
1882	agosto – é realizada a abertura do túmulo de Caldre e Fião, seus ossos são cremados. <sup>363</sup>
1883	SILVA, João Mendes da. O sertanejo rio-grandense. Porto Alegre: Conservador, 1883. 156 p.; 22 cm. Exemplar para consulta na BCE/PUC - Acervo Júlio Petersen.
1885	OLIVEIRA FILHO, Paulo Marques de. Venus ou o dinheiro. Pelotas: Americana, 1885. 175 p.; 16 cm. Exemplar para consulta na BCE/PUC - Acervo Júlio Petersen.
1886	BARRETO, Dantas. Margarida nobre. Porto Alegre: Jornal do Commercio, 1886. 273 p.; 16 cm. Exemplar para consulta na BCE/PUC - Acervo Júlio Petersen.
1889	HASSLOCHER, Germano. A espelunca: romance de actualidade. Porto Alegre: Ed. da Folha da Tarde, 1889. 123 p.; 17 cm. Exemplar para consulta na BCE/PUC - Acervo Júlio Petersen.
1889	SILVA, João Mendes da. O campeiro rio-grandense: romance regional. Porto Alegre: [s.n.], 1889. 156 p.; 22 cm. Exemplar para consulta na BCE/PUC - Acervo Júlio Petersen.
1979	É publicado <i>O Corsário</i> , em 4ª edição, com nota preliminar de Guilhermino César e fixação do texto de Rosa Maria Hessel Silveira, em Porto Alegre com edição conjunta da Editora Movimento e do Instituto Estadual do Livro. Participa como o nº 37 da Coleção Rio Grande. 263 p.
1992	Recuperada em Montevideú, pelo livreiro pelotense Adão Monquelat, um exemplar de <i>A Divina Pastora</i> . A obra é adquirida pelo Grupo RBS, após restauro, é lançada uma 2ª edição, com ensaio crítico, notas e fixação do texto de Flávio Loureiro Chavez e ensaio biográfico de Carlos Reverbel. (CALDRE E FIÃO, J. A. do V. <i>A divina Pastora</i> . 2. ed. Porto Alegre: RBS, 1992. 260 p. (1ª ed., Typographia Brasiliense, Rio de Janeiro, 1847).

<sup>362</sup> **Inventário de José Antonio do Valle Caldre Fião.** Inventariante: Maria Izabel do Valle Caldre Fião. Cartório da Provedoria, Comarca de Porto Alegre, Auto nº 483, maço nº 27, 1877. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>363</sup> HESSEL, Lothar. Caldre e Fião. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 28/08/1963.

## Anexo 2

### Bibliografia de José Antônio do Vale Caldre e Fião

Pelo que pudemos levantar, ainda não foi compilada, logo não está disponível, a produção textual – literária, médica, jornalística e política – referida como existente de Caldre e Fião, somente este trabalho exigiria uma extensa investigação. Só para exemplificar, vários autores descrevem como copiosa a produção de Caldre e Fião na imprensa, tanto em textos literários como políticos, e poucos são os estudos e as citações desses materiais. Sabe-se que ele escreveu nos seguintes periódicos: **O Americano**, Rio de Janeiro, 1849-1850; **O Philantropo** (redator), Rio de Janeiro, 1849-1851; **A Rosa Brasileira**, Rio de Janeiro, 1849-1851; **O Rio-Grandense**, Rio Grande, 1852; **O Pelotense**, Pelotas, 1852; **O Conciliador** (redator), Porto Alegre, 1858; **Revista Mensal do Parthenon Litterário**, Porto Alegre, 1868-1876; **A Reforma** (redator, jornal do Partido Liberal de Silveira Martins), Porto Alegre, 1871.

Também não localizamos nenhuma análise, mesmo que se façam referências, do fato de que as duas obras romanescas de Caldre e Fião terem sido lançadas e, no caso de **O Corsário**, relançadas em formato folhetim, tendo circulado em jornais do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, antes de sua publicação no formato livro.

A presente lista bibliográfica é uma compilação das bibliografias consultadas em Sacramento Blake<sup>364</sup>, Guilhermino Cesar<sup>365</sup>, Moisés Vellinho<sup>366</sup>; Ari Martins<sup>367</sup> e Carlos Reverbel<sup>368</sup>. Guilhermino Cesar e Carlos Reverbel, os autores mais recentes e mais sistemáticos, citam como fonte a **História da Literatura Brasileira**<sup>369</sup> de José Veríssimo, e, principalmente, o **Diccionario Bibliographico Brasileiro**<sup>370</sup> de Augusto Victorino Sacramento. Blake. As indicações são muitas vezes incompletas, repetidas e misturadas. Certo mesmo é que da maioria das obras de Caldre e Fião só ficou preservado foi o título. O que em alguns casos já informa muito e nos instiga a muitas indagações de pesquisa e investigações arquivísticas.

ANO	OBRA
184?	<p><b>A órfã ou A Herdeira em Leitão.</b> Vaudeville em dois atos. Rio de Janeiro, [184?].</p> <p>BLAKE (1893) afirma que foi apresentado quatro vezes no Teatro do Salão da Floresta.</p>

<sup>364</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1893, vol. 4, p. 312-314.

<sup>365</sup> CESAR, G. **História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)**. 2ª ed. Porto Alegre : Globo, 1971. 414 p. (Coleção Província, 10); CÉSAR, G. **Notícia do Rio Grande: literatura**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/ UFRGS, 1994. 226 p; CESAR, Guilhermino. **O criador do romance gaúcho**. Porto Alegre: Fac. de Filosofia, [1943?]. 14 p; CESAR, Guilhermino. Introdução e Cronologia Biobibliográfica. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **O corsário: romance rio-grandense**. Porto Alegre: Movimento, 1979, p. 5-32.

<sup>366</sup> VELLINHO, M. **Letras da província**. 2ª ed. rev. Porto Alegre: Editora Globo, 1960. 272 p. (Coleção Província)

<sup>367</sup> MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: URG/ IEL, 1978. 636 p.

<sup>368</sup> REVERBEL, Carlos. Traços biográficos de Caldre e Fião. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A divina Pastora**. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 237-259.

<sup>369</sup> VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1916. 435 p.

<sup>370</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1893. 7 volumes.

ANO	OBRA
184?	<b>O Jardim da Noiva.</b> Poesias. Rio de Janeiro, [184?].
184?	<b>O Coronel Manuel dos Santos. Drama trágico em quatro atos e sete quadros.</b> Rio de Janeiro, [184?].
1849	Elogio Oferecido às alunas do Colégio da Estrela, dedicado a sua diretora D. Maria Isabel de Lemos Vale Caldre e Fião, e consagrado Ilmo Sr. José Antônio do Vale Caldre e Fião, digníssimo lente do mesmo colégio. <b>Rosa Brasileira</b> , Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1849. [Poema]
1846	<b>Enciclopédia dos conhecimentos úteis.</b> Rio de Janeiro: s/ed., 1846.
1846	<b>Elementos de farmácia homeopática para uso da Escola de Medicina Homeopática do Rio de Janeiro e da curiosa mocidade brasileira e portuguesa que quiser estudar este ramo da ciência médica.</b> Por José Antônio do Vale, membro do Instituto Homeopático do Brasil, membro efetivo e fundador do Liceu Médico Homeopático, lente substituto de Farmácia da mesma Escola, redator chefe da <i>Enciclopédia dos Conhecimentos Úteis</i> . Rio de Janeiro, Tipografia Brasiliense de F. M. Ferreira. Rua do Sabão, 117. 1846. <sup>371</sup>  [Em sua contracapa traz o anúncio de várias obras, no prelo, dentre as quais figura: <i>Enciclopédia dos Conhecimentos Úteis</i> , redator-em-chefe, José Antônio do Vale; <i>Proposições de Fisiologia</i> , do Dr. Leitão. Anotado e acrescentado com um resumo da História das Funções da vida humana, por José Antônio do Vale.]

<sup>371</sup> Caldre e Fião contava com 25 anos quando escreveu **Elementos...** e o curso de medicina que cita, provavelmente, é a Escola Hahnemanniana de Medicina, fundada em 1844 pelo Instituto Homeopático do Brasil. Dedicar esta sua obra ao “Dr. Bento de Mure, propagador e apóstolo da doutrina de Hahnemann”; e mais comenta sobre o doutor, no Prefácio, escreve o jovem Caldre e Fião, “se doze anos de práticas farmacêuticas me não habilitaram a escrever com acerto sobre esta ciência, a apreciação honrosa que V. S<sup>a</sup> fez do meu fraco saber me animou sobremaneira, e talvez o entusiasmo do abraço aos meus verdes anos de jovem, me fizessem escrever alguma coisa de estimável. Quando o submeti à sua consideração foi temendo que minha ousadia fosse mal sucedida, mas um raio de alegria despontou em meu rosto ao bom acolhimento que lhe faz, e ainda mesmo ao paternal cuidado com que tratava. Zóilos terríveis, com seus caninos dentes, pretenderam morder-me, mas com a amizade dos sábios me consolo, e quando, completa a minha missão, voltar ao seio do país natal entre amigos e parentes, direi: OS SÁBIOS ME ESTIMAM – e descerei à campa coma doce saudade que produzem os mais esquecidos momentos de uma amizade sincera”; Apud BLAKE, 1930; CESAR, 1947.

ANO	OBRA
1847	<b>Curso de Poesia Brasileira.</b> Rio de Janeiro, 1847.
1847	<b>A divina Pastora.</b> Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de F. M. Ferreira, 1847. 2 tomos. <sup>372</sup>
1848	<b>Elogio dramático ao faustosíssimo batizado do Príncipe Imperial Dom Pedro, augustíssimo herdeiro do sólio do Brasil; oferecido ao Senhor D. Pedro II.</b> Rio de Janeiro: Typographia M. da Silva Lima, 1848, 16 p. <sup>373</sup>  Segundo Blake (1893), o poema teria sido recitado pela cantora Delmaestro no teatro do Salão Floresta.
1848	<b>Ramalhete poético dos excelentes versos recitados na Bahia, por ocasião de ali se achar e representar o insigne artista brasileiro João Caetano dos Santos.</b> Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de Rego & Cia., 1848.
1849	Imerisa <sup>374</sup> e as Graças da Natureza. <b>O Filantropo</b> , do nº 7 ao 15. Rio de Janeiro, 18 de maio – 13 de Julho de 1849.
1849	A substituição dos Braços Escravos pelos Livres. In: <b>O Auxiliador da Indústria Nacional</b> , nº 7 e segs. Rio de Janeiro, dezembro de 1849, p.233-252.
1849	<b>Ramalhete Poético dos excelentes versos recitados na Bahia, por ocasião de ali se achar e representar o insigne artista brasileiro João Caetano dos Santos.</b> Rio de Janeiro: Tip. Fluminense de Rego & Cia., 1848. 52 p., com um retrato do artista elogiado.
1849	A substituição dos Braços Escravos pelos Livres. In: <b>O Auxiliador da Indústria Nacional</b> , nº 7 e segs. Rio de Janeiro, dezembro de 1849, p.233-252.

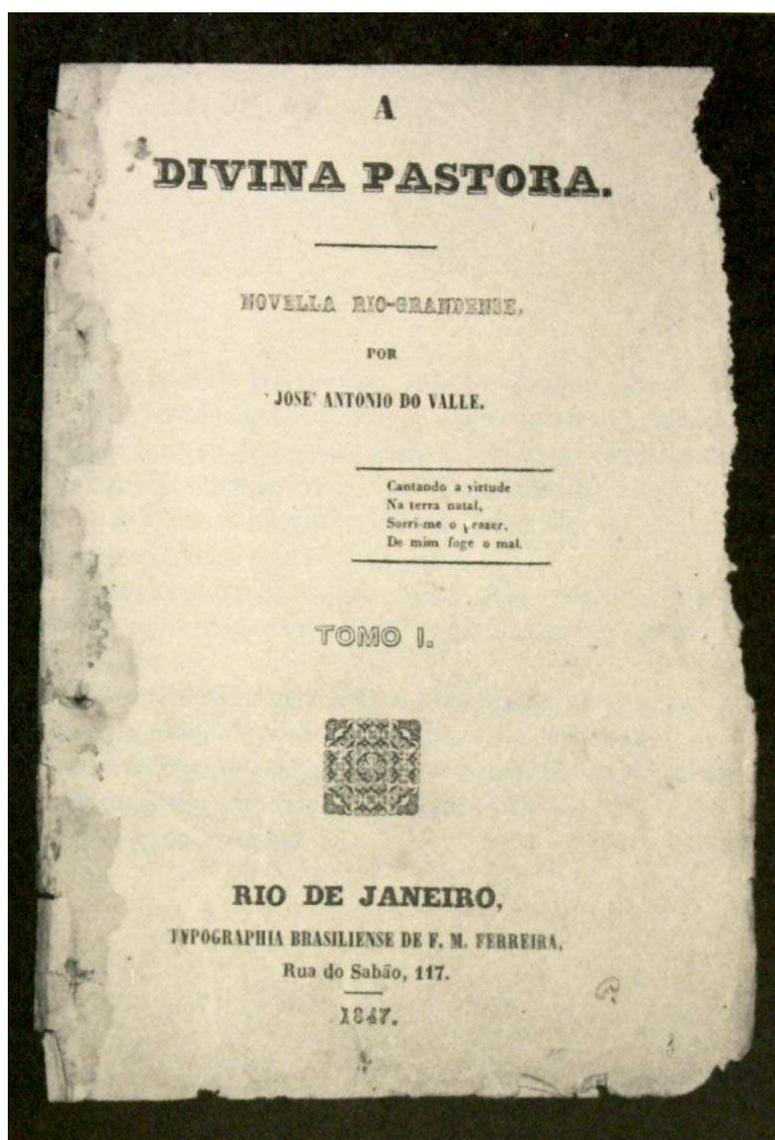
<sup>372</sup> Foi anunciada na imprensa da seguinte forma: “DIVINA PASTORA. – Saiu a luz do 2º volume desta novela brasileira; onde se lê os costumes e hábitos dos povos do Rio Grande do Sul e muitas cenas domésticas em que a virtude aparece sempre triunfante, vestida com os trajes da religião cristã, e o vício açoutado pelo castigo de Deus; assim como muitos episódios da História Brasileira, e muitas poesias inspiradas pela majestade e pureza do céu do Brasil. Vende-se a obra completa por 2\$000 na rua do Sabão Nº 117, rua do Quitanda Nº 70, e na travessa do Desterro nº 8.” Apud CESAR, 1971.

<sup>373</sup> Conforme Guilhermino Cesar, consta em ata, de 1848, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da cidade do Rio de Janeiro, o seguinte: “O Sr. Secretário perpétuo, dando conta do expediente, leu um ofício do Sócio, o Sr. José Antônio do Vale, em que oferecia para serem distribuídos pelos membros do Conselho 12 exemplares do elogio dramático por ele composto, para ser representado no Salão da Floresta, por ocasião do festejo do nascimento do Príncipe Imperador”. Apud CESAR, 1971.

<sup>374</sup> Imerisa é um anagrama imperfeito de Maria Isabel [Lemos], com quem o autor casou a 29 de julho do mesmo ano. Diz Guilhermino Cesar (1947), que o mesmo anagrama aparece em poesia publicada no periódico **A Rosa Brasileira**, nº 24, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1849.

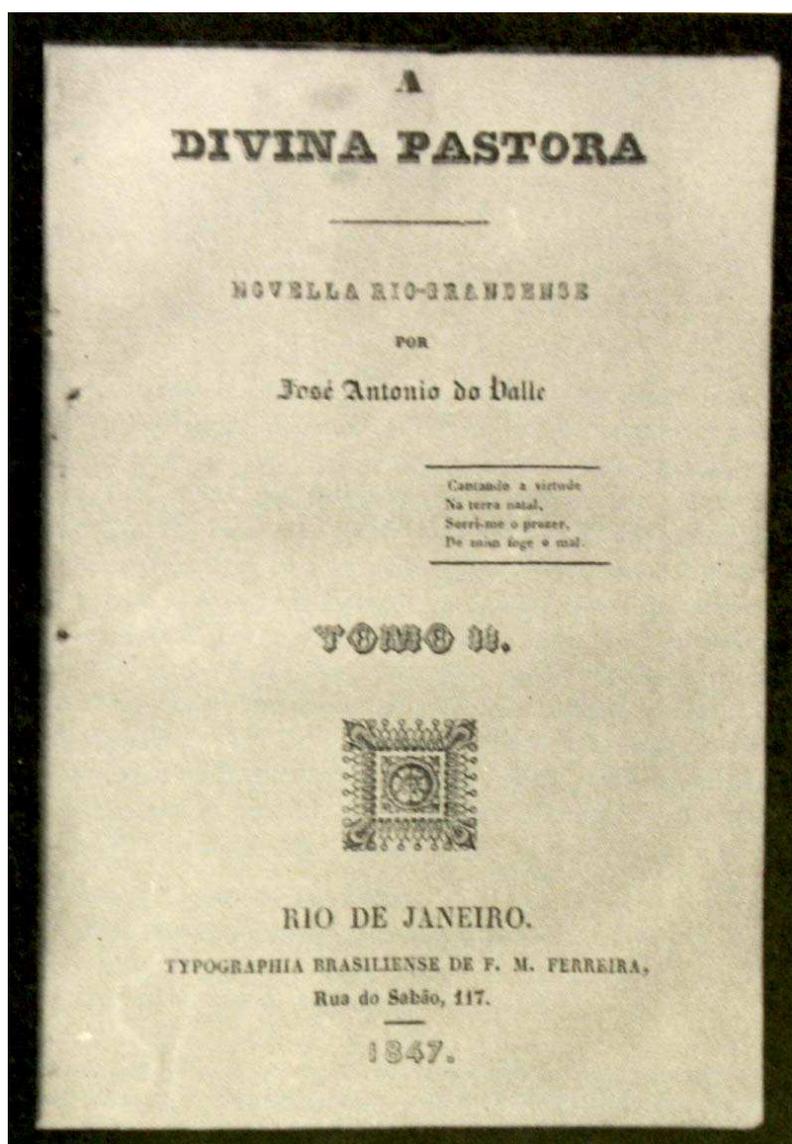
ANO	OBRA
1850	Memória sobre a conveniência de adotar-se no Brasil o projeto de um estabelecimento agrícola, que foi formulado pela sociedade Ginásio Brasileiro, e algumas outras importantes medidas etc. <b>O Auxiliador da Indústria Nacional</b> , nº 5, outubro de 1850, p.171-180.
1851	<b>Considerações sobre os três pontos dados pela faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: 1) Quais as condições para que a água seja potável? Meio de reconhecer o ferro nas águas ferruginosas, quais os estados em que ele se acha? 2) Versão e evolução espontânea. 3) Heterogenia.</b> Tese apresentada e sustentada em 10 de dezembro de 1851. Rio de Janeiro, 1851.
1851	<b>O corsário:</b> romance rio-grandense. Rio de Janeiro: Typographia Philantrópica, 1851.
1979	<b>O corsário:</b> romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979. 263 p.
1992	<b>A divina Pastora.</b> 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992. 260 p.

## Anexo 3

Frontispício d'*A Divina Pastora*, Tomo I, 1ª edição<sup>375</sup>

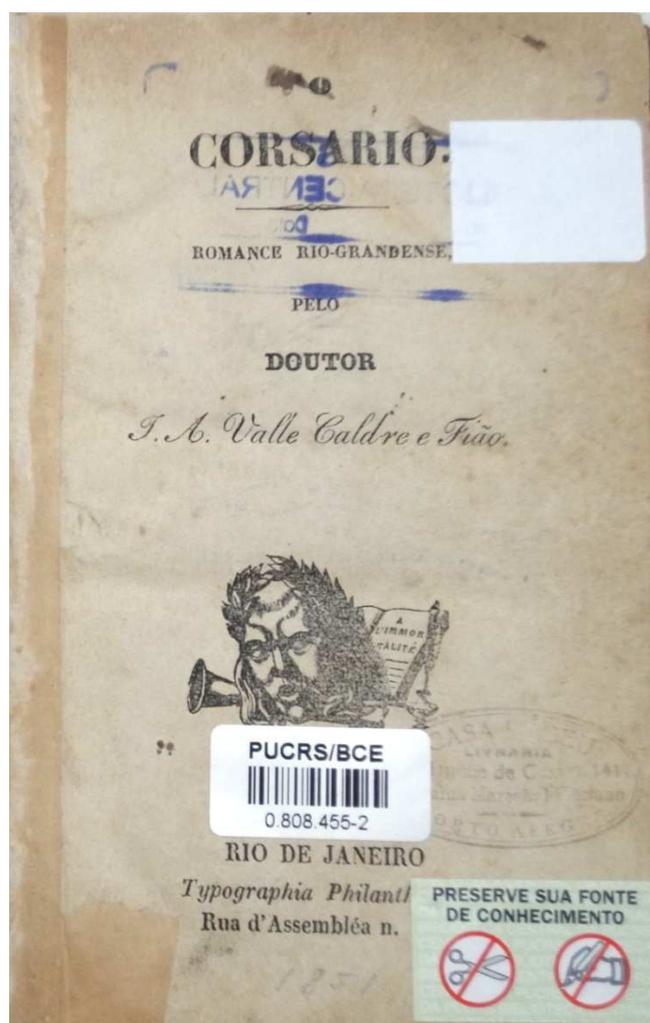
<sup>375</sup> Reproduzido de CALDRE E FIÃO, J. A. do V. *A divina Pastora*. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 19.

## Anexo 4

Frontispício d'*A Divina Pastora*, Tomo II, 1ª edição<sup>376</sup>

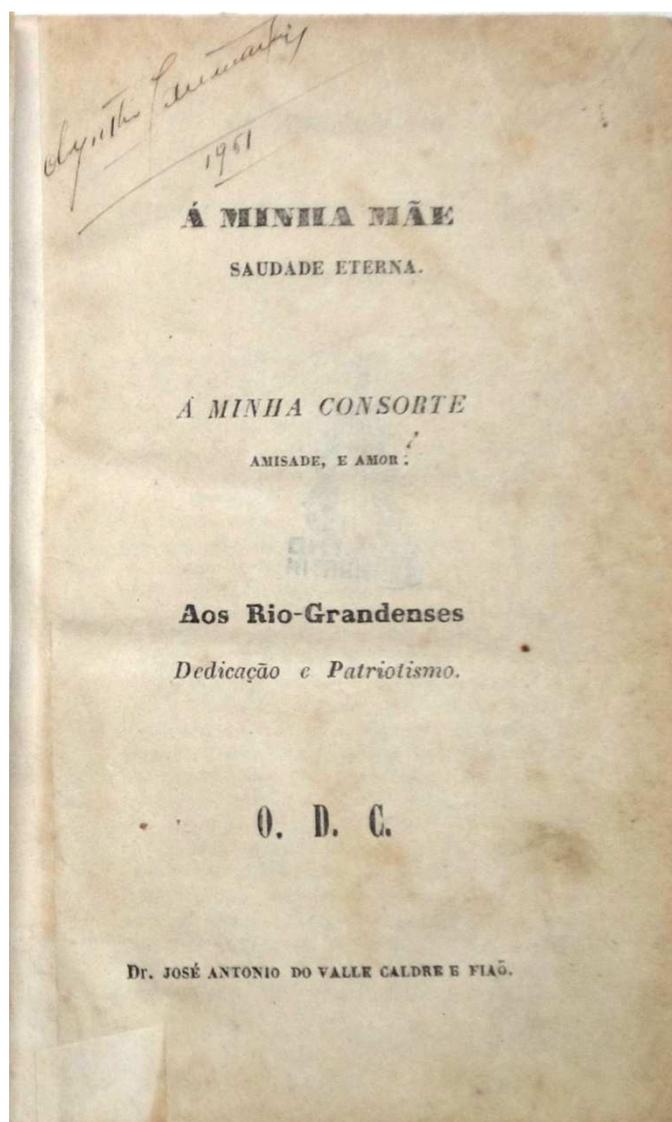
<sup>376</sup> Reproduzido de CALDRE E FIÃO, J. A. do V. *A divina Pastora*. 2ª ed. Porto Alegre: RBS, 1992, p. 125.

## Anexo 5

Frontispício d'O Corsário, 1ª edição<sup>377</sup>

<sup>377</sup> Reproduzido de CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **O corsário**: romance rio-grandense. Rio de Janeiro: Typographia Philantrópica, 1851. Frontispício. O único exemplar da 1ª edição, de conhecimento dos pesquisadores, está disponível para consulta na Biblioteca Central da PUC-RS, Setor de Obras Raras, Acervo Júlio Petersen. Lamentavelmente foram coladas etiquetas no frontispício, ironicamente com o intuito de preservar essa fonte de conhecimento.

## Anexo 65

Dedicatórias d' *O Corsário*, 1ª edição<sup>378</sup>

<sup>378</sup> Reproduzido de CALDRE E FIÃO, J. A. do V. **O corsário**: romance rio-grandense. Rio de Janeiro: Typographia Philantrópica, 1851. Dedicatórias. Com a assinatura do ex-proprietário e data: Olynto Sanmartim, 1951; a sigla O.D.C., significa Oferece, Dedica e Consagra.

## Anexo 7

### Retrato de José Antônio do Vale Caldre e Fião<sup>379</sup>



---

<sup>379</sup> Reprodução de retrato sem datação, sem autoria e sem localização. Reproduzido de **Correio do Povo**, Ano 114, nº 261, Porto Alegre, 18/06/2009. Seção Há um século no Correio do Povo (Foto: CP – Memória; Pesquisa: Dirceu Chirivino).

## Anexo 8

### O Rio Grande do Sul de 1850

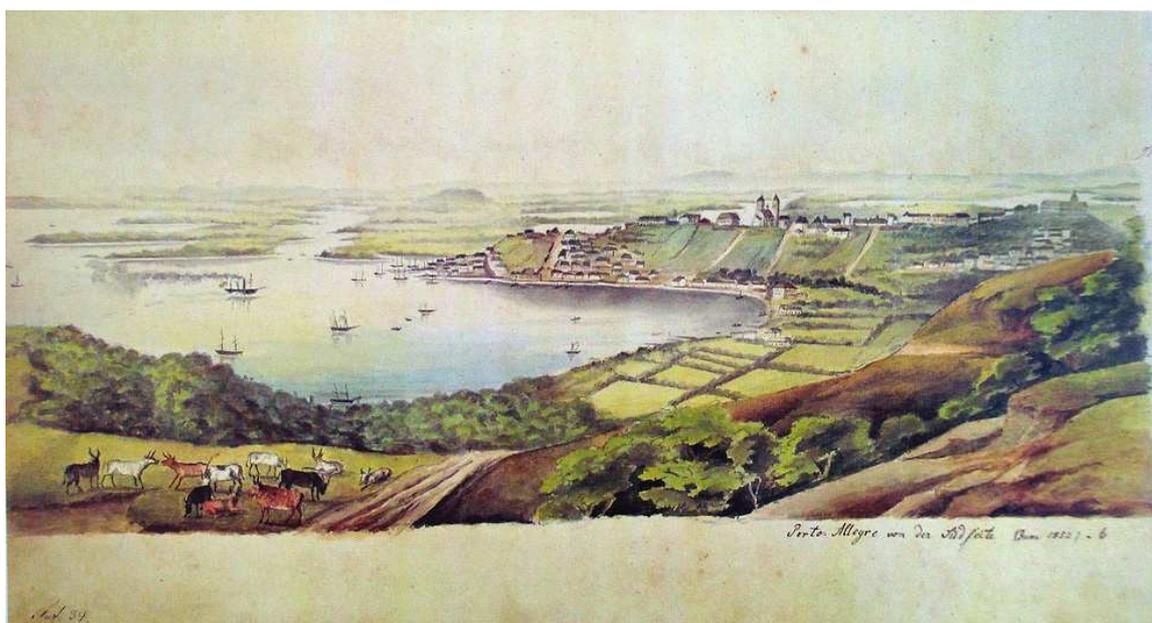
#### nas aquarelas de Herrmann Rudolf Wendroth

Em um momento em que o uso de imagens por parte dos historiadores está sendo cada vez mais importante, tanto na utilização de fontes alternativas quanto nas novas problematizações do passado, é, digamos, temerário utilizarmos imagens sem a devida discussão historiográfica e análise teórica.<sup>380</sup> No entanto, nos pareceu oportuno a visualização de uma representação visual do espaço da Porto Alegre de meados do século XIX, espaço e tempo em que vivem e circulam personagens deste trabalho. As aquarelas produzidas por Herrmann Rudolf Wendroth em 1951-52, são relativamente pouco analisadas pela historiografia sul-rio-grandense<sup>381</sup> e por si só mereceriam estudos mais verticalizados. O artista plástico alemão que veio para o Brasil em 1851, como mercenário contratado para lutar na Guerra contra Rosas. Integrou a Legião Alemã que

<sup>380</sup> Para maiores discussões sobre história e imagem ver: BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção**. A explicação histórica dos quadros. São Paulo: Cia das Letras, 2006; BIANCO, Bela Feldman; LEITE, Miriam Moreira (orgs.). **Desafios da imagem**. Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papyrus, 1998; BURKE, Peter. **Testemunha ocular**. História e imagem. Bauru: EDUSC, 2004; CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens**: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro, DP&A, 2002; GASKELL, Ivan. História das Imagens. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**. São Paulo: EDUNESP, 1992; KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. Cotia: Ateliê Editorial, 2000; MAUAD, Ana Maria. As fronteiras da cor: imagem e representação social na sociedade escravista imperial. **LOCUS: Revista de História**. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/ Departamento de História/ Arquivo Histórico/ UFJF, 2000. v. 6, n. 2; MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e História – interfaces. In: **Revista Tempo**. nº 2. Departamento de História. Niterói. UFF. 1996; MAUAD, Ana Maria. Janelas que se abrem para o mundo: fotografia de imprensa e distinção social no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. **Estudios Interdisciplinarios sobre America Latina - EIAL**. Israel: Universidad de Tel-Aviv, v.10, n.2, p.63 - 89, 1999; VON SIMSON, Olga. Imagem e Memória. In: SAMAIN, Etienne (org.). **O Fotográfico**. São Paulo, Hucitec, 1998, p. 21-34.

<sup>381</sup> Existe o trabalho de Conforto e Barella que apontam a riqueza de possibilidades de analisarmos as fontes iconográficas como contraponto aos textos dos viajantes, já tradicionalmente estudados. O pintor/ viajante utilizado no texto é, justamente, Herrmann Rudolf Wendroth. Ver CONFORTO, Marília; BARELLA, Natália Eilert. A Pena, o Pincel e o Papel. Viajantes e viagens no Rio Grande do Sul do Século XIX. **Ágora - Revista Eletrônica**, vol. 4, nº 7, p. 44-60, 2008.

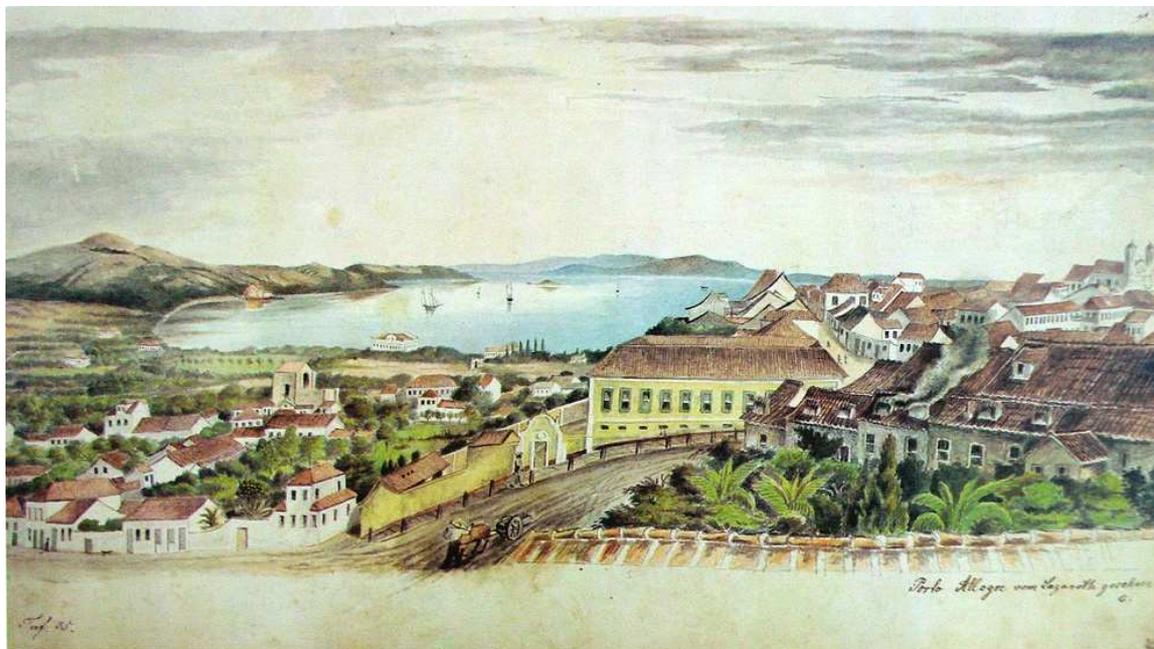
serviu no sul, cujos integrantes eram conhecidos pela alcunha de brummers, os "resmungadores". Adentrou o Rio Grande do Sul pelo porto de Rio Grande, e logo seguindo para Pelotas, onde passou preso alguns dias por arruaças. Também conheceu o interior, depois de estada em Porto Alegre, esteve em Rio Pardo e Lavras do Sul, onde aventurou-se explorando ouro nas minas da região. Fixou em aquarelas e desenhos os tipos humanos locais e a paisagem urbana e natural, produzindo um raro documento visual do período. A data e o local de seu falecimento é incerta, em torno de 1860. Os originais de suas aquarelas fazem parte do Acervo da Família Orleans e Bragança, localizado em Petrópolis – RJ, e tiveram duas publicações<sup>382</sup> – de escassa tiragem – no Rio Grande do Sul na década de 1980; ocasião em que os originais foram franqueados por D. Pedro Gastão de Orleães e Bragança.<sup>383</sup>



<sup>382</sup> São elas: WENDROTH, Herrmann Rudolf. **O Rio Grande do Sul em 1852: aquarelas**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1983. [1 pasta; 2f. soltas; 58f. de estampas soltas; 47 cm]; e WENDROTH, Herrmann Rudolf. **Obras de Hermann Rudolf Wendroth, 1852**. Porto Alegre: RIOCELL, 1982. [1 pasta; 3f. soltas; 17f. de estampas soltas; 47 cm].

<sup>383</sup> Para mais informações de Hermann Rudolf Wendroth, ver BARRETO, Abeillard. Apresentação. In: WENDROTH, Herrmann Rudolf. **Obras de Hermann Rudolf Wendroth, 1852**. Porto Alegre: RIOCELL, 1982.

Porto Alegre vista do sul. Herrmann Rudolf Wendroth, 1852. Aquarela.



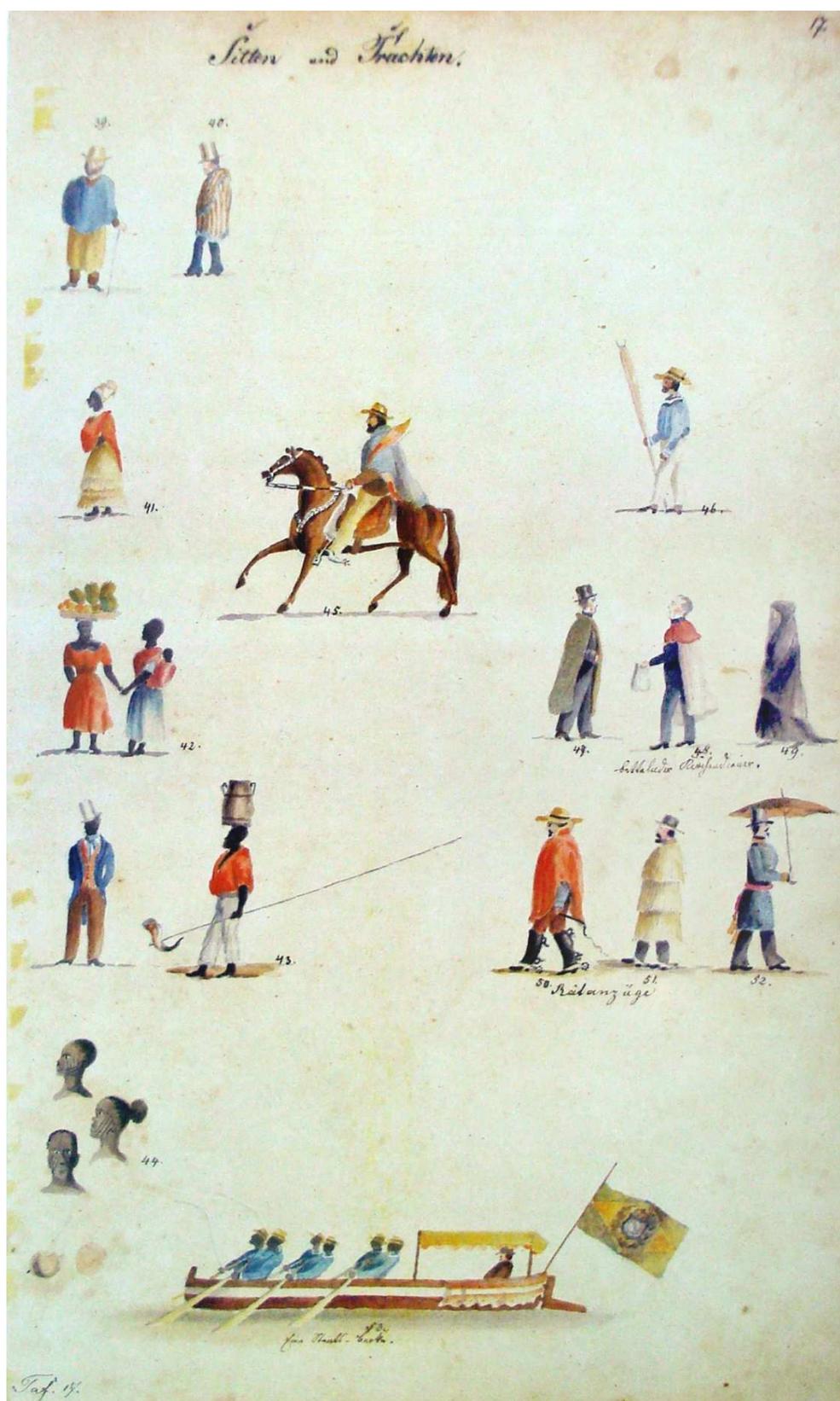
Porto Alegre vista do alto da Misericórdia em direção ao sul. Herrmann Rudolf Wendroth, 1852. Aquarela.



Porto Alegre vista a partir do Guaíba. Herrmann Rudolf Wendroth, 1852. Aquarela.



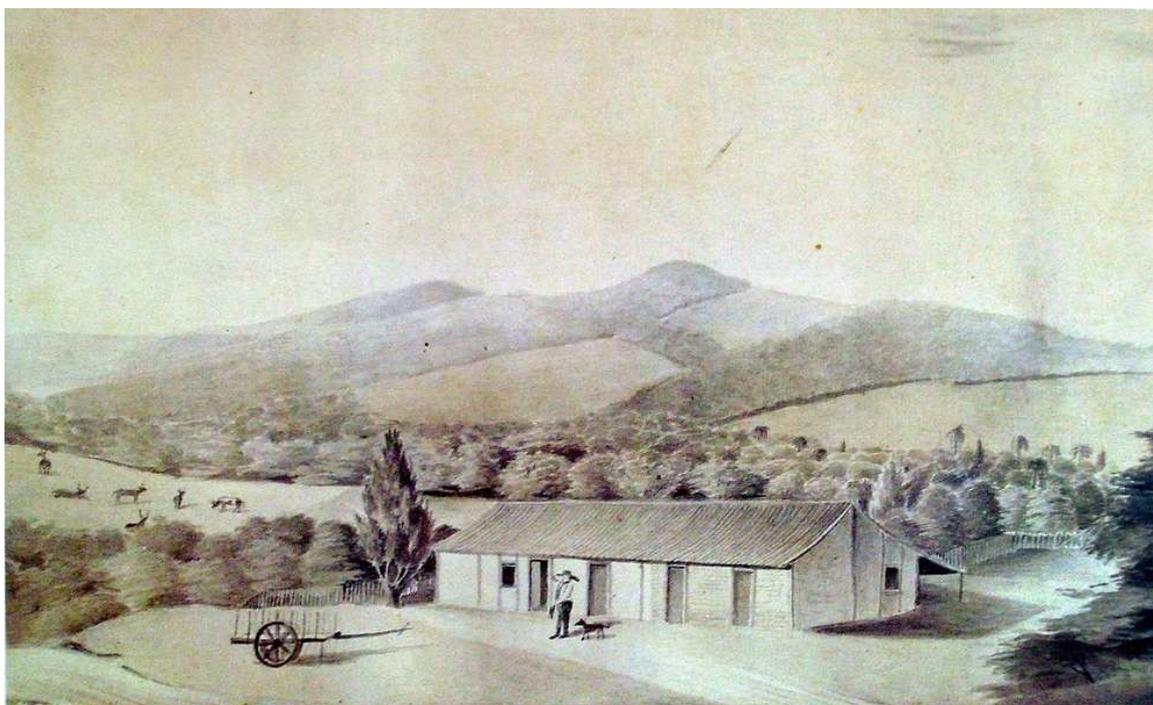
Praça da Matriz em dia de procissão, com a antiga Matriz e o primeiro palácio do governo ao lado. Herrmann Rudolf Wendroth, 1852. Aquarela.



Tipos humanos típicos da Província de São Pedro. Herrmann Rudolf Wendroth, 1852. Aquarela.



Militares da Província de São Pedro. Herrmann Rudolf Wendroth, 1852. Aquarela.



Típica propriedade rural da zona central da Província de São Pedro. Herrmann Rudolf Wendroth, 1852. Aquarela.

Tipologia:	Kozuka Gothic Pro Medium, na capa Kozuka Gothic Pro Regular, no texto Adobe Garamond Pro, nas notas, cabeçalhos e rodapés
Papel:	Papelão Paraná Natural 350 g/m <sup>2</sup> , na capa Econopaper Adesivo 90 g/m <sup>2</sup> , na capa Suzano Color 90 g/m <sup>2</sup> , na capa Reciclato Suzano Natural 75 g/m <sup>2</sup> , no miolo
Impressão:	Impressora Aficio MP C2050 da Ricoh (Certificação ISO 14001)

Esta tese foi composta e impressa com a preocupação de utilizar tipologia que oferecesse maior legibilidade com menor consumo de tinta e materiais de impressão com o máximo de reciclabilidade e o mínimo consumo de energia na reutilização, que em cálculos aproximados atingem 98% do material utilizado.



## CARBON FREE

Também foi assumido o compromisso de compensar as emissões de gases do efeito estufa (GEE) emitidos durante a atividade do doutoramento – uso de computadores, aquecimento de água para o chimarrão, impressão de textos e rascunhos, fotocópias, viagens à Unisinos, etc. – com o plantio de árvores na Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN da UNISC. As espécies escolhidas foram o Angico-vermelho (*Parapiptadenia rígida*), a Pitangueira (*Eugenia uniflora* L.) e o Guabiju (*Eugenia guabiju*). As árvores absorvem carbono da atmosfera e preservam o solo, a água e a biodiversidade. O mundo não deveria sofrer, além do necessário, com os historiadores e seus doutoramentos.